

**DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DA EXCLUSÃO**  
**DIGITAL DO CAMPESINATO**

**PAULO ROBERTO ROSA**

**DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DA EXCLUSÃO  
DIGITAL DO CAMPESINATO**

**PAULO ROBERTO ROSA**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre – Área de concentração: Ciências Ambientais.

Orientador:  
Prof. Dr. Munir Jorge Felício

306.46  
R788d

Rosa, Paulo Roberto.

Desenvolvimento e questão agrária: uma análise da exclusão digital do campesinato / Paulo Roberto Rosa – Presidente Prudente, 2015.

197 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2015.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Munir Jorge Felício.

1. Desenvolvimento. 2. Questão Agrária. 3. Tecnologia da Informação e Comunicação. 4. Campesinato. 5. Exclusão digital. Título.

**PAULO ROBERTO ROSA**

**DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DA EXCLUSÃO  
DIGITAL DO CAMPESINATO**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre – Área de Concentração: Ciências Ambientais.

Presidente Prudente, 23 de Outubro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Munir Jorge Felício  
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste  
Presidente Prudente-SP

---

Banca: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi  
Universidade Estadual Paulista – FCT/Unesp  
Presidente Prudente-SP

---

Banca: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edilene Mayumi Murashita Takenaka  
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste  
Presidente Prudente-SP

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha esposa, Eliete, aos meus filhos, Matheus e Thiago, aos meus pais, Davi e Lair, aos meus amigos, alunos e a todos àqueles que acreditam no meu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A jornada de dois longos anos chega ao fim. São muitas as pessoas que participaram direta ou indiretamente na elaboração desse trabalho e espero não esquecer, em especial, de nenhuma daquelas que tiveram um envolvimento e/ou participação mais direta.

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por levantar-me e conduzir-me quando as forças me faltavam, e pela oportunidade de iniciar e concluir essa jornada.

Agradeço a minha esposa Eliete e aos meus filhos amados, Matheus e Thiago, por suportarem a ausência, por entenderem a minha falta de tempo e pela paciência quando ela me faltava.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Munir Jorge Felício, por tudo que fez por mim, em especial por ter iluminado o meu caminho, compartilhando suas ideias, conhecimentos e experiências, e pelas preciosas contribuições que em muito enriqueceram essa dissertação.

Agradeço aos professores do MMADRE, em especial à Prof. Dra. Edilene Mayumi Murashita Takenaka e ao Prof. Dr. Marcos Norberto Boin.

Agradeço as lideranças das Associações, Cooperativas e Institutos com as quais mantive contato direto: Müller Pedrosa Silva (PA Lagoinha), Lourival T. Abreu e Moaci O. de Souza (PA Engenho), José Antonio da Silva (PA Porto Velho), Marco A. Chineli (PA São Paulo), Luiz S. Campos (PA's Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre), Valdecir Marinotti (PA's Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia), Nadir Rosado (PA Dona Carmem), Evelin D. da Silva e Luciana B. Godinho (PA Haroldina - Acessa SP), Maria C. P. S. Mendonça (PA Montana), Silvana A. C. Hermes (PA Santa Clara), Leonildo Moreira (APR Ajicê), Milton S. Sato (APPR Bairro Palmitalzinho), Elizabeth T. B. H. Eziliani (EE Projeto Lagoa São Paulo) e Áurea C. C. Alves (EE Fazenda São Bento).

*“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”. (Paulo Freire)*

*“O homem sábio não dá as respostas certas, faz as perguntas certas”. (Claude Lévi-Strauss)*

## RESUMO

### DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DA EXCLUSÃO DIGITAL DO CAMPESINATO

O trabalho realizado e materializado nesta dissertação analisa a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) como elemento na composição da questão agrária na Região do Pontal do Paranapanema. São ao menos quatro questões que tornam essa análise relevante: o importante papel desempenhado pelas TIC's no meio empresarial; o baixo desenvolvimento apresentado pela região; o histórico processo de exclusão pelo qual passa o campesinato e o impacto das TIC's no desenvolvimento regional e do campesinato. Buscou-se testar a hipótese de que o campesinato passa por um processo de exclusão digital, o que implica a negação da oportunidade de acesso aos meios e instrumentos utilizados para construir, preservar e compartilhar conhecimento, importantes à expansão da liberdade, possibilidades e autonomia necessários para garantir o seu protagonismo histórico, colocando em risco a sustentabilidade dos Projetos de Assentamento (PA's) de Reforma Agrária. No desenvolvimento da dissertação foi realizada uma abordagem de caráter quali-quantitativa, através de um estudo teórico de literatura específica e, em sua vertente aplicada, se fez documental com a utilização da técnica de observação direta extensiva. Para estabelecer os limites do espaço geográfico da região estudada utilizou-se a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) de número 22. Os trabalhos de campo possibilitaram o contato com o campesinato para observação sistemática e a captação de informações sobre sua realidade. Os dados foram tabulados, consolidados e as informações obtidas sustentam a hipótese de que o campesinato passa por um processo de exclusão digital. Identificou-se que o campesinato não tem a infraestrutura, os equipamentos e/ou o conhecimento necessário para utilizar, de forma adequada, essas tecnologias. Elementos como a infraestrutura, os equipamentos e os conhecimentos apresentam-se isoladamente ou em conjunto. Esse processo de exclusão é reforçado pela baixa efetividade das Políticas Públicas existentes para promover a inclusão digital das comunidades rurais, além da rivalidade e falta de vontade política. A exclusão digital tem contribuído para aumentar o isolamento e subordinação do campesinato ao capital. A pesquisa está registrada junto a Plataforma Brasil e a CCPQ sob o protocolo CAAE 36833214.5.0000.5515.

**Palavras-chave:** Tecnologia da Informação e Comunicação, Questão Agrária, Desenvolvimento, Campesinato, Exclusão digital.



## ABSTRACT

### DEVELOPMENT AND THE AGRARIAN ISSUE: AN ANALYSIS OF THE PEASANTRY DIGITAL EXCLUSION

The work developed and materialized in this essay seeks to think over about The Communication and Information Technologies (CITs) as an element in the development of the agrarian issue in the region of Pontal do Paranapanema. There are at least four points that make this analysis relevant: the important role played by the CITs in the business area; the low development presented by this region; the historical exclusion process the peasantry goes through and the impact of CITs in the peasantry and regional development. We sought to test the hypothesis that the peasantry goes through a digital exclusion process, which involves the denial of opportunity of access to the means and tools used to build, preserve and share knowledge important to the expansion of freedom, opportunities and autonomy needed to ensure its historic role, endangering the sustainability of Settlement Projects (STs) of Agrarian Reform. In the development of the thesis a qualitative-quantitative character approach was carried out through a theoretical study of the literature, and its applied aspects, was made documentary with the use of extensive direct observation technique. To establish the geographical limits of the studied area we used the Hydric Resources Management Unit (HRMU) in number 22. This field work enabled contact with the peasantry for systematic observation and capture information about their reality. The data was registered, consolidated and the information obtained give basis to the hypothesis that the peasantry goes through a digital exclusion process. It identified that the peasantry has no infrastructure, equipment and/or the knowledge needed to use this technologies in an adequate way. The infrastructure elements, equipment and knowledge present themselves isolated or together. This exclusion process is reinforced by the low efficiency of the existent Public Policies to promote the digital inclusion of the rural communities, and the rivalry and lack of political will. The digital exclusion has contributed to increase the isolation and subordination of the peasantry to the capital. This research is registered in Plataforma Brasil and CCPQ under the protocol CAAE 36833214.5.0000.5515.

**Keywords:** Communication and Information Technologies, Agrarian Issue, Development, Peasantry, Digital Exclusion.

## LISTA DE SIGLAS

ACESSA SP	- ACESSA São Paulo
AMAS	- Associação das Mulheres Assentadas
APR	- Associação dos Produtores Rurais
APRA	- Associação dos Produtores Rurais de Ajicê
APPR	- Associação dos Pequenos Produtores Rurais
ATPC	- Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo
BANESPA	- Banco do Estado de São Paulo
CDI	- Centro de Democratização da Informática
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CMSI	- Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
CODETER	- Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
COOAMPE	- Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar do Município de Presidente Epitácio
CRT	- Tubo de Raios Catódicos ( <i>Cathode Ray Tube</i> )
DVD-RW	- Disco Digital Versátil Regravável ( <i>Digital Versatile Disc ReWritable</i> )
EE	- Escola Estadual
EMEF	- Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEIF	- Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
ESF	- Estratégia de Saúde da Família
FAMHESP	- Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo
FATEC	- Faculdade de Tecnologia
FCT	- Faculdade de Ciências e Tecnologia
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
GB	- Gigabytes
GESAC	- Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
GHZ	- Giga hertz
GIS	- Sistemas de Informação Geográfica ( <i>Geographic Information Systems</i> )
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC	- Instituto Geográfico e Cartográfico
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPRS	- Índice Paulista de Responsabilidade Social
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITESP	- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
LCD	- Tela de Cristal Líquido ( <i>Liquid Crystal Display</i> )
MB	- Megabytes

MAST	- Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMADRE	- Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA	- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	- Organização das Nações Unidas
PA	- Projeto de Assentamento
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNB	- Produto Nacional Bruto
PNHR	- Programa Nacional de Habitação Rural
PROALCOOL	- Programa Nacional do Alcool
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAM	- Memória de Acesso Randômico ( <i>Random Access Memory</i> )
SAF	- Sistema Agroflorestal
SAI	- Sala Ambiente de Informática
SE	- Secretaria da Educação
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGP	- Secretaria da Gestão Pública
SIG	- Sistemas de Informação Gerencial
SSD	- Sistemas de Suporte à Decisão
SSE	- Sistemas de Suporte Executivo
TIC	- Tecnologia da Informação e Comunicação
UGRHI	- Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNOESTE	- Universidade do Oeste Paulista

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Mapa do Estado de São Paulo com as 22 UGRHI's.....	24
FIGURA 2 -	Distribuição das amostras por município.....	26
FIGURA 3 -	Família assentada no PA Engenho.....	107
FIGURA 4 -	Integrantes da comunidade do PA Engenho durante trabalho de campo.....	108
FIGURA 5 -	Trabalho de campo realizado no PA Lagoinha.....	110
FIGURA 6 -	Sede do PA Lagoinha e do ESF Lagoinha.....	111
FIGURA 7 -	Trabalho de campo realizado no PA Lagoinha.....	112
FIGURA 8 -	Imagem externa da sala digital do PA Porto Velho.....	114
FIGURA 9 -	Imagem interna da sala digital do PA Porto Velho.....	114
FIGURA 10 -	Imagem interna atualizada da sala digital do PA Porto Velho..	116
FIGURA 11 -	Aplicação dos questionários no PA Porto Velho.....	116
FIGURA 12 -	Imagem externa do local destinado à instalação da sala digital no PA São Paulo.....	122
FIGURA 13 -	Imagem interna do local destinado à instalação da sala digital no PA São Paulo.....	122
FIGURA 14 -	Trabalho de campo realizado no PA São Paulo.....	123
FIGURA 15 -	Trabalho de campo em lote no PA Santa Rita III.....	126
FIGURA 16 -	Imagem externa do local destinado à instalação da sala digital no PA Santa Angelina.....	127
FIGURA 17 -	Imagem interna do local destinado à instalação da sala digital no PA Santa Angelina.....	127
FIGURA 18 -	Turma de Agricultor Agroflorestal - Pronatec Campo 2014.....	129
FIGURA 19 -	Turma de Agricultor Familiar - Pronatec Campo 2014.....	129
FIGURA 20 -	Cavalcada da Integração de 2014.....	130
FIGURA 21 -	Trilha ecológica – Pronatec Campo 2014.....	130
FIGURA 22 -	Festa Julina – Pronatec Campo 2014.....	130
FIGURA 23 -	Visita ao Sítio Marinoti – Pronatec Campo 2014.....	130
FIGURA 24 -	Imagem externa do local destinado à instalação da sala digital no PA Dona Carmem.....	134
FIGURA 25 -	Trabalho de campo realizado no PA Dona Carmem.....	135
FIGURA 26 -	Imagem interna da sala digital da APRA.....	137
FIGURA 27 -	Certificado do curso de informática realizado na APRA.....	137
FIGURA 28 -	Trabalho de campo realizado na APRA.....	138
FIGURA 29 -	Trabalho de campo realizado na APPR do Bairro Palmitalzinho.....	142
FIGURA 30 -	Vista parcial da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo.....	144
FIGURA 31 -	Imagem externa da sala do Acesso SP no PA Haroldina.....	151
FIGURA 32 -	Vista parcial da SAI na EE Fazenda São Bento.....	152
FIGURA 33 -	Trabalho de campo na EE Fazenda São Bento.....	153

FIGURA 34 -	Imagem interna da sala do ACESSA SP no PA Haroldina.....	160
FIGURA 35 -	Monitoras da sala do ACESSA SP no PA Haroldina.....	160
FIGURA 36 -	Trabalho de campo no ACESSA SP do PA Haroldina.....	161
FIGURA 37 -	Trabalho de campo no ACESSA SP do PA Haroldina.....	161
FIGURA 38 -	Placa de reforma do local destinado à instalação de sala do ACESSA SP no PA Malu.....	167
FIGURA 39 -	Imagem externa do local destinado à instalação de sala do ACESSA SP no PA Malu.....	167
FIGURA 40 -	Imagem interna do local destinado à instalação de sala do ACESSA SP no PA Malu.....	167
FIGURA 41 -	Antena para interligação via satélite da sala do ACESSA SP no PA Malu.....	167
FIGURA 42 -	Sala do Ponto de Cultura no PA Montana.....	172
FIGURA 43 -	Sala do Projeto Territórios Digitais no PA Montana.....	172
FIGURA 44 -	Sala do Projeto Territórios Digitais no PA Santa Clara.....	172

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	Proporção da população de 10 anos ou mais, segundo a situação em relação ao acesso à internet em casa e ao uso da internet no telefone celular, por região geográfica (2013) – percentual sobre o total da população.....	90
GRÁFICO 2 -	Pessoas que utilizaram a internet, na população de 10 anos ou mais de idade – Brasil – 2005 a 2013 (em milhões).....	92
GRÁFICO 3 -	Pessoas que utilizaram a internet, por Estado, na população de 10 anos ou mais de idade (em percentual).....	93
GRÁFICO 4 -	Acesso à internet por faixa etária nos anos de 2011, 2012 e 2013 (em milhões).....	95
GRÁFICO 5 -	Posse e uso das TIC's no PA Engenho.....	109
GRÁFICO 6 -	Posse e uso das TIC's no PA Lagoinha.....	113
GRÁFICO 7 -	Posse e uso das TIC's no PA Porto Velho.....	117
GRÁFICO 8 -	Principais aplicações das TIC's no PA Porto Velho.....	117
GRÁFICO 9 -	Localização da sala digital do PA Porto Velho.....	118
GRÁFICO 10 -	Espaço e ambiente da sala digital do PA Porto Velho.....	118
GRÁFICO 11 -	Qualidade dos equipamentos da sala digital do PA Porto Velho.....	119
GRÁFICO 12 -	Funcionamento dos equipamentos da sala digital do PA Porto Velho.....	119
GRÁFICO 13 -	Frequência de utilização da sala digital do PA Porto Velho...	119
GRÁFICO 14 -	Satisfação com os serviços da sala digital do PA Porto Velho.....	119
GRÁFICO 15 -	Principais aplicações das TIC's na sala digital do PA Porto Velho.....	120
GRÁFICO 16 -	Posse e uso das TIC's no PA São Paulo.....	124
GRÁFICO 17 -	Posse e uso das TIC's nos PA's Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre.....	128
GRÁFICO 18 -	Posse e uso das TIC's nos PA's Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia.....	132
GRÁFICO 19 -	Posse e uso das TIC's no PA Dona Carmem.....	136
GRÁFICO 20 -	Posse e uso das TIC's pelos associados da APRA.....	139
GRÁFICO 21 -	Posse e uso das TIC's pelos associados da APPR do Bairro Palmitalzinho.....	142
GRÁFICO 22 -	Posse e uso das TIC's pelos docentes da EE Projeto Lagoa São Paulo.....	145
GRÁFICO 23 -	Principais aplicações das TIC's entre os docentes da EE Projeto Lagoa São Paulo.....	146
GRÁFICO 24 -	Localização da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo.....	147
GRÁFICO 25 -	Espaço, ambiente e mobiliário da SAI na EE Projeto Lagoa	147

	São Paulo.....	
GRÁFICO 26 -	Qualidade dos equipamentos da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo.....	148
GRÁFICO 27 -	Funcionamento dos equipamentos da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo.....	148
GRÁFICO 28 -	Frequência de utilização da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo.....	149
GRÁFICO 29 -	Satisfação com os serviços da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo.....	149
GRÁFICO 30 -	Principais aplicações das TIC's pelos doentes na SAI da EE Projeto Lagoa São Paulo.....	150
GRÁFICO 31 -	Posse e uso das TIC's pelos docentes da EE Fazenda São Bento.....	154
GRÁFICO 32 -	Principais aplicações das TIC's entre os docentes da EE Fazenda São Bento.....	155
GRÁFICO 33 -	Localização da SAI na EE Fazenda São Bento.....	156
GRÁFICO 34 -	Espaço e ambiente da SAI na EE Fazenda São Bento.....	156
GRÁFICO 35 -	Mobiliário da SAI na EE Fazenda São Bento.....	156
GRÁFICO 36 -	Qualidade dos equipamentos da SAI na EE Fazenda São Bento.....	157
GRÁFICO 37 -	Funcionamento dos equipamentos da SAI na EE Fazenda São Bento.....	157
GRÁFICO 38 -	Frequência de utilização da SAI na EE Fazenda São Bento.....	158
GRÁFICO 39 -	Satisfação com os serviços da SAI na EE Fazenda São Bento.....	158
GRÁFICO 40 -	Principais aplicações das TIC's pelos doentes na SAI da EE Fazenda São Bento.....	159
GRÁFICO 41 -	Posso e uso das TIC's nos domicílios dos entrevistados na sala do ACESSA SP do PA Haroldina.....	162
GRÁFICO 42 -	Principais aplicações das TIC's entre os entrevistados na sala do ACESSA SP do PA Haroldina.....	163
GRÁFICO 43 -	Localização da sala do ACESSA SP no PA Haroldina.....	163
GRÁFICO 44 -	Espaço e ambiente da sala do ACESSA SP no PA Haroldina..	164
GRÁFICO 45 -	Mobiliário da sala do ACESSA SP no PA Haroldina.....	164
GRÁFICO 46 -	Qualidade dos equipamentos da sala do ACESSA SP no PA Haroldina.....	164
GRÁFICO 47 -	Funcionamento dos equipamentos da sala do ACESSA SP no PA Haroldina.....	164
GRÁFICO 48 -	Frequência de utilização da sala do ACESSA SP no PA Haroldina.....	165
GRÁFICO 49 -	Principais aplicações das TIC's na sala do ACESSA SP no PA Haroldina.....	166
GRÁFICO 50 -	Salas de informática nos PA's e comunidades pesquisadas..	168

GRÁFICO 51 - Origem das salas de informática existentes.....	170
GRÁFICO 52 - Posse e uso das TIC's nos domicílios do campesinato .....	173
GRÁFICO 53 - Principais aplicações dadas pelo campesinato às TIC's.....	175
GRÁFICO 54 - Localização das salas de informática.....	175
GRÁFICO 55 - Espaço, ambiente e mobiliário das salas de informática.....	175
GRÁFICO 56 - Qualidade dos equipamentos das salas de informática.....	176
GRÁFICO 57 - Funcionamento dos equipamentos das salas de informática.	176
GRÁFICO 58 - Frequência de utilização das salas de informática.....	177
GRÁFICO 59 - Satisfação com os serviços prestados pelas salas de informática.....	177
GRÁFICO 60 - Principais aplicações das TIC's espaços de inclusão digital..	178



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1</b>	<b>DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>28</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA.....</b>	<b>52</b>
<b>3</b>	<b>AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's) COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUTIVIDADE.....</b>	<b>71</b>
<b>4</b>	<b>A EXCLUSÃO DIGITAL DO CAMPESINATO COMO ELEMENTO NA COMPOSIÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA.....</b>	<b>87</b>
<b>4.1</b>	<b>Uma perspectiva da inclusão digital no Brasil a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).....</b>	<b>91</b>
<b>4.2</b>	<b>Programas governamentais para inclusão digital.....</b>	<b>98</b>
4.2.1	Acessa São Paulo.....	99
4.2.2	Acessa Escola.....	100
4.2.3	Territórios Digitais em Territórios de Cidadania e Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (GESAC).....	101
4.2.4	Dados oficiais sobre os programas governamentais na Região do Pontal do Paranapanema.....	102
<b>4.3</b>	<b>A exclusão digital do campesinato na Região do Pontal do Paranapanema.....</b>	<b>103</b>
4.3.1	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do PA Engenho.....	105
4.3.2	Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar do Município de Presidente Epitácio (COOAMPE) – PA Lagoinha.....	109
4.3.3	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Porto Velho – PA Porto Velho.....	114
4.3.4	Associação dos Produtores Rurais do PA São Paulo Caboclos do Leite.....	121
4.3.5	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III – PA's Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre.....	125
4.3.6	Instituto Integração Água Limpa e Rodeio – PA's Água Limpa, Santa Rita III e Santa Eudóxia.....	129
4.3.7	Associação de Agricultores do PA Dona Carmem.....	132
4.3.8	Associação dos Produtores Rurais de Ajicê (APRA).....	136
4.3.9	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho.....	140
4.3.10	EE Projeto Lagoa São Paulo.....	143
4.3.11	PA Haroldina.....	151
4.3.12	PA Malu.....	166
4.3.13	Resultados consolidados dos trabalhos de campo.....	168
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>179</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>183</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>189</b>

## INTRODUÇÃO

O Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (MMADRE) é um Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu*, de caráter interdisciplinar, mantido pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Além da interdisciplinaridade, outra forte característica do programa é a concentração das pesquisas na Região do Pontal do Paranapanema, uma região com grandes assimetrias e que carece de uma política de desenvolvimento que traga também uma melhor harmonia com o meio ambiente. São justamente essas duas características que tornam o programa importante.

O ingresso no programa se deu no segundo semestre de 2013, primeiramente como aluno especial nas disciplinas de "Questão Agrária e Desenvolvimento Territorial" e "Políticas Públicas Ambientais e Gerenciamento de Resíduos". Esse período como aluno especial foi crucial, pois permitiu a identificação com a temática da Questão Agrária, o contato e a realização dos colóquios com o orientador. Inicialmente parecia difícil conciliar uma graduação em Administração e as especializações em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com a temática escolhida. O tempo como aluno especial foi necessário para amadurecer a ideia e, por fim, construir o projeto que possibilitou a participação no processo seletivo e o ingresso como regular já no primeiro semestre de 2014.

A questão agrária é complexa e surge com o desenvolvimento do capitalismo. Para Felício (2011, p. 6) “os elementos estruturantes da questão agrária se constituem pelo campesinato e pelo capital”. A questão agrária envolve uma relação conflituosa que se caracteriza pela disputa entre o campesinato e o capital pelo controle dos meios (terra, trabalho e tecnologia) e modos de produção.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Nessa diferenciação, prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital (FERNANDES, 2008, p. 176).

A questão agrária decorre da concentração da propriedade da terra, ou seja, de um lado pouca gente com muita terra e, de outro, muita gente com pouca ou sem nenhuma terra. No Brasil essa concentração fundiária tem origem histórica

através da cessão da terra, pelo Estado, a um pequeno número de pessoas privilegiadas, ou então através da expropriação do campesinato pelo capital. “Por essa razão, a questão agrária gera continuamente conflitualidade, porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: [...] de monopólio do território camponês pelo capital” (FERNANDES, 2008, p. 177).

De acordo com Shanin (1979), a delimitação conceitual do campesinato é dirigida para a compreensão da sociedade camponesa como forma compreender a realidade. Ele enfatiza que as sociedades camponesas são estruturas sociais muito complexas e dotadas de baixa organização formal. Ao reconhecer que a definição do campesinato baseado em apenas um critério é insuficiente, Shanin (1979) estabeleceu quatro critérios básicos para delimitar as sociedades camponesas:

*1. La granja familiar campesina como la unidad básica de una organización social multidimensional. La familia, y casi sólo la familia, aporta la mano de obra en la granja. La granja, y casi sólo la granja, cubre las necesidades de consumo de la familia y el pago de sus deudas al poseedor de poder político y económico. [...]. 2. El cultivo de la tierra como el medio principal de subsistencia para satisfacer la mayor parte de las necesidades de consumo. La agricultura tradicional incluye una combinación específica de tareas a un nivel relativamente bajo de especialización y de adiestramiento vocacional dentro de la familia. La producción de alimentos hace relativamente autónoma a la granja familiar. [...]. 3. Una cultura tradicional específica relacionada con la forma de vida de comunidades pequeñas. [...]. Por lo menos una parte de estos patrones culturales se relacionan con las características de una pequeña comunidad aldeana, donde puede aceptarse la vida en tal comunidad como un aspecto adicional definidor del campesinado. 4. La posición de súbdito y la dominación del campesinado por forasteros. Por regla general los campesinos han estado alejados de las fuentes sociales del poder. Su sujeción política se conecta con la subordinación cultural y con su exploración económica a través del impuesto, la faena, la renta, el interés y los términos de intercambio desfavorables para el campesino (SHANIN, 1979, p. 11-12. Grifos no original).*

*1. A propriedade familiar camponesa como a unidade básica de uma organização social multidimensional. A família, e quase só a família, contribui no trabalho da propriedade. A propriedade, e quase só a propriedade, atende às necessidades de consumo das famílias e o pagamento de suas dívidas para com o detentor do poder político e econômico. [...]. 2. A agricultura como o principal meio de subsistência para atender à maioria das necessidades de consumo. A agricultura tradicional inclui uma combinação específica de tarefas em um nível relativamente baixo de especialização e o treinamento profissional dentro da família. A produção de alimentos torna relativamente autônoma a propriedade familiar. [...]. 3. Uma cultura tradicional específica relacionada com o estilo de vida das pequenas comunidades. [...]. Pelo menos alguns desses padrões culturais estão relacionados com as características de uma comunidade pequena, onde pode aceitar-se a vida em tal comunidade como um aspecto adicional que define o campesinato. 4. A posição de subordinação e a dominação do campesinato por forasteiros. Via de regra, os camponeses têm permanecido a margem das fontes sociais do poder. Sua sujeição política se liga com a subordinação cultural e com sua exploração econômica através do imposto, emprego, renda, taxas de juros e termos de*

intercâmbio desfavoráveis ao camponês (SHANIN, 1979, p. 11-12. Grifos no original. Tradução minha).

Apesar das sociedades camponesas analisadas por Shanin (1979) contrastarem em grande medida com o campesinato atual, tais critérios contribuem sobremaneira para caracterizá-lo na atualidade. Motta (2005) trata o termo campesinato como sinônimo de camponês e destaca que, apesar das diversas definições existentes para o camponês, todas elas convergem em três pontos comuns e interconectados, e estabelece que:

O primeiro deles é que camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e de consumo (MOTTA, 2005, p. 73).

As análises realizadas por Motta (2005) destacam a necessária capacidade evolutiva e adaptativa dos conceitos, os quais devem ser flexíveis a ponto de acompanhar as transformações da realidade social. Uma outra definição atribuída ao campesinato é a estabelecida por Marques (2012):

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2012, p. 42-43).

A atualidade conceitual do campesinato é então defendida tanto por Motta (2005) quanto por Marques (2012). O que diferencia a unidade camponesa da capitalista são, basicamente, o tipo de mão-de-obra empregada, a forma de exploração da terra e a finalidade produtiva. Na propriedade camponesa a mão de obra empregada é predominantemente familiar, a terra objetiva a reprodução e a subsistência do campesinato, seja mediante uma produção voltada para o próprio consumo – sendo, neste caso, ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo – ou através de uma produção voltada para o mercado e que lhe permita adquirir aquilo de que necessita, ou ainda uma prática consorciada de ambos. A terra é considerada local de trabalho e não de exploração. A propriedade não tem como finalidade uma atividade de negócio. Chayanov (1974) estabelece que

*La familia de este tipo de unidad puede no coincidir con la familia nuclear, ya que puede incluir hijos, nietos y miembros "adoptados" en la familia (es decir, trabajadores que pertenecen a otras familias) y puede excluir*

*miembros propios que trabajan en otra parte. Como resultado de un año de trabajo la familia recibe un simple ingreso [...] y pondera sus esfuerzos contra los resultados materiales obtenidos [...]* (CHAYANOV, 1974, p. 338).

A família deste tipo de unidade pode não coincidir com a família nuclear, já que pode incluir filhos, netos e membros "adotados" pela família (ou seja, trabalhadores que pertençam a outras famílias), e pode excluir membros da própria família que trabalhem noutro lugar. Como resultado de um ano de trabalho a família recebe uma renda simples [...] e pondera seus esforços contra os resultados materiais [...] (CHAYANOV, 1974, p. 338. Tradução minha).

Na remuneração do trabalho em uma unidade camponesa, “[...] o montante total do ingresso anual fica disponível para a família após a dedução das despesas” (CHAYANOV, 1974, p. 335. Tradução minha). “[...] *el monto total del ingreso anual, disponible para la familia después de deducir los gastos*” (CHAYANOV, 1974, p. 335). A unidade camponesa normalmente é caracterizada por uma relação de reciprocidade com a vizinhança, ou seja, os camponeses ajudam-se mutuamente na certeza de que haverá a retribuição de seus vizinhos quando necessitar. Isso vai desde a ajuda no trabalho diário, quando necessário, até a socialização de conhecimentos.

Em suas análises Motta (2005, p. 73) assevera que "apesar da crença razoavelmente generalizada no fim inexorável do campesinato, isso não chegou a ocorrer. Camponeses ainda existem mesmo em sociedades modernas". Para efeitos desta dissertação, o termo campesinato é entendido como o grupo composto por pequenos produtores rurais, assentados e trabalhadores rurais assalariados. Ao longo do tempo o campesinato tem sofrido uma série de privações e/ou restrições, inclusive no que se refere a incorporação de novas técnicas e das evoluções tecnológicas, a exemplo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Assim, as TIC's passam a incorporar o rol dos elementos que compõe o desenvolvimento da questão agrária.

Segundo Baltzan e Phillips (2012, p. 9) as TIC's são "um campo dedicado no uso da tecnologia, no gerenciamento e no processamento da informação". As TICs são um conjunto de artefatos físicos (*hardware*) ou lógicos (*software*) que permitem captar, tratar, armazenar e disseminar informações, além de automatizar máquinas e processos. O desenvolvimento das TIC's representou um grande passo à humanidade, aumentando as possibilidades para inovação em máquinas e equipamentos, bem como possibilitou a construção de novos conceitos e o desenvolvimento de novos métodos de trabalho e formas de organização.

As TIC's têm contribuído com a sociedade contemporânea, em especial com as empresas e as pessoas que vivem nas cidades. Nas corporações as TIC's têm sido determinantes no aumento da eficiência e eficácia, seja no que se refere a capacidade produtiva ou de prestação de serviços, seja nos processos e fluxos informacionais, otimizando a captura, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação; ou então no suporte a tomada de decisão e obtenção da vantagem competitiva. Para a OCDE (1992) *apud* Chesnais (1996), as novas tecnologias, ao lado da desregulamentação e liberalização financeira, impulsionaram as transformações e conduziram à globalização.

O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação [...] decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir, numa palavra, sua propensão à mobilidade (CHESNAIS, 1996, p. 27-28).

Constituem-se as condições ideais que garantem ao capital a flexibilidade necessária para explorar determinada região, enquanto lhe for conveniente, e a mobilidade para migrar quando surgirem oportunidades mais favoráveis. Segundo Chesnais (1996), as novas tecnologias da comunicação tem permitido ao capital beneficiar-se da deslocalização de tarefas rotineiras. Além disso, são criadas as condições necessárias também a fragmentação do trabalho, onde "[...] um pedaço da produção poder ser feita na Tunísia, outro na Malásia, outro ainda no Paraguai [...]" (SANTOS, 2005, p. 26). Ou seja, ambos os casos possibilitam ao capital economia com mão de obra ao tirar proveito das diferenças de preço da força de trabalho ao redor do mundo. Por isso, Santos (2005) afirma que

[...] a globalização atual é perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas (SANTOS, 2005, p. 15).

Uma análise crítica que busque alternativas para romper com o atual modelo de globalização requer, segundo Santos (2005), que se considere a existência de três mundos num só. Um primeiro fantasiosamente pintado pelas forças dominantes; um segundo, perverso, degradante, mas real; e como terceiro aquele com as condições almejadas. Santos (2005) diz estar convencido de que a ruptura com o atual modelo será uma conquista a ser realizada pelos menos

favorecidos, ou seja, um movimento de baixo para cima e que irá romper com a atual estrutura.

No que concerne às pessoas, as TIC's tornaram-se elementos facilitadores que tem otimizado a comunicação, modificado formas, métodos e relações de trabalho, alterado hábitos de consumo, reduzido a exposição a determinados tipos de riscos, dentre outros. Nesse plano, Baltzan e Phillips (2012, p. 9) asseveram que "a tecnologia da informação é mais útil quando aproveita os talentos das pessoas. Ela em si não é útil, a não ser que as pessoas certas saibam como usá-la e gerenciá-la efetivamente". As TIC's não trouxeram apenas fatores positivos, mas, apesar dos problemas, é inegável que não se teria conseguido atingir os atuais níveis de integração, social e econômica, sem essas tecnologias.

No entanto, julgou-se pertinente estudar e refletir sobre o papel das TIC's junto ao campesinato, bem como o estágio atual em que ele se encontra no que se refere a apropriação e uso adequado dessas tecnologias. Essa reflexão foi orientada pela busca por respostas aos questionamentos que se seguem. O processo de exclusão pelo qual passa historicamente o campesinato incluiria também as TIC's? Essas tecnologias seriam corretas e igualmente incorporadas? Que impacto traria a não utilização das TIC's? Essas tecnologias, uma vez corretamente incorporadas, teriam um papel preponderante e seriam capazes de também alavancar ganhos significativos ao campesinato?

Na busca pelas respostas a esses questionamentos, o objetivo geral dessa dissertação consistiu em pesquisar e analisar as TIC's como elemento na composição da questão agrária na Região do Pontal do Paranapanema. Buscou-se testar a hipótese de que o campesinato passa por um processo de exclusão digital, o que implica a negação da oportunidade de acesso aos meios e instrumentos utilizados para construir, preservar e compartilhar conhecimento, importantes à expansão da liberdade, possibilidades e autonomia necessários para garantir o seu protagonismo histórico, colocando em risco a sustentabilidade dos Projetos de Assentamento (PA's) de Reforma Agrária. Para melhor delinear as ações desenvolvidas, o objetivo geral foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar as possíveis interferências das TIC's como estratégias de reprodução do campesinato na Região do Pontal do Paranapanema;

- Investigar de que forma as TIC's são potencialmente importantes para provocar alterações no campesinato e em suas relações com o meio ambiente no qual está inserido;
- Estudar as alternativas para que as TIC's se transformem em instrumentos de inserção social e econômica do campesinato como forma de garantir sua autonomia; e
- Verificar as condições tecnológicas, científicas e infraestruturais para que a implantação das TIC's seja um importante impulso para o desenvolvimento do campesinato na região.

Para efeitos desta dissertação foi utilizada a delimitação estabelecida pela UGRHI-22<sup>1</sup>, composta por unidades territoriais localizada no Extremo Oeste do Estado de São Paulo e representada pela Figura 1 (p. 24). Cabe ressaltar que essa delimitação é estabelecida com base nas bacias hidrográficas da região e não considera necessariamente as fronteiras dos municípios.

---

<sup>1</sup> Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 22: são 26 os municípios que encontram-se, total ou parcialmente, com seu território na UGRHI-22 (Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Nandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio) e está vinculada ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP).



FIGURA 1: Mapa do Estado de São Paulo com as 22 UGRHI's<sup>2</sup>.



Fonte: IGC (2014).

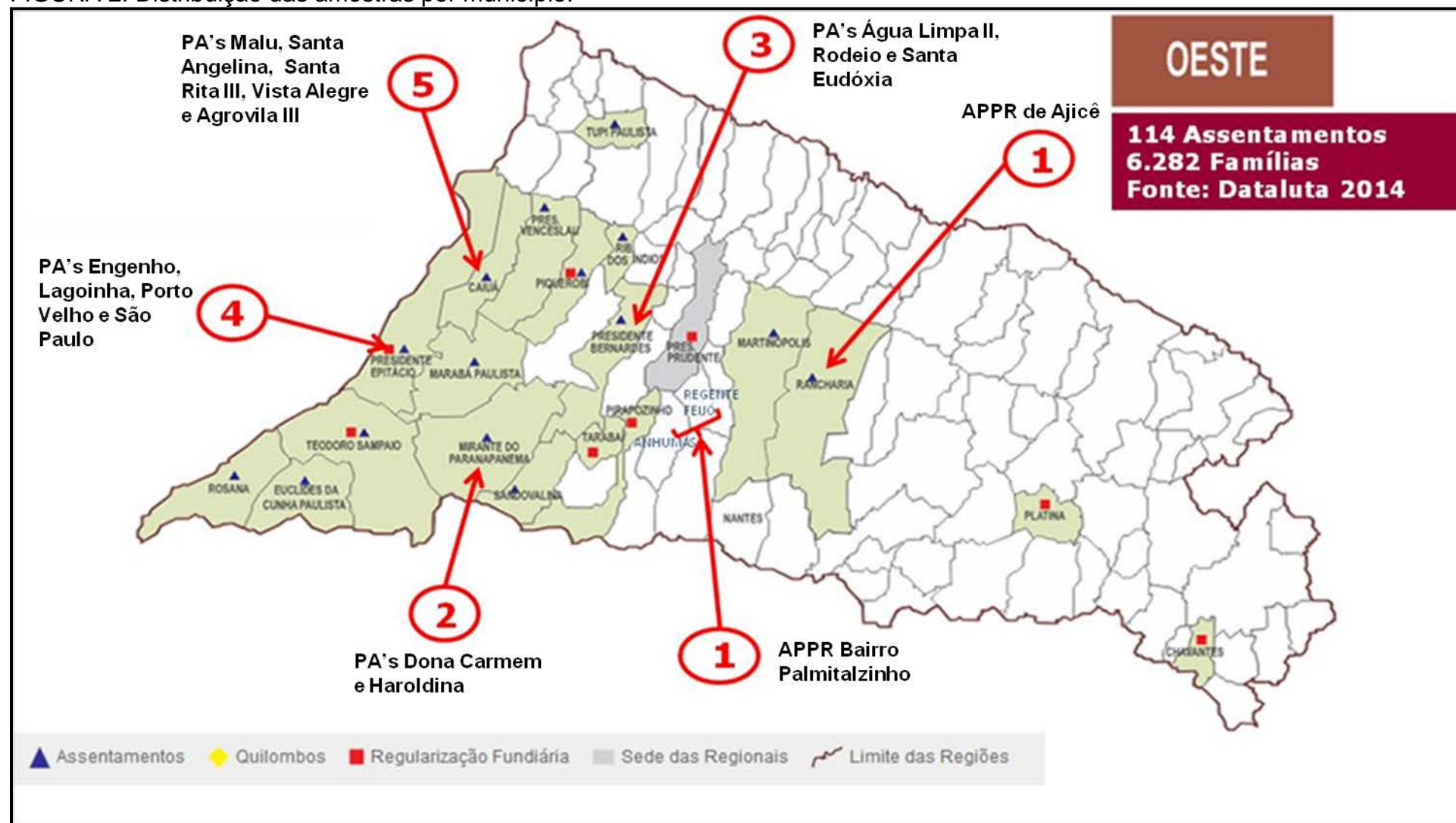
<sup>2</sup> Mantiqueira (1), Paraíba do Sul (2), Litoral Norte (3), Pardo (4), Piracicaba/Capivari/Jundiaí (5), Alto Tietê (6), Baixada Santista (7), Sapucaí/Grande (8), Mogi-Guaçu (9), Tietê/Sorocaba (10), Ribeira de Iguape/Litoral Sul (11), Baixo Pardo/Grande (12), Tietê/Jacaré (13), Alto Paranapanema (14), Turvo/Grande (15), Tietê/Batalha (16), Médio Paranapanema (17), São José dos Dourados (18), Baixo Tietê (19), Aguapeí (20), Peixe (21) e Pontal do Paranapanema (22).

Considerada a extensão da macrorregião constituída pela UGRHI-22, foram selecionados alguns pontos específicos para realização dos trabalhos de campo. Foram escolhidas amostras distribuídas no território demarcado, de forma a buscar informações que representem a realidade do campesinato na região como um todo. A escolha das amostras inicialmente se deu de forma aleatória e em seguida passou a ser guiada por informações encontradas em sites oficiais ou obtidas junto ao próprio campesinato. A Figura 2 (p. 26) apresenta a distribuição dessas amostras nos municípios que compõe a UGRHI-22.

Essa é a região do Brasil com maior concentração de PA's. As informações disponíveis no Dataluta (2014) apontam 114 PA's contemplando 6.282 famílias assentadas. Foram selecionadas 16 locais para coleta das informações, sendo 13 PA's, 1 Agrovila e 2 Associações de Produtores Rurais não vinculados a PA's. Os PA's selecionados para realização dos trabalhos de campo foram: Engenho, Lagoinha, Porto Velho e São Paulo, localizados no município de Presidente Epitácio/SP; Malu, Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre, localizados no município de Caiuá/SP; Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia, em Presidente Bernardes/SP; Dona Carmem e Haroldina, localizados no município de Mirante do Paranapanema/SP.

Foram pesquisados também o campesinato das APPR's de Ajicê, localizada no distrito de Ajicê, município de Rancharia/SP; e do Bairro Palmitalzinho, localizada entre os municípios de Regente Feijó/SP e Anhumas/SP. Adicionalmente foi realizado também um trabalho de campo na Agrovila III, localizada no município de Caiuá/SP. Nestes locais foram pesquisadas 8 associações, 1 cooperativa, 2 escolas e 1 posto do programa Acesso São Paulo.

FIGURA 2: Distribuição das amostras por município.



Fonte: ITESP (20--?) e Dataluta (2014) - Adaptado pelo autor.

Inicialmente foi realizado todo um levantamento bibliográfico relacionado as áreas de desenvolvimento, questão agrária e TIC's, bem como sobre a Região do Pontal do Paranapanema. Em um segundo momento foi realizado um contato para identificar a forma de organização e as lideranças, bem como um levantamento preliminar dos recursos disponíveis nessas localidades. Um segundo contato foi estabelecido com vistas a obter a assinatura nos termos necessários à realização de pesquisa que envolva seres humanos. O terceiro trabalho de campo teve como objetivo a aplicação dos questionários (Anexos I e II) que propiciaram a coleta de informações junto a base empírica, as quais foram posteriormente tabuladas, analisadas e subsidiaram a elaboração e as considerações realizadas nesta dissertação.

As considerações realizadas no capítulo 1 buscam demonstrar a amplitude conceitual do desenvolvimento e a sua multidimensionalidade, promove-se uma discussão acerca do desenvolvimento capitalista e a insustentabilidade do modelo produtivista-consumista, e aponta-se algumas questões críticas e alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. No capítulo 2 promove-se uma análise histórica do desenvolvimento e da questão agrária na Região do Paranapanema para compreender as razões da ausência de uma política de desenvolvimento que rompa com o ciclo histórico de baixo desempenho apresentado pela região. O capítulo 3 busca demonstrar que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) podem se tornar um importante instrumento no desenvolvimento da produtividade camponesa. No capítulo 4 são relatados os trabalhos de campo realizados e a constatação, junto a base empírica, que o campesinato da Região do Pontal do Paranapanema sofre um processo de exclusão digital.

## 1 DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A terminologia desenvolvimento pode ser mal compreendida ou tem o seu sentido reduzido, restrito, ao considerar-se apenas parcialmente a sua abrangência. Para Sen (2010, p. 16) algumas visões mais restritas "identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB –, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social". No entanto, segundo Bernstein (1996)

Esta expressão indica a conquista do progresso econômico e social (desenvolvimento) através da transformação do estado de subdesenvolvimento (baixa produção, estagnação, pobreza) em países designados de forma variada como "pobres", "subdesenvolvidos", "menos desenvolvidos" ou "em desenvolvimento" (BERNSTEIN, 1996, p. 197).

A palavra desenvolvimento tem um sentido amplo ao ser considerada suas diversas frentes, tais como o desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico, dentre outros. Para Sen (2010) o desenvolvimento só existe de fato quando ele não só permite às pessoas participarem do processo como também amplifica as liberdades existentes e/ou resulta em novos espaços de participação social. Se não houver um resgate da liberdade em todas as suas manifestações e da efetiva participação social não há que se falar em desenvolvimento. Por essa razão, no entender de Sen (2010) a liberdade está no meio e no final do processo de desenvolvimento, como ele explica:

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento (SEN, 2010, p. 10. Grifos no original).

Sem negar a função desempenhada pelo crescimento do PNB ou das rendas individuais, o desenvolvimento é caracterizado pelo elemento liberdade, entendendo liberdade como componente imprescindível para a realização humana, a principal meta almejada pelo desenvolvimento, mas que depende direta ou indiretamente de outros fatores, além do PNB e da renda individual.

O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2010, p. 16. Grifos no original).

É importante ressaltar que Sen (2010), ao discorrer sobre as condicionantes do desenvolvimento como liberdade e abordar a realidade de alguns países e/ou regiões, coloca a oportunidade de participação social como uma das condições necessárias ao desenvolvimento. O desenvolvimento como condição para a efetivação da liberdade torna-se, então, uma meta a ser perseguida constantemente. A necessária existência de espaço para o exercício da condição de agente por parte dos indivíduos é colocada por Sen (2010) como crucial no combate aos problemas da atualidade, tais como desigualdade e exclusão social, entre outras:

[...] a condição de agente dos indivíduos é [...] central para lidar com essas privações. [...] a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. [...]. Para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social (SEN, 2010, p. 9-10).

Um pouco mais adiante Sen (2010) vem a esclarecer o que seria então essa condição de agente:

O emprego da expressão "condição de agente" requer esclarecimento. O *agente* às vezes é empregado na literatura sobre economia e teoria dos jogos em referência a uma pessoa que está agindo em nome de outra (talvez sendo acionada por um "mandante"), e cujas realizações devem ser avaliadas à luz dos objetivos de outra pessoa (o mandante). Estou usando o termo *agente* não nesse sentido, mas em sua acepção mais antiga - e "mais grandiosa" - de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo (SEN, 2010, p. 34. Grifos no original).

A condição de agente para Sen (2010) é a daquele indivíduo que se torna protagonista em sua vida e na sociedade onde se encontra, não por influências externas, mas por encontrar em si mesmo as razões, os motivos necessários ao exercício dessa condição. No campo da participação ativa, um dos grandes desafios reside na articulação para ações conjuntas, as quais envolvem uma determinada coletividade. Apesar de não contemplar o conflito social em suas análises, Sen (2010) aborda o ceticismo que costuma cercar as questões relacionadas ao comportamento humano e suas decisões quando o assunto relaciona-se a uma ação conjunta. Isso basear-se-ia na seguinte reflexão:

Nossos modos de comportamento podem ir além de um autointeresse estritamente definido? Em caso negativo, afirma-se que, embora o mecanismo de mercado ainda possa funcionar (já que ele supostamente apela apenas para o egoísmo humano), não podemos ter disposições sociais que requeiram alguma coisa mais "social", "moral" ou "comprometida". A possibilidade da mudança social baseada na razão,

nessa visão, não pode ir além do funcionamento do mecanismo de mercado (mesmo se ele conduzir à ineficiência, desigualdade ou pobreza). Aspirar a mais seria, por essa perspectiva, irremediavelmente utópico (SEN, 2010, p. 319).

É importante observar que a valorização o ativismo do ser humano na busca pelo desenvolvimento ocupa uma posição de destaque na ótica de Sen (2010), o ser humano é colocado no centro do processo de desenvolvimento. Pela importância do envolvimento do ser humano, é considerado desenvolvimento quando se combate a pobreza e a exclusão social e, simultaneamente, promove-se a educação, o bem-estar, a saúde e a preservação do meio ambiente.

Para ampliar a compreensão de algumas discussões que serão realizadas mais adiante torna-se relevante observar a importância conferida por Sen (2010) referente a necessidade da realização da Reforma Agrária. Independente do seu modelo ela concretiza o ideal de liberdade e de participação social defendida por ele, juntamente com os serviços públicos de educação e de saúde, como condicionantes do desenvolvimento:

[...] no passado dos atuais países ricos encontramos uma história notável de ação pública por educação, serviços de saúde, *reformas agrárias* etc. O amplo compartilhamento dessas oportunidades sociais possibilitou que o grosso da população participasse diretamente do processo de expansão econômica (SEN, 2010, p. 190. Grifos meus).

Ao analisar as políticas que conduziram ao êxito econômico de alguns países do Leste Asiático, Sen (2010) estabelece que

[...] existe agora um razoável consenso quanto a uma lista geral de "políticas úteis", incluindo abertura à concorrência, uso de mercados internacionais, alto nível de alfabetização e educação, *reformas agrárias bem-sucedidas* e provisão pública de incentivos ao investimento, exportação e industrialização (SEN, 2010, p. 198. Grifos meus).

Por ser de suma importância a expansão econômica dos benefícios obtidos nos processos de desenvolvimento de algumas nacionalidades, Sen (2010) constrói um paralelo interessante como o descrito abaixo:

Por diversas razões históricas, como a ênfase na educação elementar e na assistência básica à saúde, além da *conclusão de reformas agrárias eficazes no início do processo*, a ampla participação econômica foi mais fácil de obter em muitas das economias do Leste e Sudeste Asiático *de um modo que não foi possível*, digamos, *no Brasil*, Índia ou Paquistão, onde a criação de oportunidades sociais tem sido muito mais lenta, tornando-se assim uma barreira para o desenvolvimento (SEN, 2010, p. 66-67. Grifos meus).

Para Sen (2010) o regime político que melhor coaduna com a perspectiva do desenvolvimento como liberdade é a democracia, por encontrar neste

as condições necessárias à participação social. As sociedades submetidas a regimes autoritários comumente são aquelas que sofrem privações de toda ordem, justamente pela ausência de liberdades para manifestação e liberdades políticas, sendo, inclusive, alvo de uma maior exposição ao risco de fomes coletivas. Nos regimes democráticos há uma tendência maior de preocupação com a população, uma vez que periodicamente estes governantes estão expostos a uma avaliação eleitoral.

As análises de Sen (2010) demonstraram a importância das discussões sobre o processo de construção do desenvolvimento como campo próprio e apropriado para a vivência concreta da liberdade. Ao tentar aproximar essas análises visando ampliar a compreensão da construção do desenvolvimento e da liberdade no Brasil emergem as contribuições de Mantega (1990) pela abordagem e discussões sobre os modelos de desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960.

Ao estudar os desdobramentos da histórica formação da Economia Política Brasileira Mantega (1990) sinaliza duas condições impostas pela expansão do modo de produção capitalista: a competição e o individualismo. Ele procede a um profundo estudo crítico sobre a consolidação do pensamento econômico brasileiro; grande parte desse pensamento gestado por intelectuais ligados a organismos como a CEPAL<sup>3</sup> e o ISEB<sup>4</sup>. Ao analisar o Modelo de Substituição de Importações, que tem Celso Furtado como um de seus principais expoentes, Mantega (1990) destaca que

O conceito mais importante com o qual Furtado opera é, sem dúvida, o de desenvolvimento econômico. Este significa mais do que o simples crescimento econômico ou a acumulação de capital porque, além de representar o incremento da capacidade produtiva, implica também a irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade (MANTEGA, 1990, p. 87).

No entanto, Mantega (1990) considera utópica a ideia de Furtado, segundo a qual o desenvolvimento econômico dar-se-ia automaticamente pelo equilíbrio entre os acréscimos de produtividade, o repasse desses aumentos aos salários e, conseqüentemente, a expansão do mercado interno; o que demonstrou, mais tarde, não coadunar com a realidade. Segundo Mantega (1990) isso se deve ao fato de Furtado trabalhar com a ideia de conciliação dos interesses entre capital e trabalhadores, com uma tendência, no jogo de forças entre ambos, mais favorável aos trabalhadores. Em suas análises acerca do modelo nacional-desenvolvimentista,

---

<sup>3</sup> Comissão Econômica para a América Latina.

<sup>4</sup> Instituto Superior de Estudos Brasileiros.



de origem cepalina, Mantega (1990) revela que, aos olhos deste modelo, uma das razões para o subdesenvolvimento dos países periféricos estaria na produção agroexportadora.

Essa produção agroexportadora estaria assentada numa estrutura agrária fortemente monopolizada e nas mãos de grupos sociais privilegiados pela atual situação, que impediria a melhor ocupação e aproveitamento da terra, *exigindo, assim, uma reforma agrária* para permitir saltos de produtividade na agricultura periférica (MANTEGA, 1990, p. 38. Grifos meus).

Dada a importância da reforma agrária no processo de desenvolvimento, "a saída para essa situação reside, segundo a CEPAL, na implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, *que promova uma reforma agrária*, melhore a alocação dos recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade" (MANTEGA, 1990, p. 39. Grifos meus). No entanto, Mantega (1990) aborda uma pesquisa feita por Fernando Henrique Cardoso junto à burguesia industrial brasileira, onde se constatou a não visualização da reforma agrária como uma solução para ampliar mercado. "A escolha da reforma agrária como meio para solucionar os problemas do mercado é pouco freqüente entre os industriais considerados" (CARDOSO, 1971 *apud* MANTEGA, 1990, p. 187).

Ao analisar as raízes do pensamento econômico marxista no Brasil, Mantega (1990, p. 143) conclui que "a reforma, ou melhor, a 'revolução agrária', concebida como a nacionalização da propriedade territorial e a eliminação da renda diferencial, não tem sido levada 'até o fim' em nenhum país capitalista, seja ele avançado ou atrasado". Ao continuar seu raciocínio Mantega (1990, p. 151. Grifos meus) destaca que "[...] a coisa se complica porque a burguesia industrial costuma ter vínculos com a propriedade rural, com o capital usurário e com a exploração das massas camponesas. *Daí sua relutância em empreender qualquer reforma agrária de maior envergadura [...]*".

Ocorre que o capitalista e o latifundiário tenderão a fundir-se no mesmo cidadão obstaculizando, por força do próprio capital, a reforma da estrutura fundiária. O discurso da burguesia latifundiária optou pela ideologia desenvolvimentista, apaziguando o levante camponês e justificando, junto aos seus pares, o necessário desenvolvimento industrial. Nesse histórico momento político a aliança política é eleita para soldar o pacto tácito e garantir o controle do poder político, como explica Mantega (1990):

[...] a implantação do Estado populista no Brasil reflete, de um lado, a modificação da correlação de forças no seio das classes dominantes em

prol de novos segmentos com base na acumulação industrial e financeira e em detrimento dos segmentos agroexportadores, e, do outro, a institucionalização do poder político das forças populares, que vinham conquistando espaço no cenário político do país já há algumas décadas. Daí a importância da ideologia desenvolvimentista populista, que incorporava a emergência das "massas" no jogo político nacional, *ao mesmo tempo em que as entorpecia e submetia* ao projeto de desenvolvimento capitalista (MANTEGA, 1990, p. 30. Grifos meus).

Como se pode observar, participação popular foi a fórmula encontrada para agradar as massas de tal modo que estas passam a integrar o projeto de desenvolvimento capitalista sem terem a real noção disso. Mesmo assim, segundo Mantega (1990), essa abertura à participação popular, proporcionada pelo novo arranjo político, desagradava grande parte da classe dominante, em uma sociedade, a seu ver, dividida em dois grupos:

[...] uma elite reformista, assumindo as rédeas do poder populista e acomodando as pressões das massas aos interesses do novo pólo de acumulação urbano-industrial, ao lado de uma elite autoritária, que também participava do aparato estatal, mas que já desde 1945 conspirava para excluir as "massas" do jogo do poder (MANTEGA, 1990, p. 30).

É importante destacar o fato de que uma representatividade conseguida a duras penas pelas massas já nascia ameaçada e viria a ser extirpada anos depois com o golpe militar de 1964. O populismo tinha como grande desafio permitir maior representação política, ao mesmo tempo em que promovia a acumulação urbano-industrial, como assevera Mantega (1990):

Essa peculiaridade dos governos populistas obrigava-os a certos malabarismos pois, enquanto implementavam a acumulação de capital, com suas conseqüências concentracionistas e privatistas, faziam promessas de amplas melhorias sociais que acabavam não se concretizando (MANTEGA, 1990, p. 31).

Evidentemente que a disputa entre uma minoria privilegiada, que busca sempre expandir o seu poderio, e a grande maioria, que anseia por melhores condições de vida, trabalho e maior participação social, não teve início nesta época e tampouco teve ali seu desfecho. A luta de classes é um componente histórico da civilização. No entanto, nas análises de Mantega (1990) fica evidente que vários dos autores por ele considerados passaram ao largo desse tema ou o relegaram a segundo plano, dedicando-se, em grande medida, às questões econômicas e mercantis, como se estas, por si só, fossem capazes de explicar as razões do desenvolvimento ou da falta deste.

Mantega (1990) também deixa claro que vários dos pesquisadores por ele analisados, apesar da importância de suas contribuições, foram

demasiadamente imprecisos em suas análises e/ou não souberam interpretar, adequadamente, os fenômenos existentes ou em curso, culminando muitas vezes em uma visão míope da realidade. Segundo Mantega (1990), os governos populistas aderiram a ideologia nacional-desenvolvimentista, gestada nos escritórios da CEPAL e aprimorada por alguns integrantes do ISEB.

Para Mantega (1990, p. 63) "[...] na segunda metade dos anos 50 essa ideologia fornecia um projeto político de desenvolvimento que, mal ou bem, argamassava a sociedade brasileira e fornecia ao Estado sua base de legitimação". No entanto, "[...] as promessas de melhoria de vida para o grosso da população, a sua integração no progresso, elevação de salários, etc., não se concretizaram" (MANTEGA, 1990, p. 63). Para Mantega,

A produção capitalista foi se consolidando no Brasil ao longo dos anos 50, e frustrando as expectativas daqueles que esperavam colher os prometidos frutos sociais do desenvolvimento. Os desníveis sociais, ao invés de desaparecerem ou diminuir, acabaram se ampliando, conforme mostravam os estudos sobre concentração de renda, enquanto a dependência semicolonial foi substituída por uma forte presença do capital estrangeiro e do imperialismo em pleno território nacional. Tornava-se evidente que o principal efeito da industrialização capitalista era a valorização do capital e não exatamente o "progresso" e o bem-estar social de toda a coletividade (MANTEGA, 1990, p. 75-76).

As aspirações da elite autoritária são levadas a cabo com o golpe militar de 1964, o que torna ainda mais evidente os antagonismos existentes entre o capitalismo em curso e os interesses da coletividade quanto a melhoria de suas condições de vida. Mantega explica que,

[...] com o golpe militar de 1964 ficava demonstrado que o avanço da acumulação poderia traduzir-se até mesmo na deterioração das condições de vida dos trabalhadores, dependendo da correlação de forças entre capital e trabalho. Afinal, o máximo de desenvolvimento capitalista ocorre, justamente, diante da máxima valorização de capital, que é sinônimo da máxima exploração dos trabalhadores. Portanto, se o objetivo primordial do desenvolvimentismo era a criação e socialização da riqueza, escolheu o caminho errado (MANTEGA, 1990, p. 76).

A incompatibilidade entre o capitalismo e o desenvolvimento social, ou o antagonismo de interesses entre uma minoria privilegiada e uma maioria excluída pelo sistema capitalista, é destacada por Mantega (1990, p. 198-199) ao afirmar: "a meu ver, a solução para um desenvolvimento social do país, de acordo com os interesses do grosso da população, nada tem a ver com qualquer tipo de desenvolvimento capitalista, seja autônomo ou associado". Para Mantega (1990, p. 201), "o desenvolvimento capitalista caracteriza-se justamente por defender os

interesses de um pequeno segmento da nação, em detrimento da grande maioria dela", sendo, portanto, um modelo de desenvolvimento essencialmente excludente.

Para Mantega (1990), os estudos dos principais expoentes na formação da economia política brasileira foram caracterizados por uma visão superficial, incompleta e/ou equivocada dos elementos constituintes do desenvolvimento. Trata-se de uma visão fragmentada e superficial, seja no que se refere a aspectos conceituais, seja na dinâmica, comportamento e importância sistêmica destes elementos na época em que foram realizados os estudos ou em seus desdobramentos no curto, médio e longo prazo.

As análises de Sen (2010) e de Mantega (1990) sinalizaram que nem todo crescimento econômico corresponde a aumento da participação social e melhoria nas qualidades de vida e trabalho para a maioria da população. Na realidade o modelo de desenvolvimento capitalista valoriza o capital e não o ser humano, o capital busca acelerar e maximizar a sua acumulação sem importar-se com os efeitos colaterais produzidos. Para isso utiliza de todas as artimanhas necessárias visando, de um lado, obter e explorar todos os recursos de que necessita para produzir e, de outro, criar o mercado consumidor para suas mercadorias.

É a produção e não o consumo quem dirige a expansão do capital. Ou, dizendo de outro modo, a produção funciona como se fosse o timão do navio. Dele parte toda orientação e dele depende o rumo que o navio tomará. É pelo dinamismo da produção que o capital, ao criar o produtor, cria também o produto e o consumidor, pois esse dinamismo permite ao capitalista se apropriar da mais-valia. É ela a principal fonte do capital. Trata-se de trabalho humano objetivado e não remunerado. Por conseguinte, empreendimento cresce e prospera, gerando resultados positivos para poucos, ao mesmo tempo em que degrada e empobrece a maioria, lançando-os muitas vezes em condições de completa miserabilidade.

Segundo Sachs (2001, p. 157) "uma conclusão óbvia pode ser extraída desse quadro de contrastes: o crescimento, em si, não traz, automaticamente, o desenvolvimento, ou, por sinal, a felicidade". O crescimento não necessariamente conduz ao desenvolvimento, em muitos casos o crescimento se realiza ampliando as desigualdades, ou seja, de um lado concentra a riqueza nas mãos de poucos e, de outro, empobrece e deteriora as condições de vida da maioria. É preciso destacar também que nem sempre o desenvolvimento impulsiona crescimento.

Por outro lado, o fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. Aliás, precisamos de taxas mais altas de crescimento econômico para acelerar a reabilitação social, uma vez que é mais fácil operar nos acréscimos do PNB que redistribuir bens e rendas numa economia estagnada (SACHS, 2001, p. 157-158).

O Produto Interno Bruto (PIB) representa o crescimento econômico obtido. O desenvolvimento econômico, por sua vez, só acontece quando esse desenvolvimento se distribui entre todos os estratos sociais. Nesse sentido, Bernstein (1996) enfatiza que

O crescimento econômico é uma condição necessária, ainda que insuficiente, para o progresso social, representado pela satisfação de necessidades básicas, tais como nutrição, saúde e habitação adequadas (superação da pobreza absoluta), ao que se podem acrescentar ainda outras condições de uma existência humana plena, tais como o acesso universal à educação, liberdades civis e participação política (superação da pobreza ou privação relativa) (BERNSTEIN, 1996, p. 197).

Assim como Sen (2010), diversos pesquisadores, dentre eles Löwy (2012) e Lesbaupin (2012), apontam, por intermédio de suas análises, para a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista. Para Löwy (2012, p. 12) "se a raiz do problema é o sistema capitalista industrial, moderno, globalizado, neoliberal, então devemos atacar a raiz do problema" e afirma que

[...] o atual modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial moderno, particularmente em sua variante neoliberal, baseada no produtivismo e no consumismo, está conduzindo a humanidade - e não o planeta - a uma catástrofe ecológica ou ambiental sem precedentes em sua história (LÖWY, 2012, p. 7-8).

Repensar o modelo de desenvolvimento consiste em uma reflexão para além das questões relacionadas à propriedade e às relações de produção. E assevera Löwy (2012) que "não é só isso: precisamos pensar em uma transformação do padrão de consumo. É insustentável o padrão de consumo do capitalismo moderno" (LÖWY, 2012, p. 13).

Esse aparelho produtivo, criado pelo capitalismo ocidental, industrial, moderno, é incompatível com a preservação do meio ambiente, por sua matriz energética e por sua forma de funcionamento, que inclui o agronegócio, o uso de pesticidas, entre toda uma série de características que mostram que esse aparelho produtivo não serve. Temos que pensar em uma profunda transformação, não só das relações de produção, mas do aparelho produtivo (LÖWY, 2012, p. 13).

A redução necessária do consumo, segundo Löwy (2012), não deve ser algo linear a impactar de maneira igualitária todos os países, estados, municípios ou classes sociais. "Primeiro, é uma questão de desigualdade social. O consumo é dez ou cem vezes maior nos países avançados" (LÖWY, 2012, p. 13). Trata-se da equidade e do acesso aos bens tecnológicos e, por conseguinte, os países mais desenvolvidos suportarão a redução necessária, todavia, é preciso também contemplar o fato de que "há uma diferença enorme entre o consumo ostentatório das elites dominantes e o consumo das classes populares: uns comem feijão e milho e outros compram iates enormes, helicópteros, etc" (LÖWY, 2012, p. 13). Assim, é inconcebível imaginar que a redução no consumo vá atingir a todos igualmente, as elites dominantes necessariamente terão de experimentar uma redução muito mais drástica no seu padrão de consumo. Mas para Löwy (2012) os problemas relacionados ao atual modelo de desenvolvimento produtivista-consumista não terminam por aí.

Além disso, existe no capitalismo algo que se chama obsolescência planejada dos objetos de consumo. Dentro do capitalismo, os objetos de consumo já têm, em sua própria concepção, sua obsolescência prevista para o mais rápido possível. [...] Isso é necessário: para o capital vender mais e mais [...], produzir mais e mais, precisa ter uma duração muito menor. É parte do padrão produtivista e consumista, e também precisa ser modificado (LÖWY, 2012, p. 13).

É importante destacar a ênfase nas análises de Löwy (2012) a necessária redução em diversos aspectos além do padrão de consumo, no sistema de propriedades e no sistema produtivo, como também no padrão de transporte, atualmente estabelecido para favorecer em larga escala a indústria automobilística e petrolífera. "Por isso, precisamos pensar no desenvolvimento do transporte coletivo, no trem em vez do caminhão, entre outras medidas" (LÖWY, 2012, p. 13).

Para Lesbaupin (2012) a atual crise ambiental está diretamente ligada à lógica predatória do sistema capitalista. Trata-se de um complexo sistema de produção e consumo, esse baseado na propaganda como um de seus principais instrumentos para criar necessidades artificiais. Elas impulsionam a ilusão da/na obtenção do inédito. Ineditismo atrelado à obtenção de mercadoria como elo entre a pessoa e a sociedade da qual participa. A atração exercida pelo fetiche advinda da composição da mercadoria é tão forte que a pessoa não possui forças para resistir.

Ao analisar a transição do sistema feudal para o capitalista verifica-se o desenvolvimento deste sob duas bases estruturais, quais sejam, os dois processos

interconectados: a industrialização e a urbanização. Ambos são impulsionados sem admitir a escassez dos recursos naturais, por conseguinte, tais recursos são depredados sem nenhum limite, como explica Lesbaupin (2012):

O capitalismo é suicida porque ele não consegue se manter sem destruir as condições que a humanidade necessita para sobreviver: clima equilibrado, recursos naturais disponíveis a longo prazo e segurança alimentar. É desagregador das sociedades, porque tende a produzir fortes desigualdades. [...] A vida se mercantiliza, tudo vira mercadoria, inclusive as pessoas (LESBAUPIN, 2012, p. 39).

Lesbaupin (2012) defende a hipótese segundo a qual só haverá futuro para as gerações se for construída e desenvolvida outra lógica suficientemente forte para se sobrepor à lógica capitalista. Essa se supera ciclicamente ao enfrentar as crises, como a que ocorreu em 1929. Sua superação foi impulsionada pelas políticas neoliberais de então, contudo, devido ao processo de mundialização econômica a crise eclodiu novamente em 2008. Ao ser mantida essa lógica há que se aguardar pela próxima crise. Apesar de não considerar uma tarefa simples, Lesbaupin (2012) afirma que a

[...] saída da crise mundial não pode ser retomada do crescimento econômico anterior, apoiado na lógica "produtivista-consumista": a saída é romper com o modelo econômico baseado na exploração e no lucro e estabelecer um modelo de sociedade baseado em uma economia solidária e ecológica, na relação respeitosa com a natureza, na busca do bem-viver, produzindo aquilo que é necessário, evitando o esgotamento dos bens que a natureza nos oferece (LESBAUPIN, 2012, p. 39).

É necessário, urgente e inadiável interromper a destruição do planeta. A saída reside então em promover uma ruptura plena com o atual modelo econômico, na busca por uma nova concepção de desenvolvimento visando maximizar o tempo e a qualidade da vida humana, bem como, das condições necessárias para tal. "Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida e não para a maximização do consumo" (LESBAUPIN, 2012, p. 40). Ampliando as concepções presentes nas análises de Sen (2010) e Löwy (2012), Lesbaupin (2012) afirma:

Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante - difundida pela grande mídia -, desenvolvimento não é sinônimo de "produtivismo-consumismo". Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem. Isso implica garantir proteção social para que as pessoas se sintam seguras face às dificuldades imprevistas que podem atingir qualquer ser humano (LESBAUPIN, 2012, p. 40).

Para o pensamento econômico dominante a elevação do PIB, mesmo que não haja elevação no padrão de vida do grosso da população, implica em desenvolvimento. Para os autores como Bresser Pereira (1977), alinhados a esse pensamento, a dependência, a miséria, a injustiça social, a concentração de renda e a exploração desmedida dos recursos, inclusive humanos, são contradições do sistema econômico e não precisam ser superadas para que haja desenvolvimento. Para eles as restrições impostas pelo esgotamento de recursos seriam superadas pela técnica e pela tecnologia. Segundo Bresser Pereira (1977, p. 28), "o desenvolvimento pode ser justo ou injusto, pode concentrar renda, manter a taxa de exploração em nível mais ou menos constante, ou distribuir a renda". Para ele o subdesenvolvimento é uma tipologia específica do desenvolvimento, denominada como "desenvolvimento periférico", concentradora de renda e excludente; e significa ausência de modernização ou pleno desenvolvimento capitalista.

A produção de alimentos é uma das condições necessárias à sobrevivência humana, o que não é, nem nunca foi, uma prioridade nos empreendimentos capitalistas, em especial para o agronegócio. Assim como Löwy (2012), Lesbaupin (2012) entende que pensar o desenvolvimento inclui pensar, dentre outras coisas, o sistema produtivo e afirma: "queremos um desenvolvimento que nos dê vida e não produtos. Temos que produzir aquilo de que precisamos, não aquilo que as empresas querem que consumamos, para atender a sua ganância de lucros" (LESBAUPIN, 2012, p. 46).

Diante das propostas induzidas nos modelos de desenvolvimento econômico há que contrapor as propostas construídas pelo campesinato como enorme herança agrária, cuja força é enaltecida por Lesbaupin (2012):

Para a área agrária-agrícola, há propostas consistentes dos movimentos sociais do campo e de setores a eles vinculados. Eles propõem um modelo de agricultura radicalmente diferente do modelo dominante, um modelo que se opõe à dominação das multinacionais, ao agronegócio, à dependência de fertilizantes e agrotóxicos, aos transgênicos. Ele exige a *reforma agrária*, para que todos os trabalhadores tenham terra e condições para plantar; e propõe um modelo apoiado na agroecologia - sem agrotóxicos -, na produção diversificada, na agricultura familiar, produzindo prioritariamente para a alimentação da população (LESBAUPIN, 2012, p. 44. Grifos meus).

Na mesma linha de pensamento daqueles que entendem ser possível um outro tipo de desenvolvimento está Abad (2014). Ele defende um desenvolvimento que possibilite adequadamente uma harmonia e equilíbrio entre os



objetivos econômicos, sociais e ambientais para garantir melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

*El concepto de desarrollo, por tanto, ya no hace referencia solo a aspectos estrictamente económicos, sino que también considera las cuestiones relativas a la equidad social, con el objetivo de erradicar cualquier tipo de desigualdad. Más reciente es la perspectiva ambiental, que define el desarrollo como durable o sostenible, y que introduce una perspectiva temporal para garantizar tanto la disponibilidad de los recursos, como localidad de vida de las generaciones futuras. Se trata de combinar los objetivos económicos, sociales y ambientales en la aplicación de los programas de desarrollo (ABAD, 2014, p. 291-292).*

O conceito de desenvolvimento, portanto, não faz referência somente a aspectos estritamente econômicos, mas também considera as questões relativas a equidade social, com o objetivo de erradicar qualquer tipo de desigualdade. Mais recente é a perspectiva ambiental que define o desenvolvimento como durável ou sustentável, e que introduz uma perspectiva temporal para garantir tanto a disponibilidade dos recursos, como a qualidade de vida das gerações futuras. Se trata de combinar os objetivos econômicos, sociais e ambientais na implementação dos programas de desenvolvimento (ABAD, 2014, p. 291-292. Tradução minha).

Juntamente com as perspectivas econômicas, sociais e ambientais, Abad (2014) acrescenta ao conceito de desenvolvimento rural, a quarta perspectiva. Trata-se da participação, a condição de agente de Sen (2010). “A consideração do desenvolvimento como participativo é essencial para entender como a intervenção da própria população, implicada em qualquer iniciativa, seria fundamental para conseguir uma maior eficácia quanto ao cumprimento dos objetivos” (ABAD, 2014, p. 292. Tradução minha). “*La consideración del desarrollo como participativo es esencial para entender cómo la intervención de la propia población, implicada en cualquier iniciativa, sería fundamental para conseguir una mayor eficacia en cuanto al cumplimiento de objetivos*” (ABAD, 2014, p. 292).

Tais os objetivos são estabelecidos de baixo para cima e tendem a maior efetividade no atendimento aos anseios da população. “O desenvolvimento rural deve centrar seus esforços para realizar-se de maneira integral e sem desvirtuar a verdadeira essência do seu entorno: as atividades tradicionais” (ABAD, 2014, p. 293. Tradução minha). “*El desarrollo rural debe centrar sus esfuerzos en realizarse de manera integral y sin desvirtuar la verdadera esencia de su entorno: las actividades tradicionales*” (ABAD, 2014, p. 293).

A gestão ambiental do campesinato vem sendo desenvolvida desde o período do neolítico, o que lhe garante excelentes resultados. Essa gestão, unida às propostas sinalizadas por Lesbaupin (2012) e Abad (2014), quando implementadas, podem possibilitar alta produtividade, principalmente em alimentos de primeira

necessidade. Essa soberania alimentar é uma das características do jeito camponês de fazer agricultura e, é por isso que o campesinato vem sendo historicamente importante por produzir mais de 70% dos alimentos. “Os camponeses e indígenas, que tem acesso a apenas 24,7% das terras e territórios, são responsáveis por mais de 70% da produção de alimentos do mundo” (LEÓN, 2015, p. 2. Tradução minha). “*Los campesinos e indígenas acceden a apenas al 24,7% de las tierras y territorios, son responsables de más del 70% de la producción de alimentos del mundo*” (LEÓN, 2015, p. 2). A soberania alimentar consiste na principal questão referente ao uso do solo e interessa ao planejamento ambiental pelos impactos provocados com a produção de alimentos.

Essa tecnologia desenvolvida pelo campesinato, lamentavelmente, não é reconhecida como científica, pois a academia a considera uma anomalia. São razões como essas que obstaculizam a sua expansão e, como elucida Lesbaupin (2012, p. 44. Grifos no original), “a razão pela qual ela não se expande é a prioridade dada pelos governos ao agronegócio, à exportação de *commodities* e a pouca atenção a este tipo de agricultura”. A letargia e/ou desinteresse demonstrados pelo Estado e suas instituições no atendimento às demandas sociais deve-se à sua cooptação pelo capital. Nesse contexto, o papel desempenhado pelos movimentos sociais é de extrema importância e devem atuar com a apresentação de “[...] programas de transformação e não só reivindicando demandas pontuais” (CORAGGIO, 2014, p. 10. Tradução minha). “[...] *programas de transformación y no sólo reivindicatorios de demandas particulares*” (CORAGGIO, 2014, p. 10). Assim, Coraggio (2014) destaca:

*El campesinado, crítico de la tecnología destructora de la tierra y de la vida, el que nos plantea no sólo una propuesta agroecológica sino la soberanía alimentaria, el valorar la economía de la casa, siempre presente en las estrategias de la economía popular, y que retoma la consigna de “la tierra para el que la trabaja”* (CORAGGIO, 2014, p. 10).

O campesinato, crítico da tecnologia destruidora da terra e da vida, é que nos apresenta não só uma proposta agroecológica mas sim a soberania alimentar, ao valorizar a economia doméstica, sempre presente nas estratégias da economia popular, e que leva consigo o lema “terra para aquele que nela trabalha” (CORAGGIO, 2014, p. 10. Tradução minha).

A presença do campesinato no centro das discussões sobre formas alternativas ao modelo capitalista denotam o seu protagonismo e a sua atualidade enquanto ator social. Historicamente o campesinato tem levantado barreiras contra o avanço do capital sobre a agricultura, mais recentemente em sua manifestação

através do agronegócio. No contexto do desenvolvimento econômico brasileiro é possível observar a presença sempre marcante do campesinato, em sua luta contra o capital pelo domínio dos meios de produção, em especial pela terra que é o principal deles.

O sistema capitalista é centrado em relações competitivas e no individualismo exacerbado, com pouco ou nenhum espaço para ações colaborativas, cooperativas, associativas e humanitárias. Nesse sentido, Dal Ri (2010) assevera que o capitalismo, em sua fase neoliberal, "colocou-se, teórica e praticamente, contrário à reprodução e ao desenvolvimento da solidariedade entre as classes trabalhadoras e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de organizações com caráter autônomo e de classe" (DAL RI, 2010, p. X). No entanto, como estratégia de resistência e luta contra o desemprego, o esforço da classe trabalhadora procura abrir alternativas com iniciativas de trabalho associado onde "os trabalhadores são ao mesmo tempo os proprietários dos meios de produção (DAL RI, 2010, p. XI).

Embora essas organizações tenham que produzir excedente econômico para ser aplicado em seu desenvolvimento, um aspecto inovador é que elas não visam à acumulação de capital, mas, sim, à produção e à reprodução da comunidade de trabalho. A dimensão mais importante dessa comunidade é a extinção do trabalho assalariado e a sua substituição pelo trabalho associado (DAL RI, 2010, p. XII).

Assim, essas iniciativas não têm como meta a exploração capitalista propriamente dita, ou seja, a obtenção da mais valia e a acumulação do capital, mas objetivam libertar os participantes do jugo capitalista e gerar à estes trabalho, renda e/ou outros tipos de benefícios. No entanto, apesar desses esforços, as consequências do modelo capitalista estão presentes e são, segundo Franco (2003), o não desenvolvimento e a marginalização de um grande contingente populacional, processo esse conhecido como exclusão social e que nega oportunidades, segrega e discrimina as minorias. "O mundo necessita de uma globalização solidária, de inclusão e justiça social capaz de fomentar modelos de desenvolvimento que possibilitem a todos os habitantes uma vida produtiva e a desfrutar dos benefícios oferecidos à sociedade" (FRANCO, 2003, s. p. Tradução minha). "*El mundo necesita de una globalización solidaria, de inclusión y justicia social capaz de fomentar modelos desarrollo que estimulen una vida productiva y de disfrute de todos los habitantes a los beneficios que brinda la sociedad*" (FRANCO, 2003, s. p.).

Essa característica altamente excludente do sistema de produção capitalista manifesta-se, inclusive, também no que se refere ao uso das Tecnologias

da Informação e Comunicação (TIC's), onde tem sido negado, em pleno século XXI, à grande parte da sociedade, inclusive o campesinato, o acesso a essas inovações tecnológicas e seus benefícios. A negação do acesso não se dá pela existência de impedimentos legais na aquisição e uso, mas sim pela inexistência de condições financeiras favoráveis, falta de capacitação para uso e ausência da infraestrutura técnica necessária. Dessa forma, assim como cria uma massa de excluídos dos circuitos econômicos e sociais, o modelo de desenvolvimento capitalista gera também a exclusão digital.

Entende-se que não há uma delimitação conceitual apropriada e que dê conta da abrangência que envolve exclusão digital. Por isso, optou-se por construir uma delimitação com base nas palavras "excluir" e "exclusão" (HOUAISS & VILLAR, 2009; MICHAELIS, 2008), "dependência social", "discriminação social", "desigualdade social" e "distância social" (WILLEMS, 1977). Uma pessoa excluída é aquela que fica fora, a margem, é privada de uma conversa, de um processo, de um serviço essencial, de um benefício, de um grupo social, da posse ou acesso a alguma coisa, por exemplo.

Para Wanderley (2001) *apud* Vieira (2009), a exclusão tem raízes socioeconômicas e suas causas seriam: "o rápido e desordenado processo de urbanização; a uniformização do sistema escolar; o desenraizamento causado pela mobilidade profissional; a desigualdade de renda e de acesso aos serviços essenciais" (VIEIRA, 2009, p. 63). Nesse contexto emerge a exclusão social como "[...] um processo social de descompromisso com o ser humano em geral, fechando-lhe o acesso aos benefícios e serviços sociais (direitos sociais) [...]" (VIEIRA, 2009, p. 85). Segundo Veira (2009, p. 65) "[...] o processo de exclusão social é intrínseco ao próprio modo de produção e a banalização das desigualdades sociais na sociedade atual tende, cada vez mais, condenar parcelas significativas da população à condição de excluído".

As análises de Vieira (2009) sinalizam que a exclusão social é um processo multidimensional - histórica, geográfica, econômica, social, política e de representação social; objetivas ou subjetivas - resultante "[...] da complexidade de vários fatores e situações de inserção social dos indivíduos [...]" (VIEIRA, 2009, p. 79). Para que se configure a exclusão não é necessário uma ruptura radical, mas "[...] também pela ausência de recursos mínimos, pelo acesso precário, ou mesmo a falta de acesso a recursos e aos bens de consumo básicos, pela falta de acesso à

educação, saúde, mercado de trabalho e às condições afetivas e subjetivas dignas" (VIEIRA, 2009, p. 76).

Para efeitos dessa dissertação, entende-se a exclusão digital como um processo engendrado pelo capital que priva alguns membros da sociedade do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), da sua posse ou do conhecimento necessário para operá-las em proveito próprio, através da aplicação nas atividades pessoais e profissionais. Manifesta-se também quando se impede uma pessoa ou grupo de disseminar seus valores, cultura e identidade através das TIC's. Com isso o capital aumenta a capacidade de subordinação do campesinato ao minar a sua capacidade de resistência, como assevera Gorz (2005).

Para impedir essa resistência de se cristalizar e de se estender, o capital deve interiorizar pela cultura a dominação que exerce sobre ela. Para o capital, é necessário apoderar-se da imaginação coletiva, das normas comuns, da linguagem. No conflito que se desenha, a linguagem é um desafio central: de seu domínio, de seu controle, depende a possibilidade de pensar e exprimir a resistência e o que a motiva (GORZ, 2005, p. 53).

Com a exclusão digital o capital objetiva monopolizar e controlar a produção e disseminação do *conhecimento*, concentrando essa fonte de riqueza e poder própria da Sociedade da Informação, apropriando-se para que não se torne um bem coletivo. A importância do conhecimento na sociedade contemporânea está na "[...] capacidade de monopolizar o direito de se servir dele" (RULLANI, 2000 *apud* GORZ, 2005, p. 45). Nesse sentido, Gorz (2005) estabelece que:

Essa apropriação nem sempre precisa ser direta. Basta que o capital se aproprie dos meios de acesso ao conhecimento - especialmente os meios de acesso à internet - para conservar o controle sobre ele, para impedi-lo de se tornar um bem coletivo abundante. O acesso e os meios de acesso ao conhecimento se tornam assim o desafio maior de um conflito central (GORZ, 2005, p. 37).

A exclusão digital pode ser entendida como um desdobramento ou consequência da exclusão econômica e social e, por isso, é uma forma de discriminação social que gera desigualdade e aumenta a distância e dependência social. Com uma abordagem mais restrita, Santos (2003, p. 1) entende a exclusão digital como "expressa pela divisão entre os que têm acesso as informações pela Internet e aqueles que não têm acesso, principalmente os pobres, residentes nas regiões mais deprimidas dos países periféricos ou semiperiféricos (caso do Brasil)". A exclusão digital inibe o intercâmbio de produtos, serviços, experiências e conhecimento, o que afeta negativamente as pessoas ao restringir a liberdade, autonomia, protagonismo e o acesso às oportunidades.

Ao se considerar que o campesinato tem desempenhado um protagonismo histórico na luta de classes, negar o acesso às TIC's significa restringir sua liberdade e também suas possibilidades de, por exemplo, articulação, resistência, cooperação, troca de informações, organização e desenvolvimento econômico, social e cultural. Para Santos (2003, p. 3), "constatando que a Internet é uma infovia de mão dupla dá para inferir que a falta de acesso alija o cidadão dos circuitos econômicos dominantes, e mais: retira-lhe a possibilidade de incluir na rede o padrão cultural da sua realidade local". Isso, consorciado com outras formas utilizadas para imposição de modelos urbanos, tem contribuído sobremaneira na degradação da identidade camponesa, tentando conformar o campesinato à cultura e valores urbanos, bem como às necessidades da exploração capitalista.

Para tentar resolver ou contornar um problema público, ou então equilibrar os impactos de relações desiguais de poder, o Estado, responsável por mediar as relações em uma sociedade, tem como instrumento as políticas públicas. Ao fazer uma alusão ao modelo de Kingdon, Secchi (2012) demonstra que uma política pública é resultante da convergência entre a existência de um problema, de alternativas para solução deste problema e de condições políticas favoráveis. Isso criaria uma janela de oportunidade para o nascimento da política pública.

No contexto das políticas públicas, a política é entendida como um *conjunto de procedimentos que expressam relações de poder* e que se orienta à *resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos*. Em uma palavra, a política implica a possibilidade de resolvermos conflitos de uma forma pacífica (RODRIGUES, 2010, p. 13. Grifos no original).

Segundo Rodrigues (2010, p. 13. Grifos no original), "política pública é o *processo* pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade". Em suas análises Rodrigues (2010) relembra a definição de política pública de Lasswell: "quem ganha o quê, quando e como". Criar a janela de oportunidade apontada por Secchi (2012) para a instituição de uma política pública que de fato rompa com a realidade de exclusão torna-se o grande desafio.

Nesse campo de forças onde campesinato e capital disputam o domínio sobre os meios e modos de produção, qualquer iniciativa que vise proporcionar liberdade e autonomia ao campesinato encontrará pela frente os obstáculos interpostos pelo capital. Trata-se da expansão da questão agrária em

que o capital e o campesinato se enfrentam das mais diversas formas. Inclusive pela invisibilização das propostas, realizações e sucessos, e, como os meios de comunicação social quase sempre estão sob o domínio do capital, a divulgação que é feita insiste naquilo que é depreciativo, inculcando na sociedade a ideia de que o campesinato é contraproducente e que luta por direitos que não são seus.

As TIC's consistem numa oportunidade para que o campesinato possa se articular, organizar, lutar, compartilhar conhecimentos, fortalecer a sua identidade, implementar novas técnicas e tecnologias, melhorar sua produtividade, bem como encontrar formas alternativas para desenvolver-se dentro do sistema capitalista, mas não fazendo parte dele e, contraditoriamente, sendo parte dele. Dentre as principais estratégias desenvolvidas pelo campesinato para confrontar o atual modelo econômico produtivista-consumista, merecem destaque: a agroecologia, a recampesinização, o protagonismo, a resistência, as práticas heterogêneas e a luta pela terra.

As análises realizadas por Altieri (2012), Ploeg (2008) e Felicio (2011) ampliam e aprofundam a compreensão sobre a importância dessas alternativas. Alternativas que podem também ser consideradas como estratégias frente ao avanço do capital por possuírem dinâmicas e lógicas as quais não estão sob as leis de acumulação capitalista. A agroecologia é uma das estratégias que o campesinato pode utilizar para resistir as investidas do capital e suas tentativas de subordinação. A agroecologia enquanto ciência, “[...] a qual se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas” (ALTIERI, 2012, p. 92).

Por assentar-se em conceitos bem como na visão holística e sistêmica da natureza e do ambiente, a agroecologia valoriza e impulsiona a postura crítico-reflexiva engendrada pelo campesinato. É importante compreender que a agroecologia implementa o modo camponês de fazer agricultura por promover sua autonomia e libertação frente aos pacotes de agroquímicos impostos pela indústria capitalista. Altieri (2012) explica que esse jeito de fazer agricultura consiste num método que “baseia-se em melhorar a qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis, debilitando ao mesmo tempo as pragas (plantas invasoras, insetos, doenças e nematoides) ao promover organismos benéficos via diversificação do agroecossistema” (ALTIERI, 2012, p. 92).

Elevar a confiança do campesinato, aumentar o volume e melhorar a qualidade da produção e tornar a agricultura uma atividade sustentável social, ambiental e economicamente consistem nos principais objetivos da agroecologia, como entende Altieri (2012).

A produtividade e sustentabilidade de tais agroecossistemas podem ser otimizadas com métodos agroecológicos e, dessa maneira, podem formar a base da soberania alimentar, definida como o direito de cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente. O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2012, p. 93).

Assim, interrompe-se um ciclo vicioso iniciado na década de 1960 pela chamada Revolução Verde, mesmo porque o campesinato, historicamente, desenvolveu seu jeito camponês de fazer agricultura com base agroecológica e visando a soberania alimentar. “A contribuição à segurança alimentar desde o campesinato é hoje tão crucial como há vinte e cinco anos” (ALTIERI, 2012, p. 93). No entanto, apesar de ser uma alternativa crível e viável, para que a agroecologia consiga desenvolver e atingir toda a sua potencialidade produtiva é preciso realizar investimentos e promover significativas mudanças estruturais que vão contra os interesses capitalistas do jeito empresarial de fazer agricultura, denominado ultimamente pelo conceito de agronegócio.

A recampesinização é definida por Ploeg (2008, p. 23. Grifos no original) como “[...] uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*”. O campesinato sempre esteve presente, o que varia é a forma como ele se manifesta, dependendo do tempo, do lugar e das condições estruturais. Ploeg (2008) demonstra essa variedade de manifestações ao comparar o camponês grego e o romano, onde, de um lado, o primeiro “[...] era um homem livre que praticava a agricultura de forma orgulhosa e independente” (PLOEG, 2008, p. 5), ao passo que, de outro lado, os camponeses romanos eram vistos como “[...] subordinados, maus, feios e incapazes de controlar o seu próprio destino” (PLOEG, 2008, p. 5).

Desde o período neolítico a presença do campesinato tem sido considerada imprescindível por ele desenvolver, com diversidade, a produção de grãos e carne. Sua importância não é só produtiva, mas também sociológica e ambiental pelo relevante papel social, pois “[...] a presença dos camponeses tem



frequentemente uma relação positiva com a qualidade de vida no campo, com a qualidade dos nossos alimentos e com a necessidade de usar a água, a energia e as terras férteis de forma sustentável e eficiente” (PLOEG, 2008, p. 6).

Dada a sua capacidade e resiliência para lidar com condições e ambientes mais inóspitos, o campesinato é apontado como elemento importante em um mecanismo para lidar e superar a condição de marginalidade imposta, historicamente, pelo sistema de produção capitalista. É justamente para fazer frente às privações impostas pelo capital, como elevados níveis de desemprego, falta de renda e perspectivas, fome, etc. – que o processo de recampesinização se manifesta, pois “para fazer frente à dependência e à privação, é necessário ter autonomia” (PLOEG, 2008, p. 30).

A recampesinização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados (PLOEG, 2008, p. 23).

Frente a uma potencial crise agrária sem precedentes, Ploeg (2008, p. 28. Grifos no original) acredita que ela “[...] apenas poderá ser evitada e solucionada através da *recampesinização* generalizada e, possivelmente, renovada”. Contrariando o empreendimento capitalista, o jeito camponês de fazer agricultura busca a harmonia com o meio ambiente, pois “[...] se baseia no uso sustentado do capital ecológico, sendo orientada para a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses” (PLOEG, 2008, p. 17).

Assim, a característica específica do campesinato é que a autonomia e o progresso são criados da coprodução entre o homem e a natureza viva. A natureza, isto é, a terra, os animais, as plantas, a água, a biologia do solo e os ciclos ecológicos, é usada para criar e desenvolver a base de recursos, que é complementada pela mão-de-obra, investimentos na produção (instalações, trabalhos de irrigação, sistemas de drenagem, socalcos, etc) conhecimentos, redes, acesso a mercados, etc. [...] a forma de criar, desenvolver, associar, usar e reproduzir recursos dentro do modo camponês de fazer agricultura é extremamente característica, sendo a sustentabilidade um importante aspecto desta (PLOEG, 2008, p. 30).

A histórica luta do campesinato por intermédio de suas estratégias de recriação, engendrada com o objetivo em ampliar sua autonomia e protagonismo, por intermédio do desenvolvimento do seu jeito de fazer agricultura, não encontra amparo na academia. Para ela esse jeito de fazer agricultura não possui cientificidade e é considerado prática sem o necessário debate teórico. Portanto,

uma anomalia. A subserviência da ciência aos ditames do capital, como um conhecimento que não se conhece, por isso não reconhece a importância da cultura e dos saberes desenvolvidos pelo campesinato, sob a alegação da ausência do indispensável embasamento teórico consolidado, como assevera Ploeg (2008).

[...] considera-se que as formas camponesas de agricultura existem com frequência como *práticas sem representação teórica*, o que ocorre, particularmente, em países desenvolvidos. Assim, elas não podem ser adequadamente compreendidas, o que normalmente leva à conclusão de que não existem ou de que são, na melhor das hipóteses, uma anomalia irrelevante. Mesmo quando sua existência é reconhecida (como acontece em países em desenvolvimento), as realidades camponesas são vistas como obstáculos à mudança – obstáculos que apenas se consegue ultrapassar através da transformação dos camponeses em empresário (ou em “produtores simples de mercadorias” de pleno direito) (PLOEG, 2008, p. 35. Grifos no original).

Por tentar colocar limites ao avanço do capital na agricultura, o jeito camponês de fazer agricultura é “cientificamente” combatido, marginalizado e/ou descaracterizado. Mesmo porque para se alinhar ao pensamento único, tudo que contraria ou coloca em risco os interesses do capital, é eliminado dos debates acadêmicos, políticos e sociais. Apesar de Ploeg (2008) reconhecer a proeminência do campesinato e do seu jeito de fazer agricultura, como solução para fazer frente às privações impostas pelo capital, “[...] ela está ausente das agendas políticas e dos fóruns internacionais onde se discutem questões relacionadas com agricultura e desenvolvimento” (PLOEG, 2008, p. 35).

Isso se deve em grande medida à defesa de certas teorias as quais associam direta e essencialmente a existência do campesinato ao grau de subdesenvolvimento social onde ele está inserido. Assim, segundo Ploeg (2008), essas teorias marginalizam e invisibilizam o campesinato de três maneiras: associando-o ao subdesenvolvimento, negligenciando seu modo de fazer agricultura e negando o seu protagonismo e independência como a necessária condição de agente.

O protagonismo historicamente desempenhado pelo campesinato pode ser identificado quando se olha para as lutas e transformações sociais ocorridas no passado. Bem como pode ser contemporaneamente identificado pela sua capacidade de articulação na tentativa para acompanhar a dinâmica de uma economia cada vez mais mundializada. “O protagonismo do campesinato é ressaltado nas suas estratégias quando fazem avançar a luta de classes, a exemplo do MST no Brasil” (FELICIO, 2011, p. 150).

A perspectiva do campesinato consiste em se desenvolver em qualquer modo de produção sem fazer parte de sua lógica por criar sempre a sua existência e, por conseguinte, garantir seu protagonismo. O campesinato lutou no feudalismo, permanece lutando no capitalismo e lutará em qualquer outro sistema produtivo como faz na China e em Cuba, porque ele tem seu jeito próprio de fazer agricultura. Ele ocupa o território e desenvolve todas as dimensões da vida utilizando a diversidade e a riqueza natural das florestas, rios, climas, paisagens e ecossistemas. O território do campesinato se caracteriza pela heterogeneidade e diversificação (FELICIO, 2011, p. 192).

A história social do campesinato brasileiro demonstra a acirrada luta de classes desenvolvida no Brasil referente ao monopólio da terra, por ser ela, dentre os meios de produção, aquele com maior abrangência e importância. Por isso a resistência do campesinato frente às investidas do capital que visa dominar e, se possível, expropriar todos os meios de produção ou atrelá-lo à sua cadeia produtiva. “A resistência é compreendida como confronto com as condições impostas pelo capital, quer seja desterritorializando e proletarizando ou monopolizando o território camponês” (FELICIO, 2011, p. 15). As estratégias do campesinato caracterizam-se pelo “enfrentamento ao capital na luta para ampliar sua autonomia” (FELICIO, 2011, p. 14-15). Os enfrentamentos históricos do campesinato brasileiro se devem ao seu vínculo com a terra, cuja defesa exige dele luta e resistência para não subsumir ao poder do capital. Luta sangrenta do campesinato pela conquista, domínio e defesa do seu território. É dele e nele que emerge sua identidade, seu protagonismo e sua alternativa de vida, mesmo que para defendê-lo seja necessário arriscar a própria vida.

A resistência do campesinato torna-se uma alternativa na medida em que tenta colocar obstáculos à expansão de projetos de monoculturas (sic), como a do (sic) agrocombustíveis, por exemplo, em que o controle das grandes multinacionais sobre os sistemas alimentares se amplia por todo planeta, gerando fome (FELICIO, 2011, p. 54).

O capital não admite interposição de limites diante de sua expansão no campo e na cidade. Na agricultura a interposição de limites advém das estratégias erguidas pelo campesinato. A complexidade dessa resistência se apresenta maximizada, uma vez que há um “[...] processo de invisibilização que vem sendo construído para convencer a sociedade de que, a função e o papel do camponês, no mundo moderno tecnificado e mercantilizado, são desnecessárias” (FELICIO, 2011, p. 74).

As práticas heterogêneas consistem em alternativas construídas, historicamente, para que o campesinato demonstre sua importância social e,

simultaneamente, impulsiona para o, necessário, enfrentamento diante do avanço do capital, bem como “[...] circunscrevem-se como trincheira eficiente ao enfrentar os esquemas de subsunção que caracteriza o modo de produção capitalista [...]” (FELICIO, 2011, p. 151). A policultura, a pluriatividade, a produção de subsistência e/ou sem uso de agroquímicos, a agroecologia e o capital social camponês são exemplos dessa heterogeneidade.

Portanto, a perspectiva do campesinato se diferencia da do capital à medida que criar estratégias com suas práticas heterogêneas [...], com as quais desenvolve sua base tecnológica de eficiência comprovada no desenvolvimento do seu jeito de fazer agricultura (FELICIO, 2011, p. 151).

A estrutura fundiária altamente concentrada do Brasil fomenta um outro campo de embate entre o campesinato e o capital, que é a luta pela terra. Historicamente, desde o processo de colonização, o Brasil é caracterizado pela presença da grande propriedade privada, fruto de concessões inicialmente feitas pela coroa portuguesa e posteriormente pelos sucessivos governos locais. Concessões estas realizadas para a minoria social privilegiada. Essa concentração se agrava ou recua de acordo com a dinâmica econômica e mercadológica, mas sempre se apresenta extremamente concentrada.

Diante dessa estrutura fundiária extremamente concentrada ergue-se a resistência camponesa que foi se desenvolvendo por meio de diversos embates. Dentre eles destacam-se as ocupações de terra, as marchas, as mobilizações e suas práticas heterogêneas numa rebeldia audaciosa pelo controle de frações do território. Desterritorializando o capital nessas frações de território se territorializam na medida em que recuperam o domínio dos seus meios de produção. Garantida a sua reprodução desenvolvem discursos na disputa de idéias e de significações fazendo valer seus interesses e sua luta (FELICIO, 2011, p. 151-152).

Diante da luta de classes o grande trunfo do campesinato encontra-se na construção do seu território. É diante desse horizonte promissor que o campesinato “resiste à proletarização, à expropriação e à exploração se recriando pelas ocupações de terra numa luta de classes pelo domínio e tentativa de controle do território (FELICIO, 2011, p. 41). As estratégias engendradas pelo campesinato, sejam elas quais forem, são organizadas e implementadas “[...] como forma de resistência a expansão capitalista que visa destruir suas bases para implantar no seu lugar a economia de mercado [...]” (FELICIO, 2011, p. 64). As TIC's podem contribuir sobremaneira com o campesinato na organização e implementação das estratégias de resistência, na manutenção de seu protagonismo, bem como na construção e/ou expansão do território camponês, seja ele material ou imaterial.

## 2 DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Neste capítulo busca-se compreender as razões pelas quais a Região do Pontal do Paranapanema necessita, desde longa data, de uma política efetiva de desenvolvimento, que venha romper as amarras que tem mantido essa região à margem do desenvolvimento. Para isso serão utilizadas, principalmente, as análises realizadas por Monbeig (1984), Leite (1981), Santos (2005) e Mazzini (2007). A Região do Pontal do Paranapanema é composta por unidades territoriais localizadas no Extremo Oeste do Estado de São Paulo, onde Monbeig (1984) desenvolveu suas considerações visando compreender de que forma ocorreu a ocupação desse território.

Ao analisar a forma como se deu a ocupação e o estabelecimento da propriedade no Estado de São Paulo Monbeig (1984, p. 211) destaca que ali "[...] todas as terras são de propriedade particular, tanto as de floresta como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros". Como se pode observar, Monbeig (1984) chama a atenção para o fato de que o processo de ocupação do Estado de São Paulo já é marcado pela estrutura fundiária concentrada de onde provinha a força política dos donos da terra – sejam eles latifundiários e/ou grileiros. A ocupação e o fracionamento do espaço territorial paulista se dá então de forma desigual e fundamentado em relações de mercado, nem sempre justas e com o estabelecimento dos interesses dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, como descreve Monbeig (1984):

Este sistema de divisão do solo adotado na franja pioneira paulista nada tem a ver com sentimento igualitário ou com alguma forma de revivescência de qualquer velha sociedade comunitária. O loteamento é uma transação comercial e, como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém as suas necessidades e possibilidades (MONBEIG, 1984, p. 222).

No que se refere a Região do Pontal do Paranapanema a ocupação iniciou-se em meados do século XIX, com a vinda de alguns migrantes, principalmente mineiros – os quais se apossaram de grandes extensões de terra - e se consolidou com a chegada da estrada de ferro entre a segunda e terceira década do século XX, como explana Monbeig (1984):

Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província (MONBEIG, 1984, p. 27).

O avanço da propriedade privada da terra e o ilimitado interesse em constituir fazendas leva a redução ou inexistência de terras a serem conquistadas e, com isso, há uma considerável valorização da terra, ocasionada pela especulação e disputa pela propriedade. Como aponta Monbeig (1984, p. 212) “se a terra começa a faltar e é mais disputada, o resultado inevitável é a valorização, que leva a especulação”. Nesse processo de especulação o latifúndio, caracterizado pelo domínio sobre as áreas de florestas, desempenha um importante papel, uma vez que “o ponto de partida para a série de especulações é sempre a posse de vastas extensões de matas, [...], que compreendem milhares de alqueires” (MONBEIG, 1984, p. 212).

Essas áreas assumem uma importância estratégica, uma vez que são passíveis de futuras explorações madeireiras e, posteriormente, serviram ao estabelecimento de novas unidades produtivas ou expansão das já existentes. Monbeig (1984, p. 212) chama a atenção para o fato de que com a especulação “a terra virgem produz lucros antes de produzir colheitas [...]”. Ao se considerar o modelo utilizado de fracionamento de terras como um negócio, caracterizado pela comercialização de fazendas (grande propriedade) ou pequenas propriedades (sítios), Monbeig (1984) ressalta a importância que reside em o loteador conhecer as expectativas, necessidades e potencialidades dos seus clientes, para que assim possa dotar o empreendimento das características e atributos necessários à atração da clientela.

Dessa forma os empreendimentos foram implantados conforme as condições financeiras de seus clientes, não só para aquisição da propriedade, mas também com a finalidade de fazê-la produzir grãos e carne. As fazendas eram destinadas as pessoas mais abastadas que encontraram ali “uma possibilidade para associar a cultura cafeeira, localizada junto ao espigão, com a criação de gado, esta nas pastagens que se formam nos fundos dos vales e nas partes inferiores das encostas” (MONBEIG, 1984, p. 216).

Já os sítios são destinados aos pioneiros, em geral pessoas de menor poder aquisitivo e poucos recursos, que aplicam praticamente todo o seu capital na

aquisição da propriedade, utilizando quase que exclusivamente a força de trabalho familiar, como explica Monbeig (1984):

Assim, desde a instalação, o sitiante é obrigado a contrair empréstimos. Desencadeia-se, dessa forma, o mecanismo de uma armadilha de que os desafortunados não sairão jamais e que, de qualquer forma, amarrará por muito tempo o pioneiro, por mais corajoso e empreendedor que ele seja. Terá de viver de empréstimos onerosos, pois o crédito agrícola não é mais favorável ao sitiante do que o crédito fundiário (MONBEIG, 1984, p. 224).

As dificuldades encontradas pelos pequenos sitiantes são tamanhas que inviabilizaram o emprego de mão de obra externa, mesmo em situações onde o custo desta possa ser favorável, o que se torna um fator limitante ao tamanho de sua propriedade e da exploração a ser realizada. As análises de Monbeig (1984) indicam que em 1944 a Região do Pontal do Paranapanema apresentava um desempenho, no que se refere a contratação e remuneração da mão de obra, bem abaixo da média e daquilo que era encontrado em outras regiões, como descrito por ele:

Em 1944, a jornada de trabalho era, em média, de 15 a 20 cruzeiros. Era mais alta nas regiões de criação, como em Paulo de Faria (25 cruzeiros) e menos elevada nos centros de loteamentos (10 cruzeiros em *Presidente Prudente*), porque a procura era mais fraca e a oferta muito grande (MONBEIG, 1984, p. 223, Grifos meus).

Como se pode observar, o excessivo contingente de trabalhadores disponíveis era elevado na época e a capacidade para absorção deste contingente apresentava-se reduzida, ou seja, há um claro desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra. Esse quadro se agrava quando há a presença de um grande número de pequenos proprietários rurais que, vencidas as atividades laborais em sua propriedade, passa a também vender o excedente de sua força de trabalho a outras propriedades.

Os bancos oficiais deveriam atuar de forma a fornecer o suporte necessário ao desenvolvimento, em especial aos empreendedores em fase inicial e mais desprovidos de recursos financeiros, acabam por atuar exatamente no sentido oposto. Contudo, atuam preferencialmente junto daqueles que não necessitam e que, muitas vezes, acabam tendo acesso a linhas de crédito cujos recursos são aplicados em atividades não relacionadas diretamente à propriedade. Isso pode ser confirmado nas análises de Monbeig (1984), para quem:

O Banco do Brasil trabalha de preferência com os fazendeiros que apresentam garantias mais seguras; mas quando atende aos sitiantes, os métodos utilizados são passíveis de crítica. Seu maior inconveniente é custar caro, pois o pequeno proprietário deve apresentar uma série de

documentos oficiais, como título de propriedade, previsão de colheitas e outros que os aspirantes a tabelião não desembaraçarão sem uma lentidão que será inversamente proporcional às gorjetas concedidas (MONBEIG, 1984, p. 224).

A burocracia e a corrupção, nessa época, levantavam barreiras diante do acesso ao crédito pelos pequenos produtores rurais, que não gozavam do mesmo prestígio social dos grandes proprietários e tampouco dos mesmos recursos financeiros. Segundo Monbeig (1984) o então Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) procurou atuar de forma mais favorável ao pequeno sitiante, com menor burocracia e taxas de juros mais favoráveis. No entanto, as suas linhas de crédito não atendiam plenamente as necessidades dos sítiantes, uma vez que possuíam um prazo mais curto para amortização e estabelecia um teto para contratação atrelado a um determinado percentual possível referente à colheita. A dificuldade na obtenção do crédito e no acesso aos recursos do sistema financeiro oficial levou os pequenos proprietários a utilizar outros mecanismos para obter os recursos financeiros de que necessitam. Era necessário, por exemplo, contrair crédito junto a comerciantes com um compromisso de compra e venda da sua produção futura. Assim, "cada novo empréstimo mal permite liquidar a dívida contraída na estação anterior" (MONBEIG, 1984, p. 226).

O pioneiro que ao se instalar no lote que adquiriu, dispendeu seu capital e contraiu dívida, fica prisioneiro no circuito das transações comerciais. [...]. Deverá pedir empréstimo de novo e dificilmente chegará a restabelecer sua situação e mais dificilmente ele a melhorará (MONBEIG, 1984, p. 226).

A dificuldade na obtenção de recursos financeiros obrigou o pioneiro a contribuir, mesmo sem concordar, com a forte concentração fundiária. Reproduz-se, desta forma, na Região do Pontal do Paranapanema a estrutura fundiária em escala nacional, historicamente, concentrada. Eis, portanto, um dos instrumentos dessa centralização fundiária. Quando o grande produtor rural, além de gozar de melhor condição financeira, possui maior facilidade para obter o capital necessário à aquisição de novas áreas, boa parte delas advinda dos pioneiros endividados.

Outros instrumentos de centralização fundiária foram analisados por Leite (1981) ampliando as compreensões de Monbeig (1984) referentes ao processo de ocupação capitalista da Região do Pontal do Paranapanema em que Leite (1981) destaca a atroz voracidade do capital. Chama a atenção, neste território, a enorme depredação feita pelo capital ao saquear os recursos naturais e, para fazer isso, poder contar com a contribuição do aparelho do Estado, como explica Leite (1981):



No caso do Sudoeste do Estado, a ocupação do território somente se efetivou com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana. Fortemente incentivada pelo Governo Federal, por razões militares e políticas, a Estrada de Ferro, antecedendo ao café, cortou os sertões em busca do Rio Paraná (LEITE, 1981, p. 29).

Segundo Leite (1981) foram necessários 33 anos para que o trecho da estrada de ferro chegasse até Presidente Epitácio, obra concluída em 1922, uma vez que sua construção estava parada desde 1889 na então Vila Botucatu. Leite (1981, p. 8) relata que “no processo de ocupação das terras, então reservadas, tudo era válido: o suborno de escrivães, juizes e promotores; o compadresco político e, eventualmente, o recurso às armas de grupos de jagunços a soldo dos interessados”. Os métodos violentos empregados na conquista e defesa do território eram comuns na época. “Foi nessa época que surgiu a célebre figura do 'quebra-milho', capanga contratado por grandes posseiros com o fito de expulsar grileiros e portadores de falsos títulos de domínio” (LEITE, 1981, p. 59).

Com riqueza de detalhes Leite (1981) descreve os rastros de destruição e morte deixados pela expansão do capital nesse território. O coronel Renato Mello, quando comandante de uma embarcação que transportava passageiros pelo Rio Paraná, ouviu do Coronel Alfredo Marcondes Cabral, então proprietário da área remanescente da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, a seguinte frase: “Terra empapada de sangue é terra boa”. “Não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém abertos” (LEITE, 1981, p. 59).

É importante ressaltar que, conforme retratado por Leite (1981), a área do Pontal do Paranapanema abrigava, à época, três grandes reservas florestais. A primeira delas, instituída através do Decreto nº 12.279, de 29 de outubro de 1941, possuía pouco mais de 37.156 hectares e viria a ser conhecida como “Reserva Florestal do Morro do Diabo”. A segunda, estabelecida através do Decreto nº 13.049, de 6 de novembro de 1942, possuía aproximadamente 13.343 hectares e viria a ser conhecida como “Reserva da Lagoa São Paulo”. A terceira, estabelecida através do Decreto nº 13.075, de 25 de novembro de 1942, possuía aproximadamente 246.840 hectares e viria a ser conhecida como “Grande Reserva do Pontal”. Como se pode observar, na época, o Pontal do Paranapanema possuía aproximadamente 297.340 hectares somente em reservas florestais.

Os motivos que levaram o então Governador do Estado de São Paulo à criação destas reservas foram destacados por Leite (1981) ao afirmar que:

Razões de sobra tinha o Interventor Paulista ao criar a reserva: em primeiro lugar, porque ainda reinava na área interminável disputa de terras, por causa da confusão de títulos de posse, quase sempre julgados imprestáveis; segundo, porque a frente pioneira na época ameaçava seriamente a integridade das últimas florestas do Planalto Ocidental de São Paulo (LEITE, 1981, p. 62).

Às razões elencadas por Leite (1981) deve ser adicionado também o surgimento dos primeiros instrumentos legais, principalmente o Código Florestal, que deram ao poder público os meios para, mesmo que ainda de forma bastante embrionária, implementar as primeiras medidas conservacionistas. "O motivo básico, contudo, foi o fato de a referida área já haver sido declarada devoluta em 1934 e 1936, pelo juiz de Santo Anastácio, sentença confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e pelo Supremo Tribunal Federal" (LEITE, 1981, p. 62-63).

Na transcrição feita por Leite (1981) do Decreto nº 12.279 de 29 de outubro de 1941, em seu segundo artigo é possível encontrar, talvez, indícios do que poderia ser denominado de "a primeira iniciativa pública para a criação de assentamentos ou reassentamentos" acomodando as famílias moradoras antigas do Pontal do Paranapanema.

Artigo 2º - Fica a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro, autorizada a, por equidade, entrar em entendimento amigável, com possíveis ocupantes das terras ora declaradas reservadas, com posse anterior à Propositura da ação discriminatória respectiva e nas condições do decreto citado nº 6.473 de 30 de maio de 1934. - localizá-los em igualdade de condições em terrenos devolutos e desocupados o mais próximo quanto possível das suas atuais ocupações (LEITE, 1981, p. 64).

Entende-se que é possível fazer uma associação entre o teor desse artigo e a política pública implementada no Pontal do Paranapanema. O Estado procurava atender as inúmeras famílias atingidas pelo alagamento decorrente do enchimento do lago cujas águas eram necessárias para a devida produção de energia elétrica. É importante ressaltar também o posicionamento das atuações dos órgãos governamentais. Em outras palavras, enquanto eram criadas as reservas florestais visando a conservação dos recursos naturais, simultaneamente eram construídas as usinas hidrelétricas, que viriam a causar grande impacto ao meio ambiente, e deveriam ser criados os assentamentos. Resultado, as reservas florestais foram praticamente dizimadas e os impactos ambientais resultantes do enchimento do lago causaram prejuízos de grande monta sobre o meio ambiente.

Referente aos assentamentos e reassentamentos só se consolidaram após a organização das famílias dos trabalhadores e a consequente luta pela terra.

Segundo Leite (1981) é somente a partir da década de 1950 que a ocupação do território começa a distanciar-se da estrada de ferro, o que leva ao crescimento populacional e culmina no fracionamento do território dos municípios então existentes para a implantação de novos municípios. O período compreendido entre as décadas de 1940 e 1950 do século XX foi marcado pelo ingresso de grande contingente de pessoas, entre elas as famílias vindas do Nordeste, atraídas por terras novas e baratas e, quem sabe, devolutas. "A multidão que chegava em busca de terras para plantar, pouco se lhe importava se estas eram públicas, particulares, com titulação regular ou não" (LEITE, 1981, p. 71).

Uma distinção ficara patente: enquanto que as glebas ocupadas por particulares eram defendidas até a bala pelo seu ocupante maior e suposto proprietário, as do Estado foram vítimas de aventureiros grandes e pequenos que passaram a disputar, entre si, sortes de terras que não lhes pertenciam (LEITE, 1981, p. 71).

Um conjunto de fatores foi responsável pelo descumprimento das áreas compreendendo as três reservas florestais. São eles: inúmeras transações ilícitas, jogos de interesses (prioritariamente o dos políticos), descaso do Estado, infraestrutura insuficiente, incapacidade para fiscalizar e fazer cumprir a lei e o aumento populacional na região de forma desordenada e rápida, entre outros. O incremento dessas atividades foi responsável pela eliminação total ou redução drástica das áreas de reserva então existentes na Região do Pontal do Paranapanema. Segundo Leite (1981, p. 123) "a estratégia era a do fato consumado: acabando-se com a floresta o Estado perderia o interesse pela área, pois nada haveria a conservar num meio-ambiente ecologicamente devastado".

Para Leite (1981) a integração econômica da Região do Pontal do Paranapanema ao restante do Estado resultaria em impulsionar o desenvolvimento e, para tanto, a necessária legalização dos títulos de posse das terras. Visando atingir esses objetivos houve um conjunto de iniciativas tanto para a integração regional, quanto para o desenvolvimento. Dentre eles, se destacam as instalações das usinas hidrelétricas – Porto Primavera e Rosana – bem como a implantação de uma usina sucroalcooleira. Essa financiada com recursos do Programa Nacional do Álcool – Proálcool, de acordo com os ditames do decreto-lei nº 76.593 de 14 de novembro de 1975.

Essas iniciativas de cunho sócio, político e econômico desencadearam um conjunto de repercussões e implicações de toda ordem, principalmente quanto ao aumento populacional desordenado e desorganizado. Contudo, muito importante como farto abastecimento de força de trabalho. Outros desdobramentos se deram quanto a valorização dos preços das terras e a crescente degradação ambiental, principalmente com a perda da cobertura vegetal, como explica Leite (1981):

Haverá empregos para mão de obra qualificada nas usinas e para a não qualificada, nos canaviais. As terras ganharão novos preços e as matas, porventura existentes nas fazendas, estarão correndo sério risco, pois aquela cultura deverá ocupar justamente os terrenos cobertos por elas, considerados os mais férteis (LEITE, 1981, p. 238-239).

As interpretações de Leite (1981) quanto às repercussões, implicações e desdobramentos foram tão profícuas no sentido de ampliar a compreensão do desenvolvimento regional, pois, tais observações ainda iluminam e contribuem para entender as razões da falta de desenvolvimento regional. Todavia, a mão de obra não qualificada já não encontra mais espaço nos canaviais, pois até para trabalhar neles faz-se necessário um mínimo de qualificação profissional devido ao avanço tecnológico.

Também na busca por compreender e explicar as razões do baixo dinamismo regional, aproximadamente vinte décadas depois de Leite (1981), Santos (2005) analisou a microrregião de Presidente Prudente para explicar as razões pelas quais ela é “considerada deprimida no plano sócio-econômico” (SANTOS, 2005, p. 14). Essa microrregião é composta de 30 municípios e é uma forma diferente de delimitar a Região do Pontal do Paranapanema. Apesar da ocupação da Região do Pontal do Paranapanema ter se efetivado com a chegada da estrada de ferro nas primeiras décadas do século XX, o apossamento das terras é mais antigo. Sua intensificação coincide com a promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei 601 de 18 de setembro de 1850).

A expansão da estrada de ferro atingiu Presidente Prudente em 1917 e Presidente Epitácio em 1922. Com ela inicia-se o processo de redução da cobertura verde intensificada pela derrubada da mata para a retirada da madeira. O surgimento dos municípios ocorreu no período de 1923 a 1964, atraindo um contingente populacional das mais diversas origens, tanto do Brasil como de outros países. A hegemonia da produção cafeeira mantém-se até o início da década de

1930, quando entra em declínio e cede espaço a outras culturas, com destaque para o algodão.

De 1930 a 1950 várias empresas beneficiadoras instalaram-se nas cidades da região, preferencialmente às margens da ferrovia para agilizar o beneficiamento e o escoamento da produção agrícola. Nessa época, a procura era grande por produtos como fonte de matéria-prima para abastecer as indústrias, como, por exemplo, o algodão, o amendoim e a mamona. No entanto, no início da década de 1950 ocorreu o declínio na produção do algodão, substituído pelo amendoim, na tentativa de prosseguir abastecendo as indústrias, cuja intensificação "não impediu serem muitas delas transferidas ou fechadas" (SANTOS, 2005, p. 116).

Nesta época, a pecuária, que havia sido introduzida ainda no século XIX, ganha espaço e se consolida na região, gerando desemprego e intensificando a estrutura fundiária, pela incorporação de áreas adquiridas de pequenos produtores descapitalizados com a crise do algodão. O desenvolvimento da pecuária trouxe 13 plantas frigoríficas para a região, as quais, por sua vez, atraíram também os curtumes para beneficiar seus subprodutos.

Eram investidores da própria região, com recursos próprios, bem como investimentos externos, abrindo inúmeros postos de trabalhos e gerando aumento dos tributos. A predominância de investimentos externos merece destaque, pois segundo Santos (2005): "por serem capitais exógenos, uma vez cessadas as condições que justificaram a sua instalação na microrregião, eles retiram-se, deixando lacunas cujo multiplicador negativo provoca a queda do dinamismo e da renda regional" (SANTOS, 2005, p. 196-197).

O Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema foi a ação governamental estadual mais importante da década de 1970 do século XX, quando foi definida a instalação de duas usinas hidrelétricas de grande porte. Uma implantada no Rio Paraná e outra no Paranapanema. Todavia, não foram capazes de alavancar o desenvolvimento almejado para a região, ficando os benefícios apenas adstritos aos municípios onde as usinas foram instaladas. E o que é pior:

A conclusão das obras da barragem, a despeito do aumento vertiginoso da produção e do valor adicionado da energia produzida, liberou um contingente de mão-de-obra não mais aproveitada de milhares de trabalhadores, agravando sensivelmente o problema social de toda a microrregião (SANTOS, 2005, p. 133).

Como se pode observar, além de não gerar externalidades<sup>5</sup> positivas na região, a construção das usinas majorou o problema do desemprego, gerado inicialmente pelo êxodo rural e que cresceu com o tempo motivado por empresas que se instalaram na região e posteriormente deixaram de operar conforme fora descrito anteriormente. Essas dificuldades geradas na década de 1970 foram intensificadas por intermédio de uma política criada pelo Governo Federal na década seguinte, instalando uma nova crise.

Essa política pública tinha como objetivo acelerar o desenvolvimento da região centro-oeste, através da concessão de incentivos fiscais para atrair investimentos para desenvolver aquela região, bem como aumentar a oferta de postos de trabalho. É nesse momento que se revela uma nova faceta, uma política pública que visa desenvolver uma região sem a preocupação com as externalidades que esta possa causar às outras regiões. A necessidade de uma visão integrada das políticas públicas e dos impactos que elas podem ocasionar está presente nas análises de Rodrigues (2010) ao abordar as políticas sociais.

[...] as políticas sociais constituem um subconjunto de um conjunto maior que denominamos de políticas públicas. Em outras palavras, toda a política social é uma política pública, mas nem toda política pública é uma política social. Isso significa dizer que política externa, econômica, administrativa, por exemplo, constituem-se como políticas públicas importantes, pois se referem diretamente a *ação do Estado*, mas não dizem respeito (pelo menos diretamente) às políticas sociais. Por vezes, no entanto, o bom funcionamento (ou a eficiência) de uma política social pode depender da eficácia das políticas públicas mais abrangentes (RODRIGUES, 2010, p. 9. Grifos no original).

A ausência de uma abordagem sistêmica afetou sobremaneira a dinâmica que envolve o Estado do Mato Grosso do Sul e a Região do Pontal do Paranapanema. A referida política instituída pelo Governo Federal atraiu as empresas para aquele Estado e, por conseguinte, intensificou o processo de migração de empresas e investimentos, enfraquecendo ainda mais a região em estudo. O aumento da vulnerabilidade regional tem sua gênese a partir dos desdobramentos políticos como a “guerra fiscal” descrita anteriormente, a qual fragilizou e, mesmo, obstaculizou o crescimento regional. A esse enfraquecimento

---

<sup>5</sup> Externalidade é o efeito sobre o exterior, o entorno, e resulta involuntariamente em custos ou benefícios sobre terceiros. Segundo Longo (1983) apud Soares (1999, p. 13), "uma externalidade é uma imposição de um efeito externo causado a terceiros, gerada em uma relação de produção, consumo ou troca". As externalidades podem ser positivas, quando geram benefícios externos, ou negativas, quando impõe custos externos.

acrescente-se a ausência de infraestruturas e de alocação de recursos descritos por Santos (2005):

Embora o Brasil seja um país capitalista, que prioriza o investimento privado no setor produtivo, não se pode prescindir do Estado e de suas funções alocativas, que visam a dirigir recursos para a infraestrutura básica das regiões, criando condições que favoreçam o seu desenvolvimento sócio-econômico [...]. Como a alocação de recursos pelas esferas superiores de governo não é neutra, essa destinação maior ou menor para as regiões depende dos critérios dos órgãos de planejamento para definir as dotações, que, por sua vez, são reflexos de jogos de interesses, pressões, lutas sociais e compromissos entre diferentes atores (SANTOS, 2005, p. 163).

A comprovação histórica dos jogos de interesses está demonstrada por intermédio das tentativas de viabilização de um Distrito Industrial em Presidente Prudente. Ela se destaca como cidade sede da região desde meados da década de 1960, e teve seu Distrito Industrial instalado apenas em 1985. Entretanto, dada a ausência de infraestrutura adequada, não somente no âmbito do Distrito Industrial em si, mas também em termos logísticos para escoamento da produção, pois as rodovias, aeroporto, ferrovia que deveriam servir ao município e região encontram-se em situações precárias ou sem condições de uso.

Como parte da vulnerabilidade regional, da qual participaram os desdobramentos políticos e infraestruturais, acrescentem-se os desdobramentos culturais. Trata-se da concepção de cunho patrimonial arraigado nas famílias que para essa região se desviavam, ocupando terras e aplicando seus recursos financeiros. As análises de Santos (2005) apontam, ao menos em um dos grupos por ele estudados, o dos pecuaristas, a existência de um individualismo exacerbado, o que estaria ligado ao regime patrimonialista português, onde "existe apenas a verticalidade: o comando é de um e a obediência é de todos" (SANTOS, 2005, p. 150).

Segundo Santos (2005, p. 151) "a colonização brasileira pelos portugueses foi marcada pela ambição oriunda do enriquecimento sem custos, das gratificações honoríficas, quando o trabalho era menos nobre do que o ócio e a conquista aventureira". Na visão de Santos (2005, p. 151), "as formas de organização e de solidariedade não frutificam dado ao espírito de competição e de individualismo que permeia o comportamento". Essa realidade é confirmada por Santos (2005) quando este passa a estudar a cadeia produtiva do couro na microrregião de Presidente Prudente, onde "o objetivo maior do proprietário rural

continua sendo a aquisição de mais terras, cultura oriunda do patrimonialismo" (SANTOS, 2005, p. 158).

Santos (2005) revela também a pouca predisposição dos proprietários em realizar investimentos para a modernização da propriedade e, apesar de não se apresentarem contra a ideia do associativismo, igualmente apresentam baixa predisposição para ações coletivas e cooperativas, impondo uma série de obstáculos. É comum no trato com este público ouvir-se que a preocupação está restrita "da porteira para dentro". Os estudos de Santos (2005) revelam que ações realizadas junto a este público não frutificaram e pior, "o conservadorismo extremado, a falta de cooperação, o desinteresse em promover ações associativas de interesse comum, fizeram com que todos perdessem e a região também" (SANTOS, 2005, p. 184), ou seja, diante da impossibilidade de uma mudança social com vistas a ações colaborativas e a consequente limitação ao mecanismo de mercado, todos perdem.

A teoria de que somente crescimento econômico não configura o desenvolvimento foi confirmada por Santos (2005) na Região Pontal do Paranapanema ao estudar o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e suas dimensões, quais sejam: riqueza municipal, longevidade e escolaridade. O município de Rosana, um dos maiores beneficiados pela construção das usinas hidrelétricas, apesar de ainda ter permanecido abaixo da média estadual, experimentou evolução na dimensão riqueza municipal, com crescimento em todos os ramos de atividade econômica existentes no município e resultados superiores inclusive ao de Presidente Prudente.

Entretanto, a dimensão longevidade, seus indicadores foram totalmente adversos, e, na escolaridade, apesar de ter havido melhoria, ficou muito aquém da média do Estado de São Paulo, o que confirma que o simples crescimento econômico não significa, necessariamente, bem estar para a população (SANTOS, 2005, p. 144).

Na década de 1980 o governo do Estado de São Paulo inicia a descentralização do sistema prisional paulista através da construção de presídios, das mais diversas modalidades, na 10<sup>a</sup> Região Administrativa.

A pretexto de que a construção de presídios de forma maciça traria o desenvolvimento dos municípios e da região pelos empregos gerados, confundindo crescimento com desenvolvimento sócio-econômico, diversos prefeitos solicitaram formalmente ao governo do estado a instalação de unidades penitenciárias em seus municípios [...] (SANTOS, 2005, p. 169).



Dentre as consequências negativas dessa ação destacam-se o aumento na concorrência pelos poucos serviços sociais existentes na região, além de uma escalada na violência pelo colapso no sistema de segurança pública. Segundo Santos (2005, p. 170), "mais uma vez não houve a adoção de medidas compensatórias para os municípios hospedeiros de unidades penitenciárias, contribuindo para a queda do dinamismo local".

Em 1996 o governo paulista instituiu, através da Lei 9363/96, o Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social, o qual deveria ser operado pelo então Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), mas que, em função de sua privatização, transferiu a operação para a então Nossa Caixa-Nosso Banco.

Entretanto, mesmo tratando-se de um banco de fomento do governo estadual, sua operacionalização foi conduzida por critérios exclusivos do capital bancário, sem se ater aos objetivos maiores do desenvolvimento das regiões deprimidas do Estado de São Paulo. Assim, aquilo que poderia ter sido um importante instrumento compensatório, incentivador da produção econômica local como agente de desenvolvimento, transformou-se em mais um produto bancário face ao nível de exigências cadastrais, encargos e condições de financiamento pouco atrativos que não trouxeram benefício à região (SANTOS, 2005, p. 167).

Segundo Santos (2005), em conversas com funcionário do banco obteve a informação de que não foi celebrado sequer um contrato na região por esse canal, confirmando assim a não efetividade de mais uma política pública. Para agravar ainda mais a situação, a Nossa Caixa-Nosso Banco foi recentemente incorporada pelo Banco do Brasil, uma instituição eminentemente comercial. Essa não efetividade das ações governamentais amplia a vulnerabilidade regional provocando sua exclusão do ciclo e dos circuitos produtivos tão presente em outras regiões do Estado de São Paulo, o mais rico da união.

Some-se a essa realidade, a questão fundiária que se perpetua, sendo também um entrave ao desenvolvimento da região, com a existência de grandes latifúndios. A demora em se alcançar uma solução definitiva quanto a titulação das terras causa insegurança e afugenta novos investimentos. A "reforma agrária", que marca essa região pela concentração de uma grande quantidade de assentamentos, apesar de decorridas mais de três décadas em que os movimentos sociais lutam pela sua realização, ainda não foi levada a cabo pelos nossos governantes.

Ainda pesa dúvidas quanto ao efetivo esforço demonstrando real interesse quanto à política efetiva de desenvolvimento regional por parte das

instituições governamentais estaduais e federais. Essa interrogação se justifica, pois ainda encontra-se *sob judice* a legalização total de inúmeras faixas de terras existentes na Região do Pontal do Paranapanema. Esse atraso com a legalização das terras sempre impulsionou o histórico conflito fundiário o qual atraiu para a região os movimentos organizados que lutam pela terra e pela Reforma Agrária. Essa luta organizada pelos movimentos camponeses conseguiu implantar na região o maior número de assentamentos de Reforma Agrária do Brasil. Informações atualizadas quanto ao número de assentamentos e acampamentos poderão ser obtidas no site do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT - da Universidade Estadual Paulista - UNESP, através do endereço <http://www.fct.unesp.br/nera>.

Relacionar a questão agrária com a questão sobre o desenvolvimento regional tem desafiado pesquisadores de diversas áreas do saber, como fez Mazzini (2007) ao discutir se os assentamentos da Reforma Agrária consistiam numa política de compensação social ou numa política de desenvolvimento. Ela reúne discussões, interpretações e informações com as quais consegue averiguar a importante e abrangente relevância dos assentamentos quanto ao impulso de desenvolvimento nas dimensões pessoais, familiares, locais e regionais.

É importante frisar que os assentamentos, de acordo com a interpretação de Mazzini (2007), se transformaram em fontes geradoras de externalidades positivas locais e regionais, impulsionando o desenvolvimento

[...] como um processo multidimensional com repercussões nas dimensões social, política, econômica, e ambiental, uma vez que deve possibilitar a ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva, refletindo na melhoria das condições de reprodução e manutenção da vida com qualidade e possibilidades genuínas de escolhas (MAZZINI, 2007, p. 18).

Para Mazzini (2007) três são os requisitos fundamentais na caracterização do desenvolvimento: a) as condições para uma vida longa e saudável; b) o acesso ao conhecimento e c) a obtenção dos recursos necessários à condução de uma vida digna. Essa concepção de desenvolvimento confronta-se com a concepção neoliberal de desenvolvimento disseminada no globo principalmente depois do governo de Margaret Thatcher. Segundo o neoliberalismo, a ampliação do acúmulo de capital imprimirá um modelo de desenvolvimento orientado exclusivamente para e pela competição, como também pela disputa por

riqueza e poder, destruindo e aniquilando toda e qualquer condição favorecedora de cooperação e de benefícios a atender as perspectivas do enorme contingente populacional excluído.

No que se refere a propriedade e uso da terra, Mazzini (2007) considera que "a concentração da estrutura fundiária brasileira denuncia a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado no país" (MAZZINI, 2007, p. 53). O nível de concentração fundiária nacional alerta para a necessidade da emergência de uma proposta de desenvolvimento que siga outra lógica, menos excludente. Para Mazzini (2007) os índices de desigualdade apresentados pelo Brasil têm, entre suas raízes, a concentração fundiária, no descompasso entre a propriedade da terra e a função por ela desempenhada.

A terra é a base do desenvolvimento da agricultura, que é essencial para a sobrevivência de qualquer sociedade. No sistema capitalista de produção a propriedade privada da terra traz uma questão estrutural que é o 'direito' de 'posse' que a sustenta e não o uso que dela se faz (MAZZINI, 2007, p. 55).

Contrapondo à essa concepção de modelo de desenvolvimento, Mazzini (2007) verificou a possibilidade de outro modelo que contempla a oportunidade de inclusão social, ao franquear o acesso a terra àqueles de que dela necessitam e que nela desejam viver e trabalhar. É necessário compreender que o retorno do homem ao campo é uma alternativa viável de desenvolvimento. No entanto, para que isso ocorra

[...] implica em mexer nas estruturas sociais e diminuir os privilégios das elites capitalizadas, mudar os hábitos de consumo, alterar a estrutura fundiária, visando a sua desconcentração, significa antes de tudo promover uma ampla e verdadeira reforma agrária com grande impacto redistributivo, que promova de imediato maior mobilidade e igualdade, possibilitando maiores alternativas de escolhas (MAZZINI, 2007, p. 52).

Apesar das análises conduzidas por Mazzini (2007) estarem diretamente relacionadas a concentração fundiária, reforma agrária e assentamentos rurais, ela elucida que as desigualdades e injustiças do sistema capitalista promovem também outras vítimas além daquelas desprovidas da terra, pois tem também os desempregados, os sem teto, as pessoas abaixo da chamada "linha da pobreza", os sem acesso a saúde, educação, segurança, etc. O Estado, embora cooptado pelo capital, é quem tem a incumbência de arbitrar o conflito e resolver tais problemas através da implementação de políticas públicas. As análises de Secchi (2012) apontam para dois tipos de implementação:

- Modelo *top-down* (de cima para baixo: caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases

consecutivas. [...]. O modelo *top-down* de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos. Esse modelo também é visualizado como estratégia da classe política para "lavar as mãos" em relação aos problemas de implementação: se as políticas, os programas e as ações estão bem planejados, com objetivos claros e coerentes, então uma má implementação é resultado de falhas dos **agentes** (por exemplo, policiais, professores, médicos). [...].

- Modelo *bottom-up* (de baixo para cima): caracterizado pela maior liberdade de **burocratas** e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. [...]. Os implementadores têm maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas. A implementação é predominantemente avaliada pelos resultados alcançados *a posteriori*, em vez da avaliação baseada na obediência cega a prescrições (SECCHI, 2012, p. 47. Grifos no original).

O primeiro tipo de implementação tem como características a divisão entre quem planeja e quem implementa a política pública, o baixo compromisso daqueles que planejam com a sua efetividade, maior ênfase na conformidade com os documentos norteadores e menor resiliência para com as transformações da realidade. O segundo denota como características uma participação mais ativa no planejamento por parte daqueles que irão implementar, uma maior proximidade com os problemas que busca resolver e uma maior capacidade adaptativa e de ajustamento aos problemas e mudanças na realidade.

As políticas públicas são divididas por Mazzini (2007) em dois grupos: a) ações de governo; e b) ação social. As primeiras são impostas à sociedade de cima para baixo, os governantes as estabelecem de forma centralizada e sem nenhuma participação social, ou quando esta participação existe é, geralmente, conduzida de forma a atender às necessidades de uma minoria social. O segundo grupo tem como característica serem resultantes de um processo participativo, através de pressões populares e de negociação, estabelecidas de baixo para cima e, portanto, tendem a ser mais eficazes em seus efeitos por estarem ligadas às aspirações mais concretas manifestadas por parcelas da sociedade civil organizada. No que se refere ao grupo das políticas de ação social, Mazzini (2007) destaca que:

O eixo das políticas públicas está no debate sobre: o bem estar na sociedade; formas de proteção social; formas de minorar as desigualdades e as injustiças; a exploração do trabalhador; as necessidades do trabalho; o que fazer com os sem trabalho, com os sem teto, com os sem terra, com os pobres e com as vítimas de violência (MAZZINI, 2007, p. 61).

No entanto, cumpre lembrar o alerta emitido por Rodrigues (2010) sobre a importância de não perder de vista as interdependências entre uma política

social e outras políticas públicas mais abrangentes. Os processos de mudança tendem a ser favorecidos quando há uma preocupação com o envolvimento das pessoas desde o início, das discussões iniciais que irão culminar na elaboração da política pública. Quando uma política pública é conquistada através da participação social são favorecidos o envolvimento e o comprometimento popular para com a efetividade dos resultados a serem auferidos através da sua implementação.

Segundo Mazzini (2007, p. 59), "os assentamentos rurais fazem parte das políticas públicas implementadas no campo brasileiro inicialmente no governo militar como locos de ampliação da fronteira agrícola e controle territorial [...]". Portanto, a política de Reforma Agrária brasileira enquadra-se originalmente no grupo das ações de governo, impostas de cima para baixo como uma solução pronta para o grave problema da questão fundiária no Brasil. Pela ineficácia dessa política pública em atender às expectativas da sociedade, tomam corpo os movimentos sociais de luta pela terra e, principalmente, a partir de meados da década de 1980, iniciam-se uma série de manifestações populares pela realização de uma Reforma Agrária. Tratam-se do que se chama "levante do campo" por intermédio das manifestações do campesinato, das passeatas, acampamentos e ocupações de terras. Apesar de ainda não ter sido realizada no Brasil uma Reforma Agrária de fato, é possível observar através das análises de Mazzini (2007, p. 69) que "[...] não existe nenhum Estado brasileiro sem assentamento de trabalhadores rurais".

A condução da política de Reforma Agrária no Brasil tem se orientado por concepções equivocadas. Não basta apenas fornecer a terra, como se a posse da terra fosse a solução definitiva, sem uma preocupação com os recursos necessários à sua produtividade. Principalmente quando essa produtividade vise apenas as exigências do mercado, como explica Mazzini (2007).

Pela condução das políticas de assentamentos rurais observamos que é "oferecida" a terra, mas não as condições de desenvolvimento das mesmas, é valorizada em demasia a produção para o mercado formal e desvalorizada a produção de subsistência. Não são valorizadas a organização interna, a autonomia e outras dimensões que não envolvam o econômico (MAZZINI, 2007, p. 78).

Como se pode observar, a política de Reforma Agrária, além de não propiciar as condições mínimas ao desenvolvimento das comunidades assentadas, tem se preocupado em tornar os assentamentos fontes de matéria prima para as indústrias e não em tornar essas comunidades auto-sustentáveis. A preocupação

reside em integrar essas comunidades aos mecanismos e as leis de mercado, sem uma preocupação com as consequências resultantes desse atrelamento.

Segundo Mazzini (2007, p. 78) de fato "não há no país, por parte de seus dirigentes, a intenção de se fazer a reforma agrária", e nem muito menos alterar a estrutura fundiária nacional altamente concentrada e concentradora, responsável por concentrar, junto com a terra, também o poder político. Por conseguinte, os assentamentos tornam-se apenas uma tentativa de dissimular ou de camuflar esse cenário, bem como de reduzir, ou minimizar, o poder de pressão dos movimentos sociais de luta pela terra.

No que se refere ao Pontal do Paranapanema, a região com maior concentração de assentamentos rurais do país, Mazzini (2007) destaca que:

[...] o conceito de desenvolvimento, entendido de forma mais ampla como um processo de ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva, cujo objetivo seja a melhoria nas condições de reprodução e manutenção da vida com qualidade, pouco foi utilizada para nortear as políticas públicas destinadas para esta região (MAZZINI, 2007, p. 91).

Historicamente as políticas públicas destinadas para esta região, como ações de governo, concebidas de cima para baixo, objetivaram atender os anseios de uma minoria privilegiada, em cujo domínio está o controle regional, seja ele político, econômico ou social. Procedimento e lógica administrativa a se repetir quando da escolha dessa região para a construção de dezenove unidades prisionais. Em que pese o discurso sobre a geração de empregos, esses só aumentaram no período das construções. Todavia, é o inverso que se efetiva, uma vez que houve aumento populacional e não aumento dos postos de trabalho.

Esses indícios colocam em evidência a falta de uma política efetiva de desenvolvimento regional, capaz de romper as amarras de sustentação que tem mantido essa região à margem do desenvolvimento. Dentre as ações que surtiram efeitos positivos, as "[...] de impacto mais relevante sobre o processo de desenvolvimento da região foram: a construção da ferrovia Sorocabana, a implantação das três Hidrelétricas, o projeto Pró-Álcool e os *projetos de assentamentos rurais*" (MAZZINI, 2007, p. 110. Grifos meus). Ao se considerar o conceito do desenvolvimento sob uma perspectiva que vai além do econômico, a implantação dos assentamentos rurais pode então ser considerada como uma política pública que trouxe desenvolvimento para a região, dado o "[...] seu caráter redistributivo, produtivo e de aumento das possibilidades de escolha de um grande

número de famílias a quem estas possibilidades foram historicamente negadas" (MAZZINI, 2007, p. 111).

É importante ressaltar que a implantação dos assentamentos rurais é resultante da pressão realizada por diversos movimentos sociais desde a década de 1980. Portanto uma política pública conquistada e estabelecida de baixo para cima, originária da vontade popular através da participação e manifestação de alguns setores menos favorecidos da sociedade. As análises realizadas por Mazzini (2007) apontam, dentre outros fatores, a baixa qualificação da mão de obra como um elemento inibidor ao processo de desenvolvimento. Essa realidade seria a responsável então por colocar a Região do Pontal do Paranapanema em "um verdadeiro círculo vicioso de baixa produção, poucos empregos e baixa renda [...]" (MAZZINI, 2007, p. 110). Isso demonstra que a promoção do desenvolvimento da região demanda por um conjunto amplo de ações concretas, articuladas em conjunto e pelo conjunto da sociedade.

### 3 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's) COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUTIVIDADE

As evoluções técnicas<sup>6</sup> e tecnológicas<sup>7</sup> visam atender as expectativas e necessidades, com a devida agilidade, bem como estão associadas à superação de limites. Elas impactam o desenvolvimento humano de diferentes formas e intensidades, conforme o tempo e o lugar. Com a Revolução Industrial, o objetivo era substituir a força muscular pela força motriz. Impulsionou a capacidade produtiva com a disponibilização de determinados equipamentos que proporcionaram melhores resultados, principalmente no que se refere a majoração da produtividade.

A Revolução Industrial foi essencialmente a argumentação do poder físico dos homens, uma amplificação dos músculos humanos em forma de equipamentos. É certo afirmar que algumas atividades físicas humanas foram substituídas por máquinas, principalmente tarefas repetitivas, no processo de *mecanização* (BATISTA, 2004, p. 2. Grifos no original).

Ao analisar como esse tipo específico de processo atingiu o trabalho realizado pelo campesinato pode-se tomar como exemplo a atividade de ordenha. Ainda hoje é possível encontrar casos em que essa atividade é realizada totalmente de forma manual. No entanto, dado o desenvolvimento tecnológico, muitos produtores, com o objetivo de facilitar o trabalho, liberar mão de obra ou de maximizar a produtividade, até então limitada por sua capacidade física de trabalho, optaram por adquirir e instalar equipamentos com os quais mecanizaram a atividade de ordenha.

Para Santos (2005, p. 25), "em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica". A Revolução Tecnológica resultante da "convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica" (CHESNAIS, 1996, p. 28); é a "responsável por diversas mudanças de conceitos na sociedade, alterando as formas de produção, de entretenimento, de comunicação, de educação e de

---

<sup>6</sup> Técnica é a capacidade, a arte, a habilidade, a perícia e a proficiência prática do fazer, um método, envolve conhecimento especializado e, por isso, possui propriedades intelectuais e integra a cultura do sujeito. Para Santos (2005, p. 24) "o desenvolvimento da história vai de par com o desenvolvimento das técnicas. [...]. A cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível".

<sup>7</sup> Tecnologias englobam as máquinas e os equipamentos, das quais as TIC's são apenas uma parte, além do conjunto de conhecimentos necessários ao seu manuseio e ao alcance de determinados objetivos. A tecnologia é definida por Chiavenato (2010, p. 60) como "[...] a combinação de recursos, conhecimentos e técnicas que criam e produzem um produto ou serviço para uma organização".



comercialização" (BATISTA, 2004, p. 4), interferindo e transformando as relações sociais. Ela possibilitou ir além da mecanização. Seu desenvolvimento é baseado no uso de computadores e instrumentos para automação. Essa revolução, em pleno desenvolvimento, proporcionou o surgimento e evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). O impacto dessa revolução na relação capital-trabalho é destacada por Chesnais (1996) quando assevera:

Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Ela praticamente suprimiu a distância entre as culturas no globo por conectar em rede atividades sociais de toda ordem. Para Chesnais (1996, p. 35) "o efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego [...]" oportuniza ao capital constituir, com apoio do Estado, "zonas de baixos salários e de reduzida proteção social". Nessas condições, o capital tem liberdade para promover a exploração ao redor do mundo, onde e conforme as condições lhe sejam mais favoráveis.

O principal objetivo dessas novas tecnologias reside não em substituir o esforço físico apenas, mas ampliar a potência da capacidade cerebral, liberando-a para atividades mais importantes e diversificadas. Amplia sua capacidade para manusear grandes volumes de dados ou executar grande volume de transações simultaneamente e com maior velocidade. Para Chesnais (1996) elas permitem ao capital fragmentar processos de trabalho, repassar as tarefas mais simples e de menor valor agregado para serem realizadas em áreas de baixo salário, retendo as mais complexas e intensivas em capital. Isso permite, inclusive, reduzir o nível de transferência tecnológica e intensificar a exploração das áreas deprimidas.

É importante salientar que a automação ocorre de maneira muito mais consciente do que a mecanização, pois sua função principal é aumentar a produtividade humana e deslocar as pessoas para tarefas muito mais nobres, como o uso da criatividade e do poder de tomada de decisões, sem a preocupação com tarefas repetitivas do dia-a-dia (BATISTA, 2004, p. 2).

Nesse novo contexto, o acesso a informação e ao conhecimento por ela propiciado é de extrema importância em qualquer ramo de atividade, inclusive para o desenvolvimento agropecuário. Essas tecnologias têm potencial para auxiliar o campesinato nas suas estratégias de resistência e enfrentamento ao capital, bem

como com informações, por exemplo, sobre a previsão do tempo (chuva, frio, seca), os tipos e qualidade do solo, políticas de preços, aquisição, controle e venda de produtos. Apontar as épocas mais propícias para plantio ou colheita, uso e ocupação do solo, distribuição de sementes e fertilizantes conforme o tipo de solo, dentre outras.

Além da mecanização, automação e provimento de informações, as TIC's podem contribuir com o campesinato na administração<sup>8</sup> da unidade produtiva. Possibilita ao campesinato tomar decisões no que se refere a estabelecer objetivos e ações a serem empreendidas, organizar e aplicar os recursos existentes, além de controlar as ações e os resultados, promovendo os ajustes necessários para que os objetivos sejam alcançados. Com o conhecimento necessário, é possível controlar o rebanho - nascimento ou aquisição, crias, produtividade, vacinas, enfermidades, etc -, as receitas e despesas, as culturas - data de plantio, custos, adubação, etc.

Essas tecnologias podem ser divididas em dois grandes grupos - *hardware* e *software* - os quais permitem captar, tratar, armazenar e disseminar informações, bem como automatizar máquinas e processos. O grupo denominado *hardware* é composto por equipamentos, elementos tangíveis, físicos, tais como: computadores, impressoras, *scanners*, aparelhos de telefone e de fax, projetores multimídia, etc. Quanto ao grupo *software*, este é composto por elementos lógicos responsáveis por dar vida ao *hardware* e fazer com que ele seja capaz de desempenhar o seu papel e as suas tarefas. Para este segundo grupo podem ser apontados como exemplos os sistemas operacionais Windows, Linux e Android, os navegadores Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox, além dos aplicativos Word, Excel e Powerpoint, dentre outros.

Da junção entre *hardware* e *software* surgem os sistemas de informações, que são definidos por Batista (2004, p. 19) "[...] como todo e qualquer sistema que possui dados ou informações de entrada que tenham por fim gerar informações de saída para suprir determinadas necessidades". Os sistemas de informações são classificados por Batista (2004) em: Sistemas Empresariais Básicos, Sistemas de Automação de Escritório, Sistemas de Informação Gerencial

---

<sup>8</sup> A administração é definida por Chiavenato (2010, p. 14) como "o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os esforços dos membros da organização e de utilizar todos os recursos organizacionais disponíveis para alcançar os objetivos organizacionais previamente estabelecidos".

(SIG), Sistemas de Suporte à Decisão (SSD), Sistemas de Suporte Executivo (SSE), Sistemas Especialistas e Sistemas de Informação Geográfica (GIS).

No contexto da economia mundializada, integrada e conectada, as TIC's se apresentam com potencial amplo, diverso e abrangente, como apontou Abad (2014) em suas análises. Para ela as TIC's influenciaram e influenciam o desenvolvimento e a dinâmica do turismo rural em uma região específica da Espanha. Abad (2014) entende a globalização como “[...] o processo mediante o qual as sociedades e economias a nível mundial tentam alcançar um maior grau de integração, uma maior velocidade na transmissão da informação e uma maior facilidade para movimentação do capital e trabalho” (ABAD, 2014, p. 294. Tradução minha). “[...] *el proceso mediante el que las sociedades y economías a nivel mundial intentan alcanzar un mayor grado de integración, una mayor velocidad en la transacción de la información y una mayor facilidad para los movimientos de capital y trabajo*” (ABAD, 2014, p. 294).

Abad (2014) indica o potencial representado pelas TIC's no que se refere ao desenvolvimento integral, inclusive do campesinato. “A criação de oportunidades para a exportação e comercialização dos produtos pelos pequenos agricultores é uma estratégia chave para atingir a sustentabilidade do setor agrícola (ABAD, 2014, p. 295. Tradução minha). “*La creación de oportunidades para la exportación y comercialización de los productos de los pequeños agricultores es una estrategia clave para lograr la sostenibilidad del sector agrícola*” (ABAD, 2014, p. 295).

No entanto, para que o campesinato da Região do Pontal do Paranapanema possa tirar proveito dessas e outras oportunidades possibilitadas pelas TIC's ele necessita ser incluído no circuito de uso dessas tecnologias, ou seja, ser dotado dos equipamentos, infraestrutura e conhecimento necessário para operar esse tipo de tecnologia. No entanto, isso requer uma ação sistemática para evitar que os efeitos da obsolescência tecnológica ou do conhecimento comprometam o processo.

No que se refere ao turismo rural, Abad (2014) entende que a Sociedade da Informação e as TIC's forçam os empreendimentos a incluir-se no circuito das tecnologias digitais, sob pena de ficarem a margem desse processo de desenvolvimento, mas assevera que:

*Sin embargo, el acceso a las nuevas tecnologías es limitado en el medio rural, tanto por la deficiente infraestructura como por la escasa formación y especialización de los gestores turísticos. Existe por tanto, una brecha digital con respecto a los medios urbanos, tanto en el acceso por parte de los ciudadanos, como en la promoción y comercialización de las actividades turísticas (ABAD, 2014, p. 286).*

No entanto, o acesso às novas tecnologias é limitado no meio rural, tanto pela infraestrutura deficiente como pela escassa formação e especialização dos gestores turísticos. Existe, portanto, uma brecha digital com respeito aos meios urbanos, tanto no acesso por parte dos cidadãos, como na promoção e comercialização das atividades turísticas (ABAD, 2014, p. 286. Tradução minha).

Transpostas as atuais barreiras, uma outra oportunidade que a incorporação das TIC's pode oferecer ao campesinato é justamente a do comércio eletrônico. Essa modalidade de negócio possibilita promover e comercializar a produção a baixo custo e com grande abrangência territorial. Segundo o site e-Bit (2015), o faturamento desse tipo de atividade comercial tem crescido acima de 20% ao ano desde 2011 e a estimativa é que movimente aproximadamente de R\$ 41,2 bilhões em 2015. Isso possibilita ao campesinato, aos poucos, ampliar a sua rede contatos e construir mecanismos próprios e específicos de comercialização e colaboração online.

Apesar de considerar relevante o papel que as TIC's têm desempenhado no meio urbano e principalmente nas empresas, Abad (2014) reconhece a existência de fatores limitantes ao seu uso no meio rural e que, portanto, coloca o campesinato em situação de exclusão digital. Paradoxalmente, é justamente para romper com este histórico de exclusão do campesinato que as ferramentas possibilitadas pelas TIC's podem atuar de maneira positiva.

*El uso de las nuevas tecnologías permite mejorar la calidad de vida y trabajo de los ciudadanos de las zonas rurales para fortalecer la creación de valor en la economía rural, tanto en los sectores tradicionales como en los nuevos, permitiendo que las zonas rurales se integren y participen plenamente en una economía global. En la sociedad de la información y comunicación actual, la apuesta por la tecnología crea, a priori, mayores oportunidades de servicio y mejora la competitividad de las empresas. Hasta hace no mucho tiempo, en las ciudades se concentraban todos los grandes servicios de la población, quedando el campo en una situación de desfase que generaba su continuo aislamiento y su consiguiente despoblamiento. Por tanto, esa apuesta se establece como clave para lograr la cohesión territorial y la vertebración económica y social (ABAD, 2014, p. 298-299).*

O uso das novas tecnologias permite melhorar a qualidade de vida e trabalho dos cidadãos da zona rural por fortalecer a criação de valor na economia rural, tanto nos setores tradicionais como nos novos, permitindo que a zona rural se integre e participe plenamente em uma economia global. Na sociedade da informação e comunicação atual, a aposta pela

tecnologia cria, a priori, maiores oportunidades de serviço e melhora a competitividade das empresas. Até não muito tempo atrás, nas cidades se concentravam todos os grandes serviços para a população, deixando o campo em uma situação de atraso que gerava seu contínuo isolamento e seu consequente despovoamento. Portanto, essa aposta se apresenta como chave attingir uma coesão territorial e uma estruturação econômica e social (ABAD, 2014, p. 298-299. Tradução minha).

A ruptura com essa realidade de exclusão na qual está mergulhado o campesinato e, também, pelas necessidades advindas da mundialização há, necessariamente, a dependência das instituições públicas, bem como da vontade política dos governos. Pela relevância atual e pelas oportunidades que pode representar, Abad (2014) considera o acesso às TIC's um direito da população. No entanto, não basta fornecer os equipamentos sem a necessária infraestrutura adequada e a capacitação das pessoas para o pleno uso dessas ferramentas, como será visto com maiores detalhes no próximo capítulo. Assim estabelece Abad (2014):

*El esfuerzo inicial, y tal vez, el más importante, deberá consistir en la implantación de infraestructuras de telecomunicaciones, ya que como es lógico, para los operadores privados no resultan rentables las zonas de baja densidad de población. Por ello, el interés de las instituciones en este sentido debe ser mayor. Por otro lado, la alfabetización digital es otra de las claves para lograr la plena integración del medio rural en la Sociedad de la Información, por lo que sin planes para la formación de los colectivos rurales, no se lograría esta empresa. Y por último, es necesario que los proveedores de servicios y contenidos potencien al máximo la personalización de éstos, con el fin de satisfacer las necesidades de la propia población rural. Al dotar de estos tres pilares a una población se está garantizando su acceso a una serie de servicios de manera directa y sin intermediarios, superando las barreras geográficas y ofreciendo nuevas oportunidades. Solo a través de este espíritu es posible que las TIC supongan una oportunidad, más que una nueva amenaza (ABAD, 2014, p. 299).*

O esforço inicial, e talvez o mais importante, deverá consistir na implantação de infraestruturas de telecomunicações, porque, logicamente, para os operadores privados não apresentam rentáveis as áreas de baixa densidade populacional. Portanto, o interesse das instituições neste sentido deve ser maior. Por outro lado, a alfabetização digital é outra chave para alcançar a plena integração do meio rural na Sociedade da Informação, porque sem planos para a formação do coletivo rural, não atingiria esse objetivo. E, finalmente, é necessário que os provedores de serviços e conteúdo aprimorem ao máximo a personalização destes, a fim de atender as necessidades da própria população rural. Ao fornecer esses três pilares à uma população, se está garantindo seu acesso a uma série de serviços de maneira direta e sem intermediários, superando as barreiras geográficas e oferecendo novas oportunidades. Só através deste espírito é possível que as TIC's podem ser uma oportunidade, em vez de uma nova ameaça (ABAD, 2014, p. 299. Tradução minha).

A inclusão digital do campesinato gera externalidades positivas, como demonstra Abad (2014), e pode ser importante na atividade profissional e no

relacionamento social. Altera a competitividade e, simultaneamente, aumenta os níveis de educação e bem estar. No entanto, as TIC's não podem ser consideradas um fim em si mesmo, mas uma nova forma de se confrontar os problemas e as necessidades do campesinato. "A menos que essas possibilidades sejam respaldadas por um esforço institucional capaz de garantir a participação, a assunção de responsabilidades, a educação e a formação em matéria de TIC, os velhos problemas ligados a estas áreas persistirão" (ABAD, 2014, p. 299. Tradução minha). "*Salvo que estas posibilidades se vean respaldadas por un esfuerzo institucional capaz de garantizar la participación, la asunción de responsabilidades, la educación y la formación en materia de TIC, los viejos problemas vinculados a estas zonas persistirán*" (ABAD, 2014, p. 299). E prossegue Abad (2014)

*No obstante, si bien es cierto que las TIC pueden generar nuevas oportunidades, esto no ocurrirá si la administración no considera primordial este aspecto. Considerar el acceso a la información como un derecho debe ir complementado con las infraestructuras para que ello sea posible. En definitiva, un mejor acceso a la comunicación e información está directamente ligado al desarrollo social y económico. En cualquier caso, las TIC no deben ser consideradas más que la herramienta que facilite un modelo de desarrollo y que asuma la multifuncionalidad como estrategia [...]* (ABAD, 2014, p. 307).

No entanto, se é certo que as TIC's podem gerar novas oportunidades, isso não ocorrerá se a administração não considerar primordial esse aspecto. Considerar o acesso à informação como um direito deve vir complementada com as infraestruturas para que isso seja possível. Em suma, um melhor acesso à comunicação e à informação está diretamente ligado ao desenvolvimento social e econômico. Em qualquer caso, as TIC's não devem ser consideradas mais que uma ferramenta que possibilite um modelo de desenvolvimento e que assuma a multifuncionalidade como uma estratégia [...] (ABAD, 2014, p. 307. Tradução minha).

Ao reconhecer a necessidade de implementação das TIC's, Abad (2014) considera importante o acompanhamento delas com outros elementos, inclusive da disponibilidade para adotar uma estratégia de multifuncionalidade produtiva na propriedade rural. A multifuncionalidade reside, segundo Abad (2014), em diversificar através da exploração de outras atividades, como por exemplo o turismo rural. No entanto, apesar de defender a multifuncionalidade, Abad (2014) defende a tese do não rompimento com as atividades tradicionais. Ou seja, que as atividades como o desenvolvimento da agricultura mantenham-se como sendo as principais dentre aquelas desenvolvidas pelo campesinato.

As TIC's têm potencial contributivo no âmbito do campesinato para além das questões técnicas, do aumento da eficiência e eficácia produtiva, e de comercialização. Entende-se que elas podem proporcionar importante contribuição

ao desenvolvimento do capital social apropriado pelo campesinato. Para Bordieu (2012),

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento ou de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis (BORDIEU, 2012, p. 67. Grifos no original).

Para Bagnasco (2011, p. 359) "o capital social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseadas numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em formas de organização social às quais novos rumos podem ser dados". No entanto, artimanhas engendradas pelo capital tem procurado destruir essas redes de relações cooperativas e de confiança, bem como a noção de pertencimento a determinado grupo, conduzindo a uma sociedade altamente desigual e individualista. O capital social é de fundamental importância para promover a ruptura do individualismo engendrado pelas articulações capitalistas de produção, como bem demonstrou Putnam (2002) ao estudar o desenvolvimento da Itália e as assimetrias entre as regiões norte e sul:

A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 2002, p. 177).

A noção do capital social aproxima-se da relação de reciprocidade com a vizinhança que caracteriza o campesinato. Faz parte da cultura camponesa o compartilhamento de gêneros alimentícios ou de ajuda nas atividades laborais da propriedade, por exemplo, sempre na certeza de que haverá a contrapartida quando necessário. Pensar o desenvolvimento do campesinato implica pensar de forma completa o contexto que o envolve.

Putnam (2002) destaca o fracasso referente às implementações de modelos de desenvolvimento que não consideram os contextos e as especificidades regionais. Compreender o contexto regional, em especial o social, é de suma importância, pois ele influencia decisivamente no desempenho institucional. Para que uma instituição democrática obtenha bom desempenho, Putnam (2002, p. 25) esclarece que ela seja "ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas

de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas”.

O desempenho do governo, em qualquer esfera, reflete o das suas instituições, sendo estas, portanto, fundamentais no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, Israel (1987) *apud* Putnam (2002, p. 26) afirma que “a melhoria do desempenho institucional é parte essencial do processo de modernização. A não ser que se modernize, um país não terá um desempenho à altura dos padrões hoje vigentes no mundo desenvolvido”.

O desenvolvimento do civismo é de fundamental importância no desempenho das instituições, vez que o civismo não é apenas aquele ensinado nas escolas. Ele faz parte do contexto social e exerce importante influência na formação e desenvolvimento das relações igualitárias, como asseverou Putnam (2002):

[...] a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração. Certas regiões da Itália, como pudemos constatar, são favorecidas por padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico, ao passo que outras padecem de uma política verticalmente estruturada, uma vida social caracterizada pela fragmentação e o isolamento, e uma cultura dominada pela desconfiança. Tais diferenças na vida cívica são fundamentais para explicar o êxito das instituições (PUTNAM, 2002, p. 31).

Depreende-se disso a existência do antagonismo entre civismo e individualismo, ou seja, não há como ser um cidadão imbuído de civismo se ele pensar somente em si. Como o sistema de produção capitalista historicamente se desenvolve mediante um pensamento individualista e competitivo, contrariamente ele promove a deterioração do pensamento e das ações coletivas, extirpando, assim, parte substancial do civismo.

As análises de Putnam (2002) demonstraram ser as regiões mais cívicas aquelas com ambiente mais propício à cooperação e, portanto, ao desenvolvimento e ampliação do capital social. Nas comunidades periféricas a constituição do capital social, sustentado pelo tripé honestidade, confiabilidade e reciprocidade, torna-se extremamente relevante, uma vez que “não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes na verdade empenham suas relações sociais” (PUTNAM, 2002, p. 178-179). Assim, as relações sociais permitem ampliar as possibilidades de compartilhamento e utilização do capital social, como aponta Putnam (2002).

A cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você. As



associações de crédito rotativo mostram como os dilemas da ação coletiva podem ser superados mediante o aproveitamento de fontes externas de capital social, uma vez que tais associações “utilizam as relações sociais já existentes entre os indivíduos para tentar contornar os problemas de informação e executoriedade inadequadas” (PUTNAM, 2002, 178).

É imprescindível para o engendramento do capital social a confiança, a honestidade e a reciprocidade, além da necessária ruptura da concepção individualista própria das relações capitalistas de produção. Nesse sentido, a confiança apresenta-se como elemento preponderante, sem o qual não há capital social. A importância da confiança é destacada por Arrow (1972) *apud* Putnam (2002, p. 180): “Pode-se muito bem afirmar que boa parte do atraso econômico no mundo se deve à falta de confiança”. Contrariando o senso comum, que questiona se as outras pessoas são confiáveis, “para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros” (GAMBETTA, 1988 *apud* PUTNAM, 2002, p. 174).

Os diversos contatos mantidos junto a base empírica desta dissertação permitiram observar como a falta de confiança tem dificultado o desenvolvimento de ações visando o associativismo e o cooperativismo junto ao campesinato, que busque o desenvolvimento coletivo e não individual. Isso indica a existência de baixo nível de capital social. A confiança e a cooperação influenciam-se mutuamente, de forma que a confiança estimula a cooperação, a qual acaba por ampliar a confiança. Putnam (2002) estabelece que

Os sistemas de participação cívica, assim como as associações comunitárias, as sociedades orfeônicas, as cooperativas, os clubes desportivos, os partidos de massa e similares [...], representam uma intensa interação horizontal. Os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo (PUTNAM, 2002, p. 183).

No âmbito do capital social outro elemento de destaque consiste na reciprocidade, a qual “[...] diz respeito a uma contínua relação de troca que a qualquer momento apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro” (PUTNAM, 2002, p. 181). A regra da reciprocidade favorece a convergência entre os interesses individuais e coletivos, estimula a solidariedade ao mesmo tempo em que combate o oportunismo.

A boa regra da reciprocidade generalizada em geral está associada a um amplo sistema de intercâmbio geral. Nas sociedades em que as pessoas

acreditam que a confiança será retribuída, sem que dela venham a abusar, existe maior probabilidade de haver intercâmbio (PUTNAM, 2002, p. 182).

Mantidas e/ou aprimoradas as condições de sociabilidade, a tendência natural é que àqueles que possuam capital social busquem maximizá-lo. Com o desenvolvimento econômico aumenta a importância do capital social como forma de combater iniciativas que busquem ganhos estritamente individuais. Por isso, Putnam (2002) alerta sobre o fato do capital social requerer a sua utilização para que possa manter-se e aumentar, sob pena de reduzir e esgotar-se se não for utilizado.

Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo (PUTNAM, 2002, p. 186).

Assim, o capital social constitui-se em importante instrumento na redução das desigualdades engendradas pelo modo de produção capitalista. “As normas e os sistemas de participação cívica contribuem para a prosperidade econômica e são por sua vez reforçados por essa prosperidade” (PUTNAM, 2002, p. 190). No entanto, na sociedade moderna “a desconfiança mútua e a transgressão, a dependência vertical e a exploração, o isolamento e a desordem, a criminalidade e o atraso reforçaram-se mutuamente em intermináveis círculos viciosos” (PUTNAM, 2002, p. 191) que têm sido responsáveis por reduzir, consideravelmente, o nível de capital social. Essa ausência de civismo provoca uma inversão de valores ao transformar em normais essas práticas condenáveis, onde a regra torna-se exceção e aquilo que deveria ser exceção torna-se regra. Por isso, Putnam (2002) assevera:

O que é mais fundamental para a comunidade cívica é a capacidade social de colaborar visando a interesses comuns. A reciprocidade generalizada (não o “farei isso para você porque você tem mais poder do que eu”, nem o “farei isso para você agora, se você fizer aquilo para mim agora”, mas o “farei isso para você agora, sabendo que um dia você fará algo para mim”) gera vultoso capital social e reforça a colaboração (PUTNAM, 2002, p. 192).

A criação, expansão e fortalecimento do capital social apresenta-se como uma exigência para extirpar esses círculos viciosos e impedir que outros se estabeleçam. “Para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano” (PUTNAM, 2002, p. 192). Assim, as perspectivas de ações coletivas visando um desenvolvimento integral se tornam mais restritas em sociedades onde há um baixo índice de civismo e, por consequência, de capital social.

Pelo nível atual de integração tecnológica que se atingiu, as TIC's possibilitam interações em tempo real, aproximando virtualmente as pessoas e ampliando suas capacidades de comunicação, tanto em quantidade quanto na qualidade do intercâmbio de informações. Ao se considerar que o capital social se assenta em relações sociais baseadas em confiança, honestidade, reciprocidade e normas, entende-se que as TIC's podem contribuir enormemente com o campesinato no desenvolvimento do seu estoque de capital social. Dessa forma, o campesinato pode ter ampliadas as suas capacidades e o seu poder no embate frente ao capital pelo domínio dos meios de produção.

No entanto, é preciso ter claro que as TIC's apresentam, sem dúvida, uma infinidade de benefícios, mas, se não forem adequadamente apropriadas e utilizadas, podem ter efeito inverso, ampliando as vulnerabilidades. Por isso, Silveira (2015, p. 11) emite “[...] um aviso acerca da natureza ambivalente das tecnologias de informação e comunicação. É a lembrança de que o poder não se faz por meio da tecnologia somente [...]”. Não é por acaso que a simples detenção de pacotes tecnológicos não implicam, necessariamente, aumento da eficiência no uso dos recursos e/ou eficácia no alcance dos objetivos.

Ocorre que as tecnologias da informação são tecnologias da inteligência. Elas não ampliam a nossa força física, mas aumentam nossa capacidade de armazenar, processar e transferir informações. Elas interferem em nossa cognição e nas possibilidades do nosso pensamento. Podem ampliar, restringir, moldar e limitar nosso modo de comunicar, interagir, redigir e organizar informações (SILVEIRA, 2015, p. 12).

O século XXI é marcado pela presença de um novo fator-chave na produção, o conhecimento ou capital cognitivo. Pela sua característica eminentemente imaterial e abstrata, torna-se um elemento de difícil controle. No entanto, em um mundo globalizado e altamente integrado, o conhecimento se apresenta como um fator de produção estratégico, que pode representar a diferença entre o sucesso e o fracasso. Por isso Silveira (2015) assevera:

As grandes corporações de tecnologia, cada vez mais empresas de entretenimento e relacionamento digitais, buscam o controle de nossas opções cotidianas, e nisso reside o seu negócio. Controlar e enredar o maior número de pessoas em suas teias de controle é o principal caminho do capitalismo cognitivo (SILVEIRA, 2015, p. 12).

O sistema capitalista de produção busca estabelecer controle sobre as informações e, por consequência, sobre o conhecimento, construído, recebido e transmitido entre as pessoas. Com o advento da microeletrônica e das TIC's, o

poder de controle pelo capital apresenta-se maximizado, com novos sujeitos e novos mecanismos de controle. Esse sistema produtivista-consumista necessita conhecer ao máximo as expectativas e carências das pessoas, para que possa oferecer-lhe produtos e serviços no momento oportuno e a preços condizentes com as possibilidades do público-alvo. Além disso, esse conhecimento possibilita o uso de ferramentas mercadológicas como o marketing, por exemplo, para influenciar e induzir as pessoas ao consumo.

O grande negócio do capitalismo cognitivo é a modulação dos comportamentos. Para isso, é indispensável obter informações constantes, se possível em tempo real, dos potenciais consumidores de algo que essas corporações podem oferecer enquanto se deslocam pelo espaço, conectados pelas redes digitais (SILVEIRA, 2015, p. 15).

No entanto, é necessário estar atento as informações veiculadas, pois, segundo Santos (2005, p. 39), "o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde". O autor alerta para o fato de que "a informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos" (SANTOS, 2005, p. 41). Pela importância da informação na dinâmica da sociedade atual isso é utilizado como instrumento de dominação. Na ótica de Santos (2005) o papel de interpretar os fatos e divulgar as informações de acordo com os interesses dominantes cabe a publicidade.

Para resistir às investidas do capital, assim como já ocorria anteriormente com os demais fatores de produção, faz-se necessário ao campesinato desenvolver estratégias específicas para apropriar e desenvolver o conhecimento necessário e voltá-lo ao seu jeito camponês de fazer agricultura. Nesse sentido, a resistência "ao poder das corporações também passa pela tecnologia, em sua ambivalência. Resistir é reconfigurar as práticas sociotécnicas, recombina seus componentes e ampliar a liberdade e os canais para deixar evidentes as relações de poder" (SILVEIRA, 2015, p. 17).

Então você consegue afetar muitas pessoas com uma pequena quantidade de informações. Dá para mudar o comportamento de muitas pessoas com uma pequena quantidade de informações. Resta saber: que tipo de informação vai levar a um comportamento que é justo e vai desestimular um comportamento que é injusto? (ASSANGE, 2015, p. 63).

Como membro e líder de uma organização que combate as violações da privacidade e da liberdade na internet, Assange (2015) tece algumas análises sobre o uso pelo império capitalista, em especial àquele representado pelo governo

norte-americano, de megacorporações de tecnologia para ter acesso irrestrito ao conteúdo das comunicações realizadas pela internet. “Certos setores estabeleceram grandes centros de poder antes da Internet, todos eles baseados no conceito de ‘propriedade intelectual’” (ASSANGE, 2014, p. 10. Tradução minha). “*Ciertos sectores establecieron grandes centros de poder antes de Internet, todos ellos basados en el concepto de ‘propiedad intelectual’*” (ASSANGE, 2014, p. 10). Sob a teórica bandeira da proteção dos direitos autorais e/ou da propriedade intelectual, Assange (2014) vaticina:

*Estos lobbies temerosos han impulsado una explosión de legislaciones para hacerse con el control de los conductos de Internet, cerrando determinados flujos de información, tratando de evitar que los monopolios de la información se disuelvan. Estas propuestas vienen del mundo empresarial, pero son acogidas por ciertos gobiernos que buscan pretextos para extender su control sobre Internet* (ASSANGE, 2014, p. 10).

Estes lobbies temerosos têm impulsionado uma explosão de legislações para fazer-se um controle das condutas na Internet, fechando determinados fluxos de informação, tentando evitar que os monopólios de informação se dissolvam. Estas propostas vêm do mundo empresarial, mas são bem-vindas por certos governos que buscam pretextos para estender seu controle sobre a Internet (ASSANGE, 2014, p. 10. Tradução minha).

Tratam-se, portanto, de iniciativas com vistas à manutenção do poder por parte dos governantes e de megacorporações capitalistas, em detrimento dos reais interesses da sociedade. Pela importância estratégica e por entender que a internet é uma extensão do território norte-americano, uma vez que a rede mundial de computadores e os respectivos serviços surgiram no interior de suas organizações, o governo dos Estados Unidos, através de empresas criteriosamente escolhidas, tem procurado monopolizar os serviços de internet.

Para que um monopólio norte-americano de serviços de internet garanta o domínio do mercado global, ele não pode simplesmente continuar fazendo a mesma coisa e esperar passivamente por ventos políticos favoráveis. A hegemonia estratégica e econômica dos Estados Unidos é um pilar fundamental para o domínio do mercado (ASSANGE, 2015, p. 40).

Uma das empresas citadas por Assange (2015) como envolvida nas violações cometidas pelo governo norte-americano é a Google e por isso emite um alerta. “O avanço da tecnologia da informação simbolizada pelo Google prenuncia a morte da privacidade para a maioria das pessoas e aproxima o mundo do autoritarismo” (ASSANGE, 2015, p. 57). Mesmo em épocas onde não havia a presença das TIC’s o governo dos Estados Unidos cometeu uma série de violações e interferências a redor do mundo, situações que muitas vezes culminaram na morte de pessoas. Por isso, “[...] a erosão da privacidade individual nos países ocidentais

e a centralização de poder que acompanha essa erosão fazem com que os abusos sejam inevitáveis e aproximam as ‘boas’ sociedades das ‘más’” (ASSANGE, 2015, p. 57).

Em períodos de revolução, as pessoas envolvidas precisam poder se comunicar para planejar rapidamente, e precisam poder transmitir informações sobre o que está acontecendo para se adaptar rapidamente aos acontecimentos e criar a próxima estratégia. Se os serviços de segurança forem os únicos que conseguem se comunicar e o governo derrubar o sistema de telefonia móvel, os serviços de segurança ficam numa tremenda vantagem. Se você tiver um sistema que permita que as pessoas se comuniquem de um jeito seguro e robusto, apesar da ação dos serviços de segurança, os serviços de segurança perdem um pouco dessa vantagem. Não que o governo vá necessariamente ser derrubado, mas eles vão ter de fazer mais concessões (ASSANGE, 2015, p. 83).

A existência de bons canais de comunicação contribui sobremaneira para ampliar a liberdade das pessoas e, por consequência, a consciência da necessidade de uma postura mais ativa. “No passado, o desafio para os movimentos pela justiça social era conseguir consenso e organizar-se de maneira eficiente para poder competir com as entidades que acumulam coerência organizativa em razão do seu tamanho e capacidade de coerção [...]” (ASSANGE, 2014, p. 6. Tradução minha). “*En el pasado, el reto para los movimientos por la justicia social era lograr consensos y organizarse de manera eficiente para poder competir con las entidades que acumulan coherencia organizativa en razón de su tamaño y capacidad de coerción [...]*” (ASSANGE, 2014, p. 6).

Para Assange (2014) a liberdade passa pelas capacidades de acessar as informações e utilizá-las para transformar a realidade, ou seja, significa a própria libertação das pessoas enquanto atores sociais. “Um público bem informado é um público com poder e é um público livre” (ASSANGE, 2014, p. 7. Tradução minha). “*Un público bien informado es un público empoderado y es un público libre*” (ASSANGE, 2014, p. 7). Ampliar a liberdade e o poder da população implica, automaticamente, na redução do poder por parte do governo e de suas instituições, o que, em um ciclo vicioso, leva esses últimos a reagir na tentativa de manter, e até ampliar, a sua capacidade de exercer o poder. Por isso, Assange (2014) assevera que o governo:

*Intentará ocultar la información a las mayorías, restringiendo su acceso a una pequeña elite que así tendrá capacidad de organizarse con rapidez y dejar fuera de juego a los demás; y tratará de dar a las mayorías información falsa, de manera que cuando éstas intenten actuar por su propio interés, tambaleen* (ASSANGE, 2014, p. 7).

Buscará ocultar a informação das maiorias, restringindo seu acesso a uma pequena elite que assim terá capacidade de organizar-se rapidamente e deixar a margem os demais; bem como tratará de fornecer às maiorias informações falsas, de maneira que quando tentarem atuar em seus próprios interesses, não consigam (ASSANGE, 2014, p. 7. Tradução minha).

Cada vez mais a tendência dos governos é reduzir e controlar o nível de informação das pessoas, numa clara tentativa de facilitar o controle social da massa. “A base da pirâmide – que tem o maior volume – são todas aquelas pessoas que não sabem ler, que não têm acesso à mídia impressa, que não têm acesso às comunicações rápidas ou moram em lugares que não têm uma indústria da informação lucrativa” (ASSANGE, 2015, p. 65). Tem-se aí, portanto, a presença da exclusão social e digital, simultaneamente. As exclusões social e digital prejudicam o campesinato de diversas formas, inclusive na sua capacidade de constituir e maximizar o seu capital social.

#### 4 A EXCLUSÃO DIGITAL DO CAMPESINATO COMO ELEMENTO NA COMPOSIÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

A relevância das TIC's na sociedade contemporânea, o potencial papel que elas podem desempenhar no desenvolvimento e a importância em promover-se a inclusão digital já são reconhecidos. A temática, inclusive, já foi pauta de encontros da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de instituições a ela vinculadas, como por exemplo a Cúpula do Milênio, realizada em setembro de 2000, da qual o Brasil foi participante e signatário. Deste encontro resultou um documento denominado Declaração do Milênio que, segundo Porcaro (2006, p. 2), "[...] relaciona seis valores fundamentais para as relações internacionais, para o então próximo século: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade compartilhada [...]". No encontro também foram estabelecidos objetivos (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM's), metas, indicadores e diretrizes a serem perseguidas pelas nações membro até 2015. Merecem destaque duas palavras: liberdade, um dos seis valores fundamentais, e desenvolvimento. Nesse mesmo contexto, Hill (2015) destaca outro evento de classe mundial organizado para debater questões relacionadas às TIC's e desenvolvimento.

*La Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI) fue una reunión de jefes de Estado que se llevó a cabo en 2003 y 2005. Inicialmente se consideró centrarla en acuerdos respecto a los medios y modalidades para aportar al desarrollo de la sociedad de la información, en particular cómo facilitar el despliegue y la aplicación de tecnologías de la información y la comunicación (TICs) en los países en vías de desarrollo. Pero, debido a la falta de voluntad de los países desarrollados para contribuir financieramente a ello, y a la decisión unilateral de Estados Unidos de mantener su control sobre la gestión de los nombres de dominio y direcciones de Internet, gran parte de la discusión giró sobre la cuestión de la gobernanza de Internet, un tema polémico (HILL, 2015, p. 35).*

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) foi uma reunião de chefes de Estado que se realizou em 2003 e 2005. Inicialmente buscou-se centra-la em acordos sobre os meios e modalidades para fomentar o desenvolvimento da sociedade da informação, em particular como facilitar a implantação e a aplicação de tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos países em vias de desenvolvimento. Mas, devido a falta de vontade dos países desenvolvidos em contribuir financeiramente para isso, e a decisão unilateral dos Estados Unidos em manter seu controle sobre a gestão dos nomes de domínio e endereços da Internet, grande parte da discussão girou sobre a questão da governança da Internet, um tema polêmico (HILL, 2015, p. 35. Tradução minha).

Diversos eventos têm sido realizados na busca por consenso e decisões multilaterais para promover a inclusão das regiões periféricas no acesso e utilização das TIC's como forma de promover o desenvolvimento dessas regiões. No



entanto, muito dinheiro tem sido investido na realização de eventos que tem apresentado baixo índice de efetividade. Os países centrais resistem em colaborar financeiramente para isso e em abrir mão parcialmente de seus interesses, além de compartilhar com outros países os benefícios e controles que estão sobre seus auspícios. “Essas questões foram debatidas amplamente durante os últimos 10 anos. Enquanto os defensores do atual modelo de governança consideram que se tem registrado alguns avanços, a realidade mostra que não tem havido nenhum progresso” (HILL, 2015, p. 36. Tradução minha). *“Estas cuestiones se han debatido ampliamente durante los últimos 10 años. Si bien los defensores del actual modelo de gobernanza consideran que se han registrado algunos avances, la realidad muestra que no ha habido ningún progreso”* (HILL, 2015, p. 36).

*Desde la perspectiva de los movimientos sociales y actores de la sociedad civil que luchan por la justicia social y económica, así como los sectores que desean ver que Internet se convierta en una tecnología desarrollada por la ciudadanía, para la ciudadanía (como es el propósito del Foro Social del Internet<sup>17</sup>), será necesario resistir a las presiones de EE.UU. y sus aliados por imponer modelos de gobernanza que favorezcan sus intereses geopolíticos y geoeconómicos<sup>18</sup>. Asimismo, conviene impulsar acuerdos sobre principios básicos<sup>19</sup> que conlleven a un uso más equitativo y justo de las TICs y a la realización y protección de los derechos humanos* (HILL, 2015, p. 37).

Na perspectiva dos movimentos sociais e atores da sociedade civil que lutam pela justiça social e econômica, assim como os setores que desejam ver a Internet converter-se em uma tecnologia desenvolvida pela cidadania, para a cidadania (como é o propósito do Fórum Social da Internet), será necessário resistir às pressões dos EUA e seus aliados para impor modelos de governança que favoreçam seus interesses geopolíticos e geoeconômicos. Da mesma forma, convém impulsionar acordos sobre princípios básicos que conduzam a um uso mais equitativo e justo das TICs e a realização e proteção dos direitos humanos (HILL, 2015, p. 37. Tradução minha).

Para Porcaro (2006, p. 8. Grifos no original) “acredita-se que as TICs possam desempenhar um papel catalisador do desenvolvimento”, ou seja, as TIC’s não são um fim em si mesmas, são “plataformas de trocas de dados, informações e conhecimento e como ferramentas de implementação para *e-commerce*, *e-schools*, *e-health* etc.”; são, assim, canais para o desenvolvimento de outras áreas. O acesso e uso das TIC’s, denominado de inclusão digital, potencializa o intercâmbio de produtos, serviços, experiências e conhecimento, o que amplia a liberdade, autonomia, protagonismo e as oportunidades das pessoas.

O oposto, ou seja, a negação ou impossibilidade no acesso e uso das TIC’s, é denominado exclusão digital. A exclusão digital tem recebido diversas

denominações, tais como "apartheid digital", "apartheid tecnológico", "e-xclusão", dentre outras. Segundo Santos (2003), até 2002 pouco ou nada havia sido feito pelo Governo Federal para combater a exclusão digital e levar o acesso à internet a grande maioria da população brasileira. Ao negar o acesso a estas tecnologias nega-se também a oportunidade para a manutenção e fortalecimento da cultura e identidade regionais, pelo contrário, auxilia na sua invisibilização e contribui à hegemonia do pensamento único. A urgência no combate à exclusão digital é considerada por Takahashi (2000) ao asseverar que:

No novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos. É urgente trabalhar no sentido da busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de "info-excluídos" (TAKAHASHI, 2000, p. 31).

Takahashi (2000) trabalha com o conceito da universalização de serviços para a cidadania e, para que isso aconteça "de fato, há de se procurar soluções para inclusão das populações com baixo poder aquisitivo nas redes digitais" (TAKAHASHI, 2000, p. 31). Essa universalização deve contemplar obrigatoriamente as pessoas com necessidades especiais, as necessidades de locomoção da população e não deve ser uma ação pontual em determinado momento da história. Deve ser capaz de acompanhar as evoluções e transformações sociais e tecnológicas, dotada da resiliência necessária para ajustar-se às novas assimetrias e formas de exclusão decorrentes desse processo evolutivo. No entanto, Takahashi (2000) alerta que

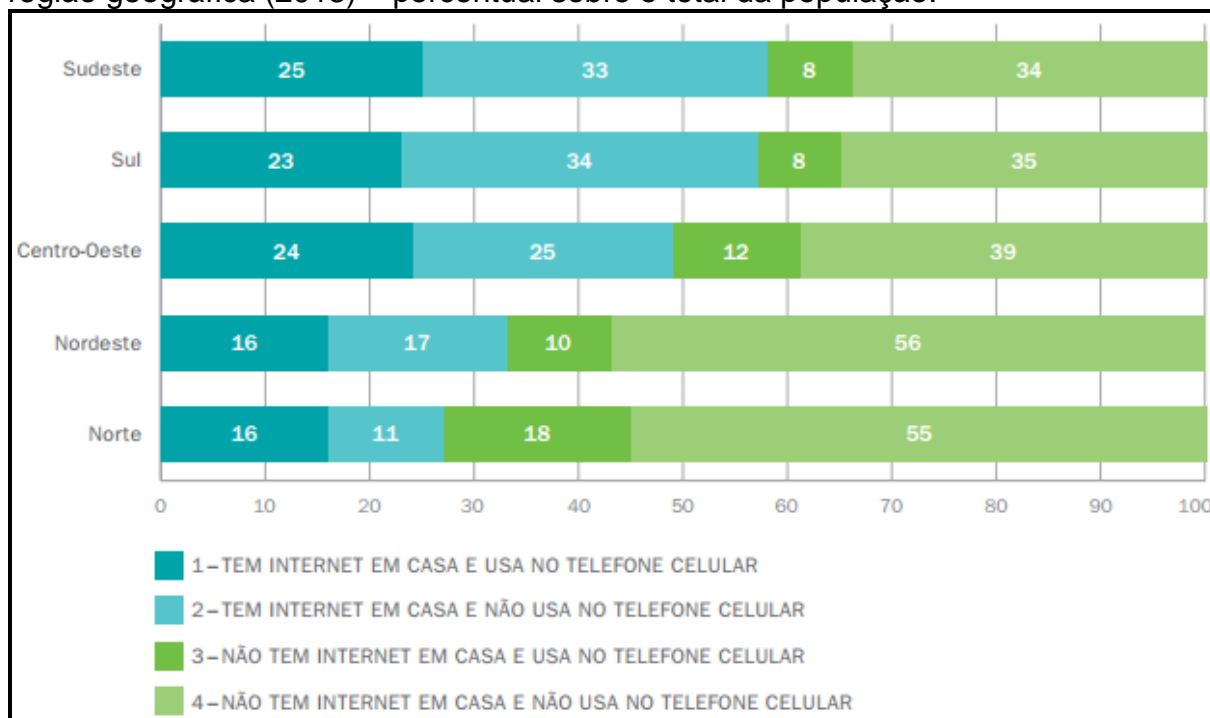
[...] o conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata tão somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar os indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet. Trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania (TAKAHASHI, 2000, p. 31).

Portanto, a universalização é um processo contínuo que perpassa pelo aprimoramento cultural e de cidadania, tornando o cidadão sujeito consciente de suas ações e responsabilidades, tanto no âmbito individual quanto coletivo. "Para países economicamente menos desenvolvidos, a incorporação desse novo conceito coloca um duplo desafio – o acesso à telefonia e o acesso à Internet" (TAKAHASHI,

2000, p. 32). Atualmente as soluções para prover esses tipos de serviço estão dissociadas, mas via de regra onde não há condições técnicas para uma não há para a outra também. A telefonia é menos suscetível a qualidade de sinal que o acesso à internet e, por isso, é possível encontrar locais onde se consegue falar ao celular mas não se consegue navegar na internet. “Um aspecto determinante da universalização de acesso diz respeito aos custos para o usuário [...]”, em especial no caso daquelas “[...] localidades mais distantes dos centros de maior desenvolvimento [...]” (TAKAHASHI, 2000, p. 32).

Dentre os fatores limitantes à universalização proposta por Takahashi (2000), podemos elencar: custo de acesso, renda per capita, disponibilidade do serviço, nível de escolaridade, aspectos culturais, familiaridade com as TIC's e utilidade das informações. Em um país de dimensões continentais e dotado de grandes assimetrias regionais, como é o caso do Brasil, essa problemática se agrava ainda mais. O Gráfico 1 apresenta as diferenças entre as cinco regiões brasileiras quanto ao acesso à internet oriundo da própria residência e/ou via telefone celular.

GRÁFICO 1 – Proporção da população de 10 anos ou mais, segundo a situação em relação ao acesso à internet em casa e ao uso da internet no telefone celular, por região geográfica (2013) – percentual sobre o total da população.



Fonte: BARBOSA (2014, p. 190)

As assimetrias no acesso à internet, a partir do próprio domicílio e/ou de telefone celular, entre as regiões mais desenvolvidas (Sul, Sudeste e Centro-oeste) e aquelas menos desenvolvidas (norte e nordeste), são facilmente perceptíveis quando se observa o Gráfico 1 (p. 90). A região sudeste apresenta os melhores índices, com 66% da sua população acessando a internet de alguma forma: 25% podem acessar tanto a partir do domicílio quanto do celular, 33% acessam apenas a partir do domicílio e 8% acessam apenas a partir do celular. Mesmo assim, na região sudeste tem-se 34% da população excluída dos circuitos de uso da internet. Em contraste, a região nordeste apresenta o pior desempenho, com apenas 43% da sua população acessando internet, ou seja, mais da metade da sua população não possui acesso à internet na residência ou via celular. Contrasta também com as regiões sul e sudeste, com 8%, o fato de na região norte 18% da população não ter outra alternativa que não acessar a internet somente via telefone celular.

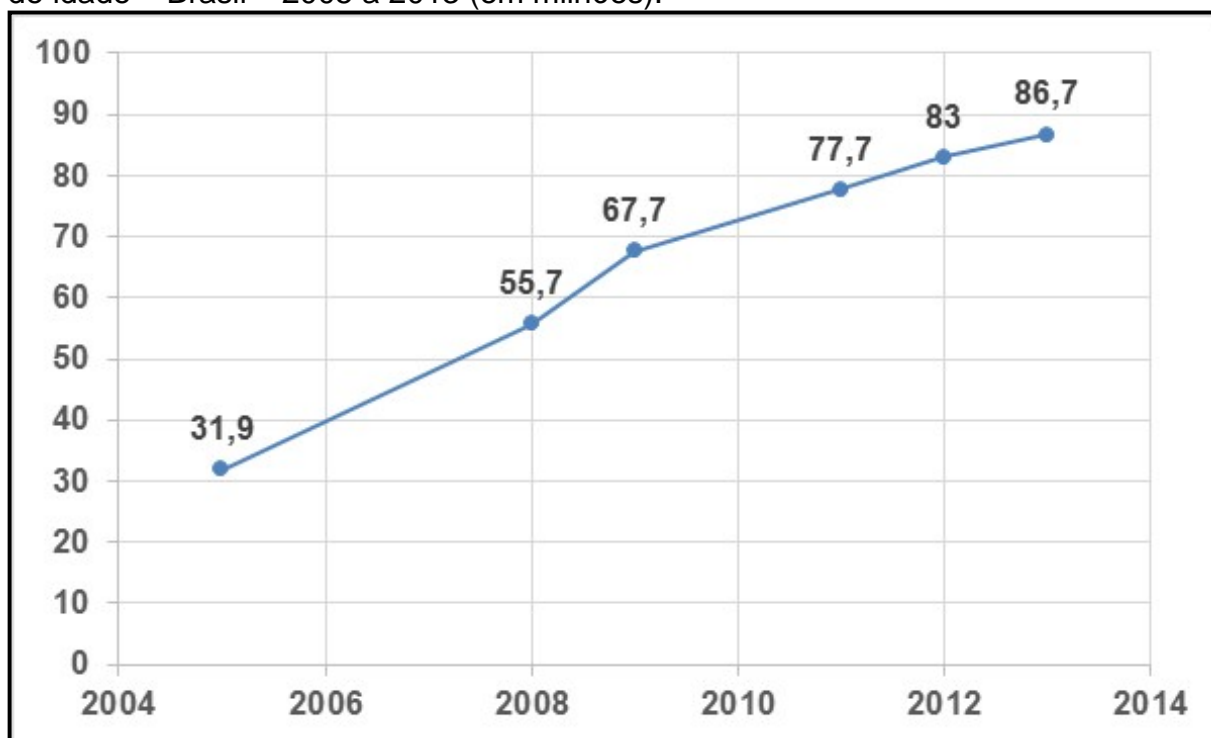
Antes de apresentar a realidade encontrada nos trabalhos de campo realizados na Região do Pontal do Paranapanema, considera-se relevante fornecer uma perspectiva da realidade brasileira no que se refere a inclusão digital. Para isso, serão utilizadas as informações e análises propiciadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### **4.1 Uma perspectiva da inclusão digital no Brasil a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza, desde 1967, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cujo objetivo reside em produzir informações para estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. A PNAD passou a incorporar, desde 2005, indicadores sobre acesso à internet e posse de telefone celular. Segundo o IBGE (2012, p. 73), "em 2012, aproximadamente 83,0 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam ter acessado à Internet no País nos últimos três meses anteriores à data da pesquisa, contra 77,7 milhões no ano anterior, assinalando um avanço de 6,8% [...]". Também segundo o IBGE (2011, p. 32), em 2009 eram 67,7 milhões de internautas, em 2008 eram 55,7 e em 2005, primeiro ano que se realizou este levantamento,

eram 31,9 milhões. O Gráfico 2 procura ilustrar essa evolução do acesso à internet no Brasil no período compreendido entre 2005 e 2013.

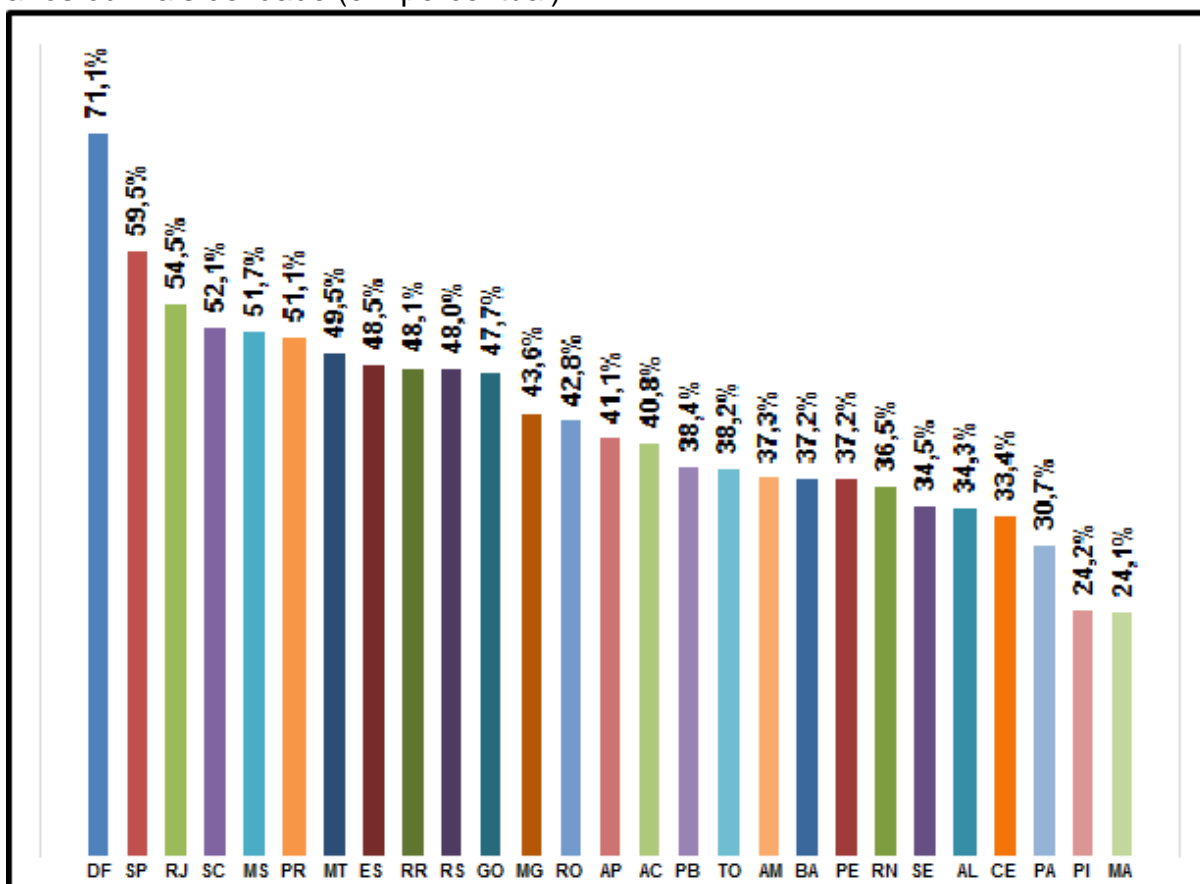
GRÁFICO 2 – Pessoas que utilizaram a internet, na população de 10 anos ou mais de idade – Brasil – 2005 a 2013 (em milhões).



Fonte: IBGE (2011, p. 32-33; 2012, p. 73; 2013, p. 79) – Organizado pelo autor.

Como se pode observar, de 2005 para 2009 houve um incremento de 74,6% no número de pessoas que utilizaram a internet, o que significa um crescimento médio de 24,9% ao ano. Apesar do número de internautas continuar crescendo, o desempenho apresentado nos períodos seguintes aponta para uma redução no ritmo da inclusão digital. Com 21,5% de 2008 para 2009, 14,8% de 2009 para 2011, 6,8% de 2011 para 2012 e 4,5% de 2012 para 2013, o ritmo desse crescimento diminuiu e a média no período de 2005 a 2013 ficou em 21,5% ao ano. O Gráfico 3 (p. 93) apresenta a taxa de utilização de internet por Unidade de Federação.

GRÁFICO 3 – Pessoas que utilizaram a internet, por Estado, na população de 10 anos ou mais de idade (em percentual).



Fonte: IBGE (2011, p. 34) – Adaptado pelo autor.

Os 6 (seis) Estados que apresentam o maior contingente populacional acessando a internet pertencem às regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, mais desenvolvidas, todos com mais de 50% de sua população. Dos 6 (seis) Estados com o pior desempenho no que se refere ao acesso à internet, menos de 35% da população, apenas o Estado do Pará pertence à região Norte, todos os demais estão situados na região Nordeste, regiões estas as menos desenvolvidas. A média nacional em 2011 era de 46,5% da população com acesso à internet.

As informações dispostas no Gráfico 3 ratificam àquelas apresentadas no Gráfico 1 (p. 90) e permitem estabelecer uma relação entre desenvolvimento e acesso às TIC's, em especial a internet e telefone celular. Merece destaque no Gráfico 3 o desempenho do Estado de São Paulo, maior *score* entre as unidades da federação, com 59,5% da sua população acessando a internet, perdendo apenas para o Distrito Federal, onde se localiza a capital nacional.

É no Extremo Oeste deste Estado que se localiza a microrregião de Presidente Prudente que, com base em informações do Censo de 2010, ocupa a 17<sup>a</sup>

posição no ranking do Estado de São Paulo, onde 145.451 domicílios possuem computador com ou sem acesso à internet, o que representa 1,16% do resultado apresentado pelo Estado. Quanto a presença de telefone fixo e/ou celular nos domicílios, a microrregião melhora seu desempenho e sobe três posições no ranking, com recursos disponíveis em 172.596 domicílios, 1,41% do acumulado no Estado. Na média, a microrregião de Presidente Prudente retorna à 17<sup>a</sup> posição com 1,29% dos domicílios do Estado de São Paulo em que foi constatada a presença de computador com ou sem acesso à internet, telefone fixo e/ou celular.

A diferença dos municípios contemplados na microrregião de Presidente Prudente e UGRHI-22 é mínima. Na microrregião de Presidente Prudente são inseridos os municípios de Alfredo Marcondes, Caiabu, Emilianópolis, João Ramalho, Ribeirão dos Índios e Santo Expedito, não contemplados na UGRHI-22, e são desconsiderados os municípios de Iepê e Nantes, contemplados pela UGRHI-22. O Quadro 1 apresenta o desempenho dos municípios que compõe a UGRHI-22.

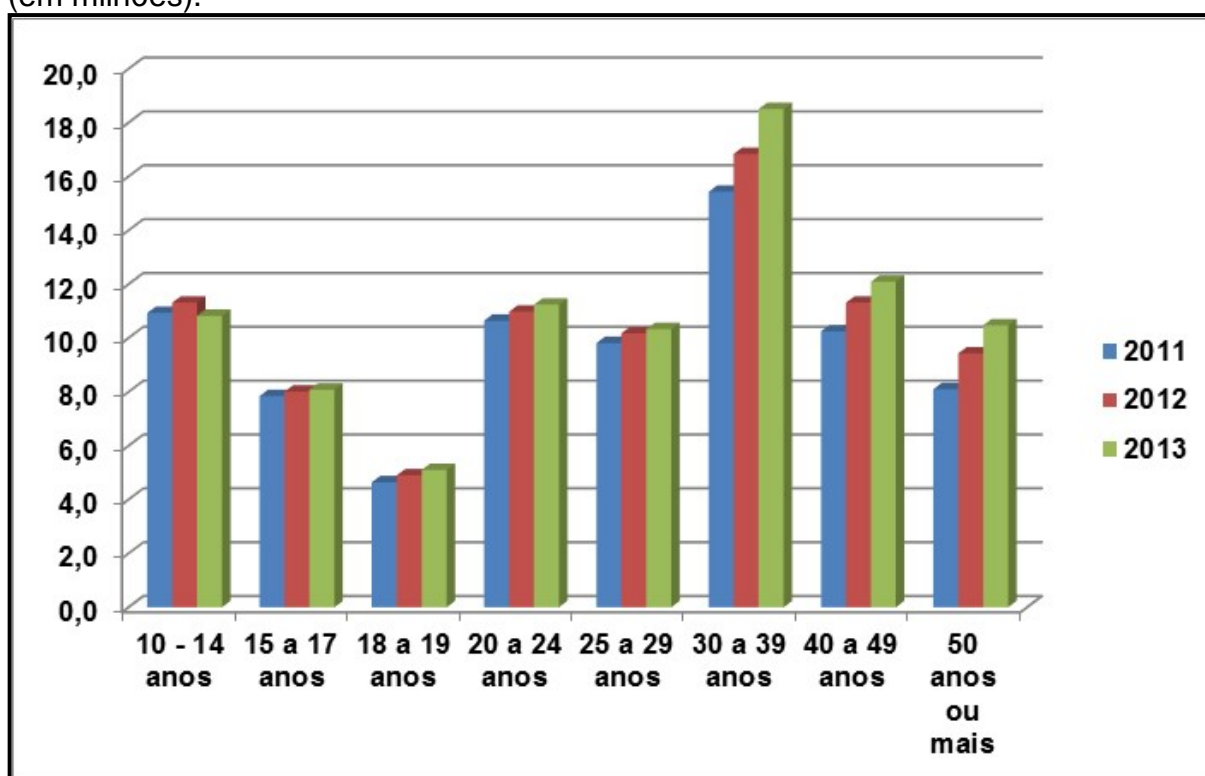
QUADRO 1: Presença de computador, com ou sem internet, e telefone, fixo e/ou celular, nos domicílios, por município da UGRHI-22.

Município	Computador (com ou sem internet)			Telefone Fixo e/ou Celular			Ranking Total
	Domicílios	%	Ranking	Domicílios	%	Ranking	
Presidente Prudente	68.625	0,55	32 <sup>o</sup>	65.517	0,54	34 <sup>o</sup>	33 <sup>o</sup>
Presidente Venceslau	10.345	0,08	145 <sup>o</sup>	11.610	0,10	153 <sup>o</sup>	150 <sup>o</sup>
Presidente Epitácio	9.549	0,08	156 <sup>o</sup>	11.995	0,10	150 <sup>o</sup>	152 <sup>o</sup>
Rancharia	6.573	0,05	192 <sup>o</sup>	8.719	0,07	186 <sup>o</sup>	191 <sup>o</sup>
Pirapozinho	5.917	0,05	204 <sup>o</sup>	7.143	0,06	213 <sup>o</sup>	207 <sup>o</sup>
Álvares Machado	4.581	0,04	230 <sup>o</sup>	6.967	0,06	217 <sup>o</sup>	222 <sup>o</sup>
Martinópolis	4.462	0,04	234 <sup>o</sup>	6.876	0,06	220 <sup>o</sup>	228 <sup>o</sup>
Santo Anastácio	5.064	0,04	217 <sup>o</sup>	6.208	0,05	231 <sup>o</sup>	231 <sup>o</sup>
Rosana	4.691	0,04	226 <sup>o</sup>	5.738	0,05	241 <sup>o</sup>	237 <sup>o</sup>
Regente Feijó	4.805	0,04	223 <sup>o</sup>	5.607	0,05	247 <sup>o</sup>	238 <sup>o</sup>
Teodoro Sampaio	3.758	0,03	251 <sup>o</sup>	5.666	0,05	244 <sup>o</sup>	247 <sup>o</sup>
Presidente Bernardes	3.175	0,03	278 <sup>o</sup>	4.267	0,03	290 <sup>o</sup>	281 <sup>o</sup>
Mirante do Paranapanema	2.111	0,02	339 <sup>o</sup>	4.933	0,04	258 <sup>o</sup>	293 <sup>o</sup>
Euclides da Cunha Paulista	1.115	0,01	436 <sup>o</sup>	2.605	0,02	377 <sup>o</sup>	403 <sup>o</sup>
Iepê	1.283	0,01	417 <sup>o</sup>	2.200	0,02	409 <sup>o</sup>	415 <sup>o</sup>
Tarabai	1.047	0,01	455 <sup>o</sup>	1.888	0,02	428 <sup>o</sup>	437 <sup>o</sup>
Taciba	1.017	0,01	462 <sup>o</sup>	1.666	0,01	455 <sup>o</sup>	457 <sup>o</sup>
Indiana	1.088	0,01	445 <sup>o</sup>	1.486	0,01	479 <sup>o</sup>	468 <sup>o</sup>
Caiuá	642	0,01	530 <sup>o</sup>	1.379	0,01	491 <sup>o</sup>	505 <sup>o</sup>
Narandiba	724	0,01	508 <sup>o</sup>	1.224	0,01	520 <sup>o</sup>	515 <sup>o</sup>
Anhumas	634	0,01	531 <sup>o</sup>	1.060	0,01	551 <sup>o</sup>	547 <sup>o</sup>
Piquerobi	610	0,00	540 <sup>o</sup>	1.066	0,01	549 <sup>o</sup>	548 <sup>o</sup>
Marabá Paulista	546	0,00	560 <sup>o</sup>	1.108	0,01	543 <sup>o</sup>	551 <sup>o</sup>
Sandovalina	511	0,00	574 <sup>o</sup>	1.024	0,01	555 <sup>o</sup>	562 <sup>o</sup>
Estrela do Norte	458	0,00	586 <sup>o</sup>	746	0,01	601 <sup>o</sup>	594 <sup>o</sup>
Nantes	385	0,00	603 <sup>o</sup>	767	0,01	597 <sup>o</sup>	603 <sup>o</sup>

Fonte: IBGE (2010) - Organizado pelo autor.

De acordo com o Censo 2010 existiam 645 municípios no Estado de São Paulo. O Quadro 1 (p. 94) apresenta *rankings* dos municípios da região em estudo, confrontados aos demais municípios do Estado, segundo a presença, nos domicílios pesquisados no Censo 2010, de computador (com ou sem internet) e telefone (fixo ou celular). Apenas o município de Presidente Prudente está entre 100 municípios com melhor desempenho, quando se avalia os domicílios com a presença de computador, internet e/ou telefonia, fixa ou móvel. O Gráfico 4 apresenta a evolução, por faixa etária, do acesso à internet nos anos de 2011, 2012 e 2013.

GRÁFICO 4 – Acesso à internet por faixa etária nos anos de 2011, 2012 e 2013 (em milhões).



Fonte: IBGE (2012, p. 243-244; 2013, p. 259) – Organizado pelo autor.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 4 é possível observar que o acesso à internet, na primeira faixa etária, apresentou um ligeiro aumento em 2012 e recuou em 2013. Nas demais faixas etárias aumentou sucessivamente nos três anos analisados, com um crescimento mais acentuado nas três faixas etárias mais elevadas. Ainda segundo o IBGE (2013), no que se refere a posse de telefone celular, em 2013

[...] foram contabilizadas cerca de 130,8 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ou 75,5% da população residente no Brasil, que tinham telefone móvel celular para uso pessoal. Em relação ao ano de 2012, foi um



crescimento de 5,1%, o equivalente a 6,3 milhões pessoas. Esta foi a menor taxa de crescimento verificada pela pesquisa: de 2011 para 2012, foi de 6,4%; de 2009 para 2011, 23,3%; e, de 2008 para 2009, 8,9% (IBGE, 2013, p. 80).

O IBGE disponibiliza juntamente com a PNAD, desde 2005, um suplemento denominado Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal, atualmente disponíveis para acesso as versões de 2005, 2008 e 2011. Através deste suplemento é possível aprofundar um pouco mais na busca por informações acerca da inclusão digital no Brasil e, para isso, foi utilizado o suplemento de 2011. O Quadro 2 consolida informações do referido suplemento no que se refere a utilização de Internet e posse de telefone celular, por grupamentos ocupacionais. Na primeira coluna encontram-se elencados os grupamentos ocupacionais considerados, a segunda coluna apresenta a distribuição percentual da pesquisa conforme os grupos da primeira coluna. Em seguida são apresentadas, para utilização de Internet e posse de telefone celular, as participações segundo a massa total pesquisada e de acordo com o próprio grupamento ocupacional.

QUADRO 2 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, total, que utilizaram a internet e que possuem telefone celular.

Grupamentos ocupacionais no trabalho principal	Distribuição das pessoas ocupadas	Utilizaram a Internet		Posse de telefone celular	
		% Total	% Ocup.	% Total	% Ocup.
Dirigentes em geral	4,4	7,3	81,8	5,3	94,5
Profissionais das ciências e das artes	8,4	15,4	91,2	10,1	94,8
Técnicos de nível médio	6,9	11,0	80,3	8,0	92,7
Trabalhadores de serviços administrativos	8,8	15,0	85,5	10,4	93,8
Trabalhadores dos serviços	19,6	14,6	37,2	19,8	80,4
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	11,2	13,6	60,6	12,2	86,3
<b>Trabalhadores agrícolas</b>	<b>15,5</b>	<b>2,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,4</b>	<b>43,0</b>
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	24,4	19,0	38,9	24,9	81,0
Membros das forças armadas e auxiliares	0,8	1,4	89,6	0,9	97,5
<b>Totais</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>49,9</b>	<b>100,0</b>	<b>79,4</b>

Fonte: IBGE (2011, p. 76-77; 123-124) – Organizado pelo autor.

Segundo o IBGE (2011, p. 40) "[...] os trabalhadores rurais representavam 15,5% da população ocupada, mas apenas 2,7% dos ocupados que acessavam a Internet". É importante observar que dos 15,5% dos trabalhadores ocupados em atividades agrícolas, apenas 8,7% deles acessavam a Internet. Dentre os grupamentos ocupacionais considerados na pesquisa, em apenas 3 (três) deles, trabalhadores dos serviços, trabalhadores agrícolas e trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, o acesso à Internet não é realizado

por ao menos metade de seus integrantes, com uma considerável desvantagem para os trabalhadores agrícolas. No que se refere a posse de telefone móvel celular, os trabalhadores agrícolas representavam apenas 8,4% das pessoas ocupadas que possuíam telefone celular. Com relação a taxa dentro do próprio grupamento,

O menor percentual foi verificado entre os trabalhadores agrícolas, com 43,0%, ou seja, menos da metade deles possuía esse tipo de aparelho. Frente a 2005, os maiores crescimentos nos percentuais de pessoas que tinham telefone móvel celular foram observados entre os trabalhadores agrícolas (de 12,2%, em 2005, para 43,0%, em 2011 (IBGE, 2011, p. 48).

Dentre os grupamentos ocupacionais analisados na PNAD, "em 2011, apesar do expressivo crescimento, somente a atividade agrícola não atingia, ao menos, a metade de seus trabalhadores na condição de pessoas detentoras de telefone móvel celular para uso pessoal" (IBGE, 2011, p. 49). No que se refere ao acesso à internet, o Mapa de Inclusão Digital elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) "[...] mostra que no campo a probabilidade de acesso é  $\frac{1}{4}$  daquelas morando numa cidade grande [...]" (NERI, 2012, p. 6).

Consideradas as devidas noções de tempo e espaço, as razões e as consequências da defasagem tecnológica no campo foram, de certa forma, contempladas nas análises de Kautsky (1986). "No campo, no entanto, as condições para a educação do povo e para o desenvolvimento da inteligência tem sido muito desfavoráveis nos últimos séculos. Aí a máquina não encontra por vezes o tipo de mão de obra de que necessita" (KAUTSKY, 1986, p. 43). A relevância das TIC's no contexto rural é destacada por Torres *et al* (2013) ao asseverar:

No espaço rural as tecnologias digitais apoiam o negócio agrícola cujo crescimento econômico vem trazendo para o Brasil resultados expressivos. Desde o rádio até a chegada da Internet passando pelo rádio frequência, telefone, televisão, televisão a cabo, computador, celular, tablet etc. o que se verifica é o aumento da circulação de informações técnicas-especializadas no espaço rural. As atuais TIC passam a ser um elemento importante no cenário agrícola porque podem servir simultaneamente como ferramenta para disseminar informações, conhecimentos e tecnologias e para ampliar a capacidade dos produtores rurais atenderem às necessidades crescentes de produção da sociedade com uma visão voltada para o desenvolvimento sustentável (TORRES *et al*, 2013, p. 1221).

O campesinato encontra nas TIC's um poderoso aliado para promover o constante aprimoramento do jeito camponês de fazer agricultura. Segundo Luxemburg (1985), apesar de estar presente no sistema de produção capitalista, mas ao mesmo tempo não fazer parte deste, a fim de resistir, sobreviver e recriar-se enquanto sujeito, o campesinato tem sua própria lógica e desenvolve suas próprias estratégias produtivas. Em um ambiente complexo, globalizado e altamente

competitivo, onde um detalhe pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso, o trabalho colaborativo, o compartilhamento de experiências e o acesso ao conhecimento tornam-se elementos de primeira grandeza.

Neste cenário as TIC se constituem em um novo formato de comunicação que tanto amplia a cognição humana quanto contribui para promover a colaboração entre pessoas, a facilitação e a gestão dos fluxos de tarefas além da organização de atividades realizadas em comum. Elas não só oferecem perspectivas para se mudar a paisagem social nas zonas rurais como também possibilitam que os pequenos agricultores, importantes protagonistas deste espaço, aprendam uns com os outros usando estas tecnologias como mediadoras (TORRES *et al*, 2013, p. 1224).

Para Luxemburg (1985), o protagonismo historicamente desempenhado pelo campesinato se apresenta, dentre outras formas, pelas constantes barreiras interpostas contra o avanço do capital sobre a agricultura. Os impactos dos modelos de desenvolvimento engendrados pelo sistema de produção capitalista para o campo são destacados por Mazzini (2007) ao asseverar que os camponeses enfrentam dificuldades de toda sorte e

Lutam contra o modelo excludente do modo de produção capitalista e todos seus modelos de desenvolvimento, que aumentam as desigualdades sociais, concentrando terra e renda, tirando da maior parte da sociedade seus direitos de escolhas, diminuindo as possibilidades de acesso a meios de reproduzir e se manter com dignidade, que possa lhe proporcionar, uma vida longa e saudável e acesso ao saber (MAZZINI, 2007, p. 129).

Ao se negar o acesso do campesinato às TIC's implica negar a oportunidade de acesso aos meios e instrumentos utilizados para construir, preservar e compartilhar o conhecimento. Para garantir o seu protagonismo histórico o campesinato necessita apropriar-se do conhecimento necessário à adoção das inovações tecnológicas e é justamente nesse ponto que a sua inclusão na utilização das TIC's se torna fundamental. Não se trata de modismo ou de seu atrelamento alienado ao circuito das mercadorias, mas a expansão de sua liberdade, possibilidades e autonomia.

## **4.2 Programas Governamentais para Inclusão Digital**

No que se refere a inclusão digital, os trabalhos de campo realizados na Região do Pontal do Paranapanema indicaram a presença de 4 (quatro) programas oficiais voltados à promoção da inclusão digital. Os programas presentes na área de estudo foram: o ACESSA São Paulo (ACESSA SP) e o ACESSA Escola, ambos do Governo do Estado de São Paulo, e o Governo Eletrônico – Serviços de

Atendimento ao Cidadão (GESAC) e Territórios Digitais em Territórios de Cidadania, do Governo Federal. Isso não elimina a possibilidade da existência de outras iniciativas públicas ou privadas. Muito pelo contrário, os trabalhos de campo permitiram inclusive constatar a existência de sala de informática obtida através de parceria entre uma Associação de Produtores Rurais e o Banco do Brasil.

#### 4.2.1 Acessa São Paulo

O programa Acessa SP é uma iniciativa do poder público estadual que visa a inclusão digital das pessoas residentes em áreas periféricas e que não teriam acesso a este serviço sem o respaldo governamental. Segundo informações obtidas diretamente no site do programa,

Acessa São Paulo é o programa de inclusão digital do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão da Secretaria Estadual de Governo, com gestão da Diretoria de Serviços ao Cidadão da Prodesp. Criado em julho de 2000, o Programa Acessa São Paulo oferece para a população do Estado o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's), em especial à internet, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, intelectual e econômico dos cidadãos paulistas. Para atingir seus objetivos, o Programa Acessa São Paulo abre e mantém espaços públicos com computadores para acesso gratuito e livre à internet (ACESSASP, [20--?]).

O programa possui 14 anos de existência e seus postos possuem características especiais e diferenciadas conforme o público alvo. Neste caso merecem destaque os telecentros da categoria Acessa Rural, "localizados em comunidades rurais e distantes dos centros urbanos, desempenham um papel fundamental de aproximação entre governo e cidadão" (ACESSASP, [20--?]). O acesso aos computadores do Acessa SP é gratuito e facultado a todo cidadão, necessitando apenas a realização de um cadastro previamente. O atendimento nos postos do Acessa SP é prioritário para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais. Pessoas com menos de 11 anos de idade só podem utilizar os computadores em companhia do responsável e àqueles que possuam 11 anos de idade ou mais, mas que sejam menores de 18 anos, necessitam de autorização do responsável para realizar o cadastro. Cada usuário tem direito a 30 minutos de uso, sendo permitido utilizar mais de uma vez no dia. Impressões somente para currículos e casos de serviços de utilidade pública.

A missão deste programa é definida como "garantir ao cidadão acesso às tecnologias para a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e

ambiental. Ser um canal de comunicação entre governo e cidadão na prestação de serviços e informações" (ACESSASP, [20--?]). A visão estabelecida para o programa consiste em "ampliar o acesso e uso de redes de conectividade em todo o Estado de São Paulo, sendo referência nacional e internacional no desenvolvimento do cidadão por meio da inclusão digital, enfatizando os aspectos de sustentabilidade ambiental e educação" (ACESSASP, [20--?]). Os valores que o programa se propõe a entregar aos seus usuários são: respeito ao cidadão, excelência, ética, colaboração, transparência e acolhimento.

#### 4.2.2 ACESSA ESCOLA

O programa ACESSA ESCOLA, também uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo, busca "[...] promover a inclusão digital e social dos alunos, professores e funcionários das escolas da rede pública estadual" (ACESSA ESCOLA, 2010). Sob a coordenação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), o programa foi desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação e instituído através da Resolução SE 037 de 25/04/2008. "Por meio da Internet, ele possibilita aos usuários o acesso às tecnologias da informação e comunicação para a construção do conhecimento e o fortalecimento social da equipe escolar" (ACESSA ESCOLA, 2010). Sua implementação foi normatizada através de uma resolução conjunta entre as Secretarias da Educação e da Gestão Pública, Resolução Conjunta SE/SGP 1, de 23/06/2008, e modificada pela Resolução SE 30/2011 que regulamenta a utilização dessas salas, aos finais de semana, pelo programa Escola da Família. Dentre os objetivos elencados para o programa estão:

- Disponibilizar à comunidade escolar os recursos do ambiente web, criado pelo Programa ACESSA ESCOLA;
- Promover a criação e o fortalecimento de uma rede de professores (uso, troca e produção de novos conteúdos);
- Criar um ambiente de colaboração e troca de informações e conhecimentos entre alunos e professores, intra e interescolar;
- Potencializar os usos da infra-estrutura física e de equipamentos existente na escola (ACESSA ESCOLA, 2010, s.p.).

O site oficial do programa aponta que todos podem participar: alunos, professores e funcionários das escolas estaduais. Como se pode observar, o programa restringe o acesso daqueles que não pertençam à comunidade escolar. O único problema é que nem todos podem participar, restringe o acesso daqueles que

não pertençam a comunidade escolar. Além de “[...] proporcionar a apropriação das tecnologias da informação e comunicação a partir das salas de informática das escolas estaduais para a inclusão digital” (ACESSAESCOLA, 2010), o programa ACESSA Escola busca também promover as seguintes vertentes:

- Protagonismo juvenil;
- Participação ativa do jovem na linha de frente da construção de novos espaços dentro da escola;
- Socialização de saberes;
- Alunos, professores e funcionários num processo interativo de troca e construção de conhecimento;
- Prestação de serviços;
- Canal para acesso aos recursos de utilidade pública disponíveis na internet (ACESSAESCOLA, 2010).

Ao considerar a Sala do ACESSA Escola como um espaço de aprendizado e interação, algumas regras foram estabelecidas otimizar o seu aproveitamento:

- Os computadores são de uso livre e gratuito;
- Todos podem utilizar o computador por trinta minutos e ao final do tempo podem retornar ao final da fila para acessar novamente por mais meia hora;
- Todos os usuários precisam retirar uma senha para utilizar os computadores;
- Todos têm os mesmos direitos de acesso;
- Todos os usuários devem ser cadastrados e assinar um Termo de Adesão;
- Os menores de 18 anos devem ter autorização dos pais;
- As salas funcionarão no horário escolar (ACESSAESCOLA, 2010).

#### 4.2.3 Territórios Digitais em Territórios de Cidadania e Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (GESAC)

O projeto Territórios Digitais foi criado em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e é parte integrante do programa Territórios de Cidadania. O objetivo do projeto é "oferecer gratuitamente o acesso à informática e internet para populações rurais, por meio da implantação de Casas Digitais".

Os Territórios Digitais visam contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar e o reconhecimento do acesso legítimo à terra por comunidades tradicionais. O MDA entende que prover cidadania para o meio rural requer, incondicionalmente, a integração das tecnologias de informação e comunicação disponíveis a todas e todos (BRASIL, [20--?]).

As Casas Digitais são equipadas com computadores, servidor, antena para acesso via satélite, roteador wireless, datashow e mobiliário. Para sua instalação é necessário um local provido das condições mínimas para recebimento

dos equipamentos de informática, tais como dispor de energia elétrica e segurança adequados. Segundo o MDA, as Casas Digitais

São escolhidas pela própria comunidade e tornar-se-ão ponto de acesso comunitário gratuito de assentados e assentadas, agricultores e agricultoras familiares, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. A idéia central é garantir ao público-alvo a universalização do acesso às tecnologias de informação e comunicação e à rede mundial de computadores (BRASIL, [20--?]).

Para funcionamento das Casas Digitais, o projeto Territórios Digitais une-se a um outro programa do Governo Federal denominado GESAC. Fruto de uma ação interministerial sob a coordenação do Ministério das Comunicações, o programa “[...] oferece conexão de internet via satélite e terrestre à telecentros, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro” e tem como foco prioritário “[...] comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todos os estados brasileiros, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso” (GESAC, [2014?]). Segundo informações oficiais, o programa proporciona, desde 2002, “[...] oportunidades de inserção no mundo das tecnologias de informação (TICs) e comunicação por meio de uma iniciativa governamental pública, gratuita e democrática” (GESAC, [2014?]).

#### 4.2.4 Dados oficiais sobre os programas governamentais na Região do Pontal do Paranapanema

No que se refere ao programa Acessa SP, o relatório consolidado de março de 2015 e disponível no site oficial do programa indica a existência de 6 (seis) postos do Acessa SP localizados em Projetos de Assentamento (PA's) na Região do Pontal do Paranapanema: Santo Antonio, município de Marabá Paulista; Santa Zélia, município de Teodoro Sampaio; Haroldina, município de Mirante do Paranapanema; Santa Rosa, município de Euclides da Cunha Paulista; e Gleba XV de Novembro, município de Rosana, este último, pela sua extensão territorial, contemplado com 2 (dois) postos. Com exceção do posto existente no PA Santo Antonio, em Marabá Paulista, todos os demais foram confirmados por um membro da equipe do ITESP. Como somente o PA Haroldina está contemplado nesta pesquisa, não será realizada a confirmação *in loco* da existência nos demais.

Um relatório consolidado do programa ACESSA SP, referente a 2013, aponta para a existência de outros 15 (quinze) postos em implantação. Os PA's contemplados seriam: Malu, em Caiuá; Rancho Grande e Tucano, em Euclides da Cunha Paulista; Arco Íris e Santa Lúcia, em Mirante do Paranapanema; Florestan Fernandes e Rodeio, em Presidente Bernardes; São Paulo, em Presidente Epitácio; Primavera, em Presidente Venceslau; Nova Pontal, em Rosana; Bom Pastor e Guarany, em Sandovalina; Ribeirão Bonito e Padre Josimo (São Pedro da Alcídia), em Teodoro Sampaio; e Santa Rita, em Tupi Paulista.

No que concerne ao projeto Territórios Digitais/GESAC, segundo informações obtidas no site oficial do GESAC [2014?], na Região do Pontal do Paranapanema estariam em operação pontos de presença nos PA's: Roseli Nunes, município de Mirante do Paranapanema; Porto Velho e São Paulo, município de Presidente Epitácio; Padre Josimo e Fusquinha, município de Teodoro Sampaio. Ao se confirmar esses números, seriam 5 (cinco) os pontos de presença do projeto Territórios Digitais/GESAC na Região Pontal do Paranapanema.

É importante salientar que, à exceção do PA Porto Velho, classificado como federal, todos os demais são classificados como PA's estaduais, o que confere ao projeto Territórios Digitais/GESAC uma característica mais inclusiva que o programa paulista, ou seja, ele abarca PA's federais e estaduais, enquanto o ACESSA SP atende apenas PA's estaduais. Cabe destacar também as sobreposições dos supostos processos de implantação do ACESSA SP e a também suposta existência de uma sala digital do projeto Territórios Digitais nos PA's São Paulo, de Presidente Epitácio, e Padre Josimo, de Teodoro Sampaio.

#### **4.3 A exclusão digital do campesinato na Região do Pontal do Paranapanema**

No intento de responder aos questionamentos que inicialmente se apresentaram e esclarecer dúvidas, optou-se pela realização de trabalhos de campo em alguns PA's e Associações de Pequenos Produtores Rurais (APPR's) localizados na Região do Pontal do Paranapanema. Serão apresentadas as informações obtidas durante os trabalhos de campo realizados em 12 (doze) PA's: Engenho, Lagoinha, Porto Velho e São Paulo, localizados no município de Presidente Epitácio/SP; Malu, Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre, localizados no município de Caiuá/SP; Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia, em



Presidente Bernardes/SP; Dona Carmem e Haroldina, localizados no município de Mirante do Paranapanema/SP. O Quadro 3 apresenta algumas informações consideradas relevantes sobre os PA's pesquisados.

QUADRO 3: Informações relevantes sobre os PA's pesquisados.

Município	PA	Tipo	Ano	Famílias	Tam. (ha)
Presidente Epitácio	Engenho	Federal	2001	27	505,00
	Lagoinha	Federal	1998	150	3.552,00
	Porto Velho	Federal	2001	65	1.363,00
	São Paulo	Estadual	2003	76	1.855,28
Caiuá	Malu	Estadual	2003	24	477,11
	Santa Angelina	Estadual	2002	23	535,81
	Santa Rita III	Estadual	1998	21	523,54
	Vista Alegre	Estadual	2002	22	532,80
Presidente Bernardes	Água Limpa II	Estadual	1996	22	789,00
	Rodeio	Estadual	1997	65	1.861,39
	Santa Eudóxia	Estadual	1996	6	167,00
Mirante do Paranapanema	Dona Carmem	Federal	2008	185	Não disp.
	Haroldina	Estadual	1995	71	1.964,89

Fonte: ITESP (2007) - Elaborado pelo autor.

Em busca por identificar pontos de inclusão digital e em alguns casos confirmar informações sobre a existência destes, foram realizadas também incursões nas APPR's de Ajicê, localizada no distrito de Ajicê, município de Rancharia/SP; e do Bairro Palmitalzinho, localizada entre os municípios de Regente Feijó/SP e Anhumas/SP. Adicionalmente, foram realizados trabalhos de campo na EE Projeto Lagoa São Paulo, localizada na Agrovila III, município de Caiuá/SP; e na EE Fazenda São Bento, localizada no PA Haroldina, município de Mirante do Paranapanema/SP. O Quadro 4 (p. 105) apresenta informações sobre o número de assentamentos e famílias por município na Região do Pontal do Paranapanema, bem como o público envolvido na pesquisa.

As análises realizadas anteriormente por Mazzini (2007) em alguns PA's na Região do Pontal do Paranapanema, mais especificamente aqueles localizados nos municípios de Caiuá/SP, Piquerobi/SP e Presidente Epitácio/SP, indicaram que apenas 12% das famílias assentadas possuíam acesso a computadores e, destes, apenas 1% tinham esse acesso na própria propriedade. Quanto a disponibilidade de telefone o número salta para 70% e para televisores chega a 96%. Mazzini (2007) relata também que inicialmente foram implantadas 4 (quatro) salas de informática para uso dos assentados em municípios da Região do Pontal do Paranapanema: Presidente Epitácio/SP, o primeiro, a seguir Mirante do

Paranapanema/SP, Teodoro Sampaio/SP e Primavera, distrito de Rosana/SP. Essas salas fariam parte de um processo que, na época, estaria em fase de expansão.

QUADRO 4 – Números referentes a assentamentos, famílias e público envolvido na pesquisa.

Município	Assentamentos		Famílias		Entrevistas		Amostra (%)
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	
Caiuá	8	7,02	446	7,10	12	14,29	2,69
Euclides da Cunha Paulista	9	7,89	519	8,26			
Iepê	1	0,88	37	0,59			
João Ramalho	1	0,88	29	0,46			
Marabá Paulista	6	5,26	261	4,15			
Martinópolis	2	1,75	124	1,97			
Mirante do Paranapanema	35	30,70	1.698	27,03	20	23,81	1,18
Piquerobi	3	2,63	84	1,34			
Presidente Bernardes	8	7,02	266	4,23	12	14,29	4,51
Presidente Epitácio	4	3,51	342	5,44	26	30,95	7,60
Presidente Venceslau	8	7,02	266	4,23			
Rancharia	2	1,75	178	2,83	5	5,95	2,81
Regente Feijó / Anhumas	0	0,00	0	0,00	9	10,71	0,00
Rosana	4	3,51	768	12,23			
Sandovalina	2	1,75	198	3,15			
Teodoro Sampaio	21	18,42	884	14,07			
<b>Totais</b>	<b>114</b>	<b>100,00</b>	<b>6.282</b>	<b>100,00</b>	<b>84</b>	<b>100,00</b>	<b>1,34</b>

Fonte: Dataluta (2014, p. 16. Colunas 1 a 5) – Adaptado pelo autor.

#### 4.3.1 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do PA Engenho

O primeiro trabalho de campo neste PA foi realizado no dia 20 de fevereiro de 2014 e o contato foi estabelecido com uma família que obteve o acesso à terra em 2001, com a implantação do PA Engenho, mas que anteriormente, de 1996 a 2001, havia permanecido acampada no local onde hoje encontra-se instalado o PA Porto Velho. Segundo informações obtidas na ocasião, apesar do PA Engenho já ter sido classificado por diversas vezes como o mais produtivo, várias promessas feitas inicialmente não foram concretizadas. Como exemplo disso seria a construção de um barracão e uma cozinha, ambos de uso comunitário. Merece destaque esta última, que teria inclusive a promessa para ser construída em 2004, 11 anos atrás.

No que se refere a presença das TIC's no PA, os relatos sinalizaram no sentido de que alguns computadores chegaram a ser recebidos mas foram devolvidos pela ausência de infraestrutura para abrigar e instalar os mesmos. Alegou-se ainda que, pela ausência de um local apropriado, de nada adiantaria instalar estes ou outros equipamentos em casas de assentados, como muitas vezes

acontece, pois os demais assentados iriam sentir-se constrangidos em utilizar tais equipamentos na residência dos outros.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas no PA Engenho, assim como em outros PA's, seria o acesso a água. Atualmente existiriam 10 (dez) poços em funcionamento, com destaque para o fato de metade deles ser particular, perfurados com recursos dos próprios assentados, 3 (três) conseguidos através do Programa de Microbacias e os outros 2 (dois) foram fornecidos com a implantação do PA. No lote onde foi realizado o trabalho de campo já se teria produzido pepino e toda a produção destinada para uma indústria da região. A lavoura chegou a consumir toda a mão de obra familiar (o casal mais duas filhas) e foi necessário a contratação de mais 5 (cinco) pessoas do próprio PA. No entanto, devido a um incêndio que atingiu a propriedade e destruiu boa parte de sua plantação, além de outros imprevistos, instalou-se uma crise financeira da qual não se conseguiu sair até os dias atuais.

O assentado informou que cerca de 1,36 milhões de assentados, quilombolas e indígenas estão endividados, enfrentam dificuldades ou não conseguem renegociar seus débitos e, com isso, ficam impedidos de acessar as linhas de crédito oficiais e voltadas para a agricultura familiar. Durante o trabalho de campo foi possível constatar que diversos cursos são oferecidos, mas, na maioria das vezes, todo o conhecimento recebido não se traduz em resultados práticos e tangíveis para os assentados. Em grande parte isso se deve à falta de investimentos e de infraestrutura necessária para aplicação prática do conhecimento adquirido.

Foi possível observar que muitas iniciativas não chegam a ser concluídas, são interrompidas precocemente sem atingirem aquilo que estava previsto inicialmente. Como exemplo disso seria um curso de Agronegócio iniciado por 15 (quinze) assentados na FATEC de Presidente Prudente e interrompido porque a Prefeitura de Presidente Epitácio deixou de fornecer o veículo que realizava o transporte. Uma informação interessante captada durante o trabalho de campo foi a de que o SEBRAE, uma instituição que tradicionalmente apoia o empreendedorismo e as iniciativas empresariais urbanas, estaria em atuação também junto as comunidades assentadas. A Figura 3 (p. 107) apresenta uma família do PA Engenho cujo integrante teria participado do curso na FATEC.

FIGURA 3 – Família assentada no PA Engenho (20/02/2014).



Fonte: O Autor.

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas para conseguir o acesso à terra e agora para permanecer nela, o contato realizado com esta família permitiu observar a preservação dos ideais, esperanças, projetos e sonhos de que dias melhores ainda virão. Conserva-se a certeza de que, apesar de tudo, ali é o melhor lugar para viver.

Uma segunda incursão foi realizada no PA Engenho em 18 de agosto 2014 com o fito de obter a assinatura nos documentos autorizando a realização de um trabalho de campo para contato direto com os sujeitos da pesquisa. O contato foi estabelecido com o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Engenho. A APPR do PA Engenho presta serviços aos seus associados no que se refere aos projetos junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), compras coletivas de insumos e oferta de cursos de capacitação viabilizados por organizações sindicais, empresariais e poder público.

O terceiro trabalho de campo foi realizado em 04 de maio de 2015 e teve como objetivo a aplicação de questionários (Anexo I e Anexo II) à comunidade assentada no PA Engenho. Na ocasião estava sendo realizada a entrega da

produção referente aos projetos mantidos junto à CONAB. Como a APPR local não possui uma sede própria, as reuniões e demais atividades da associação desenvolvem-se na casa do seu presidente. Foram entrevistados o presidente da APPR local e mais 7 (sete) integrantes da comunidade.

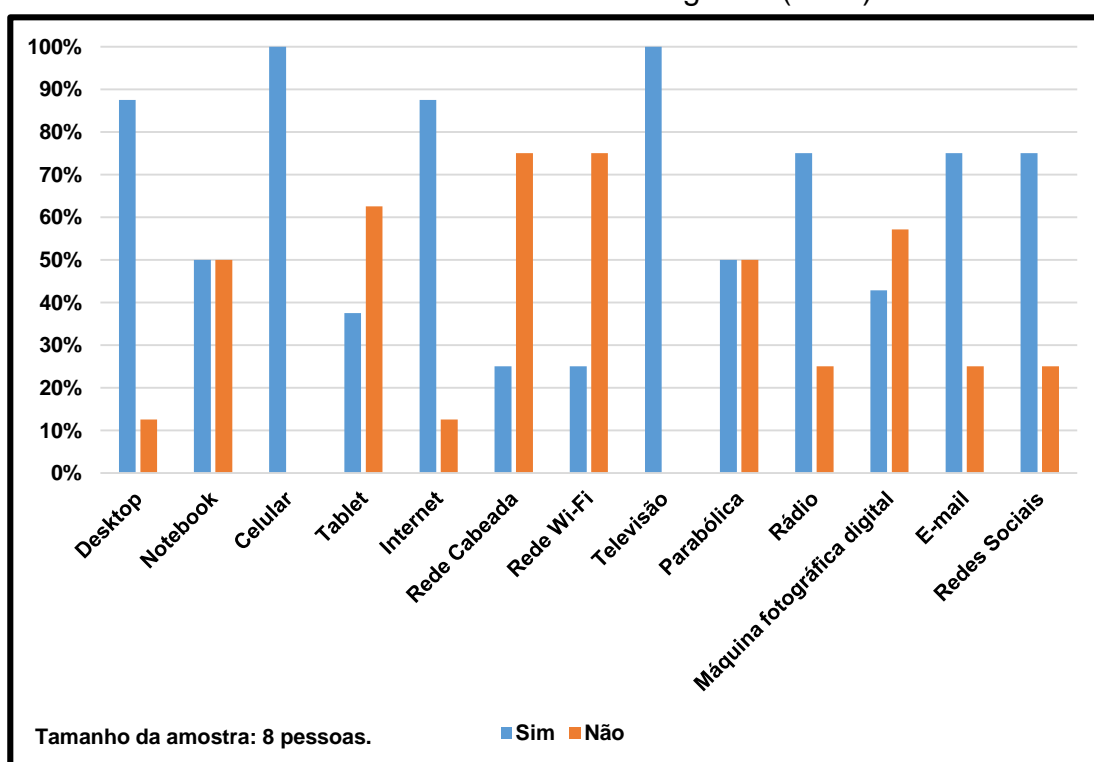
No que se refere às TIC's a associação não possui dispositivos próprios, o que não inviabiliza o seu uso e incorporação. Isso se dá mediante utilização de dispositivos de propriedade dos próprios integrantes. O PA Engenho não possui sala de informática para acesso e uso coletivo pela comunidade assentada. Assim, a inserção da comunidade dos circuitos de utilização das TIC's se dá mediante aquisições diretas e individuais pelos próprios assentados. Dessa forma, o acesso à internet, quando possível, é realizado diretamente das residências através do uso de dispositivos e infraestrutura próprios dos assentados. A Figura 4 ilustra o momento em que os entrevistados respondiam aos questionários da pesquisa e o Gráfico 5 (p. 109) consolida os dados captados no PA Engenho no que se refere a incorporação e uso das TIC's pelos assentados.

FIGURA 4 – Integrantes da comunidade do PA Engenho durante trabalho de campo (04/05/2015).



Fonte: O Autor.

GRÁFICO 5 – Posse e uso das TIC's no PA Engenho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados obtidos no PA Engenho apontam que a totalidade dos entrevistados possui telefone celular e televisão. Das 8 (oito) pessoas entrevistadas, 7 (87,5%) possuem computador do tipo *desktop* e acesso à internet; 6 (75%) possuem rádio, e-mail e perfil nas redes sociais (Facebook); 4 (50%) possuem *notebook* e antena parabólica; 3 (37,5%) possuem *tablet* e máquina fotográfica digital e apenas 2 (25%) possuem rede, cabeada e/ou *wi-fi*, interligando computadores (*desktop* e/ou *notebook*), *tablet* e celulares. Como pode ser observado, o PA Engenho apresenta a utilização, em maior ou menor escala, de todos os dispositivos pesquisados. Neste caso cabe apenas a observação de que uma pessoa não respondeu sobre a presença, no lote, de máquina fotográfica digital.

#### 4.3.2 Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar do Município de Presidente Epitácio (COOAMPE) – PA Lagoinha

Foram realizados ao todo 4 (quatro) trabalhos de campo neste PA, sendo um realizado em 20 de setembro de 2013. Em todas as oportunidades a recepção foi prestada pelo presidente de uma das duas associações existentes no

PA Lagoinha e neto de assentado. A primeira incursão teve um caráter mais geral, de conhecer o PA e um pouco da realidade deste. A associação possuía, à época, 31 associados participantes nos programas governamentais geridos pela CONAB.

Segundo informações obtidas na ocasião, os lotes do PA são de 5,5 alqueires, com a existência de casos em que residem até 5 (cinco) famílias no lote, todos do mesmo grupo familiar, ou seja, os pais e os filhos que também já constituíram suas famílias. São várias as dificuldades enfrentadas pelos assentados e relatadas na ocasião, como por exemplo: a idade média daqueles que permanecem no PA, pela falta de oportunidades aos mais jovens, falta de assistência, infraestrutura precária (água, energia, máquinas e equipamentos), a burocracia, a inadimplência, dificuldade no acesso ao crédito, promessas não cumpridas. A dificuldade no acesso ao crédito enquadra-se como facilidades econômicas nas liberdades instrumentais estabelecidas por Sen (2000) e que, neste caso, estariam sendo os assentados privados de liberdades indutoras do desenvolvimento. A Figura 5 ilustra um momento durante o trabalho de campo realizado em 20 de setembro de 2013, o primeiro contato com a base empírica da dissertação.

FIGURA 5 – Trabalho de campo realizado no PA Lagoinha (20/09/2013).



Fonte: O Autor.

Um novo trabalho de campo foi realizado no PA Lagoinha em 27 de fevereiro de 2014, o qual teve a finalidade específica de evidenciar a existência de alguma iniciativa com vistas a inclusão digital dos assentados. Infelizmente, apesar do grande número de famílias assentadas, não se constatou *in loco* nenhuma iniciativa com esse fim, ou seja, o PA ainda não foi beneficiado por nenhum dos programas governamentais de inclusão digital. Apesar da proximidade do PA em relação ao município de Presidente Epitácio, o sinal de telefonia celular é consideravelmente precário. A Figura 6 apresenta uma vista parcial da sede do PA Lagoinha, onde atualmente funciona apenas um posto do programa Estratégia de Saúde da Família.

FIGURA 6 – Sede do PA Lagoinha e do ESF Lagoinha (27/02/2014).



Fonte: O Autor.

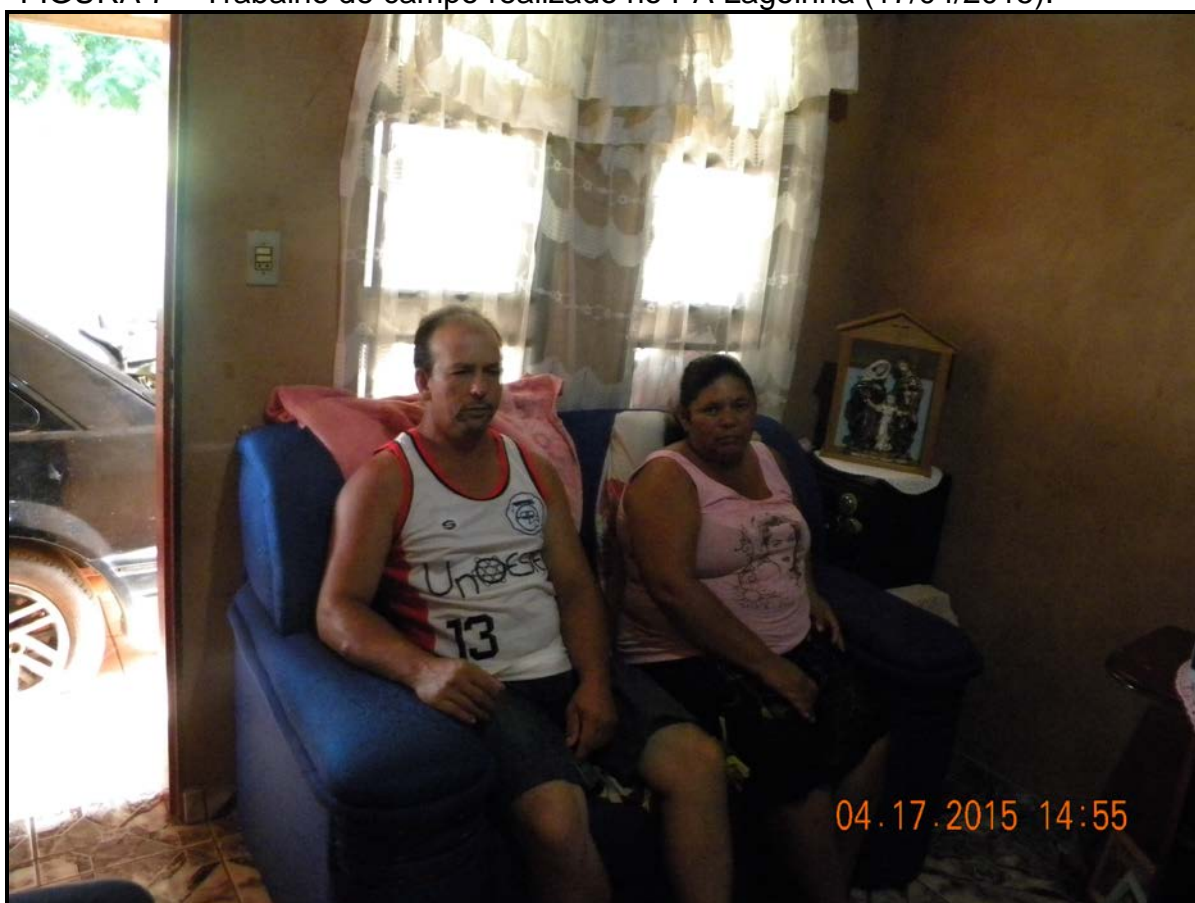
A sede do PA Lagoinha, como pode ser observado, é bastante ampla e, segundo informações obtidas, apresenta uma grande quantidade de espaço ocioso e que poderia abrigar uma iniciativa visando a inclusão digital da comunidade. Uma terceira incursão foi realizada no PA Lagoinha em 18 de julho de 2014 com o objetivo de obter a assinatura nos documentos autorizando a realização



de um trabalho de campo para contato direto com os sujeitos da pesquisa. Na oportunidade se identificou que as operações da APPR do PA Lagoinha estão sendo assumidas pela Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar do Município de Presidente Epitácio (COOAMPE), constituída pelo mesmo grupo, sendo que a partir de 2015 os projetos da CONAB já serão viabilizados diretamente pela COOAMPE.

O quarto trabalho de campo no PA Lagoinha foi realizado em 17 de abril de 2015 e buscou a aplicação dos questionários (Anexo I e Anexo II) que subsidiaram essa dissertação. Na oportunidade foram entrevistados o presidente da COOAMPE e mais 5 (cinco) integrantes da comunidade assentada. A Figura 7 ilustra um momento durante o trabalho de campo na residência de cooperado da COOAMPE.

FIGURA 7 – Trabalho de campo realizado no PA Lagoinha (17/04/2015).



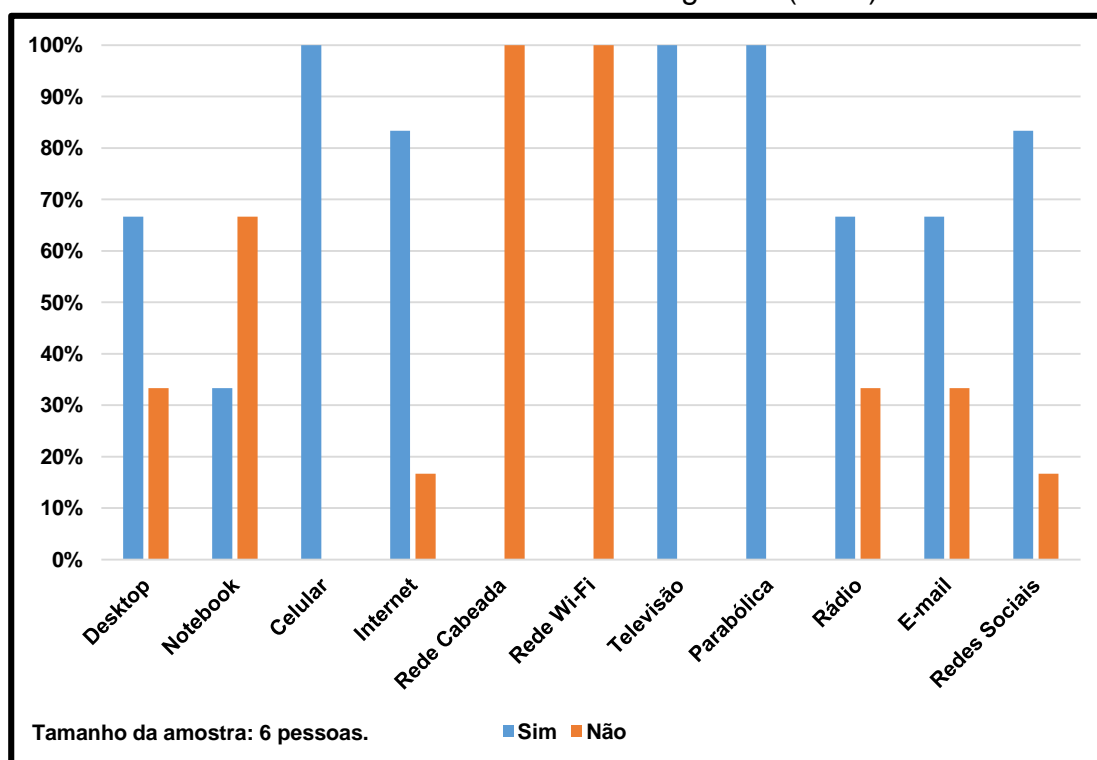
Fonte: O Autor.

A COOAMPE presta serviços aos seus cooperados no que se refere a compras coletivas de insumos e a comercialização da produção através dos projetos da CONAB. A cooperativa não possui computador, celular ou tablete próprios, bem como não possui página na internet e perfil em redes sociais. Utilizando dispositivos

próprios, as TIC's favorecem aos cooperados no que se refere a ganhos em termos de conhecimento técnico e atualização quanto aos acontecimentos locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais. A dificuldade no uso das TIC's refere-se a má qualidade e/ou ausência de infraestrutura para acesso à internet.

Apesar de dispor de espaço ocioso na sede e do grande número de famílias assentadas, o PA Lagoinha não está dotado de uma sala de informática coletiva, com a finalidade de promover a inclusão digital da comunidade. Portanto, não resta aos assentados outra alternativa que não o acesso à internet diretamente de seus domicílios e/ou através de telefone celular. Cabe lembrar que, apesar de sua proximidade com o município de Presidente Epitácio, o sinal de celular é bastante precário. O Gráfico 6 resume os dados consolidados referente a existência de TIC's no lote do assentado.

GRÁFICO 6 – Posse e uso das TIC's no PA Lagoinha (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados aferidos permitem observar que a totalidade dos entrevistados possui telefone celular, televisão e antena parabólica. Das 6 (seis) pessoas entrevistadas, 5 (83,3%) possuem acesso à internet e perfil nas redes sociais; 4 (66,7%) possuem desktop, rádio e e-mail; e apenas 2 (33,3%) possuem notebook. Apenas no que se refere a existência rede interligando os computadores,

seja cabeada ou *wi-fi*, a resposta foi negativa em 100% dos casos. Isso se deve ao fato da grande maioria dos entrevistados possuir apenas um computador na residência e, para os casos esporádicos onde existe mais de um, a interligação entre estes talvez não seja uma prioridade para os envolvidos.

#### 4.3.3 Associação dos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Porto Velho – PA Porto Velho

O primeiro trabalho de campo neste PA foi realizado no dia 27 de fevereiro de 2014. O trabalho iniciou-se pela residência do presidente da APPR local, que não estava, mas sua esposa confirmou a existência de uma sala de informática e orientou o caminho para chegar até o local. Na ocasião a recepção foi prestada pela monitora responsável pela Sala Digital e seu irmão. A informação da existência desta sala, inicialmente obtida no site no Programa Territórios de Cidadania, foi confirmada durante o trabalho *in loco*. As Figuras 8 e 9 apresentam, respectivamente, uma perspectiva externa e interna da sala.

FIGURA 8 – Imagem externa da sala digital do PA Porto Velho (27/02/2014).



Fonte: O Autor.

FIGURA 9 – Imagem interna da sala digital do PA Porto Velho (27/02/2014).



Fonte: O Autor.

Segundo informações constantes de uma placa fixada no local, a sala foi implantada em junho de 2012 e é resultado de um projeto denominado “Luz para Todos”, que envolveu uma parceria entre INCRA, Prefeitura e Câmara Municipal de Presidente Epitácio e a Associação de Moradores do Assentamento Porto Velho. A sala funciona através de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio e, segundo informações colhidas no local, inicialmente eram 10 (dez)

computadores, mas estes apresentaram problema, foram enviados para manutenção e, do total, retornaram apenas 5 (cinco).

Na ocasião desse trabalho de campo, apenas 3 (três) computadores estavam em funcionamento e a internet estava inoperante havia aproximadamente um mês, devido ao não funcionamento do equipamento que possibilita a conexão e a falta de suporte pela prefeitura municipal. Os equipamentos então existentes possuíam placas de patrimônio que indicavam como origem a Companhia de Furnas e apresentavam, resumidamente, a seguinte configuração: processador Pentium IV 1.6 GHZ, memória RAM de 224 MB, disco rígido de 20 GB, monitor CRT de 15 polegadas e sistema operacional Windows XP. A origem dos equipamentos remete ao Mapa da Inclusão Digital, um trabalho realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Neste, Neri (2012) aborda a questão da velocidade no desenvolvimento e obsolescência tecnológica, que leva a uma queda significativa no valor de mercado para um equipamento usado, como uma oportunidade para fomentar a doação de equipamentos em bom estado de conservação.

Na perspectiva das políticas de redistribuição de equipamentos, os segmentos que possuem computador em seus domicílios constituem potenciais doadores de equipamentos, e os excluídos digitais são potenciais receptores de políticas públicas de inclusão digital e de equipamentos. O locus de recepção de equipamentos não se dá necessariamente em suas casas, mas em centros comunitários e escolas, o que permite socializar os custos de obsolescência tecnológica dos equipamentos pelo potencial aumento da taxa de utilização dos mesmos (NERI, 2012, p. 45).

No entanto, no caso da doação de equipamentos usados deve-se levar em conta que o ciclo vida útil destes equipamentos em um telecentro será menor e que a propensão a necessidade de intervenções técnicas será maior, o que interfere diretamente na disponibilidade e qualidade dos serviços prestados. Estima-se que os equipamentos existentes no telecentro do PA Porto Velho tenham uma idade superior a 10 anos, o que em termos de tecnologia computacional os aproxima de sucata. Segundo a monitora, apesar do horário de funcionamento ser das 13:00 as 17:00, a precariedade dos equipamentos e a falta de acesso à internet tem levado as pessoas a não mais procurar pelos serviços da Sala Digital.

Um novo trabalho de campo foi realizado na Sala Digital do PA Porto Velho para colher, junto aos sujeitos da pesquisa, informações acerca da posse e uso das TIC's. Esse trabalho de campo foi realizado no dia 19 de maio de 2015 e envolveu a aplicação de questionários (Anexos I e II) à 4 (cinco) pessoas da comunidade mais o responsável junto ao poder público municipal pelo

funcionamento da sala. As Figuras 10 e 11 apresentam, respectivamente, uma visão atualizada do ambiente interno da sala e o momento em que as pessoas respondiam aos questionários da pesquisa (Anexos I e II).

FIGURA 10 – Imagem interna atualizada da sala digital do PA Porto Velho (2015).



Fonte: O Autor.

FIGURA 11 – Aplicação dos questionários no PA Porto Velho (2015).

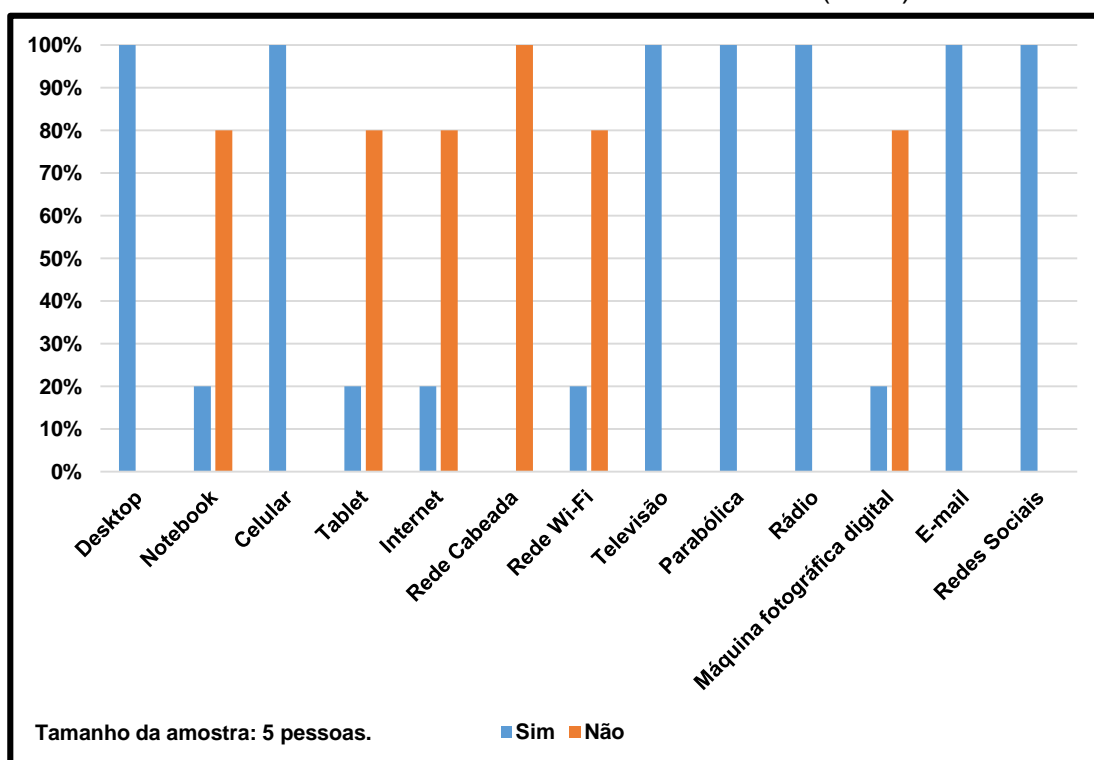


Fonte: O Autor.

Infelizmente, nesse novo trabalho de campo, a realidade operacional da sala apresentou uma considerável piora. Embora a internet estivesse funcionando, havia no local apenas um computador funcionando, em condições precárias de operação. A comunidade local instalou, as suas próprias expensas, uma rede *wi-fi* no local e o espaço está sendo utilizado em grande medida apenas pela possibilidade de compartilhamento do acesso à internet. O Gráfico 7 (p. 117) apresenta a consolidação das informações prestadas pelos respondentes do PA Porto Velho quanto a posse e uso das TIC's em seus domicílios.

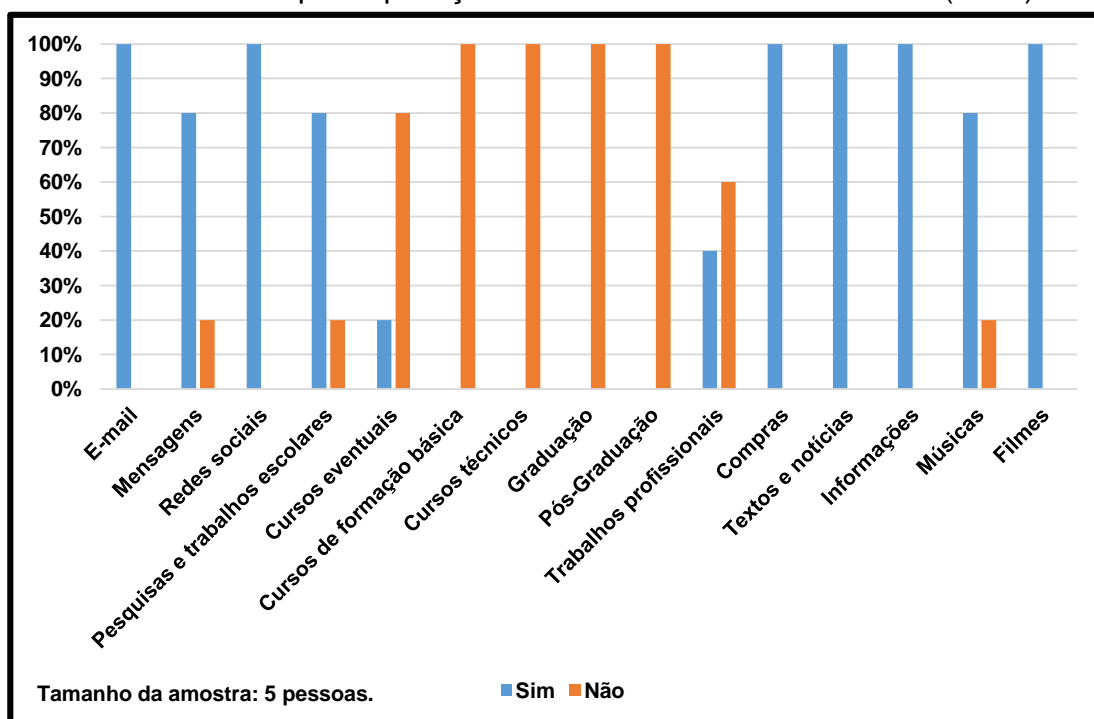
Ao observar-se o Gráfico 7 (p. 117) é possível verificar que a totalidade dos entrevistados informou possuir computador do tipo *desktop*, telefone celular, televisão, antena parabólica, rádio, conta de e-mail e perfil nas redes sociais. A ausência de rede cabeada interligando os dispositivos das TIC's nos domicílios também foi identificada junto a todos os sujeitos pesquisados. Para os demais dispositivos pesquisados, ou seja, *notebook*, *tablet*, acesso à internet, rede *wi-fi* e máquina fotográfica digital; 1 (20,0%) dos respondentes informou possuir e utilizar. O Gráfico 8 (p. 117) busca ilustrar as principais finalidades para as quais as TIC's são utilizadas nos domicílios dos respondentes no PA Porto Velho.

GRÁFICO 7 – Posse e uso das TIC's no PA Porto Velho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

GRÁFICO 8 – Principais aplicações das TIC's no PA Porto Velho (2015).

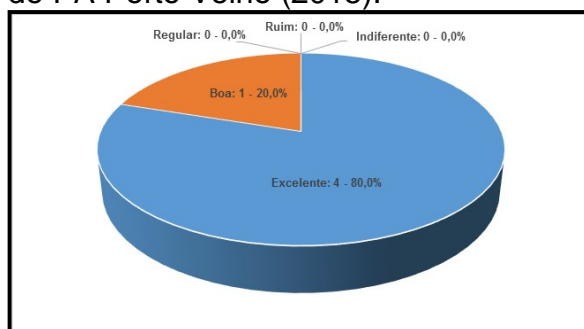


Fonte: Elaborado pelo autor.

Como é possível observar, na totalidade dos domicílios pesquisados foi apontado o uso das TIC's para envio e recebimento de e-mail, acesso às redes sociais, realização de compras online, leitura de textos e notícias online, busca de

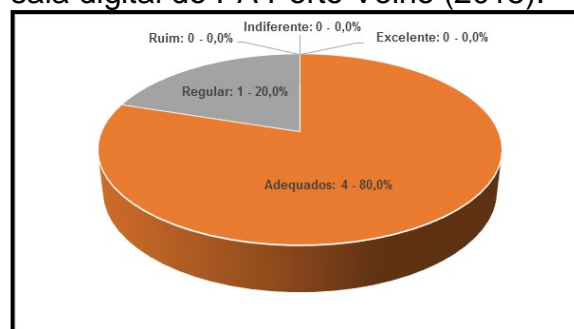
informações (Google, por exemplo) e para assistir e/ou baixar filmes. As TIC's não são utilizadas, também em todos os domicílios, para realização de cursos de formação básica (ensino fundamental e médio), técnicos, graduação ou pós-graduação online. No mais, 4 (80,0%) informaram utilizar para enviar e receber mensagens (Messenger, Skype, WhatsApp, dentre outros), realização de pesquisas e trabalhos escolares e para baixar e/ou ouvir músicas; 2 (40,0%) para realizar trabalhos profissionais e 1 (20%) para realizar cursos eventuais online. Os Gráficos 9 e 10 apresentam, respectivamente, os resultados quanto a avaliação da localização e espaço/ambiente da sala digital do PA Porto Velho.

GRÁFICO 9 – Localização da sala digital do PA Porto Velho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

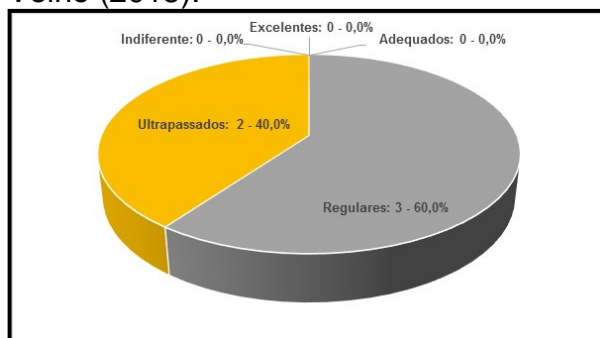
GRÁFICO 10 – Espaço e ambiente da sala digital do PA Porto Velho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

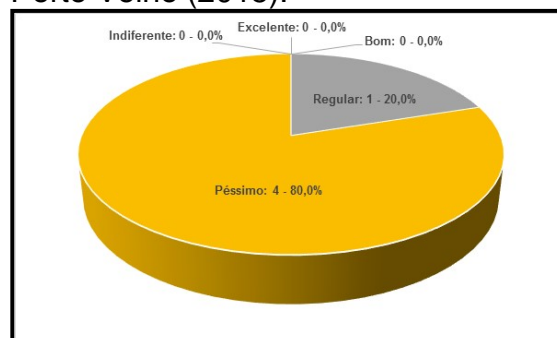
A observação do Gráfico 9 permite constatar que 4 (80,0%) dos entrevistados consideram a localização da Sala Digital como excelente, enquanto que 2 (20,0%) a consideram boa, o que denota uma avaliação bastante positiva neste aspecto. No entanto, quando o assunto é o espaço e ambiente, conforme o Gráfico 10, esse quadro modifica-se um pouco, 4 (80,0%) os consideram adequados e 2 (20,0%) regulares. Quando o assunto é o mobiliário disponível na sala, o quadro agrava-se ainda mais, pois a totalidade dos entrevistados o consideram regular. No que se refere aos equipamentos disponíveis na sala, os Gráficos 11 e 12 (p. 119) permitem inferir a percepção dos respondentes quanto a qualidade e ao funcionamento.

GRÁFICO 11 – Qualidade dos equipamentos da sala digital do PA Porto Velho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

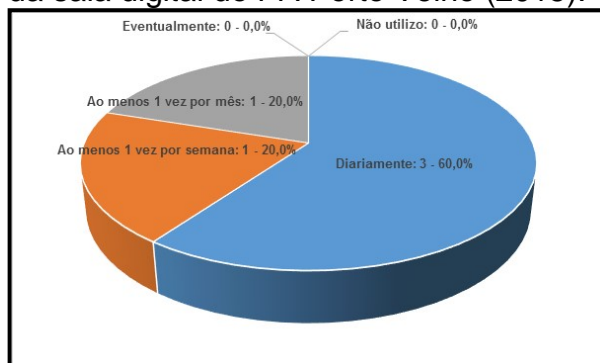
GRÁFICO 12 – Funcionamento dos equipamentos da sala digital do PA Porto Velho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

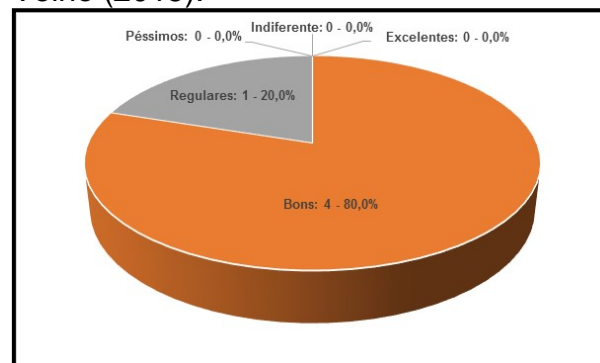
A avaliação quanto a qualidade e funcionamento dos equipamentos disponíveis na sala manifestou a insatisfação da comunidade. A avaliação da qualidade dos equipamentos apresentou os seguintes resultados: 3 (60,0%) os avaliaram como regulares, ou seja, atendem, mas já poderiam ser trocados; e 2 (40,0%) como ultrapassados. O funcionamento dos equipamentos recebeu a seguinte avaliação: 1 (20,0%) avaliou como regular, ou seja, as vezes tem equipamentos que não funcionam e demora para arrumar; e 4 (80,0%) avaliou como péssimo, ou seja, é comum os equipamentos não estarem disponíveis para uso. Os Gráficos 13 e 14 apresentam, respectivamente, os dados consolidados e referentes a frequência de utilização e satisfação dos respondentes com os serviços prestados pela Sala Digital.

GRÁFICO 13 – Frequência de utilização da sala digital do PA Porto Velho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

GRÁFICO 14 – Satisfação com os serviços da sala digital do PA Porto Velho (2015).



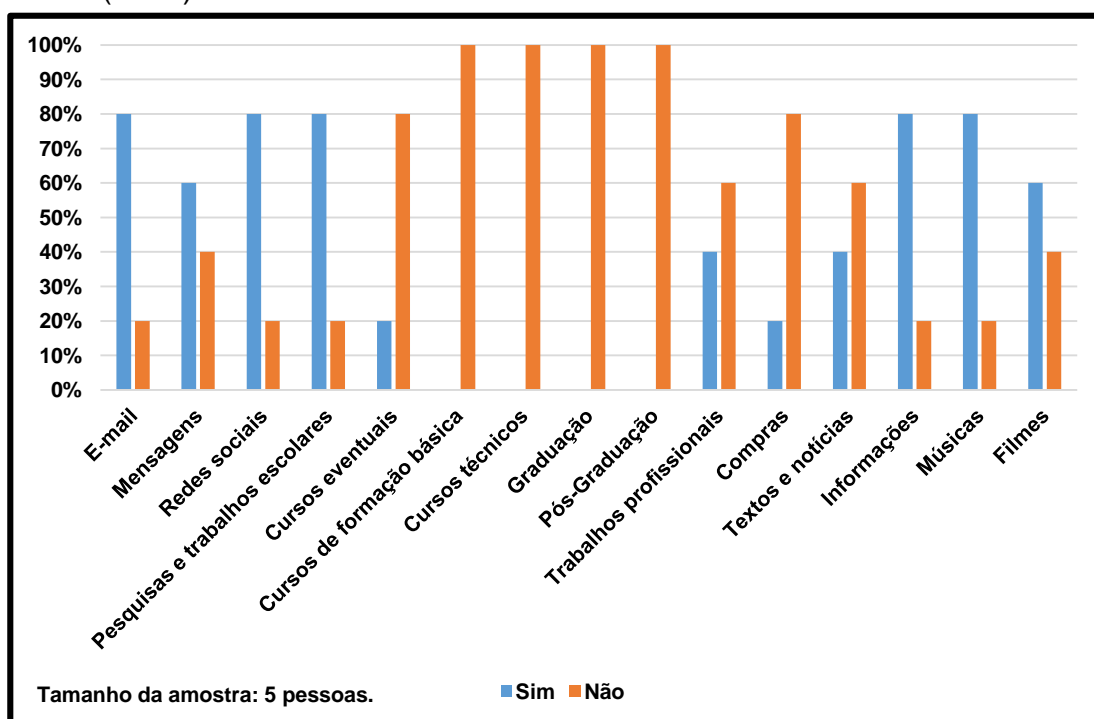
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao se considerar as respostas obtidas, é possível perceber que, apesar de todas as restrições e limitações, a sala apresenta uma alta taxa de utilização e



uma razoável satisfação quanto aos serviços prestados. No que se refere a utilização, 3 (60,0%) dos respondentes informaram utilizar a sala diariamente, 1 (20,0%) informou utilizar a sala ao menos uma vez por semana e outro ao menos uma vez por mês. A satisfação quanto aos serviços prestados pela sala apresentou o seguinte resultado: 4 (80,0%) consideraram bons e 1 (20,0%) regulares. Para fechar os estudos e as análises realizadas quanto a posse e uso das TIC's pela comunidade assentada no PA Porto Velho, o Gráfico 15 apresenta a consolidação das finalidades para as quais são utilizadas essas tecnologias na Sala Digital.

GRÁFICO 15 – Principais aplicações das TIC's na sala digital do PA Porto Velho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

A totalidade dos entrevistados informou que não utiliza as TIC's disponíveis na Sala Digital para realizar cursos de formação básica (ensinos fundamental e médio), técnicos, graduação e pós-graduação online. Envio de e-mail, acesso às redes sociais, realização de pesquisas e trabalhos escolares, busca de informações (Google, por exemplo) e ouvir/baixar músicas foram finalidades apontadas por 4 (80,0%) dos respondentes, enquanto 3 (60,0%) apontaram utilizar para envio de mensagens instantâneas (Messenger, Skype, WhatsApp, etc.) e assistir/baixar filmes. No que se refere a realização de trabalhos profissionais e leitura de textos e notícias online, 2 (40,0%) confirmaram utilizar para essas

finalidades, ao passo que 1 (20,0%) apontou utilizar para realizar cursos eventuais online ou realizar compras.

#### 4.3.4 Associação dos Produtores Rurais do PA São Paulo Caboclos do Leite

Instalado em território pertencente ao município de Presidente Epitácio, o PA dista cerca de 49 Km da sede municipal. O interesse por este PA surgiu devido a informação previamente obtida no site do programa Territórios Digitais em Territórios de Cidadania, do governo federal, de que ali estaria em operação uma sala digital. Um outro fator motivador foi a informação encontrada no site do programa ACESSA SP, do governo estadual, de que também estaria em implantação uma sala deste programa. Isso indicava um caso inédito até então, a existência de duas salas em um mesmo PA.

O primeiro trabalho de campo no PA São Paulo foi realizado em 11 de março de 2014 e possibilitou identificar a existência de uma realidade semelhante à dos PA's Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre, só que em uma condição ainda mais precária. Chegaram os equipamentos e insumos destinados a instalação da infraestrutura de comunicação, bem como as mesas e cadeiras. A infraestrutura foi instalada, mas o restante dos equipamentos para montagem da sala, tais como computadores, impressoras, etc., embora já decorridos mais de dois anos, ainda não haviam chegado. Na oportunidade foi identificada a chegada e presença de equipamentos para montagem de uma cozinha industrial, a qual ainda não havia sido montada. As Figuras 12 e 13 (p. 122) apresentam, respectivamente, uma vista externa e interna do local onde deveria estar operando a Sala Digital do PA São Paulo.

FIGURA 12 – Imagem externa do local destinado à instalação da sala digital no PA São Paulo (11/03/2014).



Fonte: O Autor.

FIGURA 13 – Imagem interna do local destinado à instalação da sala digital no PA São Paulo (11/03/2014).



Fonte: O Autor.

Como pode ser observado pelas Figuras 12 e 13, a informação prévia da existência de uma Casa Digital do programa Territórios Digitais em Territórios de Cidadania não se confirmou. Segundo informações obtidas na ocasião, o acesso à internet via satélite funciona e os técnicos do ITESP e/ou INCRA, quando necessitam, vão até o local para realizar o acesso. Na ocasião não foi identificada qualquer iniciativa do governo estadual com objetivo de implantar neste PA um posto de atendimento do ACESSA SP. Desta forma, a sobreposição de iniciativas dos governos federal e estadual visando a inclusão digital desta comunidade assentada não se confirmou quando confrontada com a realidade. O que se encontrou ali foi mais um caso de promessas não cumpridas, de descaso com a comunidade, de exclusão digital, de privação da liberdade para acessar a internet e desperdício de dinheiro público.

No dia 04 de maio de 2015 foi realizado um segundo trabalho de campo no assentamento com vistas a aplicação dos questionários (Anexos I e II) que subsidiaram a elaboração desta dissertação. Na ocasião, assim como no PA Engenho, estava sendo realizada a entrega da produção para os projetos de aquisição de alimentos da CONAB. Foram entrevistados o presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento São Paulo Caboclos do Leite e mais 6 (seis) pessoas da comunidade. A Figura 14 (p. 123) ilustra o momento em que integrantes da comunidade respondem ao questionário da pesquisa.

A APR do Projeto de Assentamento São Paulo Caboclos do Leite presta serviços aos seus cooperados no que se refere a compras coletivas de

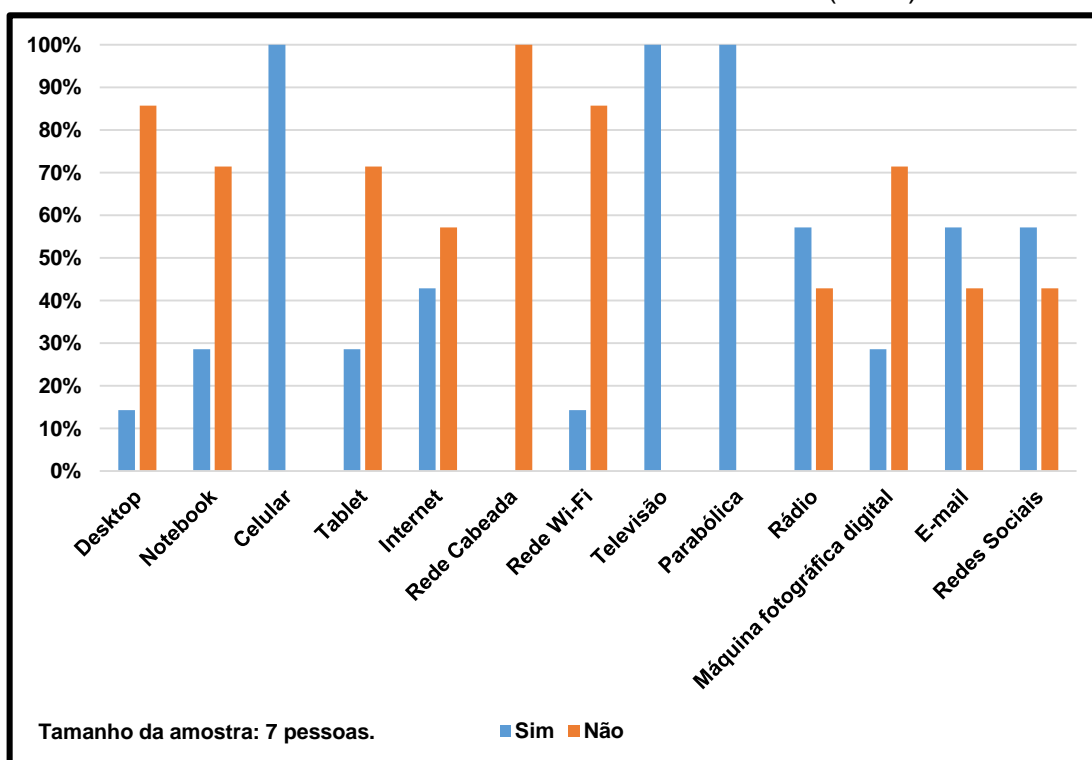
insumos, projetos da merenda escolar e a comercialização da produção através dos projetos da CONAB. Salvo a possibilidade de acesso à internet via satélite na Casa Digital em implantação, a APR não possui dispositivos próprios no que se refere às TIC's. Uma das grandes restrições identificadas refere-se a péssima qualidade do sinal para telefones celulares, agravado pela sobreposição de sinal entre o Estado de São Paulo e o vizinho Mato Grosso do Sul. O Gráfico 16 (p. 124) resulta da consolidação dos dados captados durante o trabalho de campo.

FIGURA 14 – Trabalho de campo realizado no PA São Paulo (04/05/2015).



Fonte: O Autor.

GRÁFICO 16 – Posse e uso das TIC's no PA São Paulo (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Através do trabalho de campo foi possível captar que a totalidade dos entrevistados possui telefone celular, televisão e antena parabólica. Das 7 (sete) pessoas entrevistadas, 4 (57,1%) possuem rádio, e-mail e perfil nas redes sociais; 3 (42,9%) possuem acesso à internet; 2 (28,6%) possuem *notebook*, *tablet* e máquina fotográfica digital, e apenas 1 (14,3%) possui computador do tipo *desktop* e rede *wi-fi*. A resposta foi negativa em 100% dos casos apenas para a existência de interligação entre as TIC's através de rede cabeada. No caso deste PA cabem duas considerações que podem representar algumas não conformidades. Em primeiro lugar, apenas 3 (três) pessoas responderam positivamente quanto ao acesso à internet, mas 4 (quatro) responderam positivamente quanto ao uso de e-mail e possuir perfil nas redes sociais. Isso pode indicar a utilização de e-mail e redes sociais externamente ou que alguém não considerou o acesso à internet via celular para esses serviços. Em segundo lugar, uma das pessoas, apesar de não possuir computador, seja *desktop* ou *notebook*, e nem *tablet*, respondeu positivamente quanto a existência de rede *wi-fi*, o que pode indicar um equívoco na hora de assinalar a resposta.

#### 4.3.5 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III – PA's Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre

Os PA's Santa Rita III, Santa Angelina e Vista Alegre foram fruto de uma luta inicial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que prosseguiu depois com o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST). O primeiro trabalho de campo nestes PA's foi realizado no dia 21 de fevereiro de 2014 e a recepção ficou a cargo do assentado que preside a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III. Essa associação congrega também assentados dos PA's Santa Angelina e Vista Alegre, e seu presidente está no cargo desde 2002. A Diretoria Executiva da associação é composta por 6 membros e o Conselho conta com igual número de pessoas.

O assentado é ambientalista, implementou em sua propriedade e incentiva os demais assentados a implementar o Sistema Agroflorestal (SAF), prática que visa a recuperação de áreas degradadas através do uso e manejo correto dos recursos naturais conjuntamente com a exploração agrícola. Segundo ele, após 8 meses acampado, conseguiu conquistar o seu pedaço de terra e hoje vive na propriedade com a esposa, uma filha e uma irmã de idade já bastante avançada. Segundo informações obtidas, dos 21 (vinte e um) assentados no Santa Rita III, 7 (sete) já venderam a sua propriedade e 1 (um) perdeu pelo fato de não produzir e nem morar no lote. Os jovens estariam deixando o PA por incentivo dos próprios pais, que não fomentam o trabalho e produção familiar.

A associação, que tem como sede a propriedade do seu presidente, além da compra coletiva de sal, estava construindo um abrigo para instalação de um resfriador para receber a produção leiteira de seus associados. A construção de uma cozinha foi iniciada e depois interrompida devido ao não repasse dos recursos por parte dos órgãos competentes. A associação recebeu a doação de 800 metros quadrados da propriedade de seu presidente para construção de um viveiro de mudas. Como uma das ações de disseminação da cultura, a associação recebeu um conjunto denominado Arca das Letras, composto por um móvel e algumas obras, mas, segundo informado, infelizmente as pessoas não tem o hábito da leitura e, por isso, o material tem pouca ou nenhuma utilidade. A Figura 15 (p. 126) ilustra momento do trabalho de campo onde o Sr. Luiz apresenta os benefícios do SAF.

FIGURA 15 – Trabalho de campo em lote no PA Santa Rita III (21/02/2014).



Fonte: O Autor.

Em 2009 a associação, em parceria com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Pontal do Paranapanema, viabilizaram junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a participação no Programa Territórios Digitais nos Territórios de Cidadania - Casas Digitais. Fruto desse esforço a associação foi contemplada, de 2009 para 2010, com um conjunto de equipamentos para instalação da Casa Digital, composto de: 10 (dez) estações de trabalho, 1 (um) servidor, 1 (uma) impressora laser, 1 (um) roteador wireless, 11 (onze) estabilizadores de voltagem, 1 (um) projetor multimídia, 21 (vinte e uma) cadeiras, 11 (onze) mesas para computador, 1 (uma) mesa para impressora, 1 (uma) mesa para professor, 1 (um) armário e 1 (um) ponto de acesso à internet em alta velocidade. Resumidamente, os equipamentos recebidos possuem a seguinte configuração: processador Intel Celeron Dual Core, memória RAM de 1 GB, disco rígido de 160 GB, DVD-RW, monitor LCD de 15,6 polegadas, mouse, teclado, fone de ouvidos e sistema operacional Linux.

No entanto, decorridos mais de 4 anos, os equipamentos encontram-se ainda todos, sem exceção, com as suas embalagens originais intactas, como chegaram, ou seja, ainda não foram instalados. Segundo o presidente da associação, estão aguardando há 3 anos pela instalação do ar condicionado e do alarme, foram 18 meses de espera pela instalação das grades de proteção, após muito esforço se conseguiu que a instalação elétrica (fiação e tomadas) fosse feita. Entretanto, a última vistoria realizada pelos técnicos do MDA para instalação apontou, além da ausência do ar condicionado e do alarme, a necessidade das instalações elétricas serem externas, com canaletas, e não embutidas como foram feitas, além da necessidade de se separar os disjuntores para iluminação, computadores e ar condicionado. As Figuras 16 e 17 apresentam, respectivamente, as visões externa e interna do local onde deveria estar funcionando a Casa Digital no PA Santa Angelina.

FIGURA 16 – Imagem externa do local destinado a instalação da sala digital no PA Santa Angelina (21/02/2014).



Fonte: O Autor.

FIGURA 17 – Imagem interna do local destinado à instalação da sala digital no PA Santa Angelina (21/02/2014).



Fonte: O Autor.

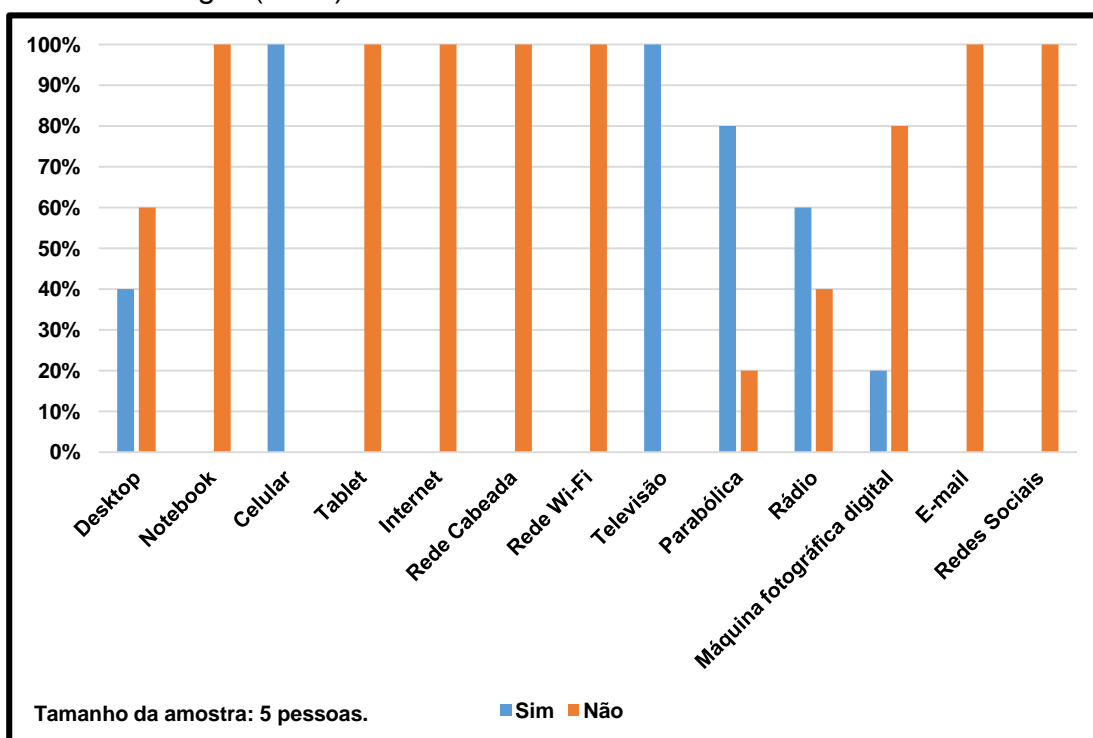
A Figura 16 permite constatar que as grades de proteção realmente estão instaladas e a Figura 17 confirma a permanência dos equipamentos em suas embalagens originais. Em 18 de julho de 2014 foi realizado um novo trabalho de campo no PA Santa Rita III que tinha como objetivo inicial a obtenção de assinatura nos documentos autorizando a realização de um trabalho de campo para contato direto com os sujeitos da pesquisa. No entanto, na ocasião foi possível constatar o descaso do poder público municipal quanto ao compromisso firmado para instalação da Casa Digital. A prefeitura enviou para a associação um ar condicionado totalmente obsoleto e sucateado, sem a menor condição de uso. Foi possível



constatar também o término das obras no local onde deverá ser instalado futuramente o resfriador para receber a produção leiteira dos associados.

O trabalho de campo visando o contato direto com os sujeitos da pesquisa foi realizado em 29 de abril de 2015. Foram aplicados questionários para cinco pessoas, incluindo o presidente da APPR Santa Rita III, sendo duas do PA Santa Rita III, uma do PA Vista Alegre e duas do PA Santa Angelina. A APPR Santa Rita III atua junto aos seus associados mediante a compra coletiva de insumos, a comercialização da produção através dos projetos da CONAB e o projeto Microbacias II, além de desenvolver um trabalho de conscientização ambiental (sistema agroflorestal e coleta seletiva) e da participação e representação dos associados junto ao CODETER e aos conselhos municipais. No que se refere às TIC's a associação possui apenas um computador e este não é utilizado. O Gráfico 17 apresenta a consolidação dos dados obtidos durante as entrevistas e referente a presença das TIC's no domicílio dos assentados.

GRÁFICO 17 – Posse e uso das TIC's nos PA's Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

O questionário aplicado passou por um processo de aprimoramento para contemplar informações acerca dos dispositivos *tablet* e máquina fotográfica digital. Nos PA's Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre também a totalidade

dos entrevistados responderam afirmativamente quanto a existência de telefone celular e de televisão. Das 5 (cinco) pessoas entrevistadas, 4 (80%) possuem antena parabólica; 3 (60%) possuem rádio; 2 (40%) possuem desktop. No que se refere a existência notebook, *tablet*, internet, rede interligando os computadores, seja cabeada ou *wi-fi*, e-mail e perfil nas redes sociais a resposta foi negativa em 100% dos casos. A distância entre os PA's e a sede do município (em torno de 23 Km) pode ser um indicativo para o baixo índice de desempenho na inclusão digital da comunidade.

#### 4.3.6 Instituto Integração Água Limpa e Rodeio – PA's Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia

Os três PA's distam mais de 40 Km da sede municipal e se avizinham ao município de Mirante do Paranapanema/SP. O interesse em estudar estes PA's surgiu pelo fato do pesquisador que elaborou esta dissertação ter lecionado no período de maio a agosto de 2014 na EMEIF Educador Paulo Freire, localizada no PA Rodeio, quando da realização dos cursos de Agricultor Familiar e Agricultor Agroflorestal via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Campo). As Figuras 18 e 19 ilustram o encontro inicial com as turmas destes dois cursos.

FIGURA 18 – Turma de Agricultor Agroflorestal – Pronatec Campo 2014 (01/06/2014).



Fonte: O Autor.

FIGURA 19 – Turma de Agricultor Familiar – Pronatec Campo 2014 (01/06/2014).



Fonte: O Autor.

Na oportunidade foram lecionados, em ambos os cursos, conteúdos relacionados a cooperativismo, associativismo, políticas públicas, comunicação e

expressão, elaboração e análise de projetos. Os encontros permitiram evidenciar a presença de baixa articulação social entre a comunidade assentada, com pensamentos e ações de caráter individual, que levam a existência de rivalidades entre os membros da comunidade, a não conhecer-se uns aos outros e a não conhecer o que tem e o que acontece nos PA's. Nestes cursos havia uma disciplina de informática básica, mas a escola onde foram desenvolvidos não possui sala de informática e os alunos precisaram ser remanejados para outra localidade.

Visando promover uma maior integração entre as comunidades assentadas e aquelas que vivem no entorno dos PA's, as lideranças locais promovem eventos como a Cavalgada da Integração, ilustrada pela Figura 20. Na busca por contribuir positivamente nesta integração, durante os encontros realizados foram promovidas algumas atividades coletivas com esta finalidade, conforme ilustrado através das Figuras 20, 21, 22 e 23.

FIGURA 20 – Cavalgada da Integração de 2014 (22/06/2014).



Fonte: O Autor.

FIGURA 21 – Trilha ecológica – Pronatec Campo 2014 (15/06/2014).



Fonte: O Autor.

FIGURA 22 – Festa Julina – Pronatec Campo 2014 (12/07/2014).



Fonte: O Autor.

FIGURA 23 – Visita ao Sítio Marinoti – Pronatec Campo 2014 (09/08/2014).



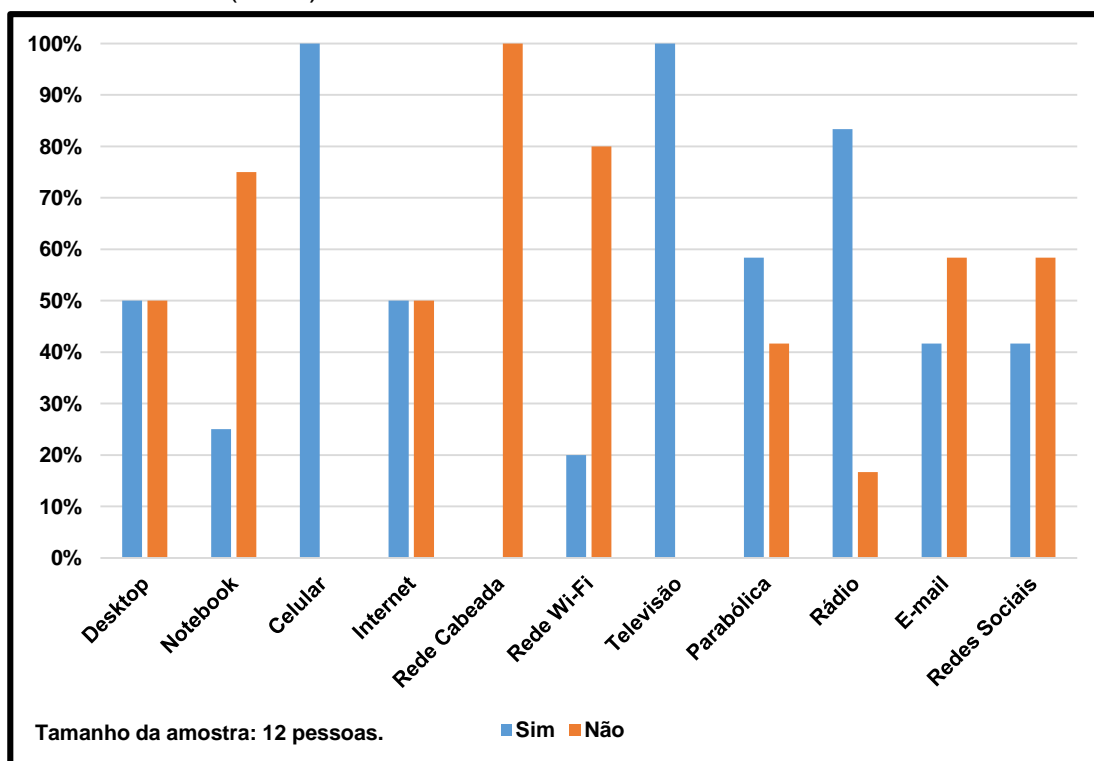
Fonte: O Autor.

O Instituto Integração Água Limpa e Rodeio foi criado com o intento de unir e capacitar as comunidades assentadas, fomentar o desenvolvimento do turismo rural e implantar um restaurante rural para dar suporte à atividade turística. Apesar do projeto receber o apoio de algumas figuras políticas de renome, inclusive parlamentares federais, bem como ter recebido “aporte” financeiro governamental, o projeto ainda não saiu do papel, uma vez que o dinheiro foi liberado mas não chegou ou o poder público municipal não realizou as atividades decorrentes da sua participação no projeto.

No entorno dos PA's Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia existem diversos outros PA's pertencentes também ao município de Presidente Bernardes/SP, tais como Água Limpa I (31 famílias), Florestan Fernandes/São Jorge (55 famílias), Palu (44 famílias), Quatro Irmãs (4 famílias) e Santo Antonio II (24 famílias), totalizando assim 266 famílias assentadas naquela região. No entanto, apesar do expressivo número de famílias assentadas, o período de realização do Pronatec Campo permitiu identificar a ausência total de qualquer iniciativa visando a inclusão digital daquelas comunidades. Assim como em outras localidades, as informações sobre um processo em andamento para implantação de um posto do programa ACESSA SP, do governo estadual, nos PA's Florestan Fernandes e Rodeio não se concretizaram ao se confrontar com a realidade, ou seja, existe a promessa, mas de efetivo nada foi encontrado. A EMEIF Educador Paulo Freire é uma escola municipal e também não possui sala de informática, o que, inclusive, gerou dificuldades no Pronatec Campo e a necessidade de deslocar os alunos para o distrito de Nova Pátria com vistas a realização das aulas de informática.

O trabalho de campo com vistas a aplicação dos questionários (Anexos I e II) que subsidiaram esta dissertação foi realizado no dia 25 de abril de 2015. Segundo o presidente do Instituto Integração Água Limpa e Rodeio, as TIC's são utilizadas para contatos e a principal dificuldade enfrentada refere-se à qualidade do sinal da telefonia celular. No trabalho de campo realizado nos PA's Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia foi possível entrevistar 12 (doze) pessoas e os dados resultantes podem ser analisados através do Gráfico 18 (p. 132).

GRÁFICO 18 – Posse e uso das TIC's nos PA's Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando da realização deste trabalho de campo, os questionários aplicados ainda não haviam sido aprimorados para contemplar as informações acerca dos dispositivos *tablet* e máquina fotográfica digital. Como se pode observar, nos PA's Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia a totalidade dos entrevistados responderam afirmativamente quanto a existência de telefone celular e de televisão, e responderam negativamente quanto a existência de rede cabeada interligando os dispositivos. Das 12 (doze) pessoas entrevistadas, 10 (83,3%) possuem rádio; 7 (58,3%) possuem antena parabólica; 6 (50%) possuem computador *desktop* e acesso à internet; 5 (41,7%) possuem conta de e-mail e perfil nas redes sociais; 3 (25%) possuem *notebook*; 2 (20%) possuem interligação entre dispositivos com rede *wi-fi*. No que se refere a existência de rede interligando dispositivos, seja cabeada ou *wi-fi*, duas pessoas deixaram de responder a essas indagações.

#### 4.3.7 Associação de Agricultores do PA Dona Carmem

O interesse em estudar este PA surgiu devido a informação de que haveria ali a reivindicação para a implantação de uma sala do programa ACESSA SP.

O primeiro trabalho de campo foi agendado e realizado no dia 28 de março de 2014. O agendamento e a recepção ficaram a cargo do presidente da Associação de Agricultores do Assentamento Dona Carmem, uma das 3 (três) associações existentes e que possuía, à época, 23 associados. Dentre os serviços que a associação presta aos seus associados está a gestão do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), do Governo Federal, tendo como contrapartida a retenção de 2% sobre o valor liberado. Além deste, a associação coordena a entrega da produção referente ao PAA da CONAB. No entanto, como a associação não possui veículo para transporte da produção, entrega para associação do PA Antonio Conselheiro, que possui um caminhão para esta finalidade, a qual retém 5% sobre o valor recebido. Isso leva a uma redução na receita auferida pela associação do PA Dona Carmem.

Segundo informações, a conquista de uma sala do programa Acessa SP havia se dado, na época, há 8 meses. No entanto, a sua efetivação dependeria do atendimento a duas condições. Em primeiro lugar a apresentação do Termo de Cessão expedido pelo INCRA autorizando o uso da área comum do PA Dona Carmem, do qual haveria a promessa para ser entregue no prazo de 20 a 30 dias. Após isso e como segunda condição, a prefeitura do município de Mirante do Paranapanema/SP deveria promover a adequação do local para que finalmente houvesse a implantação do Acessa SP. A Figura 24 (p. 134) ilustra o local onde se pretende, no futuro, implantar o posto de atendimento do Acessa SP.

A área comum do PA Dona Carmem fica próxima às margens do rio Paranapanema, em local onde a natureza apresenta uma beleza exuberante. Apesar do aparente abandono, uma vez que o INCRA ainda não repassou esse espaço para uso e cuidados pela comunidade assentada, apresenta uma boa estrutura para receber projetos que beneficiem o coletivo, como é o caso do programa Acessa SP. É importante destacar que o PA Dona Carmem não consta da relação de postos em implantação do programa Acessa SP, conforme relatório consolidado de 2013. A característica do programa ser implantado apenas em assentamentos classificados como estaduais também coloca levanta dúvidas quanto a efetivação deste espaço para inclusão digital, uma vez que o PA Dona Carmem é classificado como federal.

FIGURA 24 – Imagem externa do local destinado à instalação da sala digital no PA Dona Carmem (28/03/2014).



Fonte: O autor.

Com o objetivo de realizar a pesquisa que subsidiou a elaboração desta dissertação, foi realizado um novo trabalho de campo no PA Dona Carmem em 13 de maio de 2015. Nessa oportunidade foi possível constatar que, apesar do lapso temporal de 1 (um) ano do primeiro trabalho de campo, o projeto para implantação de uma sala do ACESSA SP não avançou. A Associação de Agricultores do Assentamento Dona Carmem apresentou uma pequena redução no número de associados no período. Além disso, foi possível também conhecer a realidade do PA com maior vulnerabilidade social dentre os pesquisados. É notória a ausência total ou baixa qualidade da infraestrutura disponível nesta comunidade. A Figura 25 (p. 135) foi obtida durante o trabalho de campo na residência de um assentado.

FIGURA 25 – Trabalho de campo realizado no PA Dona Carmem (13/05/2015).

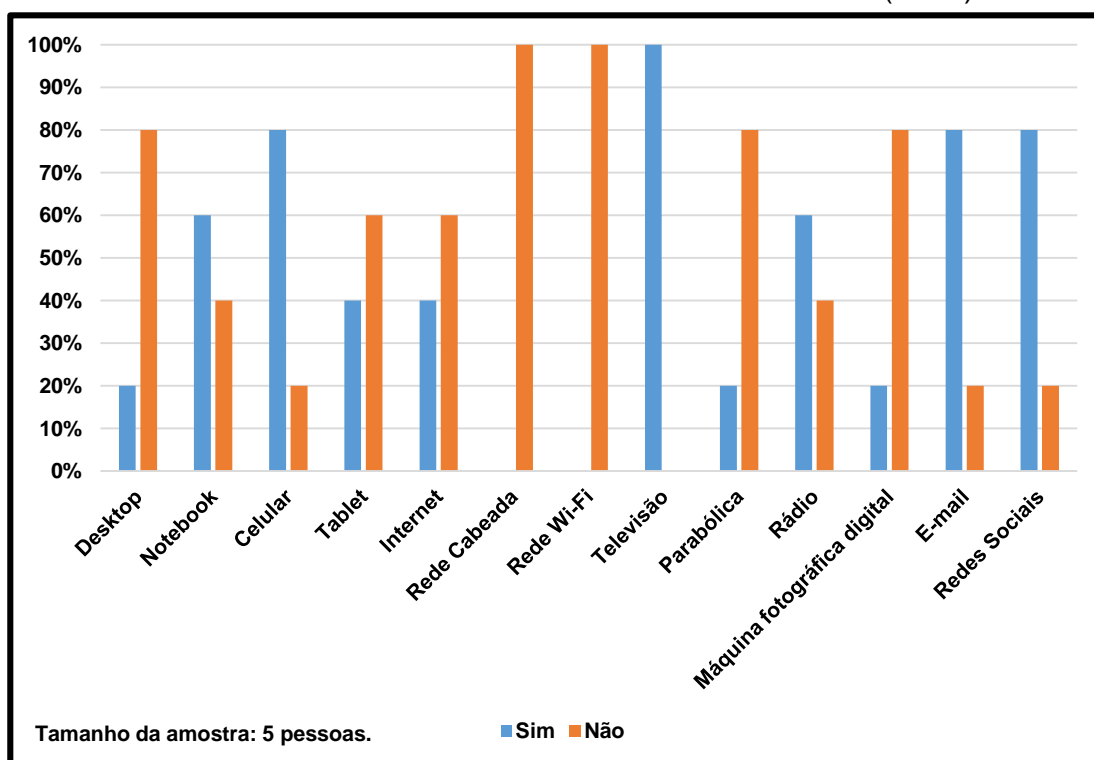


Fonte: O autor.

Em busca de identificar a posse e uso das TIC's, seja no domicílio ou em espaços coletivos, foram entrevistadas 5 (cinco) famílias. No PA Dona Carmem foi identificado o único caso, dentre o público total envolvido na pesquisa, de uma família que não possui telefone celular. Este também foi o único caso onde houveram relatos por parte dos assentados de que possuem determinado tipo de tecnologia mas deu problema e está no conserto. O Gráfico 19 (p. 136) apresenta a consolidação dos dados obtidos através da aplicação dos questionários (Anexos I e II) da pesquisa.



GRÁFICO 19 – Posse e uso das TIC's no PA Dona Carmem (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

A única TIC disponível em todos os domicílios do PA Dona Carmem é a televisão, e a que está ausente em todos é a interligação entre os dispositivos, seja através de rede cabeada ou *wi-fi*. A presença de telefone celular, conta de e-mail e uso das redes sociais foi apontada por 4 (80,0%) dos respondentes, enquanto que a posse e uso de notebook e rádio foi detectada em 3 (60,0%) dos domicílios pesquisados. Dentre as famílias pesquisadas 2 (40,0%) responderam afirmativamente possuir *tablet* e quanto ao uso de internet, ao passo que apenas 1 (20,0%) afirmou ter computador do tipo *desktop*, antena parabólica e máquina fotográfica digital.

#### 4.3.8 Associação dos Produtores Rurais de Ajicê (APRA)

Na busca por estabelecer contato com outras formas do campesinato, para não ficar restrito às comunidades dos PA's de Reforma Agrária, foi realizado, em 16 de agosto de 2014, um trabalho de campo na Associação dos Produtores Rurais de Ajicê (APRA), sediada no distrito de Ajicê, município de Rancharia. Segundo o vice-presidente da APRA, a associação existe desde 1991 e constitui-se em umas das mais antigas do Estado de São Paulo. Teria surgido ali, em 2006, e se

fortalecido a Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (FAMHESP), a qual foi inicialmente muito ativa, através dela se conseguiu o projeto Microbacias 2, mas hoje encontra-se praticamente inoperante. A APRA congrega atualmente 150 associados inscritos, dos quais estima-se em 50% o número de atuantes. Há cerca de 4 anos um acidente envolvendo a explosão de um tanque de álcool que, embora não tenha ocasionado vítimas fatais, acabou lesionando algumas pessoas por queimadura. Esse episódio gerou, além de outros prejuízos, uma dívida que estava sendo paga e que estava onerando o caixa da associação.

O trabalho de campo permitiu identificar a existência de uma sala de informática destinada ao uso pela comunidade, sala esta obtida mediante o estabelecimento de parceria entre a APRA e o Banco do Brasil. A sala entrou em operação, ofereceu curso de Informática Básica para 2 (duas) turmas em 2013, cada qual iniciou com cerca de 30 alunos e terminou com 15 a 20 alunos concluintes. Na ocasião do trabalho de campo, a sala de informática estava inativa, mas a prefeitura estaria construindo um Centro Social e a sala de informática deve ser transferida para este novo local, visando um melhor aproveitamento e para favorecer a comunidade. As Figuras 26 e 27 apresentam uma visão interna do prédio onde estava instalada a sala de informática na ocasião do trabalho de campo e uma imagem do certificado fornecido aos alunos do curso de informática realizado na APRA.

FIGURA 26 – Imagem interna da sala digital da APRA (16/08/2014).



Fonte: O autor.

FIGURA 27 – Certificado do curso de informática realizado na APRA (16/08/2014).



Fonte: O autor.

No dia 21 de maio de 2015 um novo trabalho de campo foi agendado e realizado na APRA, o qual permitiu confirmar algumas informações obtidas anteriormente, bem como identificar algumas mudanças ocorridas. O número de associados permanece o mesmo, mas foi possível obter as informações de que o índice de participação nas atividades da associação subiu para em torno de 70 associados e que apenas 22 (vinte e dois) associados depositam a sua produção de leite no resfriador da associação. O Centro Social que a prefeitura municipal estava construindo e que abrigaria a sala de informática teve a obra embargada e, assim, tudo continua na mesma situação ilustrada pela Figura 26 (p. 137). A Figura 28 ilustra o momento em que o presidente da APRA, responde aos questionários (Anexos I e II) que subsidiaram a elaboração desta dissertação.

FIGURA 28 – Trabalho de campo realizado na APRA (21/04/2015).



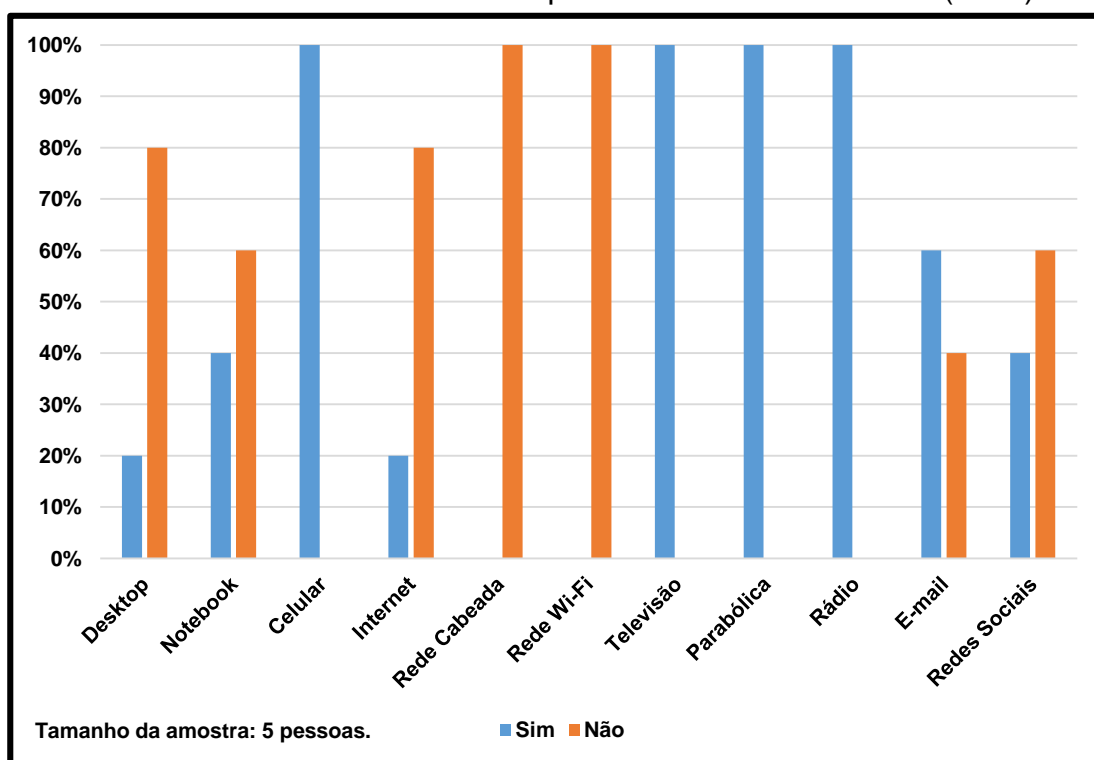
Fonte: O autor.

Os serviços atualmente oferecidos pela APRA aos seus associados são: recepção da produção de leite, tanque de inseminação, produtos veterinários básicos, máquinas e implementos agrícolas, óleo diesel, compra coletiva de ração e sal, borracharia, jegue para cobertura de éguas, cursos e organização de excursões.

Este trabalho de campo teve o fulcro de captar informações acerca da posse e uso das TIC's pela APRA e por seus associados, seja a partir de seus próprios domicílios, seja a partir de espaços coletivos. Apesar da sala de informática da APRA não estar operando normalmente, buscou-se identificar a importância atribuída pelos associados para este espaço.

As TIC's são utilizadas pela associação e seus associados para pesquisa, envio e recebimento de e-mail, acesso a cotações, impressões, envio e recebimento de fax e acesso à internet. As dificuldades apontadas referem-se a falta de capacitação no uso e para acompanhar a evolução dessas tecnologias, bem como a velocidade com que elas se tornam obsoletas (sucateadas). O Gráfico 20 consolida as informações captadas no que se refere a posse e uso das TIC's pelos associados da APRA.

GRÁFICO 20: Posse e uso das TIC's pelos associados da APRA (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na oportunidade foram entrevistadas 5 (cinco) pessoas, incluindo o presidente da APRA. Como é possível observar, a posse de telefone celular, televisão, antena parabólica e rádio foi confirmada por todos os entrevistados, enquanto a existência de rede cabeada ou *wi-fi* interligando dispositivos recebeu uma negativa por parte de todos os respondentes, apesar de 2 (duas) pessoas não

terem respondido a essa questão. No que se refere ao uso de e-mail 3 (60%) dos entrevistados responderam afirmativamente, enquanto a posse de *notebook* e o uso de redes sociais foi confirmado por 2 (40%) dos respondentes. A posse de computador do tipo *desktop* e o uso de internet foram apontados por apenas 1 (20%) dos entrevistados.

#### 4.3.9 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho

A APPR do Bairro Palmitalzinho, que existe desde 1991, congrega atualmente 34 (trinta e quatro) pequenos produtores rurais que possuem suas propriedades no bairro rural denominado Palmitalzinho, sendo que 2/3 deles estão localizados no município de Regente Feijó/SP e os demais estão localizados no município de Anhumas/SP. O trabalho de campo nesta associação, que não representa assentados de reforma agrária, foi realizada no dia 24 de fevereiro de 2014 e a recepção foi prestada pelo associado que exerce o cargo de presidente desde 2013. O associado reside em sua propriedade desde 1996 com a esposa e um casal de filhos. Os filhos estudam de manhã e ajudam no trato e limpeza do curral na hora da ordenha.

Apesar de não mais com a mesma intensidade do passado, a associação atua principalmente na compra coletiva de adubo, sal, sementes e herbicida. Os associados reúnem-se ao menos uma vez por mês para discutir assuntos de interesse da comunidade. Uma das grandes reclamações dos associados refere-se a programas de fomento ao desenvolvimento regional que começam e são interrompidos sem a devida concretização. Atualmente a associação possui um projeto para aquisição de uma colheitadeira de café pelo projeto de Microbacias, envolvendo 18 (dezoito) associados e com subsídio de 70% pelo Banco Mundial.

A maior parte dos associados reside na propriedade e dedica-se à produção de café e leite. Uma das grandes preocupações dos associados está na sucessão, pois os jovens estão indo embora e a idade média dos que permanecem já ultrapassa os 50 anos. Por estar dividido entre os municípios de Regente Feijó e Anhumas, os moradores do bairro Palmitalzinho encontram grande dificuldade nos serviços de infraestrutura devido a rivalidade política entre os municípios.

No que se refere a existência de equipamentos de informática, a APPR possui apenas um microcomputador obtido também pelo projeto de microbacias, com acesso à internet, mas que não está sendo utilizado atualmente. Segundo informações obtidas, antigamente os jovens do bairro procuravam a associação para utilizar o computador no acesso à internet, mas atualmente a procura caiu devido ao fato de quase todos terem computador e internet em casa. Não bastasse isso, a pessoa responsável por cuidar da documentação e registros da associação prefere fazer o trabalho manualmente a fazê-lo com a utilização do computador.

No dia 15 de maio de 2015 foi realizado um novo trabalho de campo, agora no salão comunitário do bairro, quando se realizou mais uma reunião da associação. Este trabalho de campo teve como objetivo captar informações acerca da posse e uso das TIC's pelos associados da APPR do Bairro Palmitalzinho, bem como a percepção destes quanto a importância destas tecnologias. Na oportunidade foram entrevistados 9 (nove) associados, sendo que o questionário respondido por um deles foi totalmente descartado devido a diversas não conformidades nas respostas. A Figura 29 (p. 142) ilustra o momento em que os associados participavam do trabalho de campo respondendo ao questionário (Anexos I e II). O Gráfico 21 (p. 142) apresenta as informações obtidas e consolidadas neste trabalho de campo através dos 8 (oito) questionários considerados.

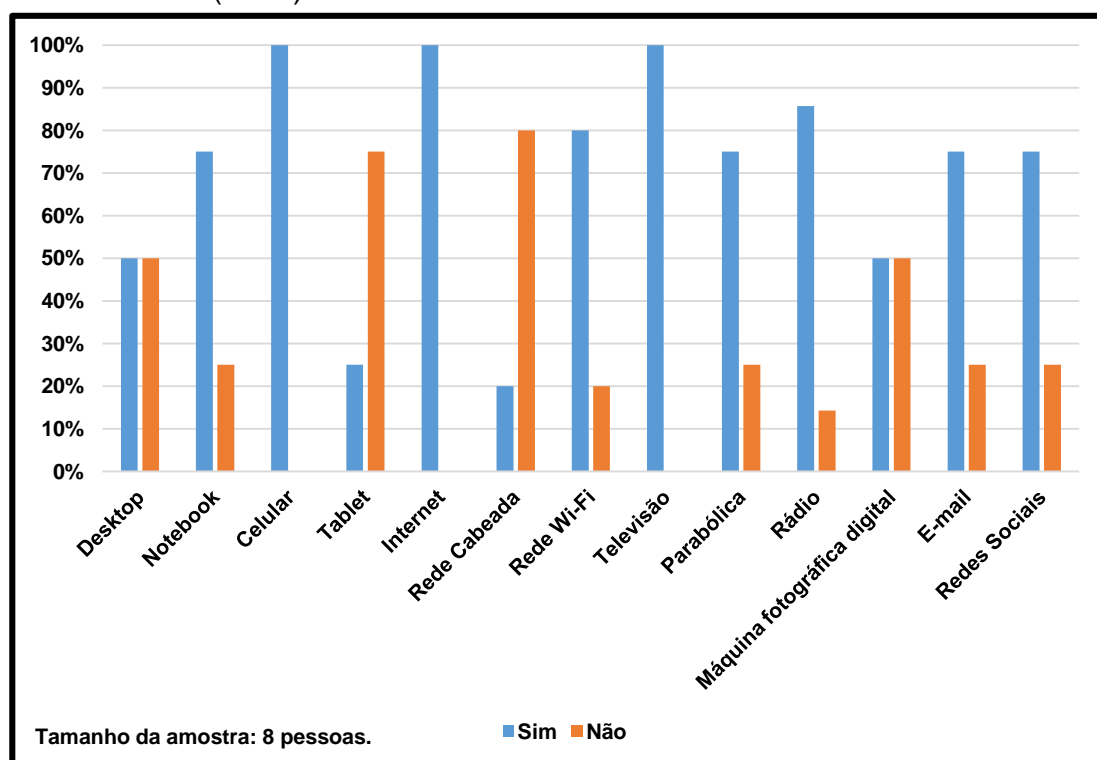
A amostra obtida permitiu concluir que todas as TIC's pesquisadas encontram-se, em maior ou menor grau, incorporadas pelos associados da APPR do Bairro Palmitalzinho. A posse e uso de telefone celular, televisão e acesso à internet foi confirmada pela totalidade dos associados entrevistados. Dos respondentes, 6 (75,0%) confirmaram possuir e utilizar em seus domicílios *notebook*, antena parabólica, rádio, envio e recebimento de e-mail, bem como acesso às redes sociais. Computador do tipo *desktop*, rede *wi-fi* interligando as TIC's e máquina fotográfica digital foram apontadas por 4 (50,0%) dos entrevistados. A existência de *tablet* foi constatada junto a 2 (25,0%) associados e o uso de rede cabeada para interligar os dispositivos foi apontada por 1 (12,5%) entrevistado.

FIGURA 29 – Trabalho de campo realizado na APPR do Bairro Palmitalzinho (15/05/2015).



Fonte: O autor.

GRÁFICO 21 – Posse e uso das TIC's pelos associados da APPR do Bairro Palmitalzinho (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.3.10 EE Projeto Lagoa São Paulo

A EE Projeto Lagoa São Paulo está localizada na Agrovila III, município de Caiuá/SP. O interesse em realizar esse trabalho de campo na Agrovila III foi despertado pela evidência encontrada no trabalho de Mazzini (2007) de que ali haveria uma sala de informática, informação esta que não havia sido confirmada nos acessos aos sites dos programas Acessa SP e Territórios de Cidadania. O primeiro trabalho de campo foi realizado no dia 26 de fevereiro de 2014 e ao chegar no local a orientação foi para procurar pela EE Projeto Lagoa São Paulo, único local em que haveria a possibilidade de existência da sala.

No local funcionam, na realidade, duas escolas, uma municipal e uma estadual: a EMEF e a EE Projeto Lagoa São Paulo, respectivamente. Na escola estadual a recepção foi prestada inicialmente por um Agente de Serviço Escolar e posteriormente pela Vice-Diretora. Segundo informações obtidas, as escolas atendem a crianças e jovens oriundos dos PA's Luiz de Moraes Neto, Malu, Maturi, Santa Angelina, Santa Rita III, Santo Antonio, São Camilo e São Francisco. A exceção dos três últimos que não foram localizados no site no ITESP, todos os demais situados no município de Caiuá/SP.

Na escola foi confirmada a existência de uma sala contendo 19 computadores, com acesso à internet pela rede "intragov" do governo estadual e obtida através do Programa Acessa Escola. A coordenadora responsável pela sala apontou que os equipamentos, apesar em bom estado de conservação, possuíam mais de 2 (dois) anos de uso e seriam substituídos na semana seguinte ao trabalho de campo. Esta sala é denominada Sala Ambiente de Informática (SAI) e é destinada exclusivamente à comunidade escolar para fins pedagógicos de ensino, projeto e pesquisa. Em 2013 teria sido considerada uma das salas mais utilizadas da Diretoria de Ensino de Santo Anastácio/SP. A sala possuía 3 (três) monitores, um por período, alunos do ensino médio capacitados e remunerados pela Secretaria Estadual da Educação, mas estava sem acesso à internet havia cerca de 3 (três) meses, por problema em um dos equipamentos que possibilita esse acesso. A Figura 30 (p. 144) apresenta uma visão parcial da sala tal como era em 2014 por ocasião do trabalho de campo.



FIGURA 30 – Vista parcial da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo (26/02/2014).



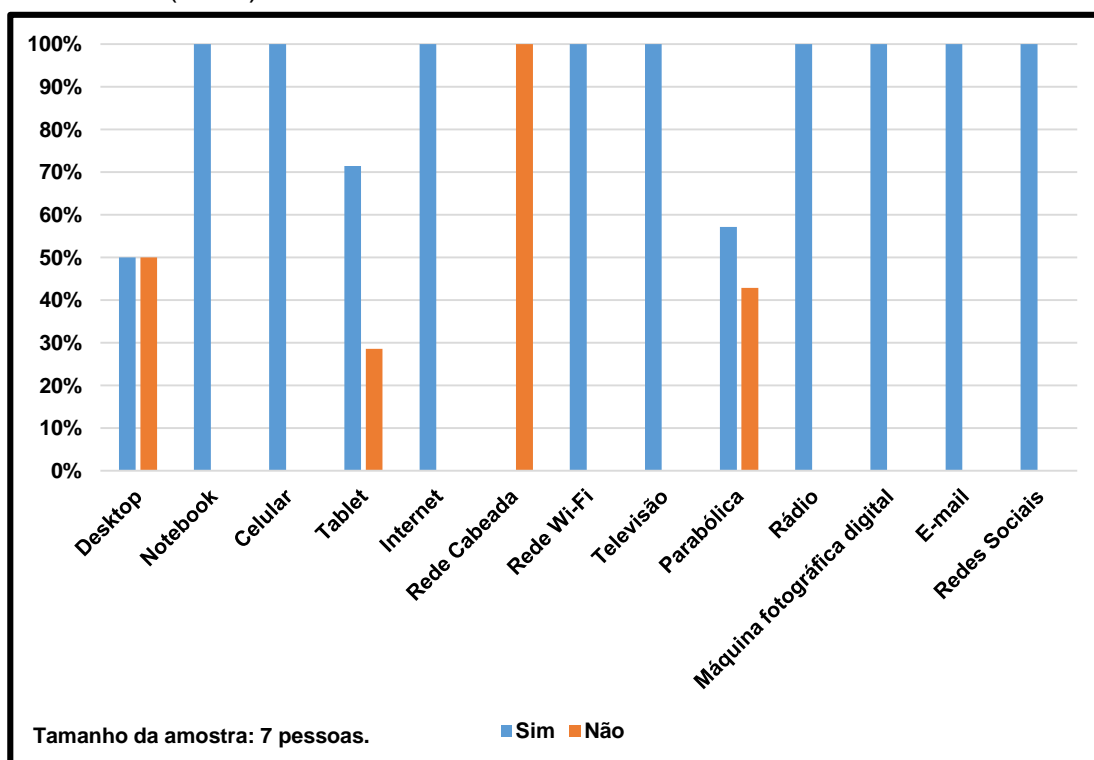
Fonte: O Autor.

Com isso estava identificada a primeira iniciativa para inclusão digital proveniente do programa ACESSA ESCOLA, do governo paulista, e confirmada a informação encontrada em Mazzini (2007). Apesar de haver a restrição quanto ao uso apenas pela comunidade escolar, trata-se de uma iniciativa que demonstrou-se efetiva. A indisponibilidade apresentada quanto ao acesso à internet foi relatada com uma situação atípica e pontual, resultado de um temporal que teria ocorrido naquela localidade. Segundo relatos, apesar da velocidade não ser muito boa, a sala e o acesso à internet foi apresentada com alto índice de disponibilidade.

No dia 05 de maio de 2015 foi realizado um novo trabalho de campo na escola visando aplicar, junto à direção e professores, os questionários (Anexos I e II) que enriqueceram as informações obtidas através de relatos pessoais e observação no local. A escolha da data levou em consideração o solicitado pela diretora da escola, para que a aplicação dos questionários fosse realizada em dia e horário de ATPC, devido a presença de maior número dos professores. Além da diretora, contribuíram com a resposta aos questionários outros 6 (seis) professores. O Gráfico 22 (p. 145) consolida as informações prestadas pelos respondentes da EE Projeto

Lagoa São Paulo sobre a presença e uso das TIC's tanto nas suas residências quanto na escola.

GRÁFICO 22 – Posse e uso das TIC's pelos docentes da EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).

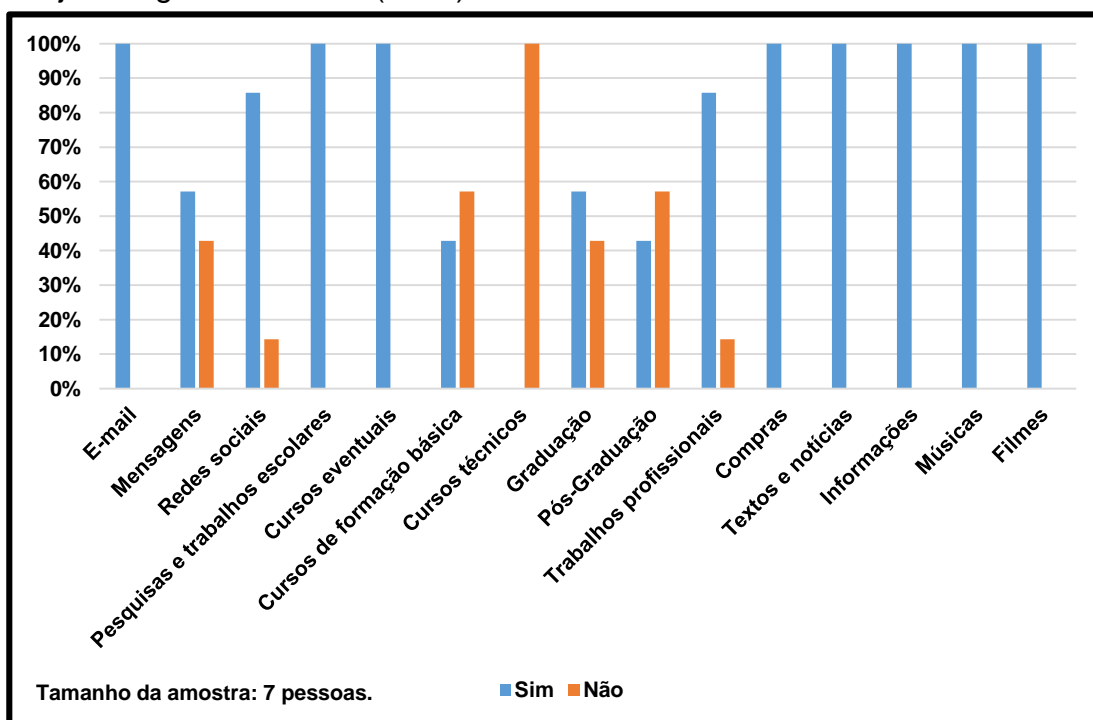


Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante destacar primeiramente o fato de que a totalidade dos respondentes reside na cidade, ou seja, nenhum deles pertence a comunidade assentada ou reside na Agrovila III, seu vínculo com a comunidade local restringe-se apenas ao âmbito profissional. Neste caso, a consolidação dos dados obtidos demonstra que, à exceção de computador do tipo *desktop*, *tablet*, rede cabeada e antena parabólica, todas as demais TIC's estão presentes em 100% dos domicílios. Apenas a existência de rede cabeada interligando dispositivos recebeu resposta negativa em 100% dos casos. A posse e uso de rádio e rede *wi-fi* interligando os dispositivos foi apontado por 6 (seis) entrevistados, sendo que, nestes casos especificamente, uma pessoa deixou de responder a estas questões. A posse e uso de *tablet* obteve resposta afirmativa de 5 (71,4%) dos respondentes, antena parabólica foi confirmada por 4 (57,1%) e computador do tipo *desktop* foi apontada por 3 (50%) das pessoas entrevistadas. Esse alto índice de inclusão no uso das TIC's corrobora com a origem citadina dos entrevistados e permite aprofundar um

pouco mais. Considerando um rol de finalidades pesquisadas para a aplicação das TIC's, o Gráfico 23 apresenta os resultados obtidos.

GRÁFICO 23 – Principais aplicações das TIC's entre os docentes da EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

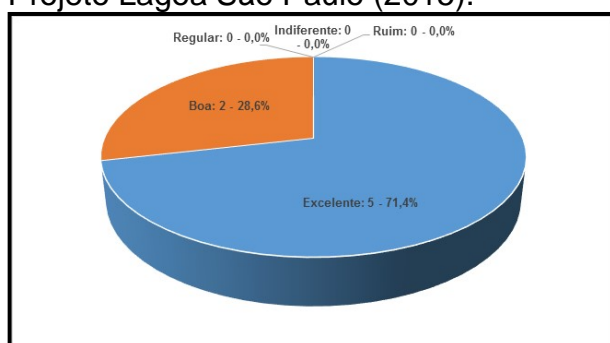
Os dados consolidados quanto às finalidades do uso das TIC's em seus domicílios, 100% dos respondentes afirmaram utilizar para envio e recebimento de e-mail, pesquisas e trabalhos escolares, realização de cursos eventuais online, compras online, leitura de textos e notícias online, busca por informações, ouvir e/ou baixar músicas, e assistir e/ou baixar filmes. O acesso às redes sociais e a realização de trabalhos profissionais foram apontados por 6 (85,7%) dos respondentes. O envio e recebimento de mensagens (Messenger, Skype, WhatsApp, etc.) e a realização de curso superior (graduação) foram apontados por 4 (57,1%) também como finalidades no uso das TIC's. Além destas, as finalidades realização de cursos de formação básica (ensino fundamental e médio) e de pós graduação, ambos online, foram apontadas por 3 (42,9%) dos respondentes. Apesar de ser um grupo de docentes, o uso destes recursos para autocapacitação não apresenta um desempenho elevado.

As TIC's estão presentes na EE Projeto Lagoa São Paulo na forma de uma Sala Ambiente de Informática, com 19 computadores e um projetor multimídia.

Para uso administrativo a escola possui ainda 4 computadores do tipo desktop, 1 (um) notebook, 5 (cinco) tablets. A infraestrutura disponível para interligação entre os dispositivos consiste em rede cabeada e *wi-fi*, além do necessário para acesso à internet. Para fins pedagógicos e administrativos, a escola possui também 4 (quatro) televisores, 1 (uma) antena parabólica, 6 (seis) rádios e 2 (duas) máquinas fotográficas digitais. As principais dificuldades quanto as TIC's foram apontadas como sendo: poucos computadores para a comunidade escolar e ausência de pessoas para ajudar no decorrer dos trabalhos. Nesta oportunidade foi obtida a informação de que a Secretaria de Educação do Estado não está mais remunerando alunos para serem monitores da SAI, como foi informado no primeiro trabalho de campo realizado nesta escola.

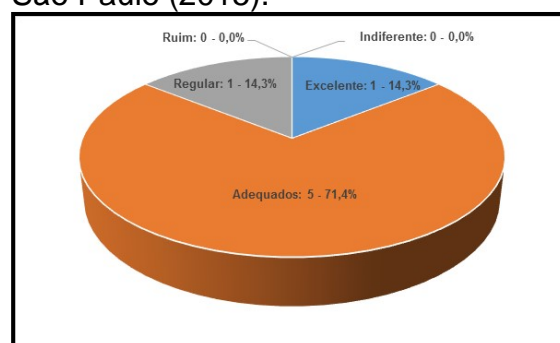
A confirmação da existência da Sala Ambiente de Informática (SAI), obtida através do programa ACESSA Escola, do governo do Estado de São Paulo, e esta ser classificada por 100% dos respondentes como muito importante, tornou possível aprofundar os estudos na busca por compreender o papel que estes espaços coletivos de inclusão digital desempenham na comunidade. Os Gráficos 24 e 25 apresentam, respectivamente, os dados consolidados no que se refere a localização e instalações físicas (espaço, ambiente e mobiliário) da sala de uso coletivo.

GRÁFICO 24 – Localização da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

GRÁFICO 25 – Espaço, ambiente e mobiliário da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).

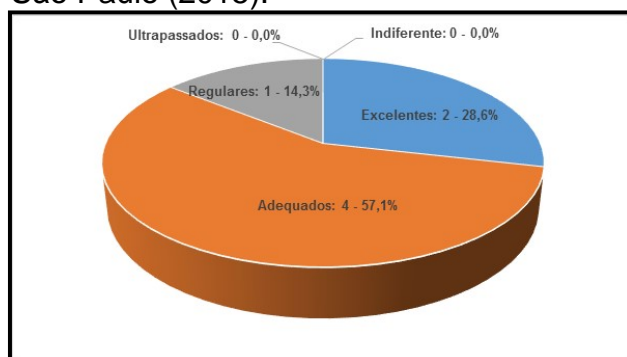


Fonte: Elaborado pelo Autor.

A localização geográfica da sala, no que se refere a facilidade de acesso pela comunidade escolar, foi avaliada positivamente por 100% dos respondentes, sendo que 71,4% classificaram a sua localização como excelente e 28,6% a classificaram como boa. No que se refere as instalações físicas da sala (espaço, ambiente e mobiliário) os resultados foram coincidentes nos três quesitos.

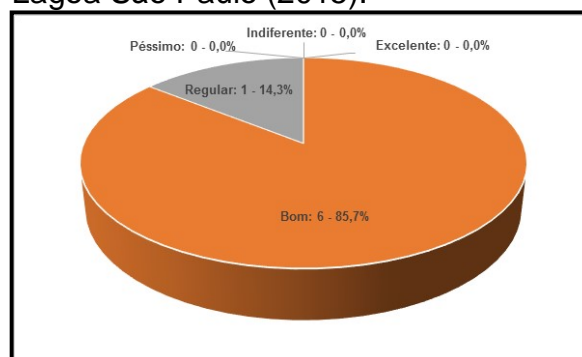
As instalações físicas da sala foram avaliadas como excelentes por 14,3% dos entrevistados, como adequadas por 71,4% e como regulares por 14,3%. Como é possível observar, 85,7% dos entrevistados avaliaram positivamente as instalações físicas da sala e não houve nenhuma indicação negativa. Os Gráficos 26 e 27 dedicam-se a explicitar os dados captados junto aos respondentes no que se refere a qualidade e funcionamento dos equipamentos disponíveis na SAI da EE Projeto Lagoa São Paulo.

GRÁFICO 26 – Qualidade dos equipamentos da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

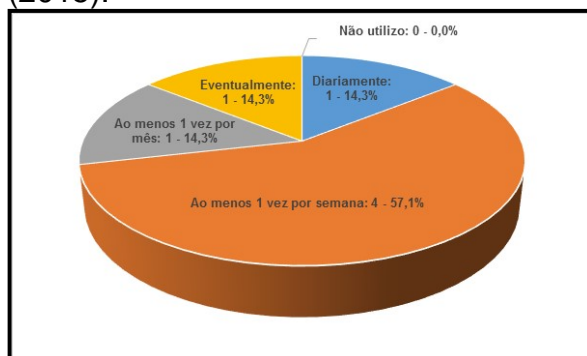
GRÁFICO 27 – Funcionamento dos equipamentos da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

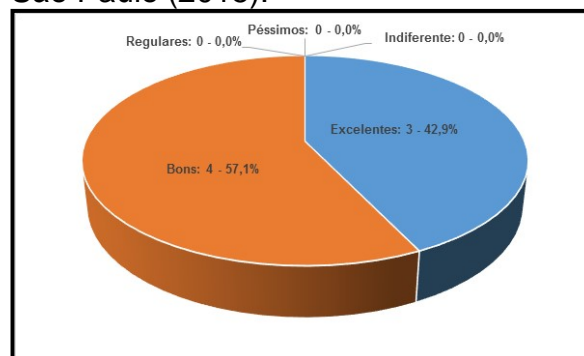
No que se refere a qualidade, os equipamentos disponíveis na SAI da EE Projeto Lagoa São Paulo foram classificados como excelentes (novos) por 2 (28,6%) dos respondentes, como adequados (já em uso há algum tempo) por 4 (57,1%) e como regulares (atendem, mas já poderiam ser trocados) por 1 (14,3%). Desta forma, a avaliação dos equipamentos, quanto a sua qualidade, foi positiva de acordo com 85,7% das respostas obtidas, não havendo sequer uma resposta que indicasse esses equipamentos como ultrapassados ou pessoas que considerassem esse quesito com indiferente. O funcionamento dos equipamentos disponíveis na SAI foi avaliado por 6 (85,7%) das pessoas que responderam ao questionário (Anexo I) como bom e 1 (14,3%) dos respondentes classificou como regular. Mantém-se assim a tendência de avaliação positiva que até então é possível aferir. A seguir, traduz-se através dos Gráficos 28 e 29 (p. 149) a frequência de utilização e a satisfação dos professores entrevistados quanto aos serviços prestados pela sala.

GRÁFICO 28 – Frequência de utilização da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

GRÁFICO 29 – Satisfação com os serviços da SAI na EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).

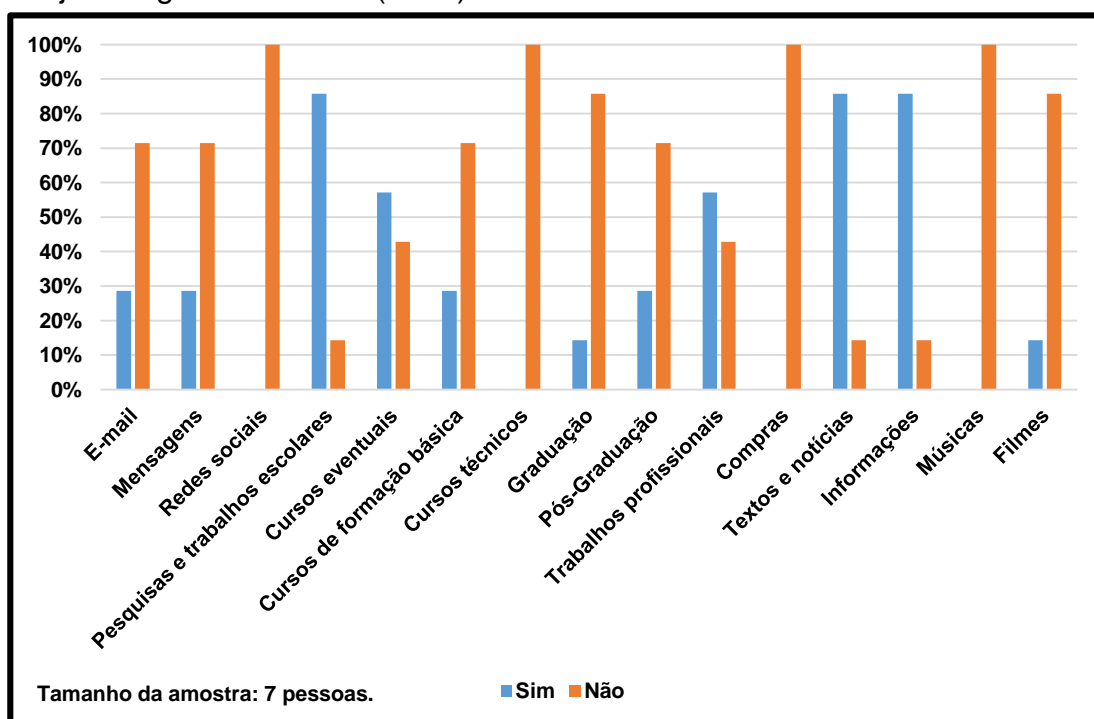


Fonte: Elaborado pelo Autor.

O questionário (Anexo I) aplicado permitiu avaliar a frequência de utilização da SAI pelos professores da EE Projeto Lagoa São Paulo. A consolidação dos dados apresentou que a maioria dos professores, 4 (57,1%), utilizam a sala ao menos uma vez por semana, enquanto 1 (14,3%) professor respondeu utilizar a sala diariamente, outro respondeu utilizar a sala ao menos 1 vez por mês e outro eventualmente. Dentre os entrevistados, não foi encontrado professor que tenha informado não utilizar esse espaço coletivo de inclusão digital.

A satisfação dos professores quanto aos serviços prestados pela SAI em suas aulas e na construção do conhecimento junto aos discentes pode ser visualizada através do Gráfico 28 e confirma a tendência de avaliação positiva, bem como demonstra a satisfação do corpo docente com os serviços prestados pela sala. Com 3 (42,9%) docentes considerando excelentes e 4 (57,1%) bons os serviços prestados, a sala é avaliada de forma positiva por todos os entrevistados. Para fechar os estudos realizados nesta escola, o Gráfico 30 (p. 150) consolida as respostas quanto aos principais serviços utilizados neste espaço de inclusão digital.

GRÁFICO 30 – Principais aplicações das TIC's pelos docentes na SAI da EE Projeto Lagoa São Paulo (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar o Gráfico 30 é possível observar que os serviços mais utilizados na SAI pelos professores são para realização de pesquisas e trabalhos escolares, leitura de textos e notícias online, e busca de informações (Google, por exemplo), com 6 (85,7%) de respostas afirmativas. Contrastando com isso, os serviços que não foram identificados como sendo utilizados na sala foram o acesso a redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, etc.), realização de compras online e ouvir/baixar músicas. Dos respondentes 4 (57,1%) informaram utilizar a SAI na realização de cursos eventuais online e de trabalhos profissionais, 2 (28,6%) para enviar e receber e-mail e/ou mensagens instantâneas (Messenger, Skype, WhatsApp, etc), na realização de cursos de formação básica (ensino fundamental e médio) e de pós graduação, ambos online; e apenas 1 (14,3%) informou utilizar na realização de curso superior (graduação) online e para assistir/baixar filmes.

#### 4.3.11 PA Haroldina

O interesse por estudar o PA Haroldina surgiu através de informações das comunidades assentadas em outras PA's e a informação encontrada no site do ACESSA SP de que ali haveria um posto de atendimento do programa. No dia 28 de março de 2014 foi realizado um primeiro trabalho de campo neste PA com o objetivo de confirmar a existência desta sala e o seu efetivo funcionamento.

A realização do trabalho de campo permitiu constatar *in loco* a existência de uma sala do Programa ACESSA SP em uma região conhecida como "Pé de Galinha". No entanto, como a chegada ao local foi em um horário que a sala já havia encerrado o seu expediente, só foi possível obter uma visão externa da sala, conforme retratado na Figura 31. O trabalho de campo permitiu identificar a existência da EE Fazenda São Bento que, assim como a EE Projeto Lagoa São Paulo, localizada na Agrovila III, em Caiuá, poderia também abrigar uma sala de informática, ampliando, assim, o interesse por pesquisar aquela comunidade.

FIGURA 31: Imagem externa da sala do ACESSA SP no PA Haroldina (28/03/2014).



Fonte: O autor.



a) EE Fazenda São Bento

No dia 25 de setembro de 2014 foi realizado um novo trabalho de campo com a finalidade específica de verificar a existência de iniciativas destinadas a inclusão digital da comunidade escolar na EE Fazenda São Bento. Na oportunidade a recepção foi prestada pela diretora da escola e foi possível evidenciar a existência de uma sala de informática, obtida através do programa ACESSA Escola, com 14 (quatorze) equipamentos operando normalmente. A Figura 32 proporciona uma visão panorâmica da sala com seus equipamentos e em pleno uso.

FIGURA 32 – Vista parcial da SAI na EE Fazenda São Bento (25/09/2014).



Fonte: O autor.

No dia 13 de maio de 2015 foi realizado um novo trabalho de campo com vistas a captar informações acerca da posse e utilização das TIC's pela EE Fazenda São Bento e seus colaboradores. A sala de informática de uso coletivo se apresenta relativamente bem estruturada e abriga atualmente 14 equipamentos, todos em bom estado de conservação, praticamente novos e operando

normalmente. Além destes equipamentos foram obtidas informações de que a escola possui mais 6 (seis) computadores e 2 (dois) notebooks, todos lotados em funções administrativas. A escola possui uma linha telefônica fixa, redes cabeada e *wi-fi* interligando os dispositivos das TIC's em uso, acesso à internet via rádio, 3 (três) televisores, 2 (duas) antenas parabólicas, 2 (dois) rádios e 2 (duas) máquinas fotográficas digitais. A Figura 33 ilustra o momento em que se realizava o trabalho de campo.

FIGURA 33 – Trabalho de campo na EE Fazenda São Bento (13/05/2015).

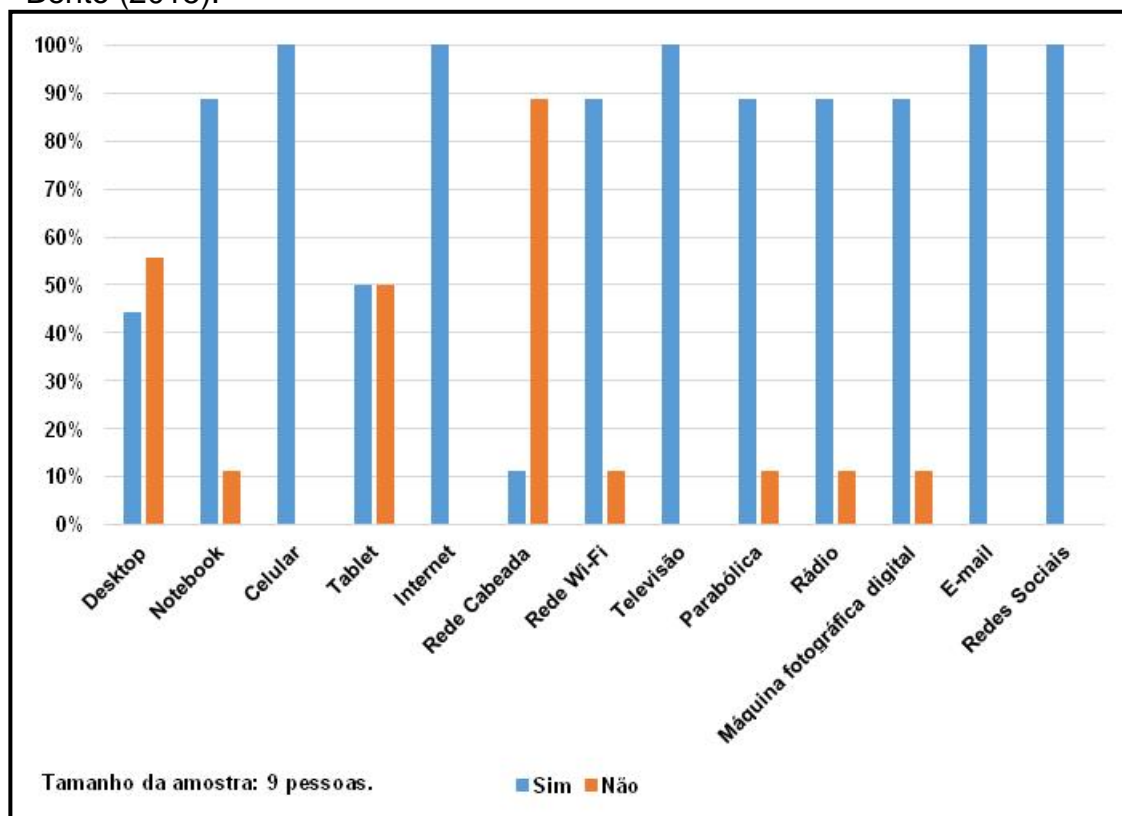


Fonte: O autor.

As TIC's são utilizadas na escola em aulas, pesquisas em geral e para preparo de aulas pelos professores. As principais dificuldades apontadas no uso das TIC's referem-se a falta de capacitação por parte de alguns professores e a demora na manutenção dos equipamentos. O trabalho de campo foi realizado com 9 (nove) professores do corpo docente desta escola, dos quais 3 (33,3%) são assentados e residem nos seus respectivos lotes, o que difere um pouco da realidade encontrada na EE Projeto Lagoa São Paulo da Agrovila III, em Caiuá. A pesquisa permitiu identificar que a totalidade dos professores participantes possuem, em seus

domicílios, telefone celular, acesso à internet, televisão, conta de e-mail e perfil nas redes sociais, em especial o Facebook. O Gráfico 31 apresenta os resultados consolidados da pesquisa junto ao corpo docente da EE Fazenda São Bento.

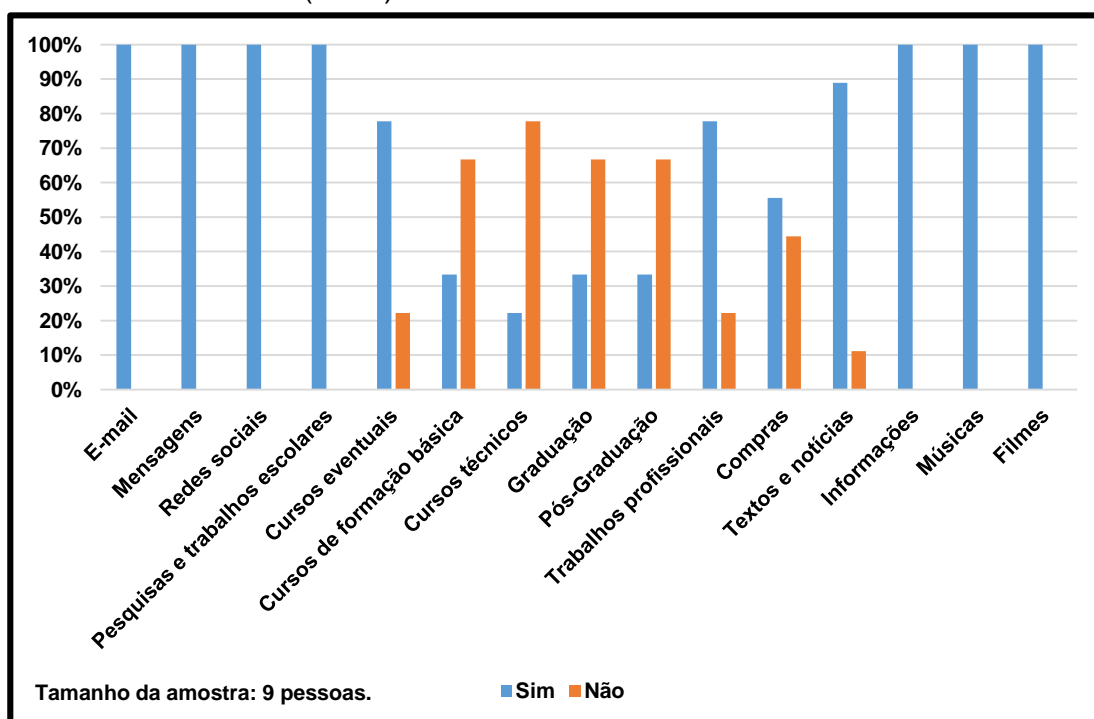
GRÁFICO 31 – Posse e uso das TIC's pelos docentes da EE Fazenda São Bento (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em maior ou em menor grau, todos os tipos de TIC's pesquisados estão em posse e são utilizados pelos docentes. A posse e uso de notebook, rede wi-fi, antena parabólica, rádio e máquina fotográfica digital foi confirmada por 8 (88,9%) dos entrevistados. No que se refere a computador do tipo *desktop* e *tablet*, 4 (44,4%) dos entrevistados responderam positivamente quanto a posse e uso destes dispositivos, sendo que um dos respondentes não apontou nada sobre a questão do *tablet*. Apenas 1 (11,1%) dos respondentes indicou possuir rede cabeada interligando seus dispositivos das TIC's. O alto grau de inclusão digital entre os docentes permitiu avançar em busca de identificar quais as principais finalidades para as quais são empregadas as TIC's, conforme ilustrado no Gráfico 32 (p. 155).

GRÁFICO 32 – Principais aplicações das TIC's entre os docentes da EE Fazenda São Bento (2015).



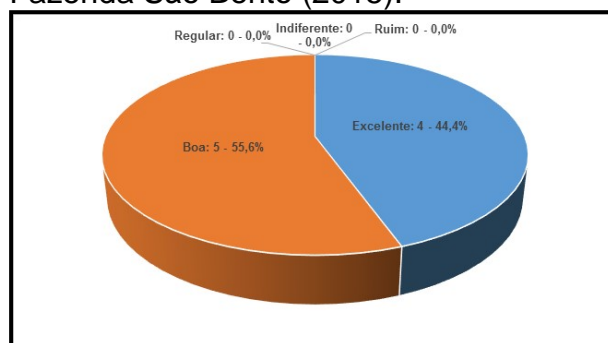
Fonte: Elaborado pelo autor.

A aplicação dos questionários (Anexos I e II) permitiu identificar que a totalidade dos docentes utiliza as TIC's para enviar e receber e-mail, enviar e receber mensagens instantâneas (Skype, Messenger, WhatsApp, etc.), acessar as redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, etc.), realizar pesquisas e trabalhos escolares, buscar informações (Google, por exemplo), ouvir e/ou baixar músicas, além de assistir e/ou baixar filmes. Dos respondentes, 8 (88,9%) indicaram utilizar as TIC's para leitura de textos e notícias online, 7 (77,8%) para realizar cursos eventuais online e para realização de trabalhos profissionais, 5 (55,6%) apontaram realizar compras online, 3 (33,3%) para realizar cursos de formação básica, graduação e pós graduação online, e apenas 2 (22,2%) apontaram utilizar as TIC's para realizar cursos técnicos online.

Por tratar-se de um grupo de docentes, cumpre destacar uso reduzido em atividades de formação continuada, principalmente em cursos técnicos, de graduação e/ou pós-graduação. O ideal é que esse tipo de aplicação apresentasse grande utilização no grupo, mas a realidade apresenta o acesso às redes sociais e o download de músicas e filmes estão entre as principais aplicações. Isso demonstra a importância que as TIC's podem vir a desempenhar na construção e disseminação

do conhecimento, bem como para ampliar as oportunidades e garantir a autonomia e protagonismo. No que se refere a Sala de Informática do Programa ACESSA Escola, disponível na EE Fazenda São Bento, 8 (88,9%) dos docentes a consideram muito importante e apenas 1 (11,1%) a consideram importante. O Gráfico 33 apresenta o resultado referente a avaliação quanto a localização da sala.

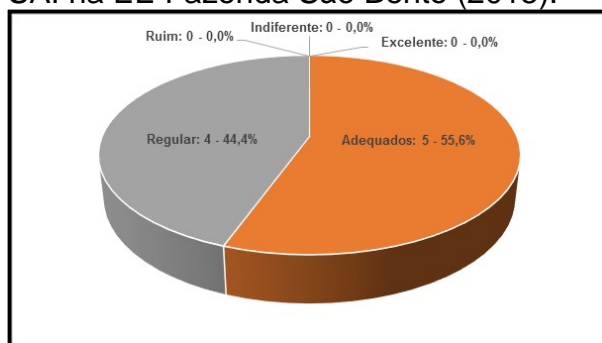
GRÁFICO 33 – Localização da SAI na EE Fazenda São Bento (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

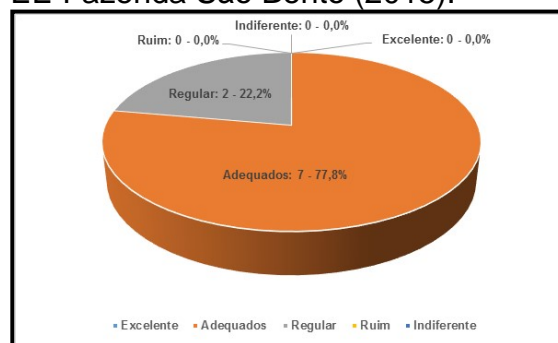
A localização da sala quanto a sua facilidade de acesso foi considerada excelente por 4 (44,4%) e boa por 5 (55,6%) dos respondentes. Além de avaliar a localização geográfica da sala quanto ao seu acesso, considerou-se pertinente pesquisar também como os docentes consideram as instalações físicas da sala, no que se refere ao espaço, ambiente e mobiliário. Os resultados captados por essa avaliação podem ser visualizados através dos Gráficos 34 e 35.

GRÁFICO 34 – Espaço e ambiente da SAI na EE Fazenda São Bento (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

GRÁFICO 35 – Mobiliário da SAI na EE Fazenda São Bento (2015).

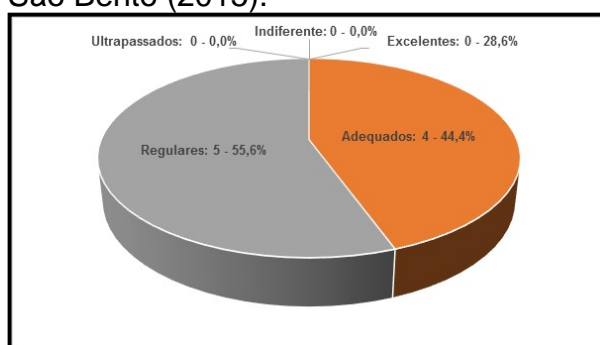


Fonte: Elaborado pelo Autor.

Os dados consolidados e representados através do Gráfico 34 permitem observar que 5 (55,6%) dos docentes entrevistados consideram o espaço e ambiente da sala como adequados, enquanto os outros 4 (44,4%) consideram como regular. Isso indica uma avaliação mediana para o espaço e ambiente da sala,

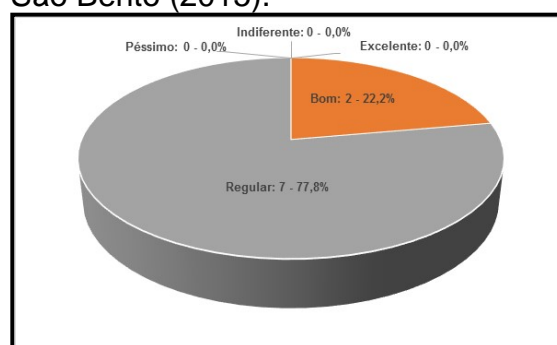
com uma leve tendência para uma avaliação mais positiva. No que tange ao mobiliário presente nas instalações físicas da Sala de Informática, o Gráfico 35 (p. 156) permite observar que 7 (77,8%) dos entrevistados o consideram adequado, enquanto que os outros 2 (22,2%) o consideram regular. Neste caso a sala foi avaliada positivamente pela grande maioria dos entrevistados, com a presença de uma leve tendência de baixa que levaria a avaliação do mobiliário para mediana. Os Gráficos 36 e 37 permitem visualizar o resultado obtido quando se buscou avaliar os equipamentos disponíveis, no que se refere a qualidade e ao funcionamento.

GRÁFICO 36 – Qualidade dos equipamentos da SAI na EE Fazenda São Bento (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

GRÁFICO 37 – Funcionamento dos equipamentos da SAI na EE Fazenda São Bento (2015).



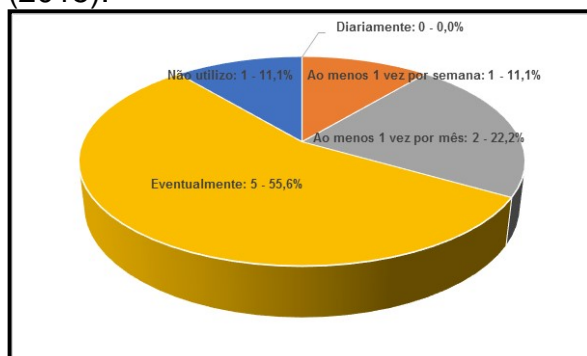
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Os dados consolidados e representados através do Gráfico 36 permitem observar que 5 (55,6%) dos docentes entrevistados consideram a qualidade dos equipamentos (computador e impressora) disponíveis na sala de informática como regulares, ou seja, atendem, mas já poderiam ser trocados, ao passo que os outros 4 (44,4%) a consideram como adequada, já em uso há algum tempo. Isso indica uma avaliação mediana para a qualidade dos equipamentos da sala, com uma leve tendência para uma avaliação negativa. É importante salientar que um dos respondentes apontou a inexistência de impressora na sala de informática.

A tendência de avaliação negativa dos equipamentos disponíveis na sala de informática da EE Fazenda São Bento foi reforçada quando se avaliou o seu funcionamento. Para 7 (77,8%) dos docentes pesquisados, o funcionamento dos equipamentos foi considerado regular, ou seja, as vezes tem equipamentos que não funcionam e demora para arrumar; enquanto apenas 2 (22,2%) consideraram o funcionamento bom, ou seja, as vezes acontece de algum equipamento não estar funcionando, mas é resolvido rápido. A aplicação do questionário (Anexo I)

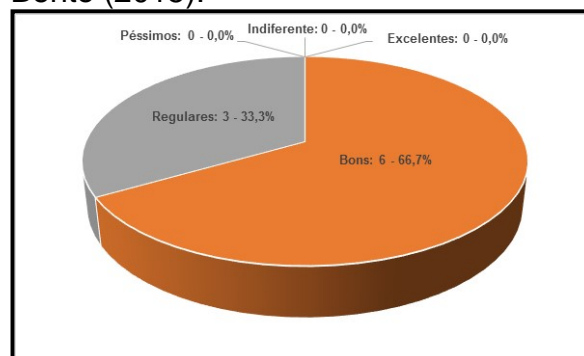
possibilitou também avaliar a frequência com que os docentes utilizam a sala e a satisfação destes quanto aos serviços prestados.

GRÁFICO 38 – Frequência de utilização da SAI na EE Fazenda São Bento (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

GRÁFICO 39 – Satisfação com os serviços da SAI na EE Fazenda São Bento (2015).



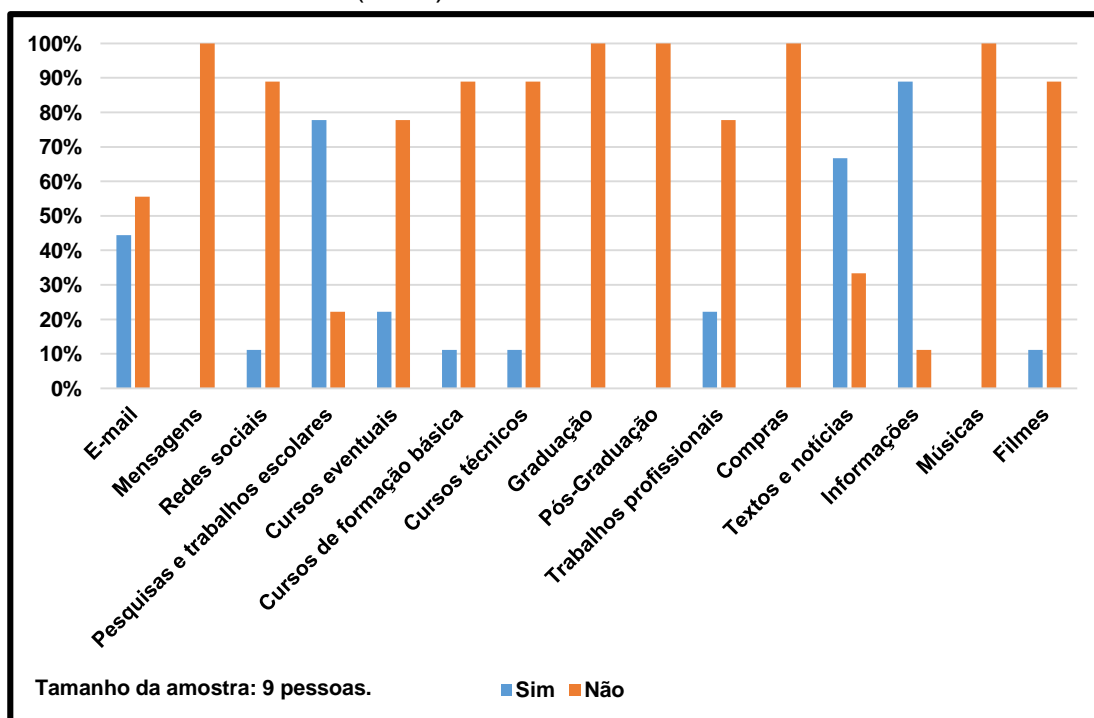
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Os dados consolidados e apresentados através do Gráfico 38 demonstram que 5 (55,6%) dos entrevistados afirmaram utilizar a sala apenas eventualmente, enquanto 2 (22,2%) informaram utilizar a sala ao menos uma vez por mês e 1 (11,1%) respondeu que utiliza a sala ao menos uma vez por semana e outro respondeu que não utiliza os serviços oferecidos pela sala. Nenhum dos respondentes utiliza a sala diariamente.

A consolidação dos dados referente a utilização da sala de informática da E. E. São Bento contrasta sobremaneira com os resultados aferidos na EE Projeto Lagoa São Paulo da Agrovila III, em Caiuá. Aqui a sala apresenta um nível de utilização bem menor, uma vez que mais de 50% dos docentes participantes da pesquisa utilizam a sala apenas eventualmente. Na Agrovila III mais de 50% dos docentes participantes utilizam a sala ao menos uma vez na semana, com a presença de um docente que utiliza a sala diariamente.

Os serviços prestados pela sala de informática foram avaliados por 6 (66,7%) dos entrevistados como sendo bons, enquanto 3 (33,3%) avaliaram como regulares. Cabe salientar que um docente que respondeu não utilizar a sala assinalou a sua satisfação quanto aos serviços por ela prestados como sendo regular, o que denota uma não conformidade no padrão de resposta. Após avaliarem a sala, os respondentes apontaram as principais finalidades para as quais são utilizados as TIC's disponíveis e os dados foram sumariados através do Gráfico 40 (p. 159).

GRÁFICO 40 – Principais aplicações das TIC's pelos professores na SAI da EE Fazenda São Bento (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os entrevistados apontaram não utilizar a sala para envio e recebimento de mensagens instantâneas (Skype, Messenger, WhatsApp, etc.), realizar cursos de graduação ou pós-graduação online, efetuar compras online e ouvir/baixar músicas. Das finalidades apontadas, 8 (88,9%) dos docentes apontaram utilizar a sala para buscar informações através do Google, por exemplo, 7 (77,8%) indicaram utilizar na realização de pesquisas e trabalhos escolares, 6 (66,7%) na leitura de textos e notícias online, 4 (44,4%) para enviar e receber e-mail, 2 (22,2%) para realizar cursos eventuais online e para realizar trabalhos profissionais, e 1 (11,1%) para acesso às redes sociais, realizar cursos de formação básica e técnicos online, bem como para assistir/baixar filmes e vídeos.

#### *b) Sala do Acesso São Paulo*

Após a primeira incursão na sala do Acesso SP ter se apresentado infrutífera, um novo trabalho de campo foi realizado no dia 17 de julho de 2014. A sala do Acesso SP foi solicitada através de uma parceria entre a Associação das Mulheres Assentadas (AMAS) e o ITESP, e encontra-se instalada em um prédio do ITESP. A sala foi implantada em 14 de julho de 2008 e entrou em operação em 30



de março de 2009. Inicialmente era um Centro de Democratização da Informática (CDI), somente com aulas de informática, e depois teve seus serviços expandidos.

A sala do ACESSA SP do PA Haroldina conta com o trabalho de duas monitoras que se revezam para manter a sala operando de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 16:00. As monitoras são integrantes da comunidade assentada, são remuneradas por uma empresa terceirizada e recebem capacitação anualmente. Estão disponíveis 6 (seis) computadores para os usuários, 1 (um) para administração pelas monitoras, além de uma rede *wi-fi* para uso com senha fornecida pela equipe. As Figuras 34 e 35 fornecem duas perspectivas internas da sala.

FIGURA 34 – Imagem interna da sala do ACESSA SP no PA Haroldina (17/07/2014).



Fonte: O autor.

FIGURA 35 – Monitoras da sala do ACESSA SP no PA Haroldina (17/07/2014).



Fonte: O autor.

Nesta sala são atendidos por volta de 30 pessoas/dia, oferecendo a possibilidade de acesso a serviços públicos e privados, realização de cursos à distância, bem como a prestação de serviços à comunidade, em especial para pessoas que não tem familiaridade com a informática. Para utilizar os serviços da sala a pessoa deve realizar um cadastro prévio, quando for a primeira vez, e preencher uma planilha de controle. Inicialmente a sessão era aberta por 30 minutos para cada usuário, no entanto a partir de 01 de julho de 2014 esse tempo foi expandido para 1 (uma) hora. Além da sala do ACESSA SP, foi constatada a existência de uma segunda sala de informática do programa ACESSA Escola, agora na EE Fazenda São Bento.

A população atendida por esta sala do ACESSA SP provém dos PA's Arco Íris, Canaã, Estrela Dalva, Haroldina, King Meat, Santa Cruz, Santa Polônia,

Santana e São Bento (I, II, III e IV). Para que fosse possível um contato direto com os sujeitos da pesquisa, foi necessário obter uma autorização do gestor da sala, o qual autorizou por e-mail, em 29 de julho de 2014, a realização de um novo trabalho de campo com essa finalidade específica.

O trabalho de campo foi realizado em duas partes, com intervalo aproximado de aproximado de 1 (uma) semana. A primeira parte foi realizada no dia 08 de maio de 2015 e possibilitou entrevistar apenas 2 (duas) pessoas. Na semana seguinte, mais precisamente no dia 13 de maio de 2015, uma nova incursão foi realizada e foi possível estabelecer contato com mais 4 (quatro) pessoas, perfazendo assim um total de 6 (seis) pessoas o tamanho da amostra obtida. Este trabalho de campo permitiu observar uma presença maciça dos jovens dentre aqueles que fazem uso da sala. As Figuras 36 e 37 ilustram momentos na realização deste trabalho de campo.

FIGURA 36 – Trabalho de campo na sala do ACESSA SP no PA Haroldina (13/05/2015).



Fonte: O autor.

FIGURA 37 – Trabalho de campo na sala do ACESSA SP no PA Haroldina (13/05/2015).

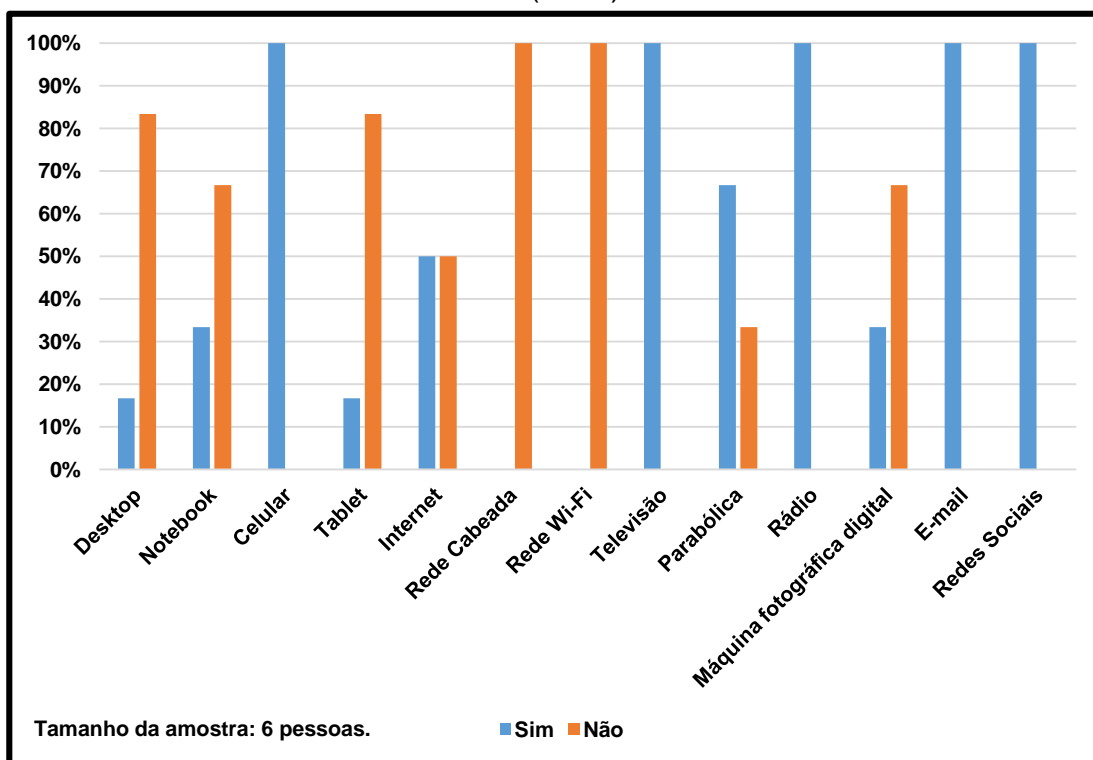


Fonte: O autor.

O Gráfico 41 (p. 162) apresenta as informações prestadas pelos participantes da pesquisa na sala do ACESSA SP do PA Haroldina. Como é possível observar a totalidade dos participantes possui telefone celular, televisão e rádio, bem como enviam e recebem email, além de possuir perfil nas redes sociais. A ausência de rede interligando os dispositivos, seja ela cabeada ou *wi-fi*, foi detectada em todos os domicílios. Antena parabólica é uma tecnologia encontrada em 4 (66,7%) dos domicílios e o acesso à internet é realizado em 3 (50,0%), segundo o padrão obtido através das entrevistas realizadas. No que se refere as tecnologias *notebook* e máquina fotográfica digital, 2 (33,3%) dos entrevistados afirmaram possuir, e 1

(16,7%) informou possuir computador do tipo *desktop* ou *tablet*. Uma das maiores reclamações apresentadas pelos entrevistados refere-se a ausência ou má qualidade do sinal de internet nos lotes onde residem.

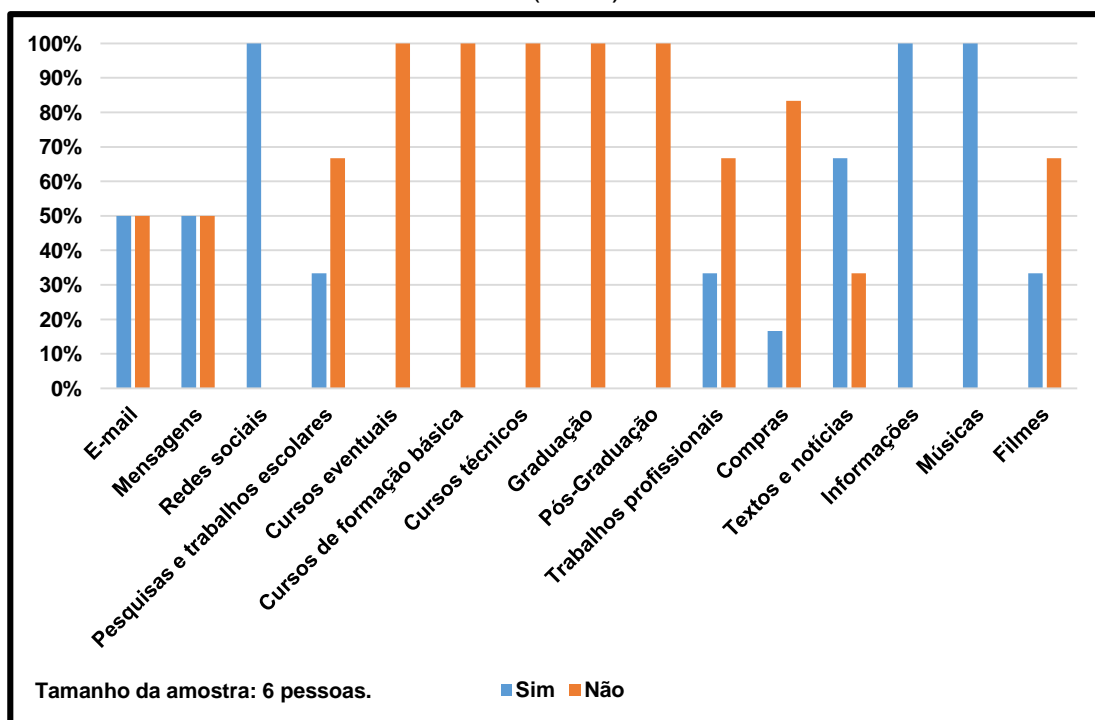
GRÁFICO 41 – Posse e uso das TIC's nos domicílios dos entrevistados na sala do Acessa SP no PA Haroldina (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

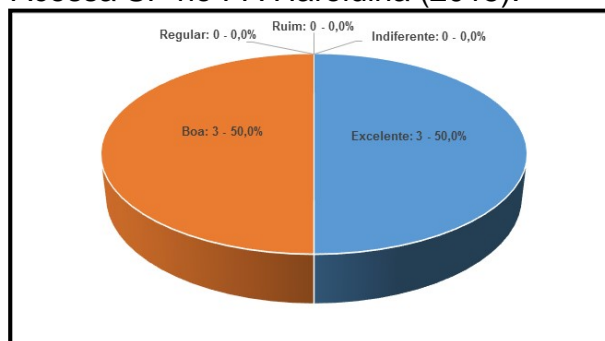
O Gráfico 42 (p. 163) apresenta as informações referentes as finalidades na utilização das TIC's. A totalidade dos participantes na pesquisa informou usar as TIC's em seus domicílios no acesso às redes sociais, na busca de informações (Google, por exemplo) e para ouvir/baixar músicas, bem como também todos informaram não utilizar para realizar cursos online, sejam eles eventuais, de formação básica (fundamental e médio), técnicos, graduação ou pós-graduação. A leitura de textos e notícias online foi apontada como uma das finalidades por 4 (66,7%) dos respondentes. O envio e recebimento de e-mail ou de mensagens instantâneas (Messenger, Skype, WhatsApp, etc.) foi confirmado por 3 (50,0%) dos participantes. A realização de pesquisas e trabalhos escolares ou profissionais, bem como assistir/baixar filmes, estão entre as finalidades apontadas por 2 (33,3%) dos respondentes. Apenas 1 (16,7%) dos participantes informou utilizar as TIC's em seu domicílio na realização de compras online. O Gráfico 43 (p. 163) apresenta o resultado da avaliação quanto a localização da sala do Acessa SP.

GRÁFICO 42 – Principais aplicações das TIC's entre os entrevistados na sala do ACESSA SP no PA Haroldina (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

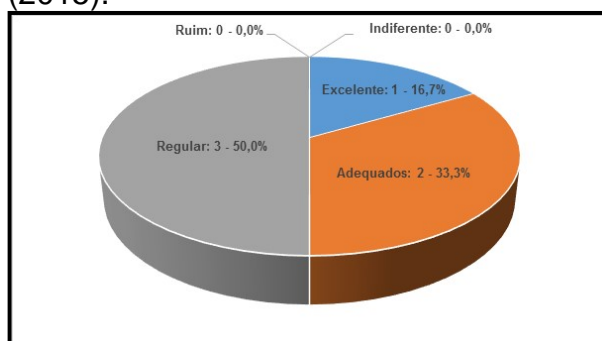
GRÁFICO 43 – Localização da sala do ACESSA SP no PA Haroldina (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor

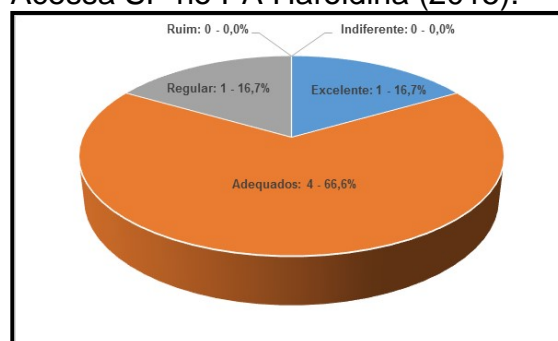
A localização da sala recebeu uma avaliação bastante positiva, uma vez que metade (3 – 50,0%) dos classificou-a como excelente e a outra metade como boa. É necessário ressaltar que a sala do ACESSA SP está localizada defronte a uma escola estadual e outra municipal, de uma Unidade Básica de Saúde do município, além de um prédio destinado a realização de reuniões da comunidade. Os Gráficos 44 e 45 (p. 164) apresentam os resultados quanto a avaliação das instalações físicas (espaço, ambiente e mobiliário) da sala.

GRÁFICO 44 – Espaço e ambiente da sala do Acessa SP no PA Haroldina (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

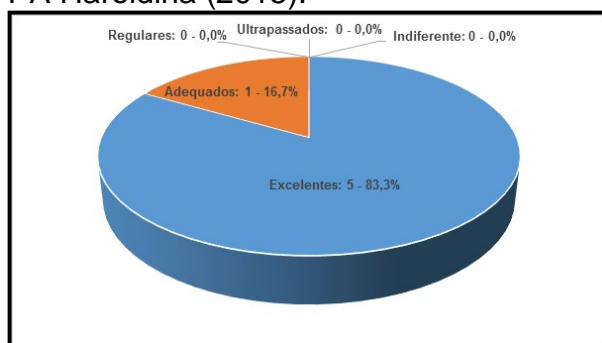
GRÁFICO 45 – Mobiliário da sala do Acessa SP no PA Haroldina (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

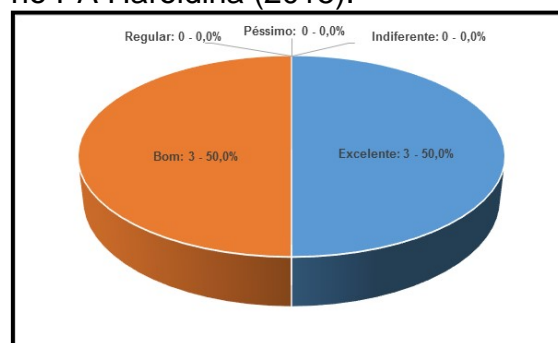
A avaliação das instalações físicas (espaço, ambiente e mobiliário) do Acessa SP no PA Haroldina apresenta um resultado equilibrado. O espaço e ambiente foi considerado excelente por 1 (16,7%) dos entrevistados, adequado por 2 (33,3%) e regular por 3 (50,0%). Já no que se refere ao mobiliário, a avaliação apresentou os seguintes resultados: 1 (16,7%) considerou excelente, 4 (66,6%) consideraram adequados e 1 (16,7%) regular. Os Gráficos 46 e 47 apresentam os resultados obtidos quando se avaliaram os equipamentos disponíveis na sala, quanto a sua qualidade e funcionamento.

GRÁFICO 46 – Qualidade dos equipamentos da sala do Acessa SP no PA Haroldina (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

GRÁFICO 47 – Funcionamento dos equipamentos da sala do Acessa SP no PA Haroldina (2015).

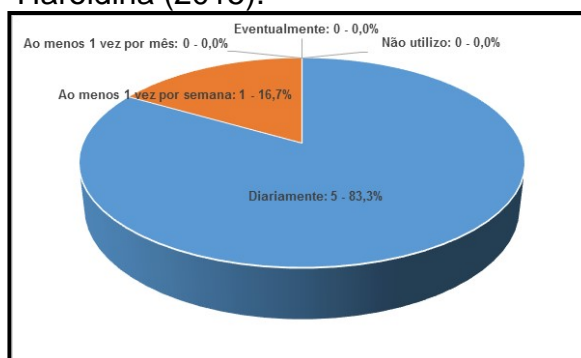


Fonte: Elaborado pelo Autor.

A qualidade dos equipamentos foi considerada excelente (novos) por 5 (83,3%) dos entrevistados e apenas 1 (16,7%) considerou a qualidade adequada. No que se refere ao funcionamento dos equipamentos os respondentes dividiram-se em dois grandes grupos: 3 (50,0%), a primeira metade, avaliou o funcionamento dos equipamentos como excelente, ou seja, sempre disponíveis quando preciso. A outra metade avaliou como bom, ou seja, as vezes acontece de algum equipamento não

estar funcionando, mas é resolvido rápido. É importante ressaltar que no dia 08 de maio de 2015 a impressora estava inoperante por falta de toner e no dia 13 de maio de 2015, uma semana depois, a situação persistia. O Gráfico 48 apresenta os resultados quando se buscou avaliar a frequência de utilização da sala do ACESSA SP.

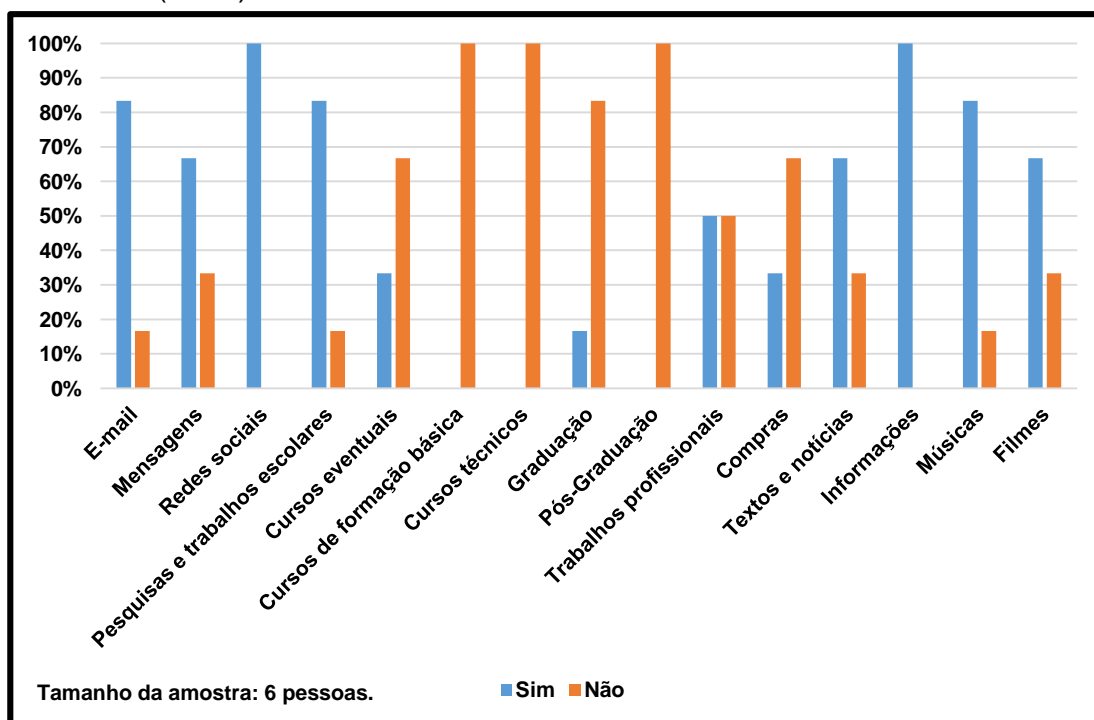
**GRÁFICO 48 – Frequência de utilização da sala do ACESSA SP no PA Haroldina (2015).**



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O Gráfico 48 permite observar que 5 (83,3%) dos entrevistados afirmaram utilizar a sala diariamente, enquanto apenas 1 (16,7%) utiliza a sala ao menos 1 (uma) vez por semana. Ou seja, pela amostra obtida, a sala realmente apresenta uma alta taxa de utilização. No que se refere a satisfação quanto aos serviços prestados pela sala do ACESSA SP, a totalidade dos respondentes os consideraram como excelentes. Para concluir as análises realizadas na sala do ACESSA SP do PA Haroldina, o Gráfico 49 (p. 166) apresenta o resultado da pesquisa quando se buscou identificar as principais finalidades apontadas pelos usuários.

GRÁFICO 49 – Principais aplicações das TIC's na sala do ACESSA SP no PA Haroldina (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

A totalidade dos respondentes informou utilizar as TIC's disponíveis no posto do ACESSA SP para acessar as redes sociais e para buscar informações através do Google, por exemplo. Além disso, todos informaram também que não utilizam a estrutura do local para realizar cursos de formação básica (fundamental e médio), técnicos ou de pós-graduação. As finalidades envio e recebimento de e-mail, realização de pesquisas e trabalhos escolares, e ouvir/baixar músicas foram apontadas por 5 (83,3%) dos participantes. Envio de mensagens instantâneas (Messenger, Skype, WhatsApp, etc.), leitura de textos e notícias online, e assistir/baixar filmes estão entre as finalidades consideradas por 4 (66,7%) dos entrevistados. A realização de trabalhos profissionais foi confirmada por 3 (50,0%), ao passo que realizar cursos eventuais e compras online estão entre as finalidades para 2 (33,3%), e a frequentar curso de graduação online foi apontada por 1 (16,7%) dos respondentes.

#### 4.3.12 PA Malu

O interesse pelo posto do Programa ACESSA SP no PA Malu surgiu quando da realização do trabalho de campo nos PA's Santa Angelina, Santa Rita III

e Vista Alegre no dia 29 de abril 2015. Na oportunidade, devido a não disponibilidade de tempo hábil para coleta das informações, decidiu-se pela realização de um novo trabalho de campo com a finalidade de conhecer as especificidades desta sala.

Na semana seguinte, no dia 05 de maio de 2015, foi realizado um trabalho de campo para confirmar a existência da sala do Acessa SP no PA Malu, algo que já havia sido apontado no relatório consolidado do programa referente a 2013 como um posto em implantação. As Figuras 38, 39, 40 e 41 fornecem uma perspectiva da realidade encontrada e do estágio em que se encontra a implantação da sala do Acessa SP.

FIGURA 38 – Placa de reforma do local destinado à instalação de sala do Acessa SP no PA Malu (05/05/2015).



Fonte: O autor.

FIGURA 39 – Imagem externa do local destinado à instalação de sala do Acessa SP no PA Malu (05/05/2015).



Fonte: O autor.

FIGURA 40 – Imagem interna do local destinado à instalação de sala do Acessa SP no PA Malu (05/05/2015).



Fonte: O autor.

FIGURA 41 – Antena para interligação via satélite da sala do Acessa SP no PA Malu (05/05/2015).



Fonte: O autor.

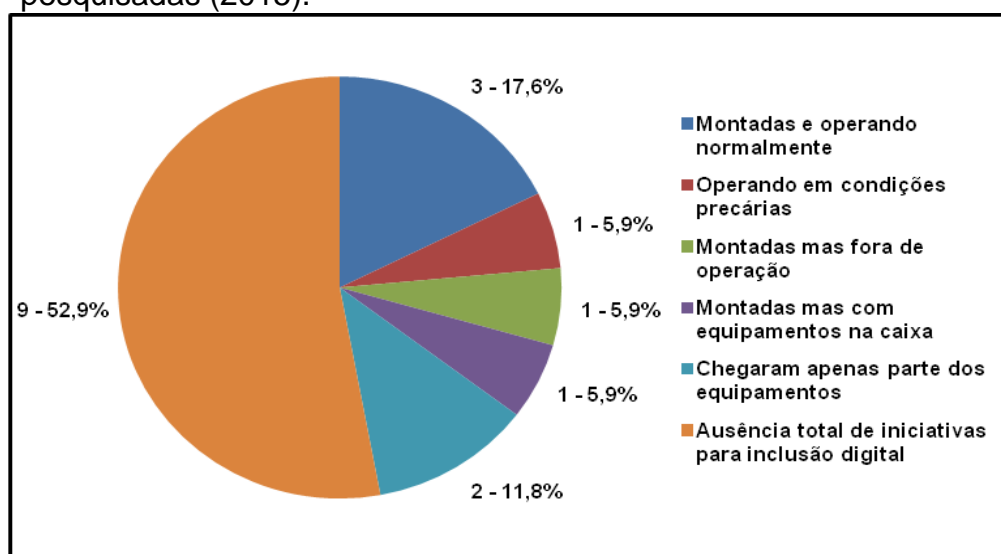


A realidade encontrada no PA Malu guarda relativa similaridade com a vivenciada nos PA's Santa Angelina e São Paulo, onde fica evidente o descaso para com as comunidades rurais e o desperdício de dinheiro público. Além disso, esse é mais um caso de posto do programa Acessa SP em implantação que não se confirma ao se confrontar a realidade, como é o caso dos PA's Rodeio e São Paulo. Ou seja, dos 15 (quinze) supostamente existentes postos do Acessa SP em implantação, conforme relatório consolidado do programa em 2013, 3 (três) não se confirmaram.

#### 4.3.13 Resultados Consolidados dos Trabalhos de Campo

Os trabalhos de campo realizados no período compreendido entre o 2º semestre de 2013 e 1º semestre de 2015 permitiram capturar imagens e momentos de uma realidade dinâmica e em constante transformação. Entretanto, o quadro de exclusão digital pelo qual passa o campesinato da Região do Pontal do Paranapanema tem se mantido inalterado, ou com indícios de agravamento. Doravante serão apresentados os resultados consolidados e referentes aos diversos trabalhos de campo realizados. O Gráfico 50 apresenta a consolidação dos dados referentes a existência de espaços destinados a inclusão digital nos assentamentos e comunidades pesquisadas.

GRÁFICO 50 – Salas de informática nos PA's e comunidades pesquisadas (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 50 (p. 168) permite observar a existência de apenas 3 (17,6%) salas de informática que foram montadas e encontram-se operando normalmente nos 16 (dezesesseis) PA's e comunidades pesquisadas. Dessas, 2 (duas) estão localizadas no PA Haroldina e 1 (uma) na Agrovila III, ou seja, na realidade apenas duas comunidades estão contempladas com ações efetivas. Além disso, 2 (duas) são do programa paulista ACESSA Escola e, portanto, encontram-se instaladas em escolas e são para uso restrito da comunidade escolar. Ou seja, de acesso livre a qualquer integrante da comunidade e em boas condições de funcionamento tem-se apenas 1 (uma). Mesmo somando-se a esses mais 1 (uma) sala funcionando em condições extremamente precárias, a do PA Porto Velho, ainda é muito pouco, pois da massa pesquisada permanecem ainda 12 (75%) sem uma ação efetiva para inclusão digital.

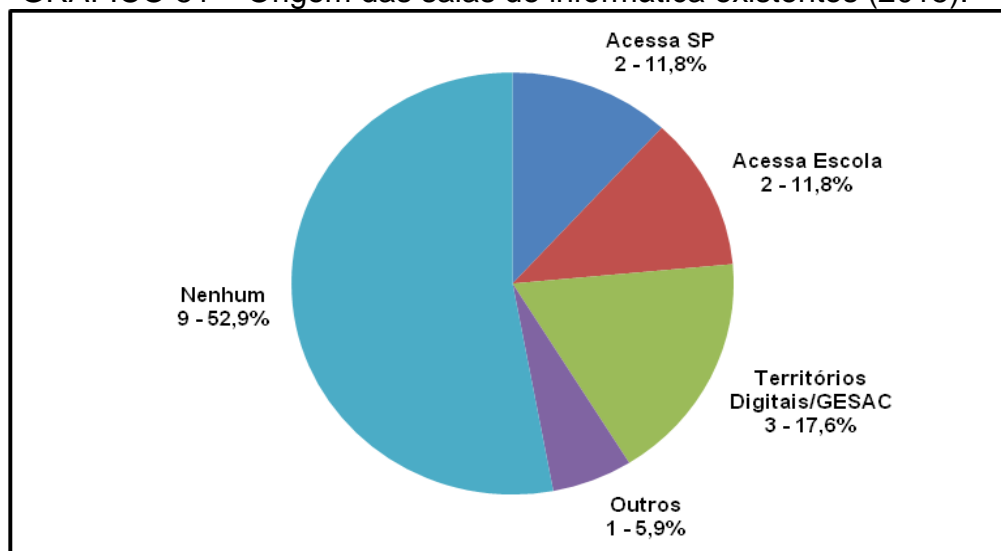
Como sala montada mas com equipamentos na caixa foi classificada a sala destinada a incluir digitalmente as comunidades dos PA's Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre. No local foi encontrada uma sala com parte da infraestrutura pronta e todos os equipamentos necessários à operacionalização ainda em suas embalagens originais. Os relatos indicam uma falta de critérios técnicos claros para montagem das salas tem levado a orientações e solicitações conflitantes e divergentes conforme o profissional que vai vistoriar a sala. Além disso, a contrapartida do município, exigência do projeto Territórios Digitais, quando ocorre, se dá mediante muita luta e insistência. Apesar de já decorridos 5 (cinco) anos o município de Caiuá/SP ainda não cumpriu integralmente com a contrapartida necessária a operacionalização da sala.

Como sala onde chegaram apenas dos equipamentos tem-se o espaço destinado a inclusão digital da comunidade assentada no PA São Paulo. Originária também do projeto Territórios Digitais, na sala encontra-se apenas mesas, cadeiras e os equipamentos destinados a comunicação via satélite. Informações colhidas junto a comunidade indicam que os computadores, impressoras e outros equipamentos destinados à sala foram desviados pelo município, o que teria levado a um processo que estaria correndo em segredo de justiça. No entanto, não foi possível confirmar tais informações e, tampouco, acesso a documentos que corroborem tal alegação.

Além disso, a busca por informações *online* e os trabalhos de campo permitiram observar também a presença da disputa entre programas estaduais e

federais, com sobreposição de promessas que não se concretizam por parte de nenhum dos atores governamentais. O Gráfico 51 apresenta a origem dos espaços de inclusão digital encontrados nos PA's e comunidades pesquisadas.

GRÁFICO 51 – Origem das salas de informática existentes (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos espaços considerados na pesquisa existe apenas 1 (uma) sala do programa Acesso SP e 2 (duas) do programa Acesso Escola, ambos do Governo do Estado de São Paulo. Estas salas, apesar de alguns problemas, funcionam normalmente. No que se refere aos programas federais Territórios Digitais e GESAC, existe uma sala funcionando em condições extremamente precárias, com equipamentos totalmente obsoletos, e duas iniciativas ainda não totalmente implementadas. Existe também uma iniciativa desenvolvida entre a APPR local e o Banco do Brasil que funcionou durante um tempo e agora aguarda a transferência para um espaço sob responsabilidade do poder público municipal.

Das 15 supostas salas do Programa Acesso SP em implantação na Região do Pontal do Paranapanema, sinalizadas no relatório consolidado do programa em 2013 e que já não constavam nos relatórios de 2014 e março de 2015, 3 (20%) referem-se a PA's contemplados neste trabalho, quais sejam: Malu, Rodeio e São Paulo. Destes, apenas o PA Malu apresenta uma iniciativa incipiente para reforma de um prédio com essa finalidade, quanto aos demais permanece apenas a promessa.

Se todos os postos ditos em implantação fossem de fato concretizados, seriam 21 (vinte e um) postos no total e que atenderiam a 20 (vinte) PA's. Ao se

considerar o número de 114 (cento e quatorze) PA's localizados na região oeste do Estado de São Paulo, seria atingida a marca aproximada de 20% dos PA's com um posto do programa ACESSA São Paulo. É importante salientar que todos estes 21 (vinte e um) postos do programa ACESSA SP estão ou estariam instalados em PA's classificados como estaduais. A constatação de que os programas para inclusão digital promovidos pelo governo do Estado de São Paulo não contemplam os PA's classificados como federais demonstra seu limite em termos de abrangência. Apesar de Estado e União cooperarem na assistência rural, mediante convênio entre ITESP e INCRA, tudo indica não haver uma cooperação no sentido de promover a inclusão digital.

No que se refere ao projeto Territórios Digitais e ao GESAC, dos 5 (cinco) pontos de presença apontados oficialmente, 2 (40%) estariam em PA's contemplados neste trabalho, quais sejam: Porto Velho e São Paulo. Foi identificada a existência, ainda que em condições de total precariedade, de uma sala no PA Porto Velho e uma iniciativa frustrada no PA São Paulo, onde chegou apenas o mobiliário e a antena para acesso via satélite.

Na tentativa de identificar alguma ação bem sucedida do projeto Territórios Digitais, embora não estivessem contemplados no escopo da pesquisa, foram realizados dois trabalhos de campo no Estado do Mato Grosso do Sul, mais especificamente nos PA's Montana e Santa Clara, ambos no município de Bataguassu. Esses dois PA's foram escolhidos pela proximidade geográfica e pelas informações obtidas antecipadamente de que ali haveriam salas digitais.

O trabalho de campo no PA Montana permitiu identificar a existência de duas salas digitais, uma do projeto Ponto de Cultura (Figura 42, p. 173), funcionando normalmente, e outra do projeto Territórios Digitais (Figura 43, p. 173), totalmente montada mas fora de operação. O trabalho de campo no PA Santa Clara permitiu identificar a existência de uma sala também do projeto Territórios Digitais, também montada e fora de operação (Figura 44, p. 173). Os dois trabalhos de campo permitiram constatar que, apesar de estarem em um estágio mais avançado, montadas há um tempo considerável, seguindo a tendência identificada na Região do Pontal do Paranapanema, as salas do projeto Territórios Digitais enfrentam o mesmo problema. O Gráfico 52 (p. 173) apresenta os números referentes a posse e uso das TIC's considerando a totalidade dos participantes da pesquisa.

FIGURA 42 – Sala do Ponto de Cultura no PA Montana (28/02/2014).



Fonte: O autor.

FIGURA 43 – Sala do Projeto Territórios Digitais no PA Montana (28/02/2014).



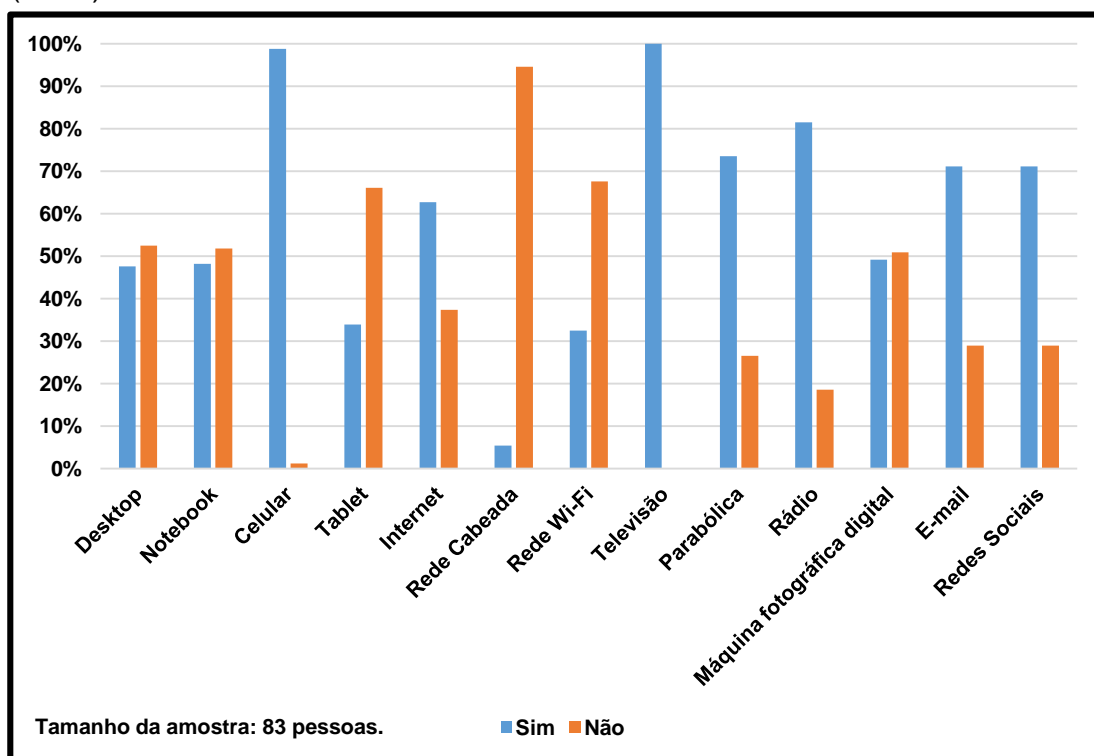
Fonte: O autor.

FIGURA 44 - Sala do Projeto Territórios Digitais no PA Santa Clara (07/03/2014).



Fonte: O Autor.

GRÁFICO 52 – Posse e uso das TIC's nos domicílios do campesinato (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram 84 (oitenta e quatro) questionários (Anexo I) aplicados, sendo que 1 (um) deles foi descartado por problemas no preenchimento que impediram a sua utilização, perfazendo, assim, um total de 83 (oitenta e três) questionários considerados. A totalidade dos entrevistados confirmou a existência em seu domicílio de ao menos 1 (um) aparelho de televisão, sendo que a média de televisões foi de 1,8 por domicílio. No que se refere a aparelho de celular, apenas 1 (um) dos entrevistados informou não possuir, o que resulta na presença do telefone celular em 98,8% dos domicílios pesquisados e com uma média de 2,9 aparelhos por domicílio.

No entanto, a realidade vivenciada nos trabalhos de campo permitiu observar que possuir um aparelho de telefone celular é uma coisa, conseguir utilizá-lo para realizar ligações, enviar mensagens ou acessar a internet, por exemplo, é outra totalmente diferente. O sinal, quando existe, é extremamente precário e restringe o uso efetivo da tecnologia. Não é raro ter que ficar procurando um local onde seja possível comunicar-se, locais esses os mais inusitados: em cima da casa, sobre um palanque de cerca específico, pegar o carro e andar alguns quilômetros até o ponto mais alto da propriedade, etc. Além destas TIC's, a antena parabólica

está presente em 61 (73,5%) domicílios, o envio/recebimento de e-mail e o acesso às redes sociais estão presentes em 59 (71,1%), o acesso à internet diretamente do domicílio em 52 (62,7%) casos e a presença de *notebook* se faz em 40 (48,2%) residências.

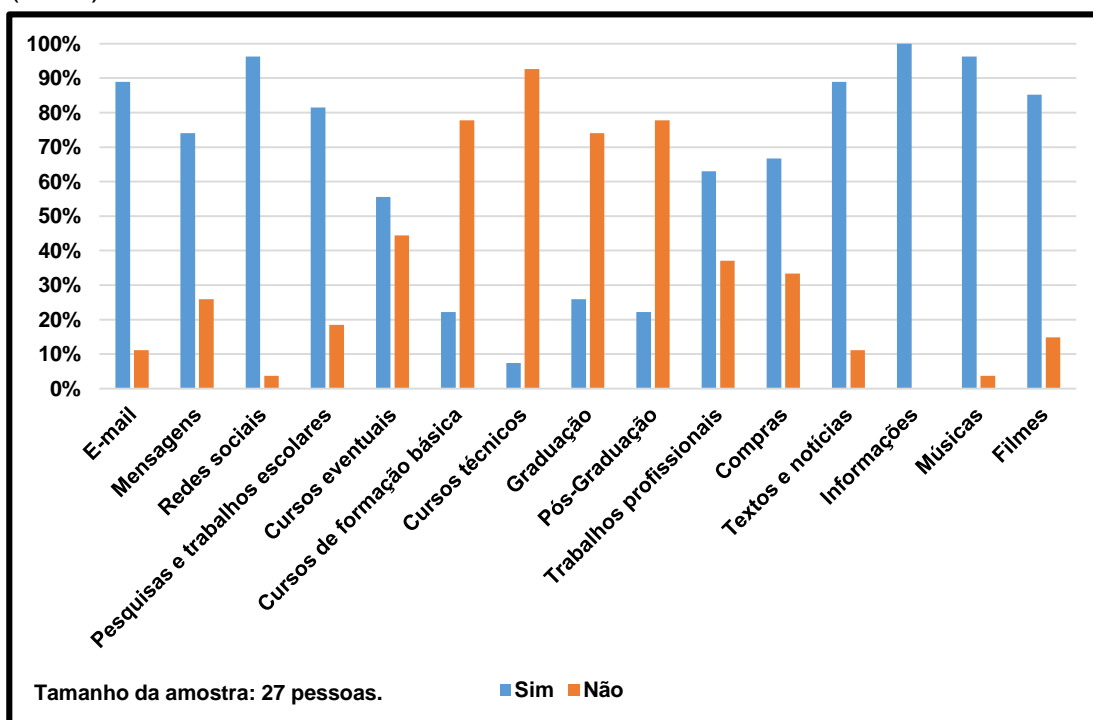
Apenas 82 (oitenta e duas pessoas) responderam à pergunta sobre a existência de computador do tipo *desktop* em seus domicílios, dos quais 39 (47,6%) confirmaram a presença desta tecnologia. A informação sobre a presença ou não de rádio em sua residência foi respondida por 81 (oitenta e um) dos entrevistados e confirmada por 66 (81,5%) deles. A questão referente a presença de rede, seja ela cabeada ou *wi-fi*, interligando as TIC's em seus domicílios foram respondidas por 74 (setenta e quatro) indivíduos, sendo que 24 (32,4) assinalaram positivamente para rede *wi-fi* e somente 4 (5,4%) para rede cabeada. As questões relacionadas a posse e uso de máquina fotográfica digital e *tablet* foi respondida por 59 (cinquenta e nove) entrevistados. Destes, 29 (49,2%) confirmaram a existência de máquina fotográfica digital e 20 (33,9%) afirmaram ter *tablet*.

Do universo de 83 (oitenta e três) pessoas pesquisadas, apenas 27 (vinte e sete) delas, ou seja, 32,5%, estão presentes em comunidades onde há um espaço coletivo de inclusão digital. Esta é a massa de pessoas que permitiu o aprofundamento no estudo e que foi considerado na elaboração das análises que se seguem. O Gráfico 53 (p. 175) apresenta os resultados referentes às principais aplicações a que essas tecnologias no caso do campesinato da Região do Pontal do Paranapanema.

Quanto às finalidades atribuídas pelo campesinato da região às TIC's, em maior ou menor grau, todas as finalidades pesquisadas são utilizadas. Obteve-se um consenso entre os participantes apenas no que se refere a utilização destas tecnologias na busca por informações através, por exemplo, do Google. O acesso às redes sociais e ouvir/baixar músicas vem em segundo lugar com 26 (96,3%), envio/recebimento de e-mail e leitura de textos e notícias online na terceira posição com 24 (88,9%) dos entrevistados. As finalidades relacionadas a educação e capacitação online são as menos utilizadas. A realização de cursos online obteve os seguintes números: a) eventuais – 15 (55,6%); b) graduação – 7 (25,9%); c) formação básica (fundamental e médio) – 6 (22,2%); d) pós-graduação – 6 (22,2%); e e) técnicos – 2 (7,4%). Os Gráficos 54 e 55 (p. 175) apresentam os resultados da avaliação quanto a localização e as instalações físicas (espaço, ambiente e

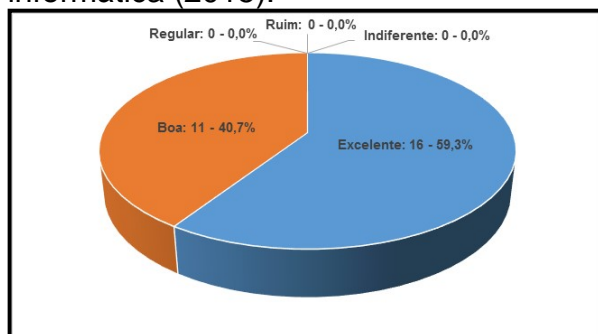
mobiliário) dos espaços coletivos de inclusão digital existentes na Região do Pontal do Paranapanema e contemplados nesta pesquisa.

GRÁFICO 53 – Principais aplicações dadas pelo campesinato às TIC's (2015).



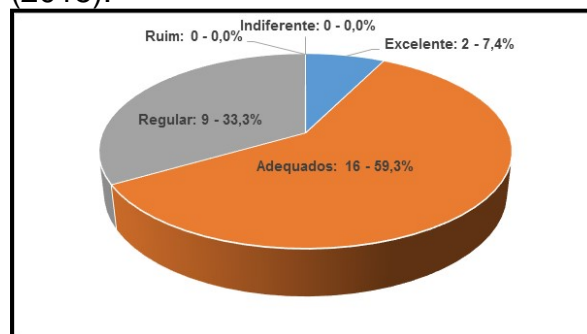
Fonte: Elaborado pelo autor.

GRÁFICO 54 – Localização das salas de informática (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

GRÁFICO 55 – Espaço, ambiente e mobiliário das salas de informática (2015).



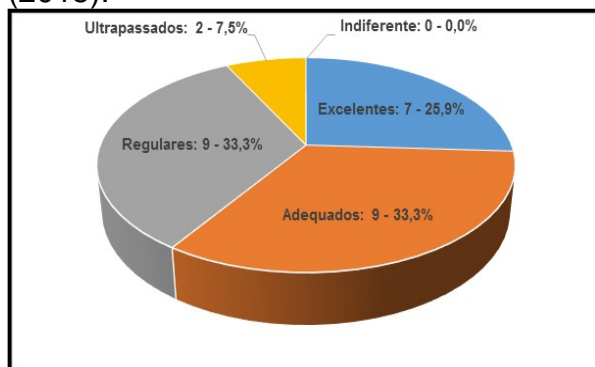
Fonte: Elaborado pelo Autor.

As informações apresentadas possibilitam afirmar que a localização geográfica, quanto a facilidade de acesso, dos espaços coletivos destinados a promoção da inclusão digital receberam uma avaliação bastante positiva, uma vez que foram avaliados como excelente por 59,3% dos entrevistados e como boa por 40,7%. A localização atual desses espaços pode ser considerada como ponto forte e favorável ao seu bom aproveitamento. No que se refere as instalações físicas, ou



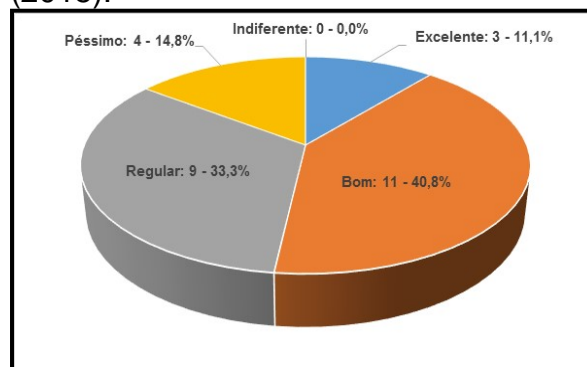
seja, espaço, ambiente e mobiliário, 66,7% dos entrevistados avaliaram positivamente (excelentes ou adequados) e 33,3% como regulares. Os Gráficos 56 e 57 apresentam os resultados consolidados acerca da avaliação recebida pelos equipamentos disponíveis nas salas, quanto a sua qualidade e funcionamento.

GRÁFICO 56 – Qualidade dos equipamentos das salas de informática (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

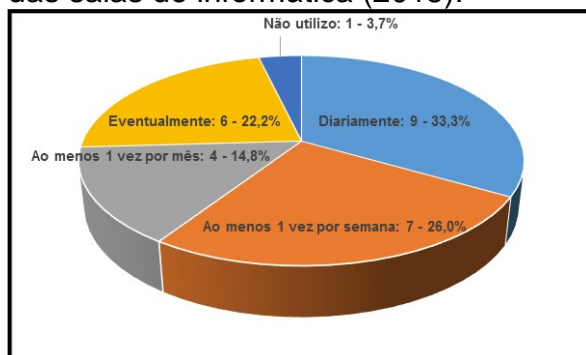
Gráfico 57 – Funcionamento dos equipamentos das salas de informática (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

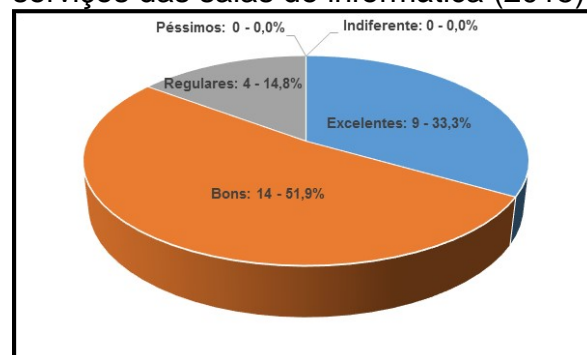
A avaliação positiva obtida até então pelos espaços coletivos de inclusão digital começa a ser quebrada quando são avaliados os equipamentos disponíveis. Ao se considerar excelente e adequado/bom como positivo, e regular e ultrapassado/péssimo como negativo, é possível observar um relativo equilíbrio, ou seja, uma avaliação média em ambos os casos. A qualidade dos equipamentos foi considerada positiva (excelentes/adequados) por 59,2% dos entrevistados e negativamente (regulares/ultrapassados) por 40,8%. Por sua vez, o funcionamento desses equipamentos foi avaliado positivamente (excelente/bom) por 51,9% dos respondentes e negativamente (regular/péssimo) por 48,1%. Os Gráficos 58 e 59 (p. 177) apresentam os resultados referentes a frequência de utilização e satisfação quanto aos serviços prestados pelos espaços coletivos destinados a promoção da inclusão digital.

GRÁFICO 58 – Frequência de utilização das salas de informática (2015).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

GRÁFICO 59 – Satisfação com os serviços das salas de informática (2015).



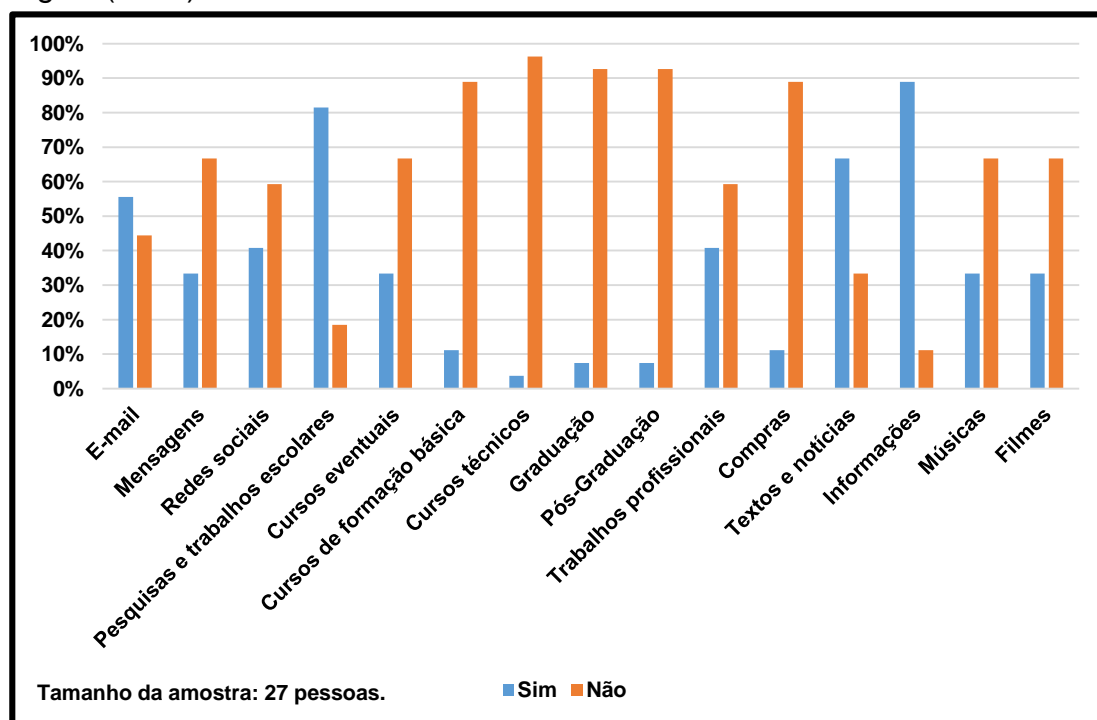
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Dos 27 (vinte e sete) entrevistados em áreas onde existe um espaço coletivo destinado a inclusão digital, 59,3% utilizam o espaço frequentemente, sendo que 33,3% afirmaram utilizar diariamente e 26,0% ao menos uma vez por semana. Houve apenas 1 (3,7%) pessoa que informou não utilizar esse espaço. No que se refere a satisfação com os serviços prestados, 85,2% dos entrevistados avaliaram positivamente, sendo que 33,3% deles avaliaram como excelentes e 51,9% como bons. É importante destacar que onde existem esses espaços coletivos destinados a promoção da inclusão digital, a frequência de jovens e adolescentes é muito grande e com certeza favorece na fixação dessas pessoas no campo. Para concluir as análises referentes a esses espaços, o Gráfico 60 (p. 178) apresenta, dentre as finalidades pesquisadas, aquelas para as quais os sujeitos da pesquisa informaram empregar as TIC's ali disponíveis.

Não houve consenso em nenhuma das finalidades pesquisadas, embora todas elas, em maior ou menor grau, são confirmadas entre os participantes da pesquisa. A busca por informações através do Google, por exemplo, embora não tenha obtido a totalidade dos entrevistados, é a primeira colocada com 24 (88,9%). Em seguida vem a utilização para realizar pesquisas e trabalhos escolares, com 22 (81,5%), e em terceiro lugar leitura de textos e notícias online, com 18 (66,7%). Seguindo a tendência identificada quando se pesquisou a utilização nos domicílios, as finalidades ligadas a educação e capacitação estão entre as finalidades menos pontuadas na pesquisa, embora não sejam absolutas como aconteceu nas residências. As finalidades para as quais esses espaços são menos utilizados referem-se a compras online e realização de cursos de formação básica (fundamental e médio) com 3 (11,1%), realização de cursos de graduação ou pós-

graduação online com 2 (7,4%) e realização de cursos técnicos com apenas 1 (3,7%).

GRÁFICO 60 – Principais aplicações das TIC's nos espaços de inclusão digital (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas indicam que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, propiciado pela Revolução Industrial (1ª e 2ª) e mais recentemente pela Revolução Tecnológica, não foi capaz de levar seus benefícios a todos os estratos sociais. Pelo contrário, ele tem gerado profundas assimetrias e acirrado a luta de classes. Essas desigualdades se veem agravadas a partir do momento em que o individualismo engendrado pelo atual sistema capitalista leva a minoria privilegiada a lutar para manter e ampliar seus privilégios, enquanto o maior contingente populacional luta por liberdade e melhores condições de vida e de trabalho.

Isso conduziu a um modelo de desenvolvimento altamente predatório e destruidor dos recursos naturais e das relações sociais, que está colocando em risco, inclusive, a sobrevivência da espécie humana. Para fazer frente a pobreza e exclusão gerada pelo atual sistema de produção capitalista, são sinalizadas algumas alternativas que podem conduzir a um modelo de desenvolvimento integral e centrado no ser humano. Para ser considerado integral, esse modelo de desenvolvimento deve estar comprometido com a promoção da educação, saúde, bem-estar, preservação do meio-ambiente e reforma agrária. Deve ser capaz de criar, resgatar e/ou ampliar as liberdades de participação social.

A ocupação da Região do Pontal do Paranapanema é marcada por disputas, conflitos, violência contra as pessoas e uma estrutura fundiária altamente concentrada. A histórica disputa por terras nessa região tem sua origem em um processo de ocupação desordenado, sem planejamento, baseado na propriedade da terra e no avanço do capital, no início através da agricultura. Com a ocupação por volta de 1920, a região apresentou grande crescimento econômico até meados do século XX, vindo, a partir daí, a experimentar períodos de instabilidade e de ascensão-depressão, motivado pelo ingresso e fuga de capitais exógenos, o que tem conduzido a um baixo dinamismo regional.

Ao capital interessa apropriar-se de todos os recursos existentes e, na sua expansão, utilizou contraditoriamente o campesinato e também o expropriou, configurando o que se denomina de questão agrária. A questão agrária é complexa e nasce de uma contradição intrínseca ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e que pode ser interpretada como uma questão estrutural ou conjuntural.

Ela decorre da concentração dos recursos produtivos (terra, trabalho e tecnologia), em especial a propriedade da terra, nas mãos de poucas pessoas com muita terra e, de outro lado, um enorme contingente com pouca ou nenhuma terra.

No Brasil a concentração fundiária tem origem histórica através da cessão da terra, pelo Estado, a um pequeno número de pessoas privilegiadas, ou então através da expropriação do campesinato pelo capital. Dentre as razões apontadas para o baixo dinamismo e desempenho apresentado pela Região do Pontal do Paranapanema estão a alta concentração da propriedade fundiária, o irresoluto conflito que envolve a titulação das terras, mão de obra disponível e pouco qualificada, além da baixa capacidade de articulação social e política.

A incorporação e pleno uso das TIC's pelo campesinato possibilitariam utilizar de forma otimizada os recursos existentes, aumentando a produtividade, e a construção e implementação de novas redes e modalidades de comercialização, como por exemplo a realização de negócios online. Além disso, possibilitariam o aperfeiçoamento intelectual, ampliariam a sua liberdade, melhorariam a sua comunicação e relacionamento social, aumentando o seu estoque de capital social. Permitem compartilhar o padrão cultural, o conhecimento das práticas agroecológicas, ampliam a capacidade de articulação e resistência, além de permitir a incorporação de novas tecnologias. As TIC's tornam-se então um excelente instrumento para proporcionar autonomia e garantir o protagonismo característico do campesinato, contribuindo na resiliência necessária para permanecer no capitalismo sem fazer parte dele.

No entanto, para que isso seja possível é necessário que as políticas públicas com essa finalidade sejam melhor planejadas, normatizadas, documentadas, com critérios e regras claras. Devem também ser pensadas de acordo com as especificidades locais e/ou regionais, além de dotadas da vontade política e institucional necessárias ao êxito. Os trabalhos de campo permitiram observar que a não efetivação dos espaços destinados a inclusão digital se deve, em grande medida, a ausência de um ou mais desses fatores. A implementação desses espaços coletivos deve ser precedida da infraestrutura de comunicação necessária ao pleno funcionamento. Além disso, não basta a criação destes espaços, é preciso fornecer ao campesinato a capacitação necessária a apropriação e pleno uso das TIC's.

No que se refere às TIC's, em setembro de 2000 a ONU realizou a Cúpula do Milênio, um evento que tinha como objetivo discutir os principais problemas que afligem a comunidade internacional. Deste encontro resultaram alguns objetivos que deveriam ser perseguidos pelas nações membro, inclusive no que se refere a inclusão digital. As análises realizadas indicam uma preocupação do Brasil em demonstrar à comunidade internacional, ao menos no papel, os esforços em atingir as metas fixadas pela Cúpula do Milênio para serem levadas a cabo até 2015.

Entretanto, no que se refere a inclusão digital, o Brasil isso não tem demonstrado grande preocupação com a efetividade da política pública instituída para essa finalidade, ou seja, se os telecentros estão entrando em funcionamento e cumprindo para com o papel idealizados. Os móveis e equipamentos necessários estão sendo comprados e ficam por vários anos na caixa. Quando são retirados e instalados, se o são, ficam ainda um longo período esperando a finalização das instalações e autorização para funcionar. Isso leva os equipamentos a se tornarem obsoletos e defasados tecnologicamente, antes mesmo de serem utilizados.

Assim, a existência de ações visando promover a inclusão digital das comunidades assentadas foi confirmada pela base empírica. São poucas, mas não há como negar a sua existência. No entanto, a efetividade das políticas públicas para inclusão digital pode ser tranquilamente questionada, assim como o ritmo de sua implementação. A implantação e funcionamento desses telecentros necessitam transpor uma diversidade de barreiras, tais como o planejamento, a infraestrutura, a ausência de critérios técnicos claramente definidos, a atualização tecnológica, a burocracia, a cultura, o interesse e a política.

Apesar do baixo número de salas de informática encontradas nas comunidades pesquisadas, e que de fato estão funcionando, foi possível identificar algumas contribuições para com as comunidades atendidas. Dentre essas contribuições, merecem destaque: utilização em aulas, pesquisas e trabalhos escolares, realização de cursos a distância, comunicação, entretenimento, desenvolvimento de novas habilidades e competências. Entende-se também que a efetiva implementação desses espaços pode contribuir para a fixação dos jovens no campo, uma vez que passam a encontrar as mesmas oportunidades disponíveis na cidade.

As análises até então realizadas permitiram identificar novos campos e novas abordagens que poderão vir a ser adotadas na busca por compreender a realidade regional e as razões pelas quais as políticas públicas não têm sido capazes de remover as barreiras ao desenvolvimento regional, bem como aquelas que tem impedido a inclusão digital do campesinato. Considera-se interessante estudar porque a implementação dos programas Territórios Digitais e GESAC não foi concluída nos locais pesquisados e, aparentemente, em nenhum dos PA's da Região do Pontal do Paranapanema.

Um outro caminho seria buscar compreender porque se investe tanto na construção e operacionalização de presídios nesta região e não se investe o necessário para levar a cabo os projetos voltados para inclusão digital do campesinato, por exemplo. Não se aportam os investimentos necessários ao desenvolvimento integral das pessoas que vivem e trabalham na região, produzindo alimentos para a população local e de outras regiões, mas investe-se o necessário para transferir para a Região do Pontal do Paranapanema o problema da população carcerária de outras regiões.

## REFERÊNCIAS

- ABAD, Rosa M. J. Globarruralización: cómo el medio rural se ve afectado por la globalización y las TIC. **Geographos**: revista digital para estudiantes de geografía y ciencias sociales, v. 5, n. 67, p. 283-311, 2014. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/rosa-jimenez.pdf?noCache=1399937201390>>. Acesso em: 26 de nov. 2014.
- ACESSAESCOLA. **Portal AcessaEscola**: versão 1.7.2.1. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2010. Disponível em: <<http://acessaescola.fde.sp.gov.br/>>. Acesso em: 02 de mai. 2015.
- ACESSASP. Acessa São Paulo: inclusão digital. [20--?]. Disponível em: <<http://www.acessasp.sp.gov.br/>>. Acesso em: 03 mai. 2015.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, v. 15, ed. esp., p. 91-100. Presidente Prudente: Unesp, 2012.
- ASSANGE, Julian. Flujos de Información y Poder. **Revista América Latina en Movimiento**, v. 38, n. 494, p. 6-10, abr. 2014. Disponível em: <[http://alainet.org/sites/default/files/alai494w\\_0.pdf](http://alainet.org/sites/default/files/alai494w_0.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- ASSANGE, Julian. **Quando o Google encontrou o WikiLeaks**. Tradução: Cristina Yamagami. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso Italiano. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp; Edusp, 2001, p. 349-363.
- BALTZAN, Paige; PHILLIPS, Amy. **Sistemas de Informação**. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- BARBOSA, Alexandre F. (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil**: TIC domicílios e empresas 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <[http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_DOM\\_EMP\\_2013\\_livro\\_eletronico.pdf](http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2014.
- BATISTA, Emerson de O. **Sistemas de Informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BERNSTEIN, Henry. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século xx**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996. p. 197-201.
- BORDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios digitais**. [20--?]. Disponível em: <[http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosdigitais/one-community?page\\_num=0](http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosdigitais/one-community?page_num=0)>. Acesso em: 23 fev. 2014.



BRESSER PEREIRA, Luiz C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CORAGGIO, José Luis. Los sentidos de la economía social. **Revista Voces en el Fénix**, v. 5, n. 37, p. 4-11, ago. 2014. Disponível em: <[http://vocesenelfenix.com/sites/default/files/numero\\_pdf/fenix37%20baja.pdf](http://vocesenelfenix.com/sites/default/files/numero_pdf/fenix37%20baja.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho associado: economia solidária e mudança social na América Latina**. Marília: Oficina Universitária, 2010.

DATALUTA. **Relatório Pontal do Paranapanema 2013**. Presidente Prudente: UNESP; NERA, 2014. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_pontal\\_2013.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2013.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2015.

E-BIT. **Os números do e-commerce**. Disponível em: <<http://www.profissionaldeecommerce.com.br/e-bit-numeros-do-e-commerce-no-brasil/>>. Acesso em: 04 out. 2015.

FELÍCIO, Munir J. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173-230.

FRANCO, Pedro. **Movimientos sociales en lucha contra la exclusión social**. Foro Social Mundial, 2003. Disponível em: <[http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bib\\_pedro\\_franco\\_esp](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bib_pedro_franco_esp)>. Acesso em: 16 nov. 2014.

GESAC. **Programa GESAC**. [2014?]. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/inclusao-digital/programa-gesac>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução: Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

HILL, Richard. CMSI + 10: temas, actores, qué esperar. **Revista América Latina en Movimiento**, v. 39, n. 503, p. 35-37, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.alainet.org/sites/default/files/alai503w.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2015.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RGA.asp?o=12&i=P>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso\\_a\\_internet\\_e\\_posse\\_celular/2011/PNAD\\_Inter\\_2011.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/PNAD_Inter_2011.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2014.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/2012/Sintese\\_Indicadores/sintese\\_pnad2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2012.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/2013/Sintese\\_Indicadores/sintese\\_pnad2013.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2013/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2013.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2015.

IGC. **Mapa das unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos**. 2014. Disponível em: <[http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/IGC\\_UGRHI\\_2014.jpg](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/IGC_UGRHI_2014.jpg)>. Acesso em: 09 jul. 2015.

ITESP. **Assentamentos**: situação quanto à localização municipal. São Paulo: ITESP, 2007. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

ITESP. **Mapa da região oeste do estado de São Paulo**. [20--?]. Disponível em: <[http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa\\_detalhes.aspx?location=4](http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa_detalhes.aspx?location=4)>. Acesso em: 26 mar. 2014.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, José F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1981. 256 f. Tese (Livro-Docência) - Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

LEÓN, Osvaldo. VI Congreso CLOC-VC Para Garantizar el Derecho a la Alimentación. **Revista América Latina en Movimiento**, v. 39, n. 502, p. 1-4, 2015. Disponível em: <<http://alainet.org/sites/default/files/alai502w.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

LESBAUPIN, Ivo. Por novas concepções de desenvolvimento. In: ABONG. **Por um outro desenvolvimento**. São Paulo: Abong, 2012, p. 37-48. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/publicacoes.php?p=1>>. Acesso em: 20 set. 2014.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista. In: ABONG. **Por um outro desenvolvimento**. São Paulo: Abong, 2012, p. 7-15. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/publicacoes.php?p=1>>. Acesso em: 20 set. 2014.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARQUES, Marta I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.15, ed. esp., p. 41-51, 2012.

MAZZINI, Eliane de J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 2007. 322 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Polis, 1984.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NERI, Marcelo C. (Coord.). **Mapa da inclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2012. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_sumario.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

PORCARO, Rosa M. **Tecnologia da comunicação e informação e desenvolvimento**: políticas e estratégias de inclusão digital no Brasil. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2064094.PDF>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RODRIGUES, Marta M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SACHS, Ignacy. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social**: o âmbito da política. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp; Edusp, 2001. p. 155-163.

SANTOS, Adroaldo Q. Inclusão digital e desenvolvimento local no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8. 28-31 Oct. 2003, Panamá. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047817.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

SANTOS, Álvaro B. **Desenvolvimento regional e capital social**: uma abordagem para a microregião de Presidente Prudente-SP. 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. Tradução: Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVEIRA, Sérgio A. da. Apresentação: WikiLeaks e as tecnologias de controle. In: ASSANGE, Julian. **Quando o Google encontrou o WikiLeaks**. Tradução: Cristina Yamagami. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 11-18.

SOARES, Emília S. **Externalidades negativas e seus impactos no mercado**. 1999. 90 f.. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Finanças Públicas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas - São Paulo.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2015.

TORRES, Tércia Z. et al. As tecnologias digitais no fluxo informacional do espaço rural brasileiro. CONGRESO INTERNACIONAL DE CIUDADES CREATIVAS, 3. 2013, Madrid. **Anais...** Madrid: [s.n.], 2013. v. 1, p. 1219-1236. Disponível em: <<http://www.congreso2013.ciudadescreativas.es/images/atasparte1publicar.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

VIEIRA, Alexandre B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da geografia econômica com a geografia política.** 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente.

WILLEMS, Emilio. **Dicionário de sociologia.** 7.ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

**ANEXOS**

## Anexo 1

### Questionário

**Local:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Identificação do respondente:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** (\_\_\_) Masculino (\_\_\_) Feminino      **Idade:** \_\_\_\_\_ anos

**Estado civil:** (\_\_\_) Solteiro(a) (\_\_\_) Casado(a) (\_\_\_) Divorciado(a)/Desquitado(a)/Separado(a)

**Nível de instrução:**

(\_\_\_) Analfabeto.                      (\_\_\_) Fundamental incompleto.      (\_\_\_) Fundamental completo.  
 (\_\_\_) Ensino médio incompleto.      (\_\_\_) Ensino médio completo.      (\_\_\_) Superior incompleto.  
 (\_\_\_) Superior completo.              (\_\_\_) Pós graduação completa.      (\_\_\_) Mestrado/Doutorado

**Proprietário do lote:** (\_\_\_) Sim (\_\_\_) Não - Quem? \_\_\_\_\_

**Composição familiar:**

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Estuda	Instrução	Mora no lote

**Legendas:**

**Sexo:** M=masculino, F=feminino.

**Parentesco:** C=cônjuge, F=filho(a), E=enteado(a), P=pai/mãe, S=sogro(a), I=irmão/irmã, T=tio(a), A=avô/avó

**Estuda:** S=sim, N=não

**Instrução:** 1=analfabeto, 2=fundamental incompleto, 3=fundamental completo, 4=ensino médio incompleto, 5=ensino médio completo, 6=superior incompleto, 7=superior completo, 8=pós graduação completa, 9=mestrado/doutorado

**Mora no lote:** S = sim, N = não.

**Votou nas 3 (três) últimas eleições:** (\_\_\_) Sim (\_\_\_) Não \_\_\_\_\_

**Associações, Cooperativas, Institutos, Sindicatos ou Escolas:**

**É vinculado a algum(a):** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Associação (\_\_\_) Cooperativa (\_\_\_) Instituto  
(\_\_\_) Sindicato (\_\_\_) Escola

**Reuniões e assembleias:** (\_\_\_) Todas (\_\_\_) Frequentemente (\_\_\_) Eventualmente (\_\_\_) Não

**Movimentos Sociais:**

**É militante de algum(a):** (\_\_\_) Não (\_\_\_) MST (\_\_\_) MLST (\_\_\_) MAST (\_\_\_) MAB  
(\_\_\_) FNL (\_\_\_) FETAG (\_\_\_) FETRAF (\_\_\_) CONTAG  
(\_\_\_) Outros \_\_\_\_\_

**Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no lote**

**Computador:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) *Desktop* - Quantos? \_\_\_\_\_ (\_\_\_) *Notebook* - Quantos? \_\_\_\_\_

Usuários: \_\_\_\_\_

**Celular:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantos? \_\_\_\_\_

Usuários: \_\_\_\_\_

**Tablet:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantos? \_\_\_\_\_

Usuários: \_\_\_\_\_

**Internet:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim

Meio: (\_\_\_) Rádio (\_\_\_) 3G (\_\_\_) Speedy (\_\_\_) Fibra óptica (\_\_\_) Outros

Operadora: (\_\_\_) Vivo (\_\_\_) Tim (\_\_\_) Claro (\_\_\_) Oi (\_\_\_) Embratel

(\_\_\_) Outras - Qual? \_\_\_\_\_

**Rede:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sem fio/*Wi-Fi/Wireless* (\_\_\_) Cabeada

**Televisão:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantas? \_\_\_\_\_

**Parabólica:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantas? \_\_\_\_\_

Operadora: (\_\_\_) Canal aberto (\_\_\_) Sky (\_\_\_) Vivo (\_\_\_) Tim (\_\_\_) Claro

(\_\_\_) Oi (\_\_\_) Embratel (\_\_\_) Outras - Qual? \_\_\_\_\_

**Rádio:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantos? \_\_\_\_\_

**E-mail:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim

**Redes sociais:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Facebook (\_\_\_) Twitter (\_\_\_) Instagram (\_\_\_) LinkedIn

**Máquina Fotográfica Digital:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantas? \_\_\_\_\_





**Quanto à existência de sala de informática comunitária e suas finalidades.****1) Existe sala de informática disponível para livre acesso pela comunidade?**

Sim, operando normalmente.

Sim, mas está inativa.

Em implantação.

Não.

Desconheço.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

**2) Como você classifica (ou classificaria, caso não tenha) a necessidade ou importância desta sala?**

Muito importante.

Importante.

Bom.

Indiferente.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

**A partir de agora você só responderá as questões seguintes se houver uma sala de informática disponível ou em implantação para livre acesso pela comunidade.**

**3) A sala foi conquistada através de qual programa?**

Acessa São Paulo.

Acessa Escola.

Territórios Digitais em Territórios de Cidadania.

Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

Desconheço.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

**4) Como você classifica a localização geográfica da sala quanto a facilidade de acesso?**

Excelente.

Boa.

Regular.

Ruim.

Indiferente.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

**5) Quanto as instalações físicas da sala (espaço e ambiente), você os considera?**

- Excelentes.  
 Adequados.  
 Regulares.  
 Inadequados.  
 Indiferente.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

---

**6) Quanto as instalações físicas da sala (mobiliário), você os considera?**

- Excelentes.  
 Adequados.  
 Regulares.  
 Inadequados.  
 Indiferente.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

---

**7) No que se refere aos equipamentos (computador e impressora) disponíveis na sala, como você os avalia?**

- Excelentes, novos.  
 Adequados, já em uso há algum tempo.  
 Regulares, atendem, mas já poderiam ser trocados.  
 Ultrapassados.  
 Indiferente.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

---

**8) Ainda no que se refere aos equipamentos (computador e impressora) disponíveis na sala, como você avalia o seu funcionamento?**

- Excelente, sempre disponíveis quando preciso.  
 Bom, as vezes acontece de algum não estar funcionando, mas é resolvido rápido.  
 Regular, as vezes tem equipamentos que não funcionam e demora para arrumar.  
 Péssimo, é comum os equipamentos não estarem disponíveis para uso.  
 Indiferente.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

---

**9) Com que frequência você utiliza a sala de informática?**

- Diariamente.
- Ao menos uma vez por semana.
- Ao menos uma vez por mês.
- Eventualmente.
- Não utilizo.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

**10) Como você avalia os serviços prestados pela sala de informática?**

- Excelentes.
- Bons.
- Regulares.
- Péssimos.
- Indiferente.

Comentários e/ou Sugestões: \_\_\_\_\_

---

**11) Marque os principais serviços que você utiliza na sala de informática:**

- Envio e recebimento de e-mail.
- Envio e recebimento de mensagens (msn, skype, etc.)
- Acesso a redes sociais (facebook, twitter, instagram, etc.).
- Realização de pesquisas e trabalhos escolares.
- Realização de cursos eventuais online.
- Realização de cursos de formação básica (ensino fundamental e médio) online.
- Realização de cursos de técnicos online.
- Realização de cursos superiores (graduação) online.
- Realização de cursos de pós graduação online.
- Realização de trabalhos profissionais.
- Compras online.
- Leitura de textos e notícias online.
- Busca de informações (Google, por exemplo).
- Ouvir/baixar músicas.
- Assistir/baixar filmes.

Outros serviços utilizados: \_\_\_\_\_

---

**Anexo 2**  
**Questionário**  
**Associações, Cooperativas, Institutos, Sindicatos, Escolas, etc.**

**Local:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Identificação da Organização:** \_\_\_\_\_

**Tipo:**                            () Associação () Cooperativa () Instituto  
    () Sindicato    () Escola                    () Outros

**Identificação do respondente:** \_\_\_\_\_

**Função.....:**            () Presidente () Vice presidente () Tesoureiro(a)  
    () Conselho Fiscal () Diretor(a) () Vice-Diretor(a)  
    () Outros \_\_\_\_\_

**Tempo na função.....:** \_\_\_\_\_

**Tempo na organização:** \_\_\_\_\_

**Duração do mandato da diretoria:** \_\_\_\_\_

**Número de associados, cooperados, sindicalizados ou alunos:** \_\_\_\_\_

**Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na organização**

**Computador:** () Não () Desktop - Quantos? \_\_\_\_\_ () Notebook - Quantos? \_\_\_\_\_

Utilizado por: () Diretoria () Funcionários () Associados/Alunos  
    () Comunidade

**Celular:**                    () Não () Sim - Quantos? \_\_\_\_\_

Utilizado por: () Diretoria () Funcionários () Associados/Alunos  
    () Comunidade

**Tablet:**                    () Não () Sim - Quantos? \_\_\_\_\_

Utilizado por: () Diretoria () Funcionários () Associados/Alunos  
    () Comunidade

**Rede:**                        () Não () Sem fio/Wi-Fi/Wireless () Cabeada

**Internet:**                () Não () Sim

Meio: () Rádio () 3G () Speedy () Fibra óptica () Outros  
 Operadora:    () Vivo () Tim () Claro () Oi () Embratel

(\_\_\_) Outras - Qual? \_\_\_\_\_

**Televisão:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantas? \_\_\_\_\_

**Parabólica:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantas? \_\_\_\_\_

Operadora: (\_\_\_) Canal aberto (\_\_\_) Sky (\_\_\_) Vivo (\_\_\_) Tim (\_\_\_) Claro

(\_\_\_) Oi (\_\_\_) Embratel (\_\_\_) Outras - Qual? \_\_\_\_\_

**Rádio:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantos? \_\_\_\_\_

**Máquina Fotográfica Digital:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Sim - Quantos? \_\_\_\_\_

**A associação, cooperativa, instituto, sindicato, escola, etc., possui:**

**E-mail:** (\_\_\_) Sim (\_\_\_) Não

**Página na internet:** (\_\_\_) Sim (\_\_\_) Não

**Perfil nas redes sociais:** (\_\_\_) Não (\_\_\_) Facebook (\_\_\_) Twitter (\_\_\_) Instagram

**Quais serviços são oferecidos aos associados, cooperados, sindicalizados, alunos, etc.?**

---



---



---



---

**Como as TIC's são utilizadas?**

---



---



---



---



---

**Quais as principais dificuldades com as TIC's?**

---



---



---



---



---